



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

GILBERTO ANTONIO PERES

**O VOCATIVO NO *CONTINUUM RURAL–URBANO*: USOS DO MUNICÍPIO
MINEIRO DE PATROCÍNIO**

UBERLÂNDIA – MG

2025

GILBERTO ANTONIO PERES

**O VOCATIVO NO *CONTINUUM RURAL–URBANO*: USOS DO MUNICÍPIO
MINEIRO DE PATROCÍNIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de pesquisa (1): Teoria, descrição e análise linguística

Orientador: Prof. Dr. Leandro Silveira de Araujo

UBERLÂNDIA - MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- P437v Peres, Gilberto Antonio, 1970-
2025 O vocativo no *continuum* rural–urbano [recurso eletrônico] : usos do
município mineiro de Patrocínio / Gilberto Antonio Peres. - 2025.

Orientador: Leandro Silveira de Araujo.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-graduação em Estudos Linguísticos.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.5074>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Linguística. I. Araujo, Leandro Silveira de, 1986-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Tese - PPTEL				
Data:	Sete de novembro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	08:30	Hora de encerramento:	12:30
Matrícula do Discente:	12213ELI010				
Nome do Discente:	Gilberto Antonio Peres				
Título do Trabalho:	O vocativo no continuum rural-urbano: usos do município mineiro de Patrocínio				
Área de concentração:	Estudos em Linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Teoria, descrição e análise linguística				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Contribuições da sociolinguística para a gramática pedagógica no Brasil				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre - UNILAB, Cláudia Moura de Rocha - UERJ, Talita de Cássia Marine - UFU, Letícia Lucinda Meirelles - UFU e Leandro Silveira de Araújo - UFU, orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Leandro Silveira de Araújo, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Lucinda Meirelles**, Usuário Externo, em 07/11/2025, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre**, Usuário Externo, em 07/11/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Silveira de Araujo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/11/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Moura da Rocha**, Usuário Externo, em 07/11/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Talita de Cássia Marine, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/11/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6839731** e o código CRC **D99B611B**.

DEDICATÓRIA

Dedico a pesquisa a todas as pessoas que, na vida, querem ou precisam nos “chamar”, estabelecem contatos conosco e nos permitem manter esses contatos. Assim, por meio de constantes interações, nos conhecemos e nos tratamos bem para nos tornarmos “amigos preciosos”. Foi esse o presente que o **vocativo** me deu!

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre, pois “Tudo posso naquele que me fortalece.” É a Ele que, primeiro, manifestamos toda gratidão pelas coisas boas que acontecem na nossa vida; agradecemos, também, pela oportunidade do encontro com pessoas que nos tornam melhores.

À minha família, o sustentáculo insubstituível nessa trajetória. O esforço e o empenho de cada um para que eu trilhasse e vencesse mais esse desafio não serão esquecidos. Sou grato por compreenderem minha convivência tão restrita com vocês, durante esse tempo... Que eu tenha sabedoria para agir de forma que todos nós nos sintamos recompensados. Vocês são muito especiais!

Ao meu orientador, Professor Doutor Leandro Silveira de Araujo, pela postura tão tranquila, acolhedora, paciente, serena e eficiente, fazendo-me perceber os caminhos que deveria trilhar para concretizar minha pesquisa. Gratidão por compreender que, em determinados momentos, tive que visualizar os avanços com menos agilidade. Obrigado por me oportunizar a realização de atividades que o Doutorado exige, sempre se comprometendo com o nosso progresso de orientando.

Aos integrantes do NormaLi (Núcleo de Estudos da Norma Linguística), liderado por Professor Leandro, pela oportunidade de participar de estudos que contribuíram com a pesquisa. Aos colegas de Doutorado com quem compartilhei os momentos de (prováveis) obstáculos, mas, juntos, nos fortalecemos e nos tornamos amigos: em especial, Maria de Oliveira Rodrigues e Olden Hugo Silva Farias.

À Professora Doutora Rosane de Andrade Berlinck, que contribuiu generosamente com o desenvolvimento desta pesquisa, debatendo o projeto no Seminário de Pesquisa em Linguística e Linguística Aplicada - SEPELLA, em 2022.

Às Professoras Doutoras Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre e Ormezinda Maria Ribeiro, que compuseram a banca do exame de Qualificação do Projeto, apontando contribuições muito importantes para que a proposta de pesquisa se aprimorasse, mostrando-me quais seriam os melhores procedimentos metodológicos.

Às Professoras Doutoras que compuseram a banca do exame de Qualificação de Tese, Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre e Letícia Lucinda Meirelles. Gratidão pelas contribuições tão valiosas para o avanço e conclusão da pesquisa.

Às Professoras Doutoras Cláudia Moura da Rocha, Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre, Letícia Lucinda Meirelles e Talita de Cássia Marine, por aceitarem compor

a banca de Defesa de Tese e contribuir com o aprimoramento do registro de minha pesquisa.

À Coordenação e à Secretaria do PPGEL, pela presteza com que sempre nos orientam em nossas dúvidas. Nossa gratidão à Professora Cristiane, a Virgínia e a Luana.

Aos Professores do PPGEL, nosso reconhecimento pela dedicação e pelo carinho com que nos acolhem e contribuem com nossa formação acadêmica.

Às pessoas que colaboraram comigo em cada passo traçado para a pesquisa: Amanda de Souza Trevisanuto, minha sobrinha e afilhada, que iniciou o círculo “dos amigos dos amigos” e me apresentou o caminho que me conduziria às comunidades rurais; os amigos Rita de Cássia Costa Maia (Superintendência Regional de Ensino – Patrocínio-MG) e Alexandre Vitor Castro da Cruz (Secretaria Municipal de Educação de Patrocínio-MG), pela disponibilidade em informar dados relacionados à educação básica do município de Patrocínio-MG; Padre Geraldo Abílio Ribeiro e funcionários do escritório paroquial, Geovane e Iolanda, da Paróquia São Damião de Molokai, de Patrocínio-MG, pela acolhida durante a publicação do livro de receitas de quitandas caseiras, envolvendo as comunidades rurais pertencentes a essa paróquia.

Aos amigos que se dispuseram a tornar as atividades com informática e tecnologia menos “embaraçosas”. Douglas Henrique dos Reis Ribeiro, que concluiu a diagramação do livro de receitas e esteve sempre pronto a esclarecer qualquer dúvida durante as atividades de digitação e formatação da tese: um exemplo de disponibilidade. Gustavo de Faria Silva: meu ex-aluno, hoje profissional da área de informática, que me mostrou a maior lição de humildade, e também de disponibilidade, quando se dispôs a trabalhar comigo o programa estatístico, dizendo-me: “Preocupa em ficar tranquilo!”. Essa fala “paradoxal” realmente me tranquilizou para concluir as atividades da pesquisa.

Aos amigos das comunidades rurais, que nos receberam com inigualável carinho e, a cada visita, além dos procedimentos para coleta dos dados, criamos laços que nos tornaram, sim, amigos. Gratidão por nos mostrarem um lado humano, acolhedor e fraterno da nossa existência. São pessoas guardadas no coração!

À minha esposa Sônia Aparecida Trevisanuto Peres, meu presente de Deus refletido em apoio irrestrito! Gratidão por caminhar comigo sempre. Sua presença torna cada passo mais leve. Posso chamar você de “codoutora”. Em especial, durante a realização da pesquisa, sua companhia foi a metade da construção de minha identidade junto aos “nossos amigos” das comunidades.

Gratidão!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é identificar, descrever e analisar os usos do vocativo na modalidade oral na zona urbana e em comunidades rurais (Dourados, Caxambu, Puladouro e Samambaia) da cidade mineira de Patrocínio, na região do Alto Paranaíba. O interesse pela pesquisa se deve ao fato de perceber, durante contatos com falantes da comunidade de Dourados, o uso intercalado do vocativo entre os constituintes do sintagma nominal com função de complemento verbal, como em: “Tem pão seu Polidoro sovado”; “Tem farinha Dona Maria de mandioca” (*sic*, Ribeiro, 2006). Essa posição do vocativo, diferentemente do que estabelece a gramática normativa ou mesmo a norma culta, pode provocar estranhamento a falantes que não pertencem à comunidade. Diante disso, a pesquisa inclui também a análise do uso do vocativo por falantes da área urbana, com o intuito de comparar os usos da língua nos dois espaços: rural e urbano. Partimos do pressuposto de que a língua é um fato social, portanto é um fenômeno heterogêneo, variável. Orientamo-nos pelos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista e nos embasamos, principalmente, em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), Labov (2008 [1972]), Coelho *et al.* (2015), Tarallo (1990), Berlinck e Biazolli (2018). Quatro etapas norteiam a metodologia da pesquisa: seleção dos informantes, coleta de dados, codificação e análise dos dados, análise dos dados coletados. Como o trabalho envolveu a realização de entrevistas gravadas e, considerando o paradoxo do observador (Labov, 2008 [1972]), foi importante que elas acontecessem em situações naturais de interação social face a face, para que se obtivesse uma quantidade relevante de dados do vernáculo de cada pessoa entrevistada. Para isso, propusemos a organização de um livro de receitas de quitandas caseiras, elemento importante da cultura dessas comunidades rurais. Na zona urbana, coletamos os dados, prioritariamente, em espaços públicos, como ponto turístico e estabelecimentos comerciais. Foram controladas duas variáveis sociais: escolaridade e faixa etária, num total de 32 informantes, sendo 16 das comunidades rurais (385 ocorrências de enunciados com vocativo) e 16 da área urbana (206 ocorrências de enunciados com vocativo). Como o vocativo é um termo que interfere no estabelecimento do contato entre os interlocutores, abordamos a sua proximidade com o papel dos marcadores discursivos, assim como sua integração com as formas de tratamento nominais. Os resultados da pesquisa geraram informações que evidenciam a diversidade da língua portuguesa no Brasil, especialmente em relação ao dialeto mineiro, por meio da observação do vocativo em contextos reais de uso. Destacamos que na variedade da zona rural a posição mais recorrente do vocativo é a final, enquanto que na zona urbana é a posição inicial. Com relação à posição intercalada não canônica, constatamos uso pouco expressivo e restrito a falantes da zona rural.

Palavras-chave: Sociolinguística; Variação Linguística; Dialetos Mineiros; Língua Portuguesa; Vocativo.

ABSTRACT

The objective of this research is to identify, describe, and analyze the use of vocatives in spoken language, both in the urban area and in rural communities (Dourados, Caxambu, Puladouro, and Samambaia) of the city of Patrocínio, located in the Alto Paranaíba region of the state of Minas Gerais, Brazil. The interest in the topic arose from observations made during interactions with speakers from the community of Dourados, where vocatives were used in an intercalated position within noun phrases functioning as verbal complements, as in: “Tem pão seu Polidoro sovado” and “Tem farinha Dona Maria de mandioca” (*sic*, Ribeiro, 2006). This placement of the vocative, which differs from the conventions of normative grammar and even from standard educated usage, may cause strangeness among speakers who do not belong to the community. In light of this, the study also includes an analysis of vocative usage among urban speakers, aiming to compare language use in the two settings: rural and urban. The research is grounded in the assumption that language is a social fact, and therefore a heterogeneous and variable phenomenon. It follows the theoretical and methodological principles of Variationist Sociolinguistics, drawing primarily on the works of Weinreich, Labov, and Herzog (2006 [1968]), Labov (2008 [1972]), Coelho *et al.* (2015), Tarallo (1990), and Berlinck and Biazolli (2018). The research methodology was structured around four main stages: selection of informants, data collection, data coding and analysis, and interpretation of the analyzed data. Since the study involved recorded interviews and, considering the observer’s paradox (Labov, 2008 [1972]), it was essential that the interactions took place in natural, face-to-face social contexts, in order to obtain a relevant amount of vernacular data from each participant. To this end, the organization of a homemade pastry recipe book – a culturally significant element in these rural communities – was proposed as a strategy to promote spontaneous interaction. In the urban area, data were collected primarily in public spaces, such as tourist sites and commercial establishments. Two social variables were controlled: level of education and age group. The sample consisted of 32 informants – 16 from rural communities (with 385 utterances containing vocatives) and 16 from the urban area (with 206 utterances). Considering that vocatives play an important role in establishing contact between interlocutors, the study also examines their relationship with discourse markers and their integration with nominal forms of address. The results of the research reveal the linguistic diversity of Brazilian Portuguese, particularly within the Minas Gerais dialect, through the observation of vocative use in real communicative contexts. The findings highlight that, in the rural variety, the most frequent position of the vocative is final, whereas in the urban variety it tends to occur initially. As for the noncanonical intercalated position, its use was found to be rare and restricted to rural speakers.

Keywords: Sociolinguistics; Linguistic Variation; Minas Gerais Dialect; Portuguese Language; Vocative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Áreas dialetais do Brasil (Nascentes, 1953)	61
Figura 2 - Os três falares mineiros (Zágari, 1998)	62
Figura 3 – Falares mineiros (Var-Fon)	64
Figura 4 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio em estilo colonial no ano de 1918.....	99
Figura 5 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio no ano de 2024.....	99
Figura 6 – Mapa da localização do município de Patrocínio – MG.....	101
Figura 7 – Mapa da região do Alto Paranaíba.....	101
Figura 8 – Localização do município de Patrocínio e municípios circunvizinhos.....	102
Figura 9 – Foto atual da cidade de Patrocínio – MG.....	102
Figura 10 – Lavouras cafeeiras em Patrocínio – MG.....	103
Figura 11 – Localização das quatro comunidades rurais.....	107
Figura 12 – Boa Esperança.....	110
Figura 13 – Rosca breada.....	110
Figura 14 – Localização dos Bairros Constantino, Boa Esperança e Carajás na cidade de Patrocínio-MG.....	112
Figura 15 – Capela de São Sebastião (Comunidade de Dourados)	113
Figura 16 – Capela de Cristo Rei (Comunidade de Samambaia)	113
Figura 17 – Capela de São Geraldo (Comunidade de Caxambu)	114
Figura 18 – Capela de São Vicente de Paula (Comunidade de Puladouro)	114
Figura 19 – Cartaz da festa na Comunidade de Caxambu.....	115
Figura 20 – Capa do livro de receitas de quitandas caseiras.....	134
Figura 21 – Imagem do Cristo (Serra do Cruzeiro)	139
Figura 22 – Uso da função <i>concatenar</i> : realização da codificação dos dados por meio do Excel	147
Figura 23 – Uso da função <i>concatenar</i> (preparação para recodificação dos dados por meio do Excel)	165
Figura 24 – Print da tela do Excel após realização da nova codificação	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Correlação entre faixa etária e escolarização.....	35
Quadro 2 – Falares mineiros (Var-Fon)	64
Quadro 3 – Definições para o termo vocativo.....	74
Quadro 4 – Distinção entre poder e solidariedade.....	85
Quadro 5 – Índice de urbanização.....	105
Quadro 6 – Distribuição dos informantes (Total: 32 informantes)	123
Quadro 7 – Relação dos informantes.....	126
Quadro 8 – Distribuição dos informantes após coleta de dados (Total: 32 informantes)	127
Quadro 9 – Fotos para procedimento metodológico (3 ^a visita)	135
Quadro 10 – Formas de tratamento nominais e pronominais.....	153
Quadro 11 – Relação dos informantes (reformulado após coleta de dados)	162
Quadro 12 – Relação dos informantes após coleta de dados (reformulado após a coleta de dados. Total: 24 informantes)	163
Quadro 13 – Ocorrências do vocativo “moço(a)” e tratamentos similares.....	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Posição do vocativo na oração.....	148
Tabela 2 – Formas de tratamento nominais e pronominais.....	154
Tabela 3 – Vocativo em situação de discurso reportado.....	158
Tabela 4 – Variável independente faixa etária.....	160
Tabela 5 –Variável independente nível de escolaridade.....	161
Tabela 6 – Posição do vocativo e variável independente nível de escolaridade.....	163
Tabela 7 - Posição do vocativo e variável independente faixa etária.....	164
Tabela 8 - Agrupamento de todas as variáveis (dependente e independentes)	166
Tabela 9 - Escolaridade dos falantes das formas reduzidas “sô/sá”	193
Tabela 10 - Posição do vocativo “sô/sá” na oração.....	194
Tabela 11 - Ocorrências dos vocativos isolados.....	201
Tabela 12 - Emprego do vocativo “moço(a)” por homem/mulher.....	207

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A CONCEPÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM.....	20
2.1 O tratamento da língua sob uma abordagem social.....	20
2.2 A Sociolinguística.....	29
2.2.1 As variáveis independentes: escolaridade e faixa etária.....	32
2.2.1.1 Escolaridade.....	32
2.2.1.2 Faixa etária.....	34
2.2.2 Ondas da pesquisa sociolinguística.....	37
2.2.3 A norma linguística.....	41
2.2.4 Rural e urbano.....	50
2.2.5 A diversidade da língua portuguesa no Brasil e em Minas Gerais.....	59
2.2.5.1 Classificações propostas para as variedades do português brasileiro e do mineirês.....	61
2.2.5.2 Alguns estudos do português falado em Minas Gerais.....	67
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O VOCATIVO.....	72
3.1 O conceito de vocativo em gramáticas de língua portuguesa.....	74
3.2 A elaboração da face.....	77
3.3 Formas de tratamento nominais e pronominais.....	82
3.4 Cortesia verbal.....	84
3.5 A posição do vocativo nas orações.....	87
3.6 Os marcadores discursivos e o vocativo.....	91
4 O PERCURSO DA PESQUISA: PLANEJAMENTO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, EXECUÇÃO.....	97
4.1 Um breve panorama da história do município de Patrocínio-MG.....	97
4.1.1 Cidade de Patrocínio-MG: avanços e destaques.....	102
4.2 Índice de urbanização.....	104
4.3 Caracterização da área rural: os espaços geográficos e os moradores das quatro comunidades.....	106
4.4 A obra “Receita de mineiridade” e sua contribuição para a coleta de dados.....	116
4.5 Etapas de realização da pesquisa.....	122
4.5.1 Busca dos informantes.....	122
4.5.2 Coleta de dados.....	128

4.5.2.1 Coleta de dados nas comunidades rurais.....	128
4.5.2.2 Coleta de dados na zona urbana de Patrocínio-MG.....	138
4.5.3 Codificação e análise dos dados coletados.....	144
4.5.4 Descrição e interpretação qualitativa dos dados.....	145
5 O USO DO VOCATIVO NO MUNICÍPIO MINEIRO DE PATROCÍNIO.....	147
5.1 Análise quantitativa dos dados coletados	147
5.2 Análise qualitativa dos dados.....	169
5.2.1 Enunciados com vocativos na posição intercalada não canônica: nossos dados.....	169
5.2.2 Interação com os informantes: evidências de princípios sociolinguísticos....	175
5.2.3 Vocativos e formas de tratamento nominais e pronominais: cortesia verbal.	184
5.2.4 O vocativo representado pelas formas reduzidas “sô/sá”	193
5.2.5 Vocativos isolados.....	198
5.2.6 Vocativos duplos.....	202
5.2.7 Vocativo representado por “moço(a)”	205
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS.....	213
ANEXOS.....	220
APÊNDICES.....	227

1 INTRODUÇÃO

A avaliação que grande parte dos falantes atribui à língua está muitas vezes direcionada a valores específicos da norma padrão, ignorando que há outras tantas formas de usar o idioma. Essas outras formas caracterizam grupos de falantes que se valem de usos linguísticos que nem sempre possuem a mesma visibilidade daquela variedade falada por um grupo social que já goza de prestígio socioeconômico e que, por isso, tem sua variedade igualmente prestigiada.

Há ainda comunidades linguísticas mais isoladas e falantes de uma variedade do português que são desconhecidas até mesmo pela comunidade acadêmica, embora sejam fonte de usos linguísticos que apresentam pertinência de análise e estudo por poderem revelar traços importantes da constituição do português brasileiro. Propostas de pesquisas assim delineadas enfatizam a realidade de que a língua é heterogênea e um fato sócio-histórico.

A investigação de diferenças linguísticas evidencia diferentes aspectos da comunicação humana, reconhecendo questões socioculturais específicas de um grupo de falantes inserido em um determinado espaço social. Dessa forma, é promissor para a ciência o fato de que “é interessante considerar que a diversidade linguística possa ter valor para outros seres humanos que não os linguistas, oferecendo relativo isolamento cultural e mantendo o pluralismo cultural” (Labov, 2008, p. 373). As características linguísticas de uma comunidade, seja ela rural ou urbana, contribuem para a preservação de sua cultura linguística, mesmo que, atualmente, haja bastantes contatos entre esses dois espaços, facilitados não só pelo fácil acesso aos meios de transporte, como também pela utilização dos recursos digitais à disposição dos moradores do campo e da cidade.

A sociolinguista Bortoni-Ricardo (2004) propõe três contínuos para entendermos a variação no português brasileiro; entre eles, destaca o contínuo de urbanização, no qual os falares rurais se caracterizam como aqueles que se apresentam isolados em relação às variedades urbanas padronizadas, frequentemente usadas nas áreas urbanas. Diante disso, nossa proposta é realizar uma pesquisa sociolinguística relacionada, inicialmente, à investigação do falar específico de quatro comunidades rurais, pertencentes ao município mineiro de Patrocínio-MG: Dourados, Caxambu, Puladouro e Samambaia. No segundo momento, a pesquisa se estende ao falar da área urbana do mesmo município a fim de se comparar os falares das duas comunidades.

Consideramos que “em comunidades rurais (ou em bairros periféricos), a identidade local é uma categoria de pertencimento extremamente importante, muitas vezes, impossível de reivindicar e difícil de conquistar” (Labov, 2008, p. 342). Por isso, entendemos que deveria haver mais pesquisas que investiguem os falares de comunidades rurais (e minoritárias), distantes de núcleos e de grupos de pesquisa. Do ponto de vista social, uma pesquisa assim se propõe a responder a questionamentos que vão contribuir para o fortalecimento da identidade sociocultural da comunidade.

Para propor esta pesquisa sociolinguística, fizemos um estudo preliminar sobre trabalhos que investigaram os falares da língua portuguesa em Minas Gerais. Constatamos que, conforme Nascentes (1953), a cidade de Patrocínio se situa no falar mineiro; conforme os estudos de Zágari (1998), apresenta o falar paulista; finalmente, de acordo com estudo de Viegas (2011), a cidade se encontra no espaço do falar mineiro. Observamos que as pesquisas que levaram a essas divisões dos falares não consideram questões sintáticas. Também, em relação à cidade de Patrocínio-MG, não há estudos específicos sobre o uso da língua portuguesa. Por isso, apesar da escassez de literatura a respeito, nossa pesquisa se propõe a estudar o emprego do termo vocativo por falantes das quatro comunidades rurais mencionadas e da área urbana de Patrocínio-MG.

Delimitamos o tema de forma a analisar como se dão o uso e a colocação do termo vocativo em orações colhidas de enunciados orais dos falantes desses dois espaços. Nossa hipótese é que há um posicionamento do vocativo particular nas sentenças orais dos falantes das comunidades rurais, principalmente de Dourados, fato para o qual nos atentamos por meio de alguns contatos com falantes dessas comunidades, em momentos anteriores à realização da pesquisa.

Em conformidade com os pressupostos da gramática normativa, o vocativo, na escrita, é separado da oração por meio da vírgula, empregada de acordo com sua posição: “Em regra, é o vocativo separado por vírgula (quando vem no início ou no fim da frase), ou figura entre vírgulas (quando intercalado)” (Rocha Lima, 1988, p. 229). Isso é o que observamos nos seguintes exemplos:

Filho meu, onde estás?

E agora, José?

Fuja, Fidalgo, que me perco... Fuja que o mato e me perco! (Rocha Lima, 1988, p. 229).

No entanto, além das três posições em que o vocativo comumente aparece, reforçamos a hipótese de que, nas comunidades rurais investigadas, podemos encontrar o vocativo intercalado de forma não canônica (doravante INC) posicionado entre os constituintes do sintagma nominal ou entre o verbo e seu complemento. Encontramos dados que reforçam nossa hipótese, apresentados pela pesquisadora Ribeiro (2006), quando realizou um estudo sobre um grupo de falantes da comunidade de Dourados:

- (a) “Tem pão seu Polidoro sovado?” (*sic*, Ribeiro, 2006, p. 53)
- (b) “Tem farinha Dona Maria de mandioca?” (*sic*, Ribeiro, 2006, p. 54)

Ao se referir à questão sintática (p. 142), a autora destaca a existência de um desvio sintático em que os adjetivos se agregam ao vocativo e provocam, possivelmente, um entendimento diferente por falantes que não são da comunidade. Assim, equivocadamente, no exemplo (a), a característica “sovado” seria agregada a “seu Polidoro” e, no exemplo (b), “Dona Maria” receberia a adjetivação “de mandioca”.

Nesse contexto, o objetivo geral de nossa tese é identificar e descrever os usos do vocativo na modalidade oral das quatro comunidades rurais (Dourados, Caxambu, Puladouro e Samambaia) e do centro urbano da cidade mineira de Patrocínio. A partir do objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- 1) analisar a colocação do vocativo na cidade mineira de Patrocínio, comparando as quatro comunidades rurais com a área urbana;
- 2) identificar e descrever os condicionadores linguísticos e extralingüísticos que incidem sobre a colocação do vocativo nas comunidades rurais e urbana de Patrocínio-MG;
- 3) comparar a colocação do vocativo das comunidades investigadas com dados já conhecidos por meio dos estudos do estado da arte e da norma gramatical.

Com base nos objetivos elencados, nosso trabalho se desenvolve com o propósito de dar a resposta às seguintes perguntas: 1) como se dão o uso e a colocação do vocativo nas sentenças orais próprias dos falantes das quatro comunidades rurais e do centro urbano de Patrocínio-MG? 2) em que medida a escolaridade e a faixa etária condicionam ou se relacionam com o uso do vocativo nas sentenças orais dos falantes das comunidades rurais e do centro urbano de Patrocínio-MG? 3) a posição do vocativo nas sentenças orais dos falantes das quatro comunidades rurais e do centro urbano de Patrocínio-MG mantém proximidade ou distanciamento da norma padrão?

Diante do exposto, esta pesquisa se justifica pela escassez de estudos a respeito do termo vocativo no Brasil¹; pela oportunidade de estabelecer comparação entre os falares de comunidades rurais e área urbana, considerando um contexto atual de frequentes contatos entre os falantes dos dois espaços; por encontrar dados linguísticos relevantes para o estudo do dialeto mineiro, num cenário linguístico específico. Entre esses dados, estão enunciados com ocorrência de vocativo INC, produzidos por falantes das comunidades rurais.

A metodologia proposta para a pesquisa foi organizada em quatro etapas, subsequentes: seleção de informantes, coleta de dados, codificação e análise dos dados, descrição e interpretação qualitativa dos dados. Selecioneamos um total de 32 informantes, sendo 16 pertencentes às comunidades rurais e 16 pertencentes à área urbana, com os quais realizamos entrevistas gravadas. Foram observadas duas variáveis independentes: nível de escolaridade e faixa etária. Durante a coleta de dados na zona rural, procedemos à organização de um livrinho de receitas de quitandas² caseiras como estratégia para superar o paradoxo do observador, ao mesmo tempo em que valorizamos um elemento da cultura dos moradores das comunidades rurais e conseguimos que os informantes falassem de suas vivências, durante as conversas para coletar e organizar as receitas. Na área urbana de Patrocínio-MG, priorizamos coletar os dados em estabelecimentos comerciais. Com relação à análise dos dados, além de observá-los quantitativamente, discutimos a contribuição dos vocativos na produção de sentido dos enunciados, em especial o importante papel que desempenham nas interações sociais, face a face, além da função de chamar o interlocutor.

Com o objetivo de obter êxito na pesquisa e analisar os dados coletados a partir da hipótese e objetivos propostos, organizamos esta tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, fizemos a introdução, na qual apresentamos o objeto de pesquisa, apontamos o objetivo geral e os objetivos específicos, a hipótese, a justificativa, as perguntas de pesquisa e a metodologia. No segundo capítulo, realizamos uma discussão sobre a concepção social da linguagem. Inicialmente, discutimos de forma geral o aspecto da heterogeneidade linguística e, na sequência, discorremos acerca da ciência

¹ A esse respeito, Moreira e Alkmim (2013, p. 88) afirmam: “Não há na literatura muitos estudos sobre o vocativo.”

² Empregamos a palavra **quitandas** com o significado que tem no estado brasileiro de Minas Gerais: na cozinha mineira, quitanda é tudo aquilo que é servido com café, feito com ingredientes vindos do quintal; o pão de padaria não é considerado uma quitanda. Sugerimos acessar o link seguinte para conhecer a origem e o significado dessa palavra: <https://www.youtube.com/watch?v=ip-osF3QGqs> Acesso em 05. jul. 2025.

sociolinguística. Depois, abordamos as variáveis independentes nível de escolaridade e faixa etária, falamos das ondas da pesquisa sociolinguística, discutimos as definições de norma linguística, de espaço rural e de espaço urbano e suas interfaces com a questão linguística. Por fim, comentamos a diversidade da língua portuguesa no Brasil e em Minas Gerais. No terceiro capítulo, apresentamos as considerações sobre o vocativo. Primeiro, discutimos os conceitos apresentados em gramáticas de língua portuguesa. Em seguida, apresentamos abordagens de assuntos associados à ocorrência do vocativo, como elaboração da face, as formas de tratamento nominais e pronominais, a cortesia verbal. Também analisamos a posição do vocativo nas orações e finalizamos discorrendo a respeito da proximidade do papel desempenhado pelos vocativos e pelos marcadores discursivos. No quarto capítulo, nos dedicamos à metodologia da pesquisa. Iniciamos expondo um breve panorama da história do município mineiro de Patrocínio; apresentamos um quadro com o índice de urbanização; depois, fizemos a descrição da área rural onde se localizam as quatro comunidades, incluindo uma descrição de seus moradores. Por fim, descrevemos as etapas de nossa pesquisa e os procedimentos metodológicos específicos de cada uma. No quinto capítulo, nos propusemos a analisar os dados quantitativa e qualitativamente. Além de apresentar os resultados percentuais para responder às perguntas e aos objetivos da pesquisa e verificar como a hipótese se confirmou, analisamos outras questões em que o vocativo influencia a interação entre os interlocutores. Por fim, fizemos as considerações finais e, na sequência, trouxemos as referências, os anexos e os apêndices.

2 A CONCEPÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa proposta, dividindo-o em duas partes: na primeira, discutimos de forma geral o aspecto da heterogeneidade linguística; na segunda, discorremos a respeito da ciência sociolinguística e seus temas afins. Para isso, a segunda parte se apresenta subdividida em cinco subseções: na primeira, abordamos as variáveis independentes escolaridade e faixa etária; na segunda, expusemos as ondas da pesquisa sociolinguística; na terceira, tratamos a definição da norma linguística; na quarta, discutimos as definições de rural e urbano, relacionando-as à questão linguística; na quinta, abordamos a diversidade da língua portuguesa no Brasil e em Minas Gerais.

Além da organização do capítulo, antecipamos a informação de que a coleta de dados ocorreu por meio de gravações. Diante disso, aproveitamos informações relevantes dessas gravações para exemplificar as abordagens teóricas e as questões relacionadas aos elementos socioculturais dos espaços e dos moradores que visitamos para coletar os dados de nossa pesquisa. Também esclarecemos que as falas foram transcritas conforme a variedade linguística usada pelos moradores, respeitando, inclusive, as características específicas da oralidade, no que diz respeito à norma.

Por último, dizemos que, ao longo desta produção escrita, inserimos alguns relatos de fatos que vivenciamos no contato e na convivência com os informantes, pois consideramos que eles contribuíram para (re)organizarmos e (re)construirmos nosso percurso *na e para* a pesquisa.

2.1. O tratamento da língua sob uma abordagem social

A sociedade, de modo geral, possui a concepção de que a língua deve ser um fenômeno homogêneo e que fugir ao que se impõe como padrão em seu uso é motivo de inferioridade e até mesmo de estigmatização, diminuindo, inclusive, a facilidade de acesso aos direitos sociais. O apego à avaliação linguística de cunho tradicional evidencia que está distante da própria sociedade vislumbrar uma situação de mudança no sentido de valorizar, de aceitar variedades linguísticas diversas da variedade padrão, inclusive se posicionando como se não fosse permitido mudar essa realidade.

Uma reflexão que enfatiza todo esse pressuposto decorre do reconhecimento de que, desde tempos muito antigos, a sociedade é heterogênea, estratificada por questões

sociais, econômicas, culturais. A hierarquia de poder estrutura as sociedades, de modo que se atribui valor e legitimidade somente aos grupos dominantes e a tudo que os caracteriza. O fato de reconhecer a heterogeneidade não significa que ela seja aceita como um valor positivo. Isso se aplica também em relação à língua.

Diante disso, é preciso compreender que “língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma construindo a outra” (Bagno, 2007, p. 38). Quando se trata a língua numa abordagem social, o que é destacado é que ela “é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções uns aos outros” (Labov, 2008, p. 215). O que se espera é que as pessoas entendam que uma reflexão significativa e produtiva acerca das diferenças sociais conduz ao conhecimento das características sociolinguísticas da comunidade de fala em que a língua é usada.

Sob essa perspectiva, a língua também se torna reconhecida como um elemento de cultura dessa comunidade, e a sociedade, que é um grupo maior, caminha rumo ao respeito pelas variedades linguísticas, promovendo atitudes que enfraquecem o preconceito linguístico. Para Bagno (2003, p. 63), “O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários” (destaques do autor).

Trata-se de uma crença equivocada, uma vez que a língua possui outras variedades que podem não ser discutidas no espaço escolar, mas têm legitimidade no espaço social em que são usadas. Por isso, torna-se imprescindível buscar caminhos para normalizar a diversidade linguística, conscientizar a sociedade para uma convivência linguística sem julgamentos, sem discriminações e sem exclusões. Essa atitude, denominada de respeito linguístico, que se antecipa à ocorrência do preconceito linguístico, é definida assim por Scherre:

O respeito linguístico é a convivência harmoniosa entre os diferentes modos de falar, seja no plano das diferenças entre as línguas, seja no plano das diferenças entre as variedades no interior de uma mesma língua. As diferenças linguísticas, em qualquer plano, incluindo o social, caracterizam grupos de falantes e são mecanismos identitários” (Scherre, 2021, p. 117).

Isso significa que a sociedade, ao adquirir consciência da heterogeneidade da língua, tem o papel de viabilizar uma convivência harmoniosa entre suas variedades. Dessa forma, contribui para evitar a estigmatização de muitos falares diversos do que se

considera norma padrão, ao mesmo tempo em que respeita e acolhe a identidade de seus falantes.

Diante de tais reflexões, torna-se imprescindível que as produções científicas reiterem que “a língua é uma forma de comportamento social: declarações neste sentido podem ser encontradas em qualquer texto introdutório” (Labov, 2008, p. 215). Inclusive, nós a fazemos aqui também porque não consideramos a menor possibilidade de tangenciar a perspectiva de sempre abordar a língua como fato social. Para tal,

a única maneira de ir até o fim da concepção da língua como fato social não é perguntar quais são os efeitos da sociedade sobre a língua, ou da língua sobre a sociedade, pois isso seria, uma vez mais, fazer o problema sociolinguístico derivar do problema linguístico, como um problema diferente, sucessivo ou ulterior. Trata-se, bem ao contrário, de dizer que *o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto linguístico* (Calvet, 2002, 107-108, destaque do autor).

Dessa forma, não cabe procurar culpados, identificar interferências negativas, mas interpretar as interações sociais, coletivas imbricadas com a língua como instrumento facilitador de todo o processo sociocomunicativo. Assim, numa perspectiva sociolinguística, há questionamentos que nos convencem de que a língua e a sociedade realmente devem ser estudadas de maneira interligada: se língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas, como delimitar ou definir o papel de superioridade ou de inferioridade de uma e de outra? Como pensar que a língua possa existir fora da comunidade? Como estabelecer significativamente a relação causa-consequência nessa situação? Para além disso, considerando o entrelaçamento entre língua e sociedade, seria incoerente considerar a língua ou a sociedade superior (ou inferior) uma em relação à outra, pois as constantes mudanças pelas quais elas passam, motivadas por contextos que exigem ajustes, acabam refletindo no dinamismo das duas, ao mesmo tempo.

As abordagens sociolinguísticas, mesmo se transformando, se atualizando e se complementando no tempo, enfatizam essa condição de caráter social do qual a língua é impregnada.

Labov (2008, p. 13) projeta sua concepção de caráter social na língua, definindo a fala como “a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos”. Percebemos que, nesse caso, a língua é abordada numa perspectiva vernacular, destacando que as ações dos falantes os constituem sujeitos

nas relações interpessoais. Na vida diária, estamos em constantes relações sociais por meio da fala. Assim, nossas características individuais e sociais no uso da língua se evidenciam, pois não há um modo de falar homogêneo, uniforme. Logo, estamos sujeitos a avaliações por parte de outros falantes, independentemente se são da mesma comunidade de fala ou de outra. Situações como essas motivam pesquisas sociolinguísticas, as quais são realizadas com o intuito não só de analisar a diversidade apresentada pela língua, como também, e principalmente, refletir sobre sua relação com fatores sociais, com a sociedade em si.

Os estudos sociolinguísticos, sob a denominação de sociolinguística variacionista³, surgiram na década de 1960, a partir dos estudos do norte-americano William Labov. Conforme Tarallo (1990), dois estudos de Willian Labov são expressivos para o surgimento da Sociolinguística: em 1963, Labov estudou o inglês falado na ilha de Martha's Vineyard, no Estado de Massachusetts; em 1966, ele estudou a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque.

Sempre que se propõe a realização de uma pesquisa sociolinguística, de modo geral, toma-se como referência as técnicas do estudo realizado na ilha norte-americana. De acordo com exposição de Labov (2008), Martha's Vineyard é uma ilha localizada no município de Dukes, está dividida em ilha alta e ilha baixa: “A ilha baixa é a região dos vilarejos onde vivem três quartos da população permanente. A ilha alta é estritamente rural, com poucos vilarejos, fazendas, casas de veraneio isoladas, lagoas de água salgada e pântanos, e uma grande área central desabitada, com pinheirais improdutivos” (Labov, 2008, p. 23). Labov fala também sobre os quatro grupos que formam os nativos vineyardenses e sobre o elevadíssimo número de veranistas que invadem a ilha em junho e julho de todo ano. A variável linguística selecionada para a pesquisa sociolinguística foi as diferenças na altura do primeiro elemento dos ditongos /ay/ e /aw/. Para tal observação, foram realizadas entrevistas e feitas muitas observações em situações espontâneas, totalizando 69 entrevistas feitas com falantes nativos da ilha, divididas em três períodos: agosto de 1961, final de setembro-outubro de 1961 e janeiro de 1962.⁴

³ Outras denominações são apresentadas para essa área da Linguística de acordo com Coelho *et al.* (2015): “(i) **Sociolinguística Laboviana**, porque seu principal expoente é o norte-americano Willian Labov; (ii) **Sociolinguística Quantitativa**, porque, a princípio, os pesquisadores dessa área costumam lidar com uma grande quantidade de dados de usos da língua, o que requer normalmente uma análise estatística; e (iii) **Teoria da Variação e Mudança Linguística**, por conta de suas principais preocupações: a variação e a mudança da língua” (Coelho *et al.*, 2015, p. 14).

⁴ Os resultados e análise dos dados desta pesquisa laboviana são apresentados na obra Padrões Sociolinguísticos (Labov, 2008, p. 30-62).

A pesquisa sociolinguística se fundamenta na relação que há entre língua e sociedade. Por isso, a compreensão que se tem dessa relação nos leva a concluir que ambas, língua e sociedade, por serem dinâmicas, estão expostas a fatores que condicionam diferenças. No que se refere à língua, as diferenças de seu uso em decorrência de questões sociais, culturais, geográficas, enfatizam o seu caráter heterogêneo, ou seja, a língua é usada de formas diversas por influência de condicionadores também diversos. A esse fenômeno dá-se o nome de variação linguística, que conforme Coelho *et al.* (2015, p. 16), assim se define: “A variação linguística é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”.

A partir do reconhecimento do fenômeno da variação linguística, discernimos também outros conceitos atrelados a esse fenômeno: variedade, variante, variável. Para Coelho et. al (2015, p. 14), entende-se por variedade “a fala característica de determinado grupo”. Os grupos são identificados por critérios geográficos (relacionados ao espaço geográfico onde vive o falante: variedade mineira, variedade baiana) e critérios sociais (relacionados ao nível de escolaridade, à faixa etária, ao gênero, ao papel social do falante, à participação nas redes sociais). É relevante mencionar que os critérios que identificam um grupo de falantes não são observados isoladamente. Por exemplo, pode-se pensar na sobreposição, na junção de espaço geográfico, faixa etária e papel social para analisar como fala um grupo de jovens mineiros, estagiários de agronomia, em fazendas do triângulo mineiro.

As definições de variável e variante linguísticas são assim apresentadas por Tarallo (1990, p. 8):

Em toda comunidade de fala são frequentes as formas linguísticas em variação. [...] a essas formas em variação dá-se o nome de “variantes”. “Variantes linguísticas” são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de “variável linguística”.

Para exemplificar as definições, recorremos ao português brasileiro falado, por meio de fragmentos extraídos de uma reportagem exibida pelo Jornal Nacional, da TV Globo, em 13 de janeiro de 2025.⁵ Os trechos transcritos são fontes para exemplificar duas variáveis linguísticas.

⁵ A reportagem da qual extraímos os fragmentos é intitulada “Onze pessoas morreram soterradas em Minas Gerais, no fim de semana” e está disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/video/onze-pessoas-soterradas-em-minas-gerais-no-fim-de-semana>

A primeira delas é a marcação do plural no sintagma nominal, considerando que a gramática normativa prescreve que todos os determinantes devem concordar com o constituinte que é núcleo, representado por um substantivo. Na reportagem, um dos entrevistados diz: “Tô na área de risco. Tá perigoso cair barranco lá também. Fora **as árvore** que tem lá né.” (dito a 01:01). O trecho destacado na fala do entrevistado apresenta a marcação do plural (presença de /s/) apenas no artigo, que ocupa a posição inicial do sintagma nominal. No entanto, de acordo com a gramática normativa do português, os dois constituintes deveriam estar com a marcação do plural: “as árvores”. Portanto, as duas formas “**as árvore**” e “**as árvores**” são variantes da variável “marcação do plural no sintagma nominal”.

A outra variável que exemplificamos se refere à primeira pessoa do plural no sistema pronominal, que atualmente não mais se resume ao uso paradigmático do pronome “nós”. Transcrevemos três fragmentos da reportagem.

Fragmento 1:

“Ali é uma região muito montanhosa, né. Então o ar quando ele é forçado a subir nas montanhas ele, é, favorece a formação dessas nuvens e **a gente tem** essa condição de instabilidade de grande escala.” (Lizandro Gemiacki, meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia, Inmet, aos 02:24)

Fragmento 2:

“Uso uma analogia falando de roupa. Quando **a gente tá** com uma roupa molhada é muito mais pesado que roupa seca. Então a influência urbana, o crescimento urbano com a retirada da vegetação e a construção de casas, tudo isso aumenta o peso do solo. Com a chuva, isso fica mais crítico.” (Cristiane Oliveira, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, aos 03:46)

Fragmento 3:

“Pra que quando **a gente tem** um aviso de tendência de chuva de grande volume, essa população seja retirada antes que o escorregamento ocorra. Não importa se cada dez vezes nove for alarme falso. Uma vai ser verdadeira e **a gente precisa**, é, investir mais em prevenção do que em remediação.” (Cristiane Oliveira, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, aos 04:07)

Os trechos destacados nos fragmentos transcritos apresentam a forma “a gente” se referindo à primeira pessoa do plural, que é, normativamente, representada pelo pronome “nós”. Os trechos destacados poderiam ser assim modificados:

1. “a gente tem”: nós temos
2. “a gente tá”: nós estamos
3. “a gente precisa”: nós precisamos

Assim modificados, substituindo “a gente” por “nós”, os trechos apresentam duas variantes para a variável primeira pessoal do plural, que está normalizando o uso de “a gente”. Reforçamos que essas variantes foram usadas por falantes cultos da língua portuguesa, num contexto que é referência para usuários da língua portuguesa no Brasil.

Por fim, apresentamos a definição de variável linguística de acordo com Coelho *et al.* (2015, p. 20): “corresponde ao lugar da gramática em que ocorre a variação, como a ‘expressão pronominal de P2’, por exemplo”; é tratada por variável dependente. Ainda conforme Coelho *et al.* (2015), há as variáveis independentes, que são os condicionadores linguísticos (são aqueles ligados aos aspectos internos da língua, como a ordem dos constituintes numa sentença, a classe das palavras envolvidas no fenômeno em variação) e os condicionadores extralingüísticos (condicionadores de natureza social, como o gênero, o grau de escolaridade, a faixa etária do informante).

Apresentamos, de forma específica, como tais conceitos se aplicam à nossa pesquisa. A variável linguística dependente é a posição do vocativo nas sentenças orais dos falantes de quatro comunidades rurais da cidade mineira de Patrocínio, bem como de falantes da área urbana. Para analisar a variável dependente, usamos a faixa etária e o nível de escolaridade como variáveis independentes.

A reflexão a respeito da variação linguística se atém ao caráter heterogêneo, variável da língua e à relação entre língua e sociedade. Com foco nos desdobramentos do fenômeno da variação, constatamos que, ao longo do tempo, a língua passa também por mudanças, uma vez que uma variante pode deixar de ser usada de forma que favoreça o uso de outra variante nova, inovadora, processo que se denomina de mudança linguística: “é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006, p. 87).

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 124) sugerem que “uma mudança linguística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através

de um subgrupo específico da comunidade de fala”. Há dois modos para a difusão de uma forma linguística, explicadas por meio do tempo aparente e do tempo real.

O tempo aparente se refere ao “comportamento diferenciado dos falantes em várias faixas etárias” (Labov, 2008, p. 318); trata-se de uma abordagem sincrônica, pois “é observada pelo comportamento linguístico de gerações distintas num mesmo intervalo de tempo” (Coelho *et al.*, 2015, p. 88). Por outro lado, a mudança em tempo real “é captada pelo comportamento linguístico retratado ao longo de diferentes períodos” (Coelho *et al.*, 2015, p. 88). A mudança linguística em tempo real é registrada após confirmada a mudança em tempo aparente, por meio de instrumentos linguísticos, a exemplo das gramáticas, embora seus modelos não incluam a noção do uso linguístico. As formas vernaculares podem ser também recuperadas por meio de atlas linguísticos, textos escritos em prosa.

A noção de tempo, real ou aparente, caracteriza a mudança linguística de duas formas: mudança estável e mudança em progresso. A mudança estável, relacionada ao tempo real, ocorre quando “entre a regra variável e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação” (Tarallo, 1990, p. 65). Ocorrerá mudança em progresso quando “o uso da variante mais inovadora for mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes” (Tarallo, 1990, p. 65).

Como exemplo, consideremos uma situação em que, para analisar o uso de três variantes (A, B, C), foram incluídas três faixas etárias diferentes: jovens, adultos, idosos. Os resultados comprovaram que não houve nenhuma correlação entre a regra variável e a faixa etária dos informantes; nesse caso há uma situação de estabilidade das variantes. Se o resultado apontasse um uso mais frequente de uma variante inovadora entre os jovens e esse uso diminuísse entre os adultos e mais ainda entre os idosos, seria um caso de mudança em progresso.

O estudo da mudança linguística aborda a análise de estruturas num contexto de (possíveis) alterações, portanto são indispensáveis fundamentos teóricos que contribuam para o entendimento desse processo. Weinreich, Labov e Herzog (2006) especificam cinco princípios empíricos para uma teoria da mudança linguística, com o objetivo de orientar o pesquisador, evidenciando uma ligação entre os fundamentos teóricos e as experiências ao investigar.

O primeiro princípio, o problema dos fatores condicionantes, se refere ao conjunto de mudanças e às condições para que elas ocorram, destacando que “nem toda combinação de fatores linguísticos e sociais tem sido observada em estudos até o

momento, nem tem sido observada toda possível combinação de variáveis linguísticas” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 121). Exemplo: no estudo sobre a concordância verbal de P6 (Monguilhot, 2009), observando a posição do sujeito em relação ao verbo, concluiu-se que no português brasileiro a marcação de plural diminui se o sujeito estiver posposto ao verbo.

O segundo princípio é o problema da transição, que se orienta pela tentativa de descobrir o estágio em que uma estrutura evolui para outra. Para os autores, “A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 122). Por exemplo: o estudo de como correu a monotongação do ditongo decrescente [ow] em palavras como roupa > ropa, pouco > poco, trouxe > troxe. Verifica-se o entendimento de que mudanças como essa acontecem gradualmente, não são abruptas.

O terceiro princípio, chamado de o problema do encaixamento, evidencia a postura convergente entre os linguistas sobre o fato de que as mudanças linguísticas “devem ser vistas como encaixadas no sistema linguístico como um todo” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 122). A intenção é descobrir como as mudanças se correlacionam social e linguisticamente, constatando que “No desenvolvimento da mudança linguística, encontramos estruturas linguísticas encaixadas desigualmente na estrutura social” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 123). Nesse caso, variantes diferentes podem coocorrer, como no caso da expressão pronominal de P4 em que se alternam as formas “nós” e “a gente”. Conforme Coelho *et al.* (2015, p. 82),

Como pronome, ‘a gente’ é usado primeiramente com referência indeterminada (incluindo qualquer um) e lentamente se expande para referência determinada (indicando ‘eu + alguém’), alternando-se com o pronome ‘nós’. Hoje, é comum encontrarmos o emprego de ‘a gente’ como genérico (‘*a gente* colhe o que planta’), com referência a: ‘eu + grupo de pessoas’ (‘porque *a gente* ia jogá com alguma outra turma’), ‘eu + ele(a)’ (‘eu e minha mãe, *a gente* tava em casa’), ‘eu + você(s)’ (‘ai eu perguntei pro João: *a gente* vai jogá futebol amanhã?’) e até mesmo com referência a ‘eu’ (‘neste trabalho, *a gente* vai fazer uma discussão sobre os pronomes de tratamento’). Essa expansão de contexto de uso pode ser observada na alternância entre os dois pronomes – observe-se que em todos os exemplos podemos substituir o pronome ‘a gente’ por ‘nós’.

O penúltimo princípio empírico para a teoria da mudança linguística é o problema da avaliação. Esse princípio ressalta que “o nível de consciência social é uma propriedade

importante da mudança linguística que tem de ser determinada diretamente” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 124). Uma comunidade de fala nem sempre tem consciência social suficiente para avaliar, julgar uma mudança linguística. Inclusive, a avaliação pode acontecer em um momento posterior; se a forma inovadora obtiver prestígio na sociedade, ocorre uma condição favorável à mudança. Ao contrário, acontecem casos de rejeição a algumas variantes, manifestando intolerância também com os seus falantes. No português brasileiro, no estudo da concordância nominal, a variante “Eu cortei as árvore” recebe uma avaliação negativa por apresentar um sintagma sem concordância de número. E ainda pode caracterizar uma situação de preconceito contra seu usuário, julgando-o como uma pessoa pobre, pois “se pensa que os menos favorecidos economicamente têm linguagem menos elaborada” (Leite, 2012, p. 28).

Por fim, o problema da implementação se apresenta como o princípio que acompanha todo o fenômeno da mudança linguística. Compreende-se que “Uma vez que a mudança linguística está encaixada na estrutura linguística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006, p. 124). Dessa forma, o processo de mudança avança e se completa, eleva-se o nível de consciência social e uma mudança linguística está de fato implementada até que um novo processo seja (re)iniciado, afinal todo uso da língua é reflexo de uma sociedade dinâmica, em constantes e inevitáveis mudanças.

2.2 A Sociolinguística

A língua, nesse contexto entendida como linguagem verbal, é o instrumento para nossos atos de interação, de comunicação social. Petter (2020, p. 11) afirma que assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação. Isso significa que toda sociedade é espaço em que a linguagem verbal humana se faz presente e, por meio dela, cada falante organiza o que vai ser comunicado, pressupondo que as práticas sociais exigem que os membros de uma sociedade se comuniquem verbalmente.

Há uma ciência que se ocupa da língua como objeto de investigação, a Linguística, que é, conforme Petter (2020, p. 17), “uma ciência que detém somente na investigação científica da linguagem verbal humana (...) estuda a principal modalidade dos sistemas sígnicos, as *línguas naturais*, que são a forma de comunicação mais altamente desenvolvida e de maior uso”.

Como se trata de um fenômeno que envolve o falante, sua história, a sociedade em que ele está inserido, a língua é, por sua natureza social, um fato heterogêneo. Por isso, algumas considerações são relevantes no que se refere ao seu estudo e à sua investigação, relacionando o indivíduo falante (e sua ampla vivência) à sociedade (englobando seus valores, suas atitudes, que se encontram em construção contínua). Esse processo de investigação ocorre por meio de estudos que se concentram especificamente no uso real da língua, como é o caso da Sociolinguística, assim definida por Mollica:

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo (Mollica, 2020, p. 9).

Conforme expõe a autora, o objeto de estudo da Sociolinguística se caracteriza como uma língua em uso, em que se evidenciam seus próprios aspectos ligados de forma condicionada a outros fatores sociais, ou seja, é a investigação científica da língua em sua ligação com a sociedade. Dessa forma, comprehende-se a concepção da heterogeneidade da língua, levando-a, inclusive, a se associar a outras ciências para também analisar os falantes *na e com* a sociedade em que vivem.

A Sociolinguística considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos socioculturais a comunidades maiores (Mollica, 2020, p. 10). Dessa forma, nesses grupos, é preciso analisar a variação, levando em consideração as especificidades dos diferentes espaços, as particularidades dos grupos sociais que os tornam distintos, bem como as situações de comunicação.

Trata-se de uma atividade de investigação linguística em que é fundamental a atuação de um especialista em língua que não se preocupe em legislar sobre o que se considera padrão, o que é enfatizado como correto no uso de uma variedade, pois a tarefa do linguista não é prescritiva: não se preocupa com o que (não) é recomendável no uso da língua. Ele se preocupa com outras variedades da língua, tão interessantes quanto aquela que se considera padrão, não levando em consideração exclusivamente o prestígio social, cultural das variedades; elas coexistem, não se trata de um estudo linguístico normativo. Nesse sentido, Mollica (2020, p. 10) expõe que

O linguista deve compreender como se caracteriza uma determinada variação de acordo com as propriedades da língua, verificar seu *status* social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do

fenômeno variável no sistema e determinar se as variantes em competição acham-se em processo de mudança, seja no sentido de avanço, seja no sentido de recuo da inovação.

Para realizar esse trabalho de compreensão e da forma como a língua varia e muda, o linguista se vale de determinados fatores sociais que o auxiliam na investigação e na identificação dos fenômenos de variação linguística. Nesse trabalho, não cabe se pautar em um ou outro fator de forma exclusiva, enfatizando a força que cada um tem. Considera-se que há uma influência simultânea entre eles para justificar o uso das formas variantes. Por isso, não é produtivo considerar apenas gênero e idade, por exemplo. Deve-se buscar o entrelaçamento, as influências simultâneas, pensar numa pesquisa sociolinguística que se preocupe em integrar, por exemplo, a escolaridade, o papel social atribuído ao falante e se esse papel é desempenhado pelo homem ou pela mulher, bem como os elementos que circundam a situação comunicativa. Enfim, na pesquisa sociolinguística interessa-nos

o conjunto das variáveis externas à língua, no qual se encontram os fatores de natureza inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva) (Mollica, 2020, p. 11).

Além dos fatores individuais e sociais, outro fator que também interessa à análise sociolinguística é o espaço geográfico, pois envolve analisar as variáveis mencionadas por Mollica (2020) e relacioná-las ao conjunto de elementos que formam a cultura do falante. Quando se observa a localização geográfica dos falantes, a variação linguística recebe o nome de regional, diatópica ou geográfica que, de acordo com Coelho *et al.* (2015, p. 38), é “a responsável por podermos identificar, às vezes com bastante precisão, a origem de uma pessoa pelo modo como ela fala”.

Na variação regional, para se identificar se o falante é mineiro, por exemplo, devem se observar as marcas linguísticas características da fala da região de Minas Gerais, por meio do léxico e do sotaque, principalmente. No entanto, essas marcas linguísticas não devem criar situações que tornam caricatos os modos de falar de diferentes regiões nem os reforcem negativamente, a ponto de evidenciar um preconceito linguístico. A variação regional pode estudar as diferenças encontradas em uma mesma língua entre dois países, entre duas regiões dentro de um mesmo país, entre dois estados de um mesmo país, entre cidades localizadas em espaços diferentes dentro de um mesmo

estado, entre bairros de uma mesma cidade. Ainda conforme Coelho *et al.* (2015, p. 39), “É comum também que se analise variação regional entre zonas urbanas e zonas rurais ou do interior”. A nossa proposta de pesquisa sociolinguística se insere nessa análise das diferenças entre zona rural e zona urbana, uma vez que se pretende comparar o uso do vocativo nas quatro comunidades rurais com seu uso na área urbana da cidade de Patrocínio-MG.

A análise sociolinguística se desenvolve, portanto, focando a observação criteriosa da sobreposição de fatores que condicionam a variação do uso da língua. Isso gera mais transparência e efetividade nos resultados diante das investigações dos fenômenos linguísticos, uma vez que se consideram as relações sociais, a relação do falante ao meio, sua familiaridade com seu papel social e com a atividade comunicativa que realiza.

O que se conclui é que se trata de uma situação que exige do linguista um esforço no sentido de cruzar as variáveis sociais para explicar um determinado fenômeno da variação linguística. Sempre se deve relacionar uma variável social a outros aspectos sociais, manifestando atenção na interpretação de dados coletados. Quando uma variável é estudada sem considerar seu entrelaçamento com outra variável, corre-se o risco de encobrir resultados que poderiam permitir análises mais amplas.

Vamos discorrer a esse respeito, enfocando duas variáveis independentes: a escolaridade e a faixa etária.

2.2.1 As variáveis independentes: escolaridade e faixa etária

2.2.1.1 Escolaridade

O papel da escola se evidencia como agente de aprimoramento da fala e de favorecimento da aquisição da escrita. Nesse sentido, ela é vista como um espaço de promoção de contato com a norma padrão da língua e salienta uma perspectiva conservadora da norma de prestígio. Votre (2020, p. 51-53) apresenta-nos quatro distinções relacionadas à ligação existente entre variação linguística e a variável escolaridade, considerando a dinâmica social que envolve a instituição escolar.

A primeira distinção focaliza o *status* econômico e o prestígio social dos usuários das formas da língua. Essa distinção diz respeito à valorização e ao prestígio das normas utilizadas pelos falantes que já gozam de prestígio socioeconômico, de maneira que essas normas são vistas de forma oposta (até mesmo conflitante) às normas dos falantes que não possuem tal prestígio. Diante disso, as formas linguísticas consideradas “corretas”

são aquelas enfocadas pela gramática normativa e a escola é vista como controladora dessa norma, em especial por meio da figura do professor de língua materna.

A segunda distinção elege estigma social, com enfoque específico naqueles falantes que são linguisticamente excluídos em decorrência da valorização das formas referidas na primeira distinção. A consequência dessa valorização é atribuir a condição de inferioridade aos não falantes de formas valorizadas e enfatizadas pelas gramáticas escolares, usadas para o ensino da língua na escola. Assim, esses falantes são estigmatizados, são vítimas de críticas negativas, uma vez que não se discutem a frequência do uso e a regularidade de uma determinada forma pelos membros de uma comunidade.

A terceira distinção trata de uma situação em que a escola se torna controladora de alguns fenômenos gramaticais ao mesmo tempo em que não se atenta a algumas formas que fogem a essa ação disciplinadora. Podemos retomar aqui o fato de a instituição escolar insistir em consolidar apenas a regra que prioriza o uso do pronome “nós” para a primeira pessoa do plural, ao mesmo tempo em que usamos, normalmente, “a gente” com o mesmo valor do pronome, sem monitoração do contexto⁶. Até mesmo a mídia televisiva faz esse uso durante programação em que os profissionais envolvidos são considerados falantes cultos da língua, como no jornalismo, por exemplo.

A última distinção coloca em campos opostos os fenômenos controlados por fatores gramaticais e fenômenos associados a fatores discursivos. Nesse sentido, percebe-se que a maioria dos fenômenos estudados não se valem de variáveis funcionais para descrever o uso de formas linguísticas diversas. A variável escolaridade ainda evidencia uma tendência da instituição escolar como aquela que privilegia o canal da escrita; leva os falantes a adquirirem a variedade padrão da língua, para se apropriarem de uma norma de prestígio e associar esse prestígio linguístico a *status* social, bom nível de escolaridade, como pertencentes a uma classe social que também possui boa renda financeira, tem acesso a produtos culturais e posse de bens materiais.

Por outro lado, apontamos importante papel adquirido pela instituição escolar em decorrência de orientações pedagógicas atuais de documentos oficiais que direcionam para um trabalho que proporciona a discussão da diversidade linguística no espaço escolar. Como exemplo, mencionamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, que assim

⁶ Em Castilho (2020, p. 477) há um quadro dos pronomes pessoais no PB em que “a gente” representa a primeira pessoa (do singular e do plural). Esse quadro tem sido reproduzido também em livros didáticos, como em *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso* (Cereja, Vianna, Damien, 2016, p. 138).

preconizam: “A Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades” (Brasil, 1998, p. 81). Também destacamos a primeira competência específica de língua portuguesa, proposta pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017, p. 87): “1. Compreender a língua como um fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem”.

Essa competência oportuniza à instituição escolar, sem deixar de ensinar a norma padrão, acolher e refletir acerca de outras variedades linguísticas, cujos usos estão legitimados por seus usuários, na comunidade de fala em que estão inseridos. Quando o professor aborda a língua dessa forma, concretiza-se a proposta da Sociolinguística Educacional⁷:

A Sociolinguística Educacional propõe que se leve para as salas de aula a discussão sobre a variação linguística, orientando os alunos a reconhecerem as diferenças dialetais e, mais importante, a compreenderem que essas diferenças são normais, legítimas e que devem ser consideradas na seleção das estruturas a serem utilizadas, a depender das condições de produção (Cyranka, 2016, p. 169).

De todo modo, o fato é que a escolaridade se associa a outras situações sociais, a exemplo da faixa etária, conforme nos propomos a discutir a seguir.

2.2.1.2 Faixa etária

A faixa etária é para Freitag (2005, p. 106) uma variável sociolinguística extremamente complexa. Essa variável “é apenas um rótulo que agrupa vários fatores de ordem social e biológica do indivíduo” (Freitag, 2005, p. 111). Ou seja, é apenas uma representação do tempo de vida, uma vez que se relaciona de forma bastante contundente a outros aspectos sociais, nos quais se englobam as relações sociais do indivíduo, como a forma pela qual ocorre sua inserção e atuação no mercado de trabalho a partir de seu nível de escolarização. Portanto, é preciso observar muito mais que apenas a graduação etária.

O falante muda o uso e suas características linguísticas ao longo da vida, associando a idade a outros fatores, ao mesmo tempo em que o próprio espaço em que está inserido também muda e, consequentemente, influencia no uso da língua. Dentre

⁷ Sociolinguística Educacional é a denominação proposta por Bortoni-Ricardo em sua obra *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula* (2004), com o objetivo de desconstruir a crença de que as diferenças linguísticas se caracterizam como deficiências.

esses fatores, destacam-se, por exemplo, a facilidade de acesso à tecnologia, às redes sociais, o favorecimento à facilidade de acesso à formação escolar em todos os níveis, independentemente se o falante vive no espaço rural ou no espaço urbano. Portanto, ao se investigarem e se comprovarem diferenças linguísticas, é preciso ajustar o método de investigação de modo que vá realmente responder às perguntas de pesquisa, considerando a variável faixa etária na sua relação com outros fatores marcantes na sociedade onde estão os falantes investigados.

Enfim, como os fatores sociais se apresentam muito instáveis, não basta analisar apenas as características do indivíduo/falante. Freitag (2005, p. 116) propõe uma medida que pode auxiliar na interpretação de resultados de um fenômeno de variação linguística quanto à sua distribuição em função das faixas etárias:

cercar-se do máximo de informações possíveis a respeito das características sociais do indivíduo: sua rede de relações sociais, informações sociais a respeito de seus pais e parentes diretos, como grau de escolarização, relação no mercado de trabalho (aposentado, contato direto/indireto com o público, rede de relações sociais), e todas mais que forem possíveis (Freitag, 2005, p. 116).

Nesse sentido, o fator faixa etária pode ser influente, significativo, desde que esteja associado a outros fatores que representam controle de situação em que o falante vive suas experiências. Esses fatores também se interseccionam com variáveis que tradicionalmente são usadas para analisar e justificar o dinamismo da língua. Vejamos um exemplo em que Freitag (2005) propõe o cruzamento de critérios com a faixa etária, envolvendo escolaridade.

Quadro 1 - Correlação entre faixa etária e escolarização

	Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Sem escolarização
0 a 6 anos	X				X
7 a 14 anos	X	X			X
15 a 19 anos	X	X	X		X
20 a 25 anos	X	X	X	X	X
Mais de 25 anos	X	X	X	X	X

Fonte: (Freitag, 2005, p. 112)

O quadro apresenta uma relação bem próxima entre as faixas etárias e o nível de escolaridade, apesar de que na realidade nem sempre os estudantes estejam na série

recomendada para sua idade, devido, por exemplo, à evasão escolar. Também expõe a possibilidade de haver em todas as idades pessoas que não frequentaram a escola.

Relacionando a medida proposta por Freitag para facilitar a análise de dados linguísticos envolvendo faixa etária ao quadro 1 (p. 35), refletimos acerca de alguns fatores que podem ser levados em consideração para analisar como a correlação entre faixa etária e escolarização pode ser evidenciada em diferentes situações. Iniciamos por mencionar a existência de aspectos legais obrigatórios⁸, cujos efeitos de aplicação dificilmente se encontra alguém sem escolarização na faixa etária até os 19 anos, atualmente.

O espaço geográfico em que as pessoas vivem também exerce influência na correlação faixa etária e escolaridade, levando em conta as condições de acesso à escola, em decorrência de como a oferta de ensino acontece nas mais diversas regiões. Em determinadas situações, é preciso analisar se a escola está localizada perto ou longe de casa; se está localizada na área urbana ou na área rural, dependendo ou não de transporte escolar; se há compatibilidade do turno de oferta de matrículas da instituição escolar com a realidade da rotina das famílias dos estudantes. Quando um desses fatores dificulta o acesso do estudante às aulas, mesmo com a existência de amparo legal para que o aluno frequente a escola, pode haver casos de evasão escolar. A consequência será uma disparidade entre faixa etária e nível de escolaridade.

A questão do gênero, imbricado com o papel social, são fatores que podem interferir diretamente na análise da relação entre faixa etária e escolaridade, investigando como homem e mulher em diferentes tempos se preparam para entrar no mercado de trabalho, exercendo diferentes profissões, conforme as características e tendência da sociedade.

Diante disso, precisamos entender como esses fatores que condicionam a variação linguística serão pensados para organizar nossa pesquisa nos espaços que delimitamos. Além da relação entre idade e escolaridade e da ligação entre gênero e o papel social, pensamos como a profissão apresenta suas exigências de interação com um público

⁸Em 2013 houve uma alteração na LDB 9394/96 e, por meio do artigo 4º da Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013, tornou-se obrigatória a educação básica com início aos 4 anos (na educação infantil) até os 17 anos de idade (ensino médio): “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;
b) ensino fundamental;
c) ensino médio.”

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm Acesso em 30. jun. 2025.

específico ou não, se é o espaço rural ou o espaço urbano o local de atuação profissional, se há deslocamentos entre esses espaços no que se refere à residência e local de trabalho e como esses deslocamentos promovem contatos com falantes de outros espaços. Ou seja, é preciso entender como todos os fatores se interseccionam e condicionam diferentes usos da língua.

As variáveis nível de escolaridade e faixa etária são pertinentes para a pesquisa que propusemos na medida em que os moradores das quatro comunidades rurais apresentam anos de escolaridade bem diversos quando se associam à idade. Devem-se levar em conta algumas questões: no passado, as condições de acesso à escola eram diferentes; havia situações em que as famílias se empenhavam pouco para que os filhos estudassem e, por fim, havia também a necessidade de que eles trabalhassem para ajudar no sustento familiar. No presente, vários fatores influenciam para que a visão a respeito da importância de as crianças e jovens frequentarem a escola seja diferente, reconhecendo que, além dos aspectos legais quanto à obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar, a própria família se empenha mais para que os filhos tenham uma formação acadêmica que lhes garanta êxito no trânsito por diferentes espaços sociais. Nas quatro comunidades rurais coexistem famílias com membros de diferentes faixas etárias e com níveis de escolaridade também diversos, evidenciando vivências bem diferentes em decorrência do tempo em que cada geração deveria estar na escola.

No percurso de suas realizações, estudos evidenciam que as pesquisas sociolinguísticas, para além da sua caracterização e forma, também apresentam diferentes maneiras de investigação de um fenômeno linguístico variável, o que os pesquisadores têm chamado de ondas da pesquisa sociolinguística.

2.2.2 Ondas da pesquisa sociolinguística

As pesquisas sociolinguísticas investigam fenômenos de variação linguística, considerando a relação que existe entre língua e sociedade; portanto, o foco desses estudos é a diversidade, a heterogeneidade linguística. Apresentamos aspectos caracterizadores de atividades dessas pesquisas que, conforme Eckert (2022)⁹, estão organizados em três ondas, três maneiras diferentes de pensar e investigar o fenômeno da variação.

⁹ O texto de 2022 é uma tradução para o português; o texto original foi publicado em 2012.

A primeira onda de estudos variacionistas começou com o estudo de Labov (1966) sobre a estratificação social do inglês na cidade de Nova Iorque, o qual foi replicado em muitos outros estudos urbanos. A mudança linguística emergiu de pressões dentro do sistema linguístico, afetando primeiro a fala daqueles menos sujeitos à influência da língua padrão e se espalhando por populações cada vez mais resistentes à mudança.

A perspectiva da primeira onda sobre o significado baseava-se na hierarquia socioeconômica, ou seja, as variáveis eram tomadas para marcar o *status* socioeconômico, e as dinâmicas estilísticas e de gênero eram vistas como resultantes dos efeitos dessas categorias na orientação dos falantes para o seu lugar atribuído nessa hierarquia. As variedades linguísticas eram correlacionadas a categorias sociais, como classe socioeconômica, escolaridade, sexo, idade; o uso frequente do vernáculo resultava no afastamento do *status* socioeconômico de prestígio, pois “variedades linguísticas carregam o *status* social do falante” (Freitag *et al.*, 2012, p. 920).

Como resultado, os estudos dessa primeira onda interpretaram a significação social da variação com base em uma compreensão geral das categorias, que serviram para selecionar e classificar os falantes de uma forma estável, padronizada, não evidenciando o conhecimento direto dos próprios falantes e de suas comunidades.

A segunda onda de estudos variacionistas voltou-se para métodos etnográficos para se aproximar da dinâmica local da variação. Iniciou-se com a atribuição da agência social ao uso de traços vernaculares, bem como de traços padrão, e com um foco no vernáculo enquanto expressão de identidade local ou de classe.

Nessa segunda onda, os estudos etnográficos forneceram uma perspectiva local nas descobertas dos estudos em larga escala da primeira onda, estabelecendo a ligação entre as categorias macrossociológicas e as categorias e configurações locais que lhe dão sentido. São estudos que investigam comunidades menos amplas e são analisados os contatos que os indivíduos estabelecem entre si no decorrer de suas vivências. Um exemplo de investigação dessa onda é o estudo de Labov (1963) na ilha de Martha’s Vineyard, no Estado de Massachusetts (Estados Unidos).

Outro exemplo desses estudos, citado por Eckert (2022, p. 275), refere-se ao entendimento de relações entre variação e ocupação em comunidades rurais. A pesquisa, realizada por Rickford (1986), em uma plantação de açúcar na Guiana, mostrou que há diferenças linguísticas entre aqueles que trabalham diretamente com o açúcar e aqueles que trabalham no escritório. No entanto, o vernáculo tem valor positivo no nível local, associado com valores e práticas locais.

O movimento principal da terceira onda, que incorpora o dinamismo da estrutura, “foi de uma visão de variação enquanto reflexo de identidades e categorias sociais para a prática linguística na qual os falantes posicionam-se na paisagem social por meio da prática estilística” (Eckert, 2022, p. 279). Para discorrer sobre essa visão, a linguista destaca que

Enquanto as duas primeiras ondas entendiam o significado da variação como consequência incidental do espaço social, a terceira onda entende-o como um traço essencial da língua. A variação constitui um sistema semiótico social capaz de expressar a gama completa de preocupações sociais de uma comunidade. Ainda assim, uma vez que essas preocupações mudam continuamente, variáveis não podem ser marcadores consensuais de significados fixos; pelo contrário, sua propriedade principal deve ser a mutabilidade indexical (Eckert, 2022, p. 279).

O foco no estilo vai além das variáveis regionais evidentemente não padrão, tão defendidas nas duas primeiras ondas. Estudos de terceira onda, geralmente, começam com estilos, buscando descobrir o que os torna distintos, em uma tentativa de detalhar os tipos de recursos e significados que dão à língua a sua vida social. O foco muda da comunidade de fala para a comunidade de prática, cuja definição nos é apresentada por Coelho *et al.* (2015) da seguinte forma:

Essa noção diz respeito a práticas sociais compartilhadas por indivíduos que se reúnem regularmente em torno de uma meta comum, e envolvem desde crenças e valores até formas de realizar certas atividades e de falar. Podem ser caracterizadas como comunidades de prática reuniões de pais e professores, rotinas familiares e escolares, comunidades de *hackers*, entrevistas médicas, comunidades de pescadores etc (Coelho *et al.*, 2015, p. 69).

Constata-se que uma comunidade de prática envolve um grupo de diferentes pessoas que, por terem um objetivo comum, se comprometem com práticas também comuns. O fato de se reunirem periodicamente contribui pra que haja uma continuidade de ações com o intuito de alcançar as metas propostas. Cada comunidade possui características socioculturais que condicionam as ações de seus membros, bem como as diferentes práticas de linguagem, as quais constituem diferentes identidades. O uso da linguagem também é influenciado pelos diferentes engajamentos nas comunidades de prática; usos linguísticos diversos constroem diferentes significados sociais, relacionando-os à comunidade de prática da qual o falante faz parte.

No Brasil, a sociolinguista Raquel Freitag (2023) destaca que as tendências das três ondas podem coexistir e persistir, ou seja, elas não são sucessivas, em qualquer tempo

podem ser integradas. É possível uma pesquisa sociolinguística em que se agreguem objetivos específicos de mais de uma onda. Além disso, é possível estabelecer ligação entre estudos de diferentes ondas e pode ocorrer a ressignificação dessas ondas no trabalho de investigação linguística, com o intuito de dar visibilidade social a grupos minoritários.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos de nossa pesquisa reúnem objetivos das três ondas, pois usamos categorias sociais, nível de escolaridade e faixa etária, para analisar o objeto de pesquisa, o que é característico da primeira onda. No entanto, não hierarquizamos socioeconomicamente os falantes, nem da zona urbana nem das comunidades rurais, em decorrência do uso do vernáculo. Com relação às características da segunda onda, abordamos o valor e a significação que a variedade linguística tem no nível local, na comunidade em que o falante está inserido. Por fim, valemo-nos dos pressupostos da terceira onda ao considerarmos o uso da língua em uma comunidade de prática¹⁰, abordando como o engajamento social dos falantes, interligando suas práticas comuns e suas práticas linguísticas como fatores que influenciam a construção da identidade e o significado que a variação tem na sociedade.

Uma importante repercussão das pesquisas sociolinguísticas é que, com seu surgimento, a abordagem da língua numa perspectiva única de padronização se enfraqueceu. O fenômeno da variação linguística ganhou visibilidade nos estudos acadêmicos; a aceitação da diversidade linguística exigiu um repensar a respeito do conceito de norma linguística. Coseriu (1979) diz que a língua se estuda em seu fazimento, o qual é constante. Essa ideia é reforçada quando se entende que “a língua nunca é algo dado, ela sempre *está* por se fazer ou, melhor dizendo, *por ser feita por seus falantes*” (Bagno, 2014, p. 104, destaque do autor). A língua é dinâmica, é viva e, por isso mesmo, passível de variação.

Nesse processo de alterações e de diversidades, torna-se imprescindível o entendimento do conceito de norma, principalmente quando se aplica ao estudo linguístico.

¹⁰ Em nossa pesquisa, a comunidade de prática se refere aos grupos de pessoas que se reúnem, na zona rural, para organização e preparação das festividades religiosas das comunidades, planejando o engajamento entre elas. Na zona urbana, consideramos comunidade de prática os funcionários do supermercado que realizam atividades comuns nas respectivas seções e, por vezes, interagem para dinamizar os atendimentos aos fregueses.

2.2.3 A norma linguística

O homem como ser social e comunicativo interage com seus pares em tempos e espaços sociais diversos. Por isso, é inviável pensar em vida social sem a construção de regras a partir de critérios que estabelecem avaliações, ao mesmo tempo em que elas têm por finalidade tornar essa vida social mais harmônica. Por certo, os espaços sociais demandam por normas de comportamento, as quais devem ser o norte de atitudes que refletem as convicções e as orientações preferidas pela coletividade, nesse contexto representada pelas classes sociais privilegiadas. Assim, a atitude de não respeitar as normas sociais pode incorrer em episódios de rejeição, até mesmo de preconceito, uma vez que uma norma existe para legitimar características socioculturais que são socialmente privilegiadas e, consequentemente, dominantes. Dessa forma, nossas práticas sociais, nas mais diversas perspectivas, alicerçam-se em princípios que caracterizam uma “atividade normativa”.

No campo linguístico, a discussão a respeito do conceito de norma se desenvolve respaldado pelo fato de a língua ser um fenômeno variável, heterogêneo. A língua é um fato social e, para seu estudo e observação¹¹, especialistas partem do pressuposto da ligação entre o fenômeno linguístico e seu contexto específico. Aleong (2011) enfatiza que

Sabe-se que a língua serve para comunicar. Ora, a comunicação implica, por definição, a existência de vários falantes. Quanto à definição do ato de comunicação, digamos que ele se apresenta como uma interação entre um emissor e um receptor, sendo o conteúdo desta interação suscetível de tomar as formas mais variadas (Aleong, 2011, p. 143).

Inserido na sociedade, o falante interage não só com membros da comunidade a que pertence (cujas características sociais e culturais ele conhece bem), mas também interage com falantes em outros espaços sociais com características sociais e linguísticas diferentes das suas. Assim, cada falante (sendo emissor ou receptor) se constrói linguisticamente no processo de interação condicionado a fatores extralingüísticos, os quais, evidentemente, interferem no uso da língua. Fatores como idade, sexo, nível de

¹¹ Conforme Aleong (2011, p. 142-143) o valor de uma forma linguística não corresponde a nenhuma realidade objetiva; o estudo da norma, numa perspectiva antropológica, é um estudo comparado tanto do tempo quanto do espaço do ser humano visto dos pontos de vista social, físico e linguístico. Para isso, adota-se o ponto de vista do relativismo cultural, segundo o qual a compreensão de um fenômeno observado numa sociedade estrangeira exige que se situe este fenômeno em seu contexto específico.

escolaridade, profissão exercida, região em que se vive são elementos que geram as marcas sociais a partir das quais se percebe uma diferença na identidade dos falantes. Além disso, um mesmo falante possui a habilidade de modificar o uso da língua, dependendo da situação específica de interação. A atuação de um jornalista, por exemplo, depende da competência comunicativa dos falantes que estão inseridos no espaço social de atuação do jornalista, naquele momento específico. Ao pesquisar sobre pratos especiais de uma cozinha estrangeira, visitando um restaurante situado num espaço social privilegiado culturalmente e economicamente, conduzido por um *chef* renomado, com formação específica, o profissional usará uma variedade linguística também de mais prestígio. Se ele visitar um local interiorano de nosso país, para pesquisar sobre as receitas caseiras, tradição de espaços afastados de locais com bom nível de urbanização, um local habitado por pessoas com pouca escolaridade, a variedade linguística usada será outra, de forma a garantir proximidade e até mesmo demonstrar empatia com seu interlocutor. Isso nos mostra a relação que há entre a linguagem e a interação entre os falantes, como a variedade linguística empregada contribui para seu êxito no evento de comunicação.

A esse respeito, Aleong (2011, p. 151-154) fala sobre três princípios de interação entre a linguagem e a sociedade. Primeiro, a linguagem como lugar de expressão do indivíduo pode investi-lo de valores estratégicos na interação dos papéis e dos *status* sociais (como nos títulos que exprimem o *status* social ou a profissão). O segundo princípio é o da adequação linguística às coerções situacionais do contexto de interação (as circunstâncias que envolvem o ato de comunicação impõem o tipo de comportamento linguístico que, às vezes, não é monitorado ou pedem bastante cuidado, de forma particular). Por fim, o terceiro princípio é o do valor funcional do desempenho linguístico como marcador das fronteiras do grupo (o código linguístico que um grupo usa pode ser unificado no seio desse grupo ao mesmo tempo em que se distingue de outros códigos: da sociedade em seu conjunto ou de outros grupos).

Nesse sentido, fazemos referência ao conceito de norma, em um sentido geral, conforme Faraco e Zilles (2017, p. 12), para quem a norma equivale a “toda e qualquer variedade linguística”. Reconhecemos, assim, a influência dos fatores socioculturais no funcionamento da língua, presentes nas interações sociais, confirmado que não existe apenas uma norma linguística.

Vamos discorrer sobre essa questão da norma linguística, tomando como marco teórico o conceito apresentado por Coseriu (1987), do qual se fazem (re)leituras que não só ampliam as discussões, como também inovam os conceitos de norma:

A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade. Dentro de uma mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, linguagem literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.) distintas sobretudo no que concerne ao vocabulário, mas amiúde também nas formas gramaticais e na pronúncia (Coseriu, 1987, p. 74-75).

Desse conceito, depreende-se que a norma reflete também a história, os aspectos culturais de uma comunidade. Há uma liberdade para usar várias normas e se pressupõe que o tempo e o espaço se imbricam para dar visibilidade a uma ou a outra norma. O que seria imposto como uma única norma em uma comunidade geograficamente mais ampla (uma nação, por exemplo) se transforma em possibilidades de uso, levando em conta a estrutura sintática, o léxico e, principalmente, a variação linguística (aqui se incluem também as características específicas de um espaço geograficamente menor, como estados de uma nação, cidades de um estado, comunidades rurais de um município, por exemplo). Tais possibilidades de uso da língua são as variedades, o resultado de uso concreto da língua, por falantes reais inseridos num espaço analisado a partir das características linguísticas as quais são influenciadas pelas normas sociais.

O linguista engloba de modo afirmativo em seu conceito as variedades da língua, inclusive no que se refere aos espaços de uma mesma nação e a suas regras socioculturais. Dessa forma, para se entender o que seja “norma”, a língua é tratada como um fato social, e torna evidente o consequente e coerente posicionamento de que a norma também se apresenta de forma variada, em conformidade com os aspectos socioculturais do espaço social.

No campo linguístico, percebe-se uma atitude de flexibilidade no conceito de norma, oscilando entre a imposição de uso de uma norma prescritiva e o uso linguístico habitual, real. Conforme Faraco (2008),

[...] a palavra *norma* tem, no uso contemporâneo, dois sentidos. No primeiro, norma se correlaciona com normalidade (é norma o que é *normal*). No segundo, norma se correlaciona com normatividade (é norma o que é *normativo*). Nos estudos linguísticos, *norma* designa primordialmente aquele conjunto de fenômenos linguísticos que são correntes, habituais (“normais”) numa determinada comunidade de fala. No funcionamento monitorado da língua, porém, a palavra *norma* é usada com o sentido de preceito, isto é, designa aquilo que tem caráter normativo (Faraco, 2008, p. 74).

O fato é que não é prudente discutir o conceito de “norma linguística” descolado do conhecimento do espaço social e fora das constantes e necessárias relações sociais. O que se considera habitual ou prescritivo em relação à norma é pensado a partir das especificidades do espaço social. Assim, o que interessa à sociolinguística é a norma entendida como normal, habitual que lida com as noções de uso real e corrente, uma vez que há uma frequência de uso que o permite tornar habitual e geral. Por isso, a análise sociolinguística de um fenômeno volta-se para a descrição, pois “O objeto da linguística é o que se diz e não aquilo que, segundo certos critérios, se deveria dizer” (Aleong, 2011, p.150).

Por outro lado, quando o conceito de “norma linguística” pressupõe o entendimento de normatividade (com foco na gramática normativa, considerada uma norma ideal, por não valorizar a espontaneidade no uso da língua), consequentemente, esse conceito lida com preconceitos, pois é elaborado em concordância com uma regra única e estabelece juízos de valor. Portanto, não considera o uso de uma forma da língua relacionando-a aos fatores envolvidos no processo de interação social e linguística. Para Aleong (2011, p. 149), essa norma é chamada de norma explícita e compreende um conjunto de normas linguísticas que são objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de prescrição¹².

Aleong (2011, 159-160) enumera três componentes presentes em toda norma explícita, que são: um discurso da norma (um discurso imperativo, autoritário e arbitrário, pois classifica os fatos linguísticos em categorias de certo, errado, bom, puro, padrão); um aparelho de referência (incluem-se, aqui, exemplos de uso correto por parte de falantes investidos de autoridade e de prestígio linguístico) e o seu caráter hegemônico de referência legítima (é uma norma difundida e imposta em lugares estratégicos como a escola, a imprensa escrita e a administração pública).

De fato, as discussões acerca do conceito de “norma linguística” requerem análises em torno do que seja normativo e do que se relaciona à normalidade, como comprovamos nos estudos mais recentes de linguistas brasileiros. Fazemos referência, por exemplo, a Faraco e Zilles (2017), que assim apresentam o conceito de norma:

¹² Aleong (2011, p. 149) distingue essas normas explícitas das normas implícitas; estas são aquelas formas que, por serem raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, nem por isso deixam de representar os usos concretos pelos quais o indivíduo se apresenta em sua sociedade imediata. Obviamente, trata-se sobretudo da língua falada e, por isso, este tipo de norma não tem a rigidez de um código escrito.

no sentido geral, *norma* cobre *como se diz* numa determinada comunidade de fala (ou seja, o conjunto dos seus traços linguísticos característicos, sejam eles fonético-fonológicos, morfossintáticos, léxico-semânticos ou discursivos); no sentido específico, *norma* se refere ao *como se deve dizer* em determinados contextos (as pronúncias, as estruturas morfossintáticas e o léxico tomados sócio-historicamente como modelares) (Faraco; Zilles, 2017, p. 12, destaque dos autores).

Os linguistas enfatizam o entendimento de norma com o sentido de normalidade, ou seja, é habitual, é normal que se diga dessa ou de outra forma; e também apresentam norma com o sentido de normatividade, isto é, com ideia de normatização, de controle, de uma forma correta de se dizer algo. No entanto, mesmo com a pertinência do esclarecimento sobre as ideias de normalidade e de normatividade, ainda se constata que

o usuário comum acredita que a língua representada em gramáticas e em dicionários é a correta e as demais variedades, incorretas. A noção de correção, atribuída por algum critério padronizador, é, portanto, entendida como correta num sentido tão absoluto que produz no imaginário popular a ideia de que deixar de usar a norma padrão equivale a deixar de usar a língua real (Camacho, 2013, p. 207).

Consideramos relevante questionar quem é o usuário comum: provavelmente, aquele para quem a norma padrão (com características da normatividade) é ideal. Para ele, gramáticas e dicionários são instrumentos linguísticos considerados tradicionais, normativos, os quais refletem a norma padrão. No entanto, a realidade é que, quando são usados como principal fonte para aprendizagem da língua, de modo específico pela escola, poderão contribuir para fortalecer a visão equivocada da homogeneidade linguística. São recursos usados por instituições que recebem falantes/estudantes oriundos de comunidades em que o contato com uma versão padronizada da língua não faz parte da vida da comunidade, considerando também que as variedades populares não estão padronizadas.

Assim, é significativa a delimitação do espaço de estudo da língua, sem ignorar as características específicas do seu espaço de realização, pois,

na vertente variacionista da sociolinguística, a língua é estudada na própria comunidade que, por sua vez, é constituída por subconjuntos de falantes, cada qual com um repertório de formas variáveis que se correlacionam a diferentes tipos de padrões sociais. Esses padrões emergem como pequenas diferenças no comportamento linguístico e fornecem uma grande quantidade de informação qualitativa no processo de interação (Camacho, 2013, p. 137).

O autor fala em “pequenas diferenças”, favorecendo ao leitor o entendimento de que se afasta a noção de erros¹³, de atitudes negativas em situações de avaliação do comportamento linguístico, julgando-o inferior ou superior. As diferenças linguísticas são objeto de coleta e análise com o intuito de serem descritas, sem qualquer pretensão de normatizar. Isso também porque, se normatizar e, consequentemente, homogeneizar a norma linguística em uma determinada comunidade de fala, contradiz o conceito de comunidade de fala.

De acordo com Labov (2008, p. 150), “A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada pelo uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas”. As normas compartilhadas incluem também o conhecimento compartilhado dos significados sociais de variantes que circulam na comunidade. Dessa forma, numa determinada comunidade (no sentido geográfico e no sentido social) há regras que não estão sujeitas à valoração negativa, por isso não há necessidade de serem “corrigidas”, no sentido de serem adequadas ao padrão, usadas de forma recomendável.

Mesmo partilhando as mesmas normas, podem ocorrer diferentes estruturas linguísticas, abstraídas de falantes da mesma comunidade de fala, que, com o uso, tornam-se comuns na comunidade. É o que se chama de dialeto, ou seja, “uma variedade da língua percebida como diferente por associação a um determinado grupo de falantes” (Battisti; Othero; Flores, 2021, p. 220).

A percepção da diferença no uso da língua se evidencia apenas quando ocorre observação por parte de falantes que não pertencem à comunidade. Para os que compartilham a vivência, como membros da mesma comunidade, as diferenças são normais, eles não julgam como estranhas, não discriminam: ao contrário, respeitam. É atitude positiva abandonar o preconceito e caminhar para o respeito linguístico, o que, imprescindivelmente, requer considerável formação e conhecimento sociolinguísticos. Assim, pretendemos que as descobertas e análises que fizermos do comportamento linguístico dos membros das comunidades rurais e da área urbana de Patrocínio-MG sejam em prol do conhecimento de outros pesquisadores, da comunidade acadêmica, e não motivo de estigmatização da comunidade de onde os dados foram coletados.

¹³ Aleong (2011, p. 168) reconhece a noção de erros linguísticos de maneira relativa, no tocante às normas implícitas, pois o que se visava era a inteligibilidade da mensagem em contexto; no nível da norma explícita, em contrapartida, o erro é por definição tudo o que não está conforme a esse código, qualquer que seja, por outro lado, a realidade do uso.

Além da discussão sobre o sentido de normalidade e de normatividade, que são inerentes ao conceito de “norma linguística”, o sociolinguista brasileiro Bagno (2012, p. 21) chama atenção para o fato de que “a palavra *norma* quase nunca anda sozinha. Ela frequentemente vem seguida de algum qualificativo que tenta defini-la de modo mais específico”. Vamos comentar, mais especificamente, dois desses qualificativos: a norma culta e a norma padrão.

Vamos nos fundamentar para essa discussão em Faraco e Zilles (2017). Segundo os autores:

Por norma culta designa-se tecnicamente o conjunto das características linguísticas do grupo de falantes que se consideram cultos (ou seja, a “norma normal” desse grupo social específico). Na sociedade brasileira, esse grupo é tipicamente urbano, tem elevado nível de escolaridade e faz amplo uso dos bens da cultura escrita. A chamada norma culta é uma “norma normal”, porque é uma das tantas normas presentes na dinâmica corrente, viva, do funcionamento social da língua (Faraco; Zilles, 2017, p. 19)

A definição apresenta dois pontos a serem discutidos: a coerência do emprego do qualificativo culta e a caracterização dos falantes dessa norma, ou seja, as características sociais e culturais atribuídas aos falantes que são representantes da identidade dos usuários dessa norma linguística. Se considerarmos culto(a) como aquele(a) que possui cultura, concluímos que todos os grupos de falantes possuem cultura, são cultos. Assim, a norma culta, também considerada na escrita, não apresentaria nenhuma especificidade, não enfatizaria nenhum grupo social. O que especifica a norma culta é o prestígio que ela tem no espaço urbano: é uma prática linguística dos falantes socialmente favorecidos, no que se refere ao funcionamento social da língua. Desse modo, os seus falantes são da área urbana, geralmente com formação no Ensino Superior e transitam pelas camadas sociais com mais privilégios. No entanto, não são falantes apenas dessa variedade: além da norma culta, apresentam outros registros, a depender da situação de interação social. Trata-se de uma norma que abrange o dinamismo da língua, refletido em elementos como espaço, interlocutor, sempre compreendendo o propósito de comunicação.

Outro qualificativo da palavra “norma” que vamos discutir é o “padrão”. Faraco e Zilles (2017) expõem a seguinte definição de norma padrão:

Norma padrão, por sua vez, é a expressão que designa “a norma normativa”, isto é, o conjunto de preceitos estipulados no esforço homogeneizador do uso em determinados conceitos. Nesse sentido, a

norma padrão é um modelo idealizado construído para fins específicos; não é, portanto, uma das tantas normas presentes no fluxo espontâneo do funcionamento social da língua, mas um constructo que visa controlá-lo (Faraco; Zilles, 2017, p. 19).

O primeiro ponto, alvo de muitas e coerentes críticas, numa perspectiva social, é o “esforço homogeneizador” do uso da língua. Isso porque a uniformidade linguística não existe, uma vez que a sociedade é heterogênea, formada por muitos grupos e comunidades que são marcadas por diversas variáveis sociais, econômicas, culturais, por exemplo. Há critérios que definem os grupos sociais. A norma padrão não considera que em cada grupo social, em cada comunidade pertencente a um mesmo espaço geográfico maior, há um uso diferente da mesma língua, como é o caso do português falado no Brasil. Trata-se de uma norma que equivale ao funcionamento monitorado da língua, é a norma com sentido normativo, prescritivo. Portanto, não apresenta dinamicidade, a vivacidade da língua, ela se apresenta estagnada; considera “errado” o uso que não a segue e pode ser causa de exclusão e preconceito por questões linguísticas.

Por outro lado, é preciso salientar que os estudos linguísticos (principalmente sociolinguísticos) têm se esmerado em enfocar a língua como um fenômeno variável, heterogêneo e vem se esforçando para evidenciar o aspecto social da língua, compreendendo o pertencimento do falante a um grupo social. Bagno (2012, p. 25) defende que “Sendo um comportamento social, a atividade linguística está sujeita às mesmas dinâmicas que regulam e desregulam todas as demais práticas sociais, ou seja, todas as demais *normas* vigentes na sociedade”.

Portanto, torna-se compreensível que, sociolinguisticamente, não se considera o uso exclusivo da norma padrão, pois ela é também reconhecida como uma das variedades da língua, apesar de haver dificuldades de aceitação por segmentos sociais mais conservadores linguisticamente. Essa compreensão pode contribuir para evitar um conflito gerado pelo conceito de norma no que se refere considerar a língua no seu aspecto normativo (posicionamento dos gramáticos) *versus* descrever a língua a partir da observação de seus usos diversos (posicionamento dos linguistas), considerando-a, nesse caso, um fenômeno heterogêneo, que passa também por mudanças, é “um sistema que muda acompanhando as mudanças na estrutura social” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006, p. 99).

A heterogeneidade linguística é um fenômeno observável entre grupos sociais, entre diferentes comunidades de fala, principalmente. No entanto, nas próprias

comunidades de fala há os subgrupos, os subconjuntos dessas comunidades com suas respectivas diferenças linguísticas.

Diante disso, há a proposta do conceito de norma sociolinguística, assim apresentada por Lucchesi:

A norma sociolinguística circunscreve um grupo social dentro de uma comunidade de fala, em primeiro lugar, em função da maior semelhança no comportamento linguístico dos seus membros, já que a frequência média de uso das variantes linguísticas é diferente consoante o grupo social considerado. Em segundo plano, a norma sociolinguística se constitui a partir da avaliação particular que esse grupo faz da variação linguística, que é distinta dos demais grupos sociais. E, por fim, a norma sociolinguística define um grupo social dentro de uma comunidade de fala em função da convergência na direção dos processos de mudança que se observam nesse grupo (Lucchesi, 2015, p. 75).

Com base no pressuposto de que a gramática da comunidade de fala é o objeto de estudo da Sociolinguística, exigiu-se a reformulação do conceito de norma linguística desenvolvido desde Coseriu, fazendo com que fosse resgatado e expandido, transformando-se no conceito de *norma sociolinguística*. Com essa definição de norma sociolinguística, alcança-se a finalidade de analisar normas linguísticas nos subgrupos de uma comunidade de fala, permite-se avaliar as variantes linguísticas dentro da comunidade, considerando que uma regra não é de uso obrigatório por todos os falantes; por isso, são percebidas maiores ou menores diferenças entre os falantes.

A norma sociolinguística destaca a observação dos fenômenos linguísticos, fazendo com que a norma seja a realização, a ideia do normal, habitual no conceito contemporâneo, analisando como se dá o processo de variação e de mudança linguística no grupo social, bem como a forma negativa ou positiva que o grupo avalia uma variante que se apresenta como inovadora.

Enfim, o entendimento que se tem da norma linguística precisa anteceder a percepção de como as normas sociais condicionam e privilegiam desempenhos linguísticos.

A concordância com o fato de que realmente não há uma única norma linguística instiga a observar os comportamentos reais dos falantes, considerando que as regras, além de não serem obrigatórias, são variáveis, o que, basicamente, explica o fenômeno da variação linguística.

Além disso, o conceito de erro se relativiza, passando a se ter o entendimento de diferença no uso, o que pressupõe respeito e acolhimento das diferenças socioculturais

também. A língua se manifesta em diferentes contextos nem sempre controlados pela normatividade, mas sim pela normalidade atrelada a vários condicionadores sociais.

Dessa forma, todas as variedades linguísticas são legítimas, conforme o grupo social e conforme as normas desse grupo. Consequentemente, em pesquisas sociolinguísticas, é assim que se deve analisar a norma linguística, independentemente do objeto linguístico escolhido para a realização da pesquisa, bem como conhecer o percurso de uma língua em um determinado espaço, envolvendo os processos de variação e de mudança.

Na próxima subseção, discutimos as definições de rural e de urbano, analisando como os modos de vida nesses espaços podem influenciar o uso da língua. Na subseção seguinte a essa, tratamos sobre a diversidade da língua portuguesa no Brasil e apresentamos especificidades dos falares mineiros.

2.2.4 Rural e urbano

A definição e a descrição de rural e de urbano se constitui numa tarefa que exige uma reflexão voltada para os aspectos da contemporaneidade, enfocando não apenas as características físicas específicas de cada espaço, mas também que se considere a relevância dos aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, frente às transformações do nosso tempo. Esses aspectos influenciam, consequentemente, as questões linguísticas cujo uso se manifesta de forma heterogênea e evidencia características próprias de determinadas comunidades. Por isso, a forma por meio da qual as características do rural-urbano se unem e se entrelaçam, também condicionam a análise do ponto de vista das ciências naturais e das ciências humanas e sociais, investigando como esses espaços estabelecem contatos.

As definições que apresentamos a esse respeito constam da publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023), intitulada *Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza do Brasil*. Esse documento apresenta uma discussão acerca das teorias que influenciaram estudos anteriores sobre os espaços rural e urbano e, a partir de contribuições teóricas recentes, traz a proposta de três categorias espaciais: rural, urbano, da natureza.¹⁴

¹⁴ Conforme nossa proposta de pesquisa, manifestamos prioridade para o espaço rural e o urbano. Desconsideramos o espaço da natureza, uma vez que ele não engloba características específicas ligadas ao espaço em que coletamos os dados linguísticos para análise, nesta pesquisa.

A proposta recente aborda as definições dos espaços rural e urbano, também entendidos como modos de vida; atualmente eles são complementares, não se tratando mais de espaços homogêneos. Na realidade, ocorre um intenso deslocamento campocidade, devido ao fato de haver à disposição da população meios de transporte e de comunicação que facilitam os contatos rural – urbano/urbano - rural. Dessa forma, “é difícil subsistir, na atualidade, uma visão binária das relações rural-urbanas, não apenas em função das transformações que diferenciam os espaços rurais dos urbanos, mas também dos aspectos que os aproximam” (IBGE, 2023, p. 44).

Os frequentes contatos entre indivíduos do espaço rural e do espaço urbano facilitam convivências nas quais as características socioculturais específicas desses espaços se unem de forma a evidenciar semelhanças e aproximações de atitudes e de comportamentos, independentemente do espaço em que se vive (rural ou urbano). Na publicação do IBGE, na proposta de revisitar e ampliar os conceitos de rural e urbano (e acrescentar a terceira categoria espacial: da natureza) são observadas questões como a forma de povoamento das áreas com olhar específico também para as diferenciações e a construção da identidade cultural, que são fatores que contribuem para a observação da realidade. Assim, o espaço urbano, cujo espaço preferencial são as cidades, é assim definido: “Áreas com altas densidades de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias”¹⁵ (IBGE, 2023, p. 64).

O espaço urbano, por meio das ocupações profissionais de seu grande número de habitantes, não só oferece à população o acesso aos serviços básicos e necessários à socialização nas diversas áreas, como também agrega atividades econômicas ligadas à indústria e à comercialização. Dessa forma, para também atender às demandas do dia a dia, no espaço urbano há a instalação de estabelecimentos comerciais, educacionais, religiosos, de saúde e outros locais públicos com a finalidade de oportunizar à população em geral o acesso aos serviços básicos necessários (os quais se constituem como direitos) bem como a convivência e interação entre os moradores no espaço urbano.

Por outro lado, a partir das discussões inseridas no documento do IBGE (2023), a definição do espaço rural é assim apresentada:

¹⁵ Consideramos a divisão da economia em três setores: setor primário (atividades relacionadas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo); setor secundário (atividades relacionadas à indústria) e setor terciário (atividades relacionadas aos serviços prestados nas diversas áreas, formal ou informalmente, e as atividades comerciais).

Áreas de baixa densidade populacional caracterizadas, em geral, pela alteração da paisagem devido, principalmente, a atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária ou a outras formas de apropriação econômica. Ademais, em sua composição, o tecido rural pode conter pequenos núcleos urbanizados e/ou fragmentos naturais (IBGE, 2023, p. 73).

Enquanto as alterações no espaço urbano (ruas e construções) sugerem uma natureza artificial, modificada para atender às necessidades do homem inserido nesse espaço, as alterações no espaço rural ocorrem devido às atividades praticadas pelo homem nesse espaço em que o próprio homem oferece a outros setores da economia os produtos e a matéria necessários não só à alimentação, mas também à industrialização e à comercialização.

O espaço rural é mais que apenas o espaço de trabalho e de produção rural: há também outras atividades ligadas, por exemplo, ao lazer. É comum encontrar lugares rurais habitados ou frequentados por pessoas que vêm das cidades (definitivamente ou periodicamente) em busca de uma vida mais tranquila, construindo moradias destinadas ao lazer. Inclusive alguns desses espaços rurais estão próximos das áreas urbanas, desfrutando também de todo o avanço tecnológico que antes era restrito aos habitantes das cidades.

No caso específico de nossa pesquisa, constatamos essa realidade em relação à comunidade rural de Dourados, a mais próxima da área urbana da cidade de Patrocínio-MG. Conforme relatos de moradores da comunidade, algumas propriedades rurais foram vendidas com o objetivo de concretizarem projetos de condomínios nessa área rural. Transcrevemos o relato de uma entrevistada nossa¹⁶, moradora da comunidade, por meio do qual se confirmam tais fatos.

PD09: Eles arrumaram condomínio muito perto lá (da igreja). Então tem muita gente. Uns vêm final de semana e tem muitos que mora aí mesmo. Muitos vêm passar final de semana, mas é um povo muito bão, não amola ninguém. Agora pro lado da minha menina ali tem três condomínio, mas lá é tudo grande. Lá é só casa... aquelas mansão mesmo... que eles fizeram. Trem mais chique! É igual eu estou falando com cê. Ali no bairro cê vira e os condomínio tá tudo prá lá. Aí de manhã cedo o povo vai trabalhar, mas é assim ó... quando é de tarde vem tudo de novo! Eles gosta de ter um lugar para lazer, essas coisas. Eles trabalha na cidade...

¹⁶ As pessoas entrevistadas, com quem realizamos as gravações para coleta dos dados linguísticos, não estão identificadas pelo nome; empregamos um código para cada uma, o qual está explicado na seção da metodologia deste texto: subseção 4.5.1, especificamente p. 126.

A forma como a moradora da comunidade rural se refere às construções dos condomínios, como no trecho “Agora pro lado da minha menina ali tem três condomínio, mas lá é tudo grande. Lá é só casa... aquelas mansão mesmo... que eles fizeram. Trem mais chique!”, denota que as construções na área rural apresentam condições de acesso aos recursos atuais de tecnologia, facilitando também o acesso à informação, por exemplo, independentemente de residirem na área urbana ou na área rural; essas áreas não mais representam barreiras para os moradores usufruírem das comodidades que antes eram restritas aos moradores da área urbana. Inclusive, podemos ampliar essa discussão relacionada ao alcance proporcionado pela tecnologia no que se refere aos contatos entre falantes, atualmente. Os aparelhos tecnológicos permitem às pessoas obter as informações, num curto espaço de tempo, morando longe ou perto do local em que os fatos acontecem, quer seja esse local uma outra cidade, outro estado, país distante.

Diante disso, podemos resgatar considerações de Cardoso (1998) a respeito da facilidade de acesso às informações por meio de tecnologias modernas, independente do espaço em que se vive, evidenciando que em nosso tempo há uma fragilidade de critérios que classificam os espaços apenas geograficamente. A esse respeito, a autora expõe:

Os limites geográficos tornaram-se tênues, e mais tênues, ainda se pensarmos na invasão domiciliar de informações universais e simultâneas aos acontecimentos que facultam o rádio, a televisão e a informática; na mobilidade social, seja por obrigação de trabalho, seja pelo lazer, que faz de cada rincão uma miniatura do universo e de cada cidadão cada vez mais um homem sem fronteiras; na política econômica de fomento ao turismo – fonte moderna de captação de recursos explorada por ricos e pobres – que põe em contacto diuturnamente populações extremas, costumes díspares, usos linguajeiros diferenciados; nos avanços tecnológicos que encurtam as distâncias e aproximam os povos (Cardoso, 1998, p. 167-168).

Tornou-se pertinente uma reflexão sobre o fato de se afirmar que os limites geográficos sustentam convincentemente características de determinadas comunidades, isolando-as entre si, pois não é mais uma realidade. Para que o falante do espaço rural tenha acesso e contato com o falante do espaço urbano (ou com suas variedades linguísticas), não é mais necessário que ele esteja presente fisicamente nesse espaço, de forma permanente. Fatores como acesso à internet, oportunizado e facilitado pelo avanço tecnológico, sem precisar sair do espaço rural, permitem aos habitantes desse espaço interações que os colocam em contato também com a cultura urbana, praticamente em

todos os sentidos. Há internet na zona rural, cujos moradores desfrutam dos serviços antes oferecidos apenas na área urbana, sem necessidade de se mudarem para a cidade. Os contatos podem acontecer por meio da internet, redes sociais, idas e vindas quase que diárias à cidade, inclusive para o trabalho. Hoje, é perfeitamente possível residir na zona rural e trabalhar na zona urbana, sem dificuldades de deslocamentos.

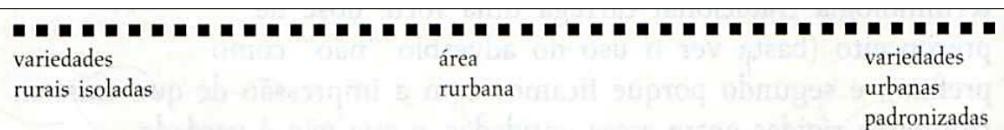
Pudemos constatar que, nas comunidades visitadas para a coleta de dados, há os serviços da internet rural instalados em todas elas. Inclusive, nas capelas em que ocorrem as celebrações religiosas de cada comunidade, as empresas especializadas têm a permissão para exibirem *banners*, oferecendo o serviço. Também é comum encontrar *outdoors* instalados à beira das estradas rurais, divulgando e oferecendo o serviço.

Com relação ao acesso às comodidades do serviço de internet nas comunidades rurais em que realizamos a pesquisa, é possível fazer pagamentos dos produtos consumidos em quermesses por meio do uso do cartão de crédito/débito, pois há disponibilização de *wifi* para todas as pessoas. No dia a dia, a interação entre os moradores das comunidades acontece também por meio de redes sociais, como *WhatsApp*. Essa interação também acontece com os moradores da área urbana, como os contatos que estabelecemos com as famílias para visitá-las e a continuidade dos contatos com essas pessoas, após nos conhecermos.

Outra questão observada é que há, em duas comunidades, pessoas que transitam para a cidade de Patrocínio quase que diariamente, para trabalhar em locais como hospital e postos de combustíveis. A oportunidade do trabalho na área urbana, evidentemente, oportuniza o contato entre falantes das áreas urbana e rural.

Nesses contatos, por motivos diversos, a questão linguística acaba despertando interesse de estudos em decorrência de seus traços característicos que podem ser facilmente percebidos. Nesse sentido, sociolinguistas como Bortoni-Ricardo traçam metodologias para esse fim¹⁷, levando em consideração tanto fatores que se referem à individualidade do falante quanto fatores que interferem nas interações do falante na sociedade em que está inserido. Nossa pesquisa sociolinguística se fundamenta, prioritariamente, no contínuo da urbanização (Bortoni-Ricardo, 2004), que é assim representado:

¹⁷ A metodologia proposta por Bortoni-Ricardo (2004) para que se entenda a variação no português brasileiro é composta por três contínuos: contínuo de urbanização; contínuo de oralidade-letramento; contínuo de monitoração estilística.



(Bortoni-Ricardo, 2004, p. 52)

Verifica-se que em uma das pontas do contínuo estão as variedades rurais isoladas e na outra ponta estão as variedades urbanas padronizadas. Essas variedades são bem características no que se refere à representação das condições de vida tanto na área urbana quanto no espaço rural.

Quando se trata da zona rural, há mais tempo, era comum encontrar locais aos quais não se tinha acesso justamente por suas dificuldades geográficas, fazendo com que a população não tivesse contato com outras comunidades, em especial com as comunidades urbanas.¹⁸

No outro extremo, com prevalência das características específicas do espaço urbano, estão as variedades urbanas padronizadas, uma vez que a escola e a imprensa, conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 52), atuavam como agências padronizadoras da língua, fato que se intensificava com o desenvolvimento da indústria e do comércio.

A área rurbana é identificada como o espaço entre os dois polos (variedades rurais isoladas e variedades urbanas padronizadas). Para Bortoni-Ricardo,

Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semirrurais, que estão submetidas à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 52).

Na constituição dos grupos rurbanos, chama-nos atenção o fato de comunidades rurais estarem submetidas à influência linguística urbana por meio da mídia. Instalados no espaço rural, os falantes entram em contato, por meio de suas atividades laborais, por exemplo, com uma variedade linguística urbana de prestígio, fato que se dá, como pontua Cardoso (1998), por meio da grande quantidade de informações que adentra os domicílios rurais por meio da utilização dos recursos tecnológicos de informação. Em nosso tempo,

¹⁸Em nossos dias, a população da área rural, na sua maioria, desfruta das comodidades de locomoção para frequentar a área urbana, inclusive no que se refere à educação escolar, conforme prescreve a legislação a respeito. Essa situação é uma realidade no contexto das quatro comunidades rurais em que realizamos nossa pesquisa.

esse fato se dá, especialmente, graças à instalação da internet também na zona rural. Os moradores do espaço rural também estão expostos aos meios de comunicação de massa e, a depender do seu papel social, das condições e necessidades de acesso, devido às frequentes interações sociais, a língua pode estar aberta à influência urbanizadora.

Como consequência, espaços rurais onde já se deu a introdução da tecnologia apresentam falares que já sofreram alterações pelo contato com falares urbanos de prestígio, confirmando que, na perspectiva linguística, realmente não mais se pode falar em fronteiras rígidas entre espaço rural e espaço urbano. Por exemplo, é comum encontrarmos estudantes de curso superior que residem em espaços rurais e frequentam as aulas em instituições de ensino superior estabelecidas em espaços urbanos. Portanto, podem não se perceber falares específicos da área rural, considerando que as interações quase que diárias entre os estudantes favorecem o apagamento de tais diferenças. Também se considera a utilização dos recursos digitais, como a internet, que cada vez mais aproxima falantes de diferentes espaços, oportunizando a eles igualdade de acesso e interações. Um exemplo é o caso do ensino remoto adotado por várias instituições de ensino durante a pandemia da covid 19. Não importava onde residia o estudante (área urbana ou área rural), todos estavam reunidos em um mesmo ambiente virtual.¹⁹

Recentemente, Bortoni-Ricardo (2021) propõe acrescentar aos contínuos de urbanização, de oralidade-letramento e de monitoração estilística outro contínuo à sua metodologia, que vai ao encontro dessa realidade da presença da internet, influenciando novas características no processo de interação social. Bortoni-Ricardo assim se propõe:

A esses três contínuos, vou acrescentar um quarto referente ao grau de acesso do falante ao meio digital, mais propriamente à internet. Esse acesso está relacionado à zona de residência do falante, ao seu grau de alfabetização e aos recursos de que os falantes dispõem para o uso de equipamento digital (Bortoni-Ricardo, 2021, p. 52).

A proposta de acréscimo do contínuo da internet nos permite retomar discussões referentes ao uso de recursos tecnológicos e possibilita a ampliação da discussão num contexto em que o acesso à internet se interrelaciona com aspectos de outros contínuos. Por exemplo, no que se refere à zona de residência do falante, há uma equiparação (urbano

¹⁹ Em uma das comunidades rurais visitadas, encontramos uma estudante de curso superior que viveu a experiência de estudar virtualmente durante a pandemia da covid 19. Inclusive nos relatou a necessidade de melhorar as instalações da internet em sua residência para que a conexão lhe permitisse obter melhores condições de acompanhamento e de aproveitamento das aulas.

e rural) do acesso ao conteúdo veiculado, principalmente pelos falantes mais jovens das comunidades rurais, considerando também que tiveram mais oportunidades de melhor escolarização em relação às gerações com mais idade. Inclusive, moradores do espaço rural também fazem postagens e se inserem no espaço virtual e fazem uso do equipamento digital e dos aplicativos que os incluem nas redes sociais.

Dessa forma, percebe-se a inserção, acesso e uso das tecnologias para a interação não só entre os moradores das comunidades rurais, mas também deles com os moradores da zona urbana. Em nosso caso específico, destacam-se eventos de comunicação, como: relatos de moradores das comunidades rurais fazendo postagens nas redes sociais sobre as quitandas que fazem; estudantes de curso superior da zona rural que estudaram de forma remota durante a pandemia, utilizando a internet. O depoimento seguinte, de uma entrevistada, exemplifica essa realidade:

PD01: Eu gosto de fazer e tirar foto... eu postava tudo nos meus stories... Eu fazia doce, eu postava... Eu fazia comida eu postava... Eu fazia quitanda, eu postava... Aí eles falava assim: eu quero...

Incluem-se aqui também alguns eventos de interação entre mim (a princípio, enquanto pesquisador) com moradores das quatro comunidades, pelo *WhatsApp*, a fim de organizarmos as visitas às comunidades, bem como envio de fotos de convite para participar das celebrações religiosas e das quermesses. Essas interações aconteceram com certa frequência até que passamos a nos comunicar como “amigos” pela rede social.

Enfim, repensando a comunicação entre moradores do espaço rural e do espaço urbano, destaca-se o papel da tecnologia como elemento facilitador de aproximação entre falantes, por meio da internet, inserindo-os no mundo digital. São notórios os avanços, embora ainda se percebam atitudes de resistência por parte de alguns moradores mais idosos, mas com explícito reconhecimento da comodidade da vida, mesmo instalados no espaço rural. São frequentes os relatos de facilidade na comunicação, bem como o atendimento mais rápido das demandas, as mais diversas.

Nesse contexto, somos instigados a refletir sobre uma percepção de sobreposição, de junção dos contínuos da metodologia proposta por Bortoni-Ricardo (2004; 2021), de maneira específica, entre o contínuo de urbanização e o contínuo da internet. Com relação às residências das famílias das comunidades rurais que visitamos para realizar a nossa pesquisa, verificamos que nelas está instalada uma rede de conexão com a internet, especificamente chamada de “internet rural”. Fica claro, portanto, que o fato de residir na

zona rural não é um fator que dificulta o acesso aos recursos e aos equipamentos digitais. Além disso, os moradores, com raríssimas exceções, são usuários do telefone celular com acesso à internet, estão incluídos nas redes sociais e interagem de forma a solucionar as questões do dia a dia, sem precisar de se deslocar para a área urbana.

Outra situação para se repensar é a forma como o morador de uma dessas comunidades, por exemplo, pode ser analisado na relação entre o contínuo da monitoração estilística e o contínuo da internet. Há moradores com mais idade na zona rural que não têm um bom nível de escolaridade, mas são usuários da internet e empregam, com bastante espontaneidade, uma variedade linguística sem se preocuparem com as especificidades do contínuo de monitoração estilística.

Por outro lado, há moradores da zona rural, mais jovens, que frequentaram ou ainda frequentam a escola no espaço urbano e possuem melhor formação; por isso, são usuários da internet com melhor domínio, inclusive linguisticamente. São usuários que complementam sua formação escolar e profissional por meio de cursos ofertados *online* e, posteriormente, se inserem no mercado de trabalho e aderem ao trabalho facilitado e mediado pelos recursos digitais, sem saírem do local em que moram. Ouvimos um relato de uma entrevistada o qual confirma este fato:

PD13: Agora até o estudo é pela internet né? Tenho uma neta que ela... nossa! Ela aprende um tanto de curso pela internet. Esse mês ela trabalhou para a firma aonde que ela fez o curso. Pela internet, dentro de casa, chega da escola, começa meio dia e meio vai até as seis horas. E ela não para não, termina um curso e começa o outro... É só querer.”

Por fim, quando se investiga o uso da língua pensando na questão de espaço, urbano ou rural, é prudente repensar as características das variedades linguísticas como aquelas que caracterizam especificamente os falantes desses espaços. Devem-se levar em consideração os fatores econômicos e socioculturais que permeiam a interação que há entre moradores e falantes dos dois espaços e, principalmente, destacar os eventos que aproximam essas variedades linguísticas. Também se deve destacar o papel que atualmente os recursos de tecnologia exercem sobre os falantes nos dois espaços a partir das condições de acesso que facilitam a presença e o uso da internet e as influências que a tecnologia exerce sobre os usuários.

2.2.5 A diversidade da língua portuguesa no Brasil e em Minas Gerais

A língua portuguesa, originada do latim vulgar (falado pelos diversos povos que foram dominados pelos romanos), foi introduzida na Península Ibérica (Portugal e Espanha) e lá se desenvolveu com a influência de outras línguas. Foi transportada para o Brasil na época das grandes navegações do final do século XV e do século XVI. Portanto, sua implantação em nosso país é um fato atrelado aos grandes descobrimentos do povo português.

Atualmente, a língua portuguesa é falada por aproximadamente 260 milhões de pessoas²⁰ distribuídos nos países que integram a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)²¹. No Brasil, a língua portuguesa começou a conviver com as diferentes línguas dos nativos indígenas depois de 32 anos do descobrimento. Para discorrer a esse respeito, Guimarães (2005, p. 24-25) apresenta quatro períodos distintos, considerando o modo de relação da língua portuguesa com as outras línguas praticadas no Brasil e observando, também, a ligação entre os fatos históricos e a questão linguística.

O primeiro momento (1532-1654) corresponde ao início do processo de colonização e vai até a saída dos holandeses do Brasil. A característica principal desse período é a convivência da língua portuguesa com a língua holandesa, com as línguas indígenas e com as *línguas gerais* (línguas tupis de contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes).

O segundo momento (1654-1808) se inicia com a saída dos holandeses do Brasil e vai até a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. A relação agora passa a ser entre o idioma português, as línguas indígenas e as línguas africanas do grande número de escravos trazidos para o Brasil. É pertinente dizer que o grande número de portugueses que chegavam ao Brasil não vinham da mesma região de Portugal; no entanto, no Brasil, eles passaram a conviver num mesmo espaço e tempo: aqui se encontram dialetos portugueses de diferentes regiões do país europeu. Nesse período, por ações diretas do império português, os índios não poderiam falar outra língua que não fosse a portuguesa.

²⁰ Os dados estão disponíveis em :https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_noticias/Dados_sobre_a_língua_portuguesa_de_2022.pdf . Acesso em 13. nov. 2024.

²¹ A CPLP é formada atualmente por oito países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

Dessa forma, o português (língua oficial do Estado) passa a ser a língua mais falada aqui no Brasil.

O terceiro momento (1808-1826) comprehende a vinda da família real ao Brasil e termina com a independência, mais exatamente em 1826, ano em que se formula, no parlamento brasileiro, a questão da língua nacional. A vinda da família real resultou em um grande número de portugueses no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, que se tornou a capital do Império, mudando as relações sociais no território brasileiro, incluindo a questão linguística. A criação da imprensa e a fundação da Biblioteca Nacional por D. João VI são fatos que trazem como consequência a possibilidade de unidade do português para o Brasil. Ampliando essa análise, Cézar (2008, p. 114) ressalta que houve um maior amadurecimento do português como língua nacional, com características próprias. O aumento da população urbana do Rio de Janeiro abriu o Brasil para o mundo exterior e acelerou o nosso progresso material e cultural.

O quarto período (iniciado em 1826) apresenta como novidade o fato de o português, que havia se tornado a língua oficial e nacional e possuir as marcas de sua relação com as línguas brasileiras, agora se relacionar com a língua dos imigrantes. A língua portuguesa no Brasil, nesse momento, se relaciona de um lado com as línguas indígenas e africanas (para as quais não havia espaço, nem para seus falantes, tratadas como línguas de povos primitivos ou a serem civilizados) e de outro com as línguas dos imigrantes (línguas nacionais ou oficiais nos países de origem, consideradas línguas de povos civilizados). O português passa a ser uma língua no território brasileiro, língua dos atos oficiais, das leis, “significado como a língua materna de todos os brasileiros” (Guimarães, 2005, p. 25).

No entanto, de acordo com estudos linguísticos, o fato de uma língua ser considerada oficial em um país não equivale a considerá-la homogênea, uniforme. Castilho (2017, p. 18) afirma que qualquer língua apresenta variedades de acordo com o lugar de que procedem seus falantes, sua classe sociocultural, sexo e faixa etária, e também de acordo com o grau de intimidade entre os falantes. Esses parâmetros de variação, apontam, ainda segundo Castilho (2017, p. 18) para variedades geográficas (que são as mais perceptíveis), variedades socioculturais, variedades sexuais, variedades etárias e variedades de registro.

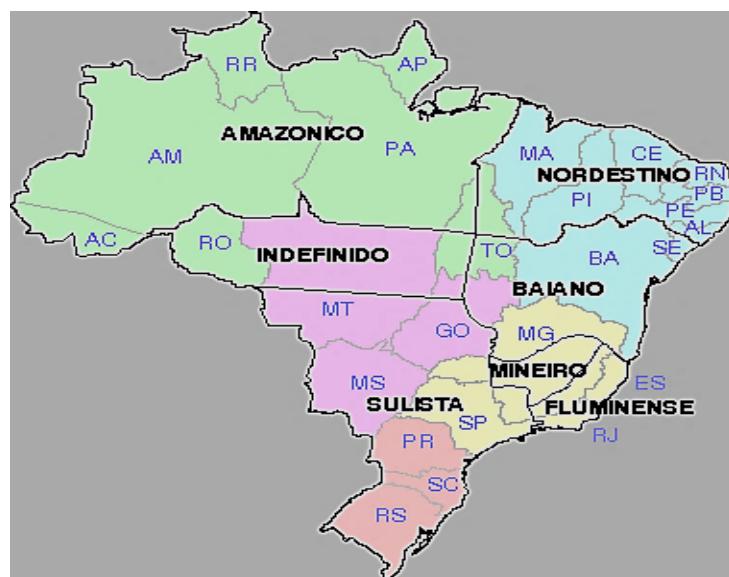
No entanto, em nosso tempo, é preciso considerar que esses parâmetros não influenciam isoladamente a variação da língua, eles se juntam em determinados contextos, como a mobilidade social, o uso constante de tecnologias com recursos da

internet, as alterações nas redes de relações sociais, a intensificação da urbanização. De maneira geral, o falante deve usar uma variedade que o faça entendido na situação de comunicação em que se encontra. Castilho (2017, p. 35) expõe sobre a percepção social da língua, afirmando que a língua é o que nós somos. Dessa forma, ao considerarmos como a população brasileira é bastante miscigenada, comprehende-se que a questão sociocultural, inclusive linguística, seja bastante diversificada também. A variação linguística em nosso país se evidencia, não só como consequência do fato da miscigenação, mas também por fatores socioculturais que naturalmente já contribuem para que isso ocorra.

2.2.5.1 Classificações propostas para as variedades do português brasileiro e do mineirês

Há especialistas, linguistas brasileiros, que realizam trabalhos no sentido de classificar os diversos falares da nossa língua. O mapa seguinte (Nascentes, 1953) representa uma proposta de classificação dos dialetos da língua portuguesa no Brasil, considerando a maneira de falar²².

Figura 1 - Áreas dialetais no Brasil (Nascentes, 1953)



Fonte: http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.3.b.php Acesso em 20. jun. 2024

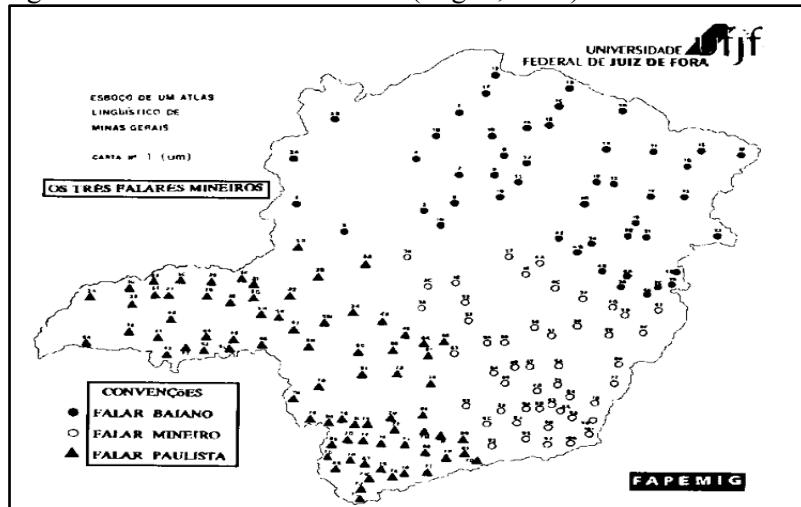
²² Castilho (2017, p. 21) expõe o critério adotado por Nascentes para o reconhecimento das áreas dialetológicas no Brasil: a abertura do *e* e *o* em posição pretônica.

Conforme as informações expostas no mapa, identificam-se no Brasil sete dialetos (falares do norte: amazônico, nordestino; falares do sul: indefinido, baiano, mineiro, fluminense, sulista) que não se definem rigorosamente por limites geográficos, como acontece, por exemplo, no estado de Tocantins. Nesse estado há quatro dialetos, coexistindo: nordestino, baiano, indefinido e amazônico.

Situação semelhante ocorre em Minas Gerais, onde se depreende que o dialeto mineiro não atinge todo o estado; a variedade da língua em Minas Gerais engloba variedades presentes em grande parte do Brasil. Pode-se afirmar que o mineirês (forma como é conhecido o falar com características específicas dos mineiros) não é a única maneira de falar o português nesse estado. Como as variações não se delimitam linguisticamente da mesma forma que as divisas entre Minas Gerais e outros estados, encontram-se, além do falar típico mineiro, em regiões diversas, falares também diversos: o baiano ao norte de Minas Gerais, o sulista na divisa com São Paulo, o fluminense ao leste mineiro.

Além do mapa construído por Nascentes (1953), apresentamos mais duas classificações dos falares do português, desta vez com foco no estado de Minas Gerais. O primeiro mapa apresenta uma classificação proposta por Zágari (1998), em que são mostrados três falares mineiros²³:

Figura 2 - Os três falares mineiros (Zágari, 1998)



(Zágari, 1998, p. 46)

²³ Exploramos o emprego da expressão empregada no plural: “falares mineiros”. Isso é corroborado por Viegas (2013, p. 35): “Em Minas Gerais, há várias maneiras de se falar o português, não há uma maneira só”. Consideramos, como Zágari (1998, p. 33) o conceito de falares como “realizações linguísticas de agrupamentos humanos que podem ser associados a uma pronúncia característica, a um ritmo de fala e a uma que outra definida escolha de um item lexical”.

Conforme mapa anterior (figura 1, p. 61), para Nascentes (1953) há em Minas Gerais quatro falares: baiano, fluminense, sulista, mineiro. Zágari (1998, p. 34-35) considera três falares em Minas Gerais (o baiano, o mineiro e o paulista)²⁴ e comenta características específicas de cada falar, conforme o mapa:

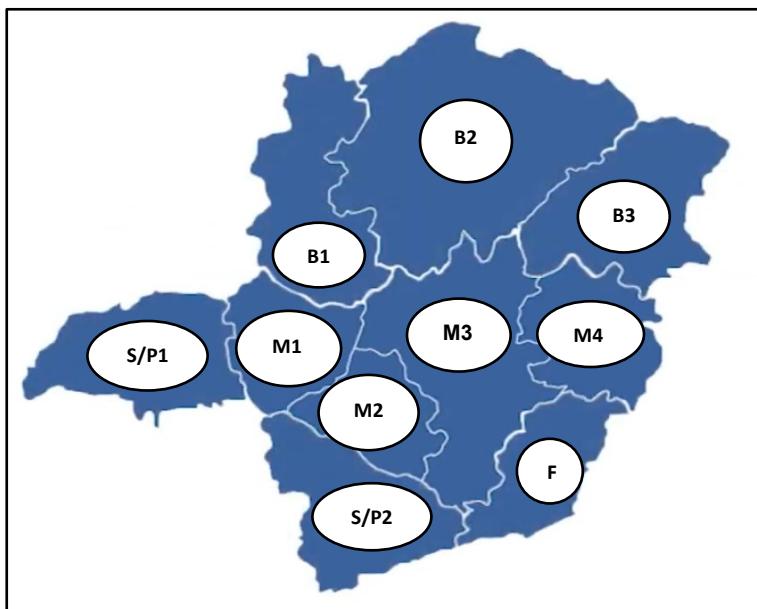
- (i) o falar baiano se caracteriza pela predominância das vogais pretônicas baixas, como [ɔr'valu], [sə'renu] a presença da africada [tʃ] antecedendo a vogal alta [i], como em ['mutʃu], ['otʃu], além do [t] e [d] como coronais, [i'dadi], ['dəti] e a nasalidade ocorrente fora da sílaba tônica: [bã'nãna] ou [kãmĩ'nãw].
- (ii) o falar paulista apresenta como principal característica nas Gerais o [r] retroflexo, marcado com “R” caipira que é marcado por filmes, programas de rádio e televisão; no entanto há pessoas de nível superior nessas localidades que afirmam e reafirmam não falarem desse modo. O retroflexo ocorre quando se perde a formalidade.
- (iii) o falar mineiro, que não possui características enumeradas anteriormente (falar baiano e falar paulista), desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow] quando não finais e faz surgirem outros quando finais e antecedidos de sibilante: [a'xoys], ['fajs], ['nɔjs] (Zágari, 1998, p. 34-35).

O segundo mapa referente aos falares em Minas Gerais apresenta o resultado dos estudos que foram desenvolvidos durante dez anos pelo Grupo de Pesquisa Var-Fon (Variação Fonético-fonológica, Morfológica e Lexical)²⁵. O resultado de tais estudos estão numa obra organizada pela professora Maria do Carmo Viegas (2011).

²⁴ Conforme essa classificação, a cidade de Patrocínio-MG está inserida no falar paulista.

²⁵ Este grupo de pesquisa está vinculado à Fale (Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais). O livro organizado por Viegas, intitulado *Minas é plural*, também apresenta textos dos professores César Nardelli e Seung-Hwa Lee. Para adaptação do mapa, também usamos como referência uma reportagem publicada pelo jornal ESTADO DE MINAS em 26/09/2011, intitulada: Estudo revela que Minas tem uma das maiores variações de fala do país. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/26/interna_gerais,252568/estudo-revela-que-minas-tem-uma-das-maiores-variacoes-de-falas-do-pais.shtml Acesso em 29. jan. 2025.

Figura 3 - Falares mineiros (Var-Fon)



Fonte: adaptado pelo autor.

Conforme resultado dos estudos de Viegas (2011) há quatro falares no estado de Minas Gerais: baiano (B), mineiro (M), sulista/paulista (S/P) e fluminense (F)²⁶. Esses falares são considerados, principalmente, a partir do sotaque de cada região, nas suas particularidades, uma vez que por meio do sotaque pode-se reconhecer a identidade do falante, e até mesmo a identidade de um grupo, fortalecendo a sensação de pertencimento das pessoas em relação a uma região.

Apresentamos, em conformidade com o estudo de Viegas (2011), as características linguísticas específicas de cada região, organizadas no quadro abaixo.

Quadro 2 - Falares mineiros (Var-Fon)

FALAR	REGIÃO(ÓES)	CARACTERÍSTICA(S) ESPECÍFICA(S) DO FALAR
Baiano (B)	Norte (B1), Noroeste (B2), Vales do Jequitinhonha e Mucuri (B3)	Predominância das vogais abertas (mé-renda, pé-rigo)
Sulista/paulista (S/P)	Triângulo (SP1), Sul, Sudoeste (SP2)	/r/ (retroflexo) porta, porteira
Fluminense (F)	Zona da Mata	Pronúncia do /s/ chiado: emprexta, exquece
Mineiro (M)	Região Central (Alto Paranaíba – M1, Centro-oeste de Minas – M2, Central – M3, Rio Doce – M4)	Ausência das outras marcas regionais; corte da última sílaba das palavras; transformação do sufixo “inho” em “im” e alongamento de pronúncia das vogais tônicas: pertim, abraçadim.

Fonte: adaptado pelo autor.

²⁶ A cidade de Patrocínio-MG está localizada na região do falar mineiro.

Os dados que estão inseridos nos mapas nos mostram que, em relação aos usos linguísticos diversos, o que acontece com os diferentes falares no estado de Minas Gerais é semelhante ao que acontece com a língua portuguesa no Brasil. Para exemplificar esse fato, Vitral (2013, p. 122) justifica que usa a expressão dialeto mineiro para se referir a um dos *falares* que compõe o português do Brasil. Dessa forma, tem-se uma visão de pressupostos teóricos bastante ligados à sociolinguística, uma vez que se consideram as características socioculturais das diferentes regiões que compõem o país e, consequentemente, analisar a língua, respeitando-a como um fenômeno naturalmente variável, evidenciando a consciência de que é inevitável discutir a diversidade linguística.

Dito isso, vamos discorrer a respeito das características do dialeto mineiro, conforme expõe Vitral (2013, p. 123-127). O autor enfatiza três características marcantes, considerando o léxico, as marcas de concordância, aglutinação de partes de palavras.

A primeira característica se refere ao léxico, enfatizando que o mineiro usa bastante palavras ou expressões como “trem, uai!, bom demais da conta, sô”, entre outras.

Embora a palavra “trem” seja mencionada como de uso característico do falar mineiro, por se referir a qualquer coisa nesse dialeto, Ramos (2013, p. 139-141) menciona outros significados para essa palavra, encontrados em dicionários de língua portuguesa a partir do século XVIII.²⁷ A acepção da palavra “trem”, como pertencente ao léxico do mineiro, está referida no dicionário Aurélio (1975, p. 1404, *apud* Ramos, 2013, p. 140-141), como uma acepção brasileira e popular: “qualquer objeto, coisa, troço ou treco, acepções usadas em Minas e no Sul” e acrescenta outra acepção que ocorreria como nome e como adjetivo em Minas: “Diz-se da pessoa sem préstimo, ou de mau caráter, traste”. O que se conclui é que não é coerente tratar o uso da palavra *trem* exclusivamente pelo mineiro, pois não se trata de seu único uso.

A segunda característica é o fenômeno da redução das marcas de concordância verbal e nominal. No entanto, esse fenômeno é encontrado em outros dialetos do Brasil. Consideremos o exemplo: “Os dois irmão vivia sempre de briga” (Franchi, 2006, p. 20).

No exemplo acima, o sujeito é formado por um sintagma nominal no qual se percebe a ausência de concordância do nome “irmão” com os termos que funcionam como adjuntos adnominais: “os dois”. A gramática normativa prescreve que há concordância do

²⁷ Para exemplificar alguns significados, citamos: em Bluteau (1725, p. 267) “TREM teria se derivado do latim TRABERE, que é um verbo que significa ‘tirar, ou puxar alguma coisa, arrastar’”; no dicionário de Antonio Moraes Silva (1789, p. 487), aparece uma novidade em relação à palavra “trem”: é sinônimo de bagagem; Cândido de Oliveira (1973, p. 2142) registra: “todos os objetos que uma pessoa usa para viajar, bagagem; diz-se de todos os vagões que uma locomotiva puxa; utensílios domésticos.”

substantivo em gênero e número com os termos que o caracterizam (aqueles chamados, sintaticamente, de adjuntos adnominais): “os dois irmãos” seria a forma correta de acordo com a aplicação da regra. Além da ausência de marcação do plural em todos os constituintes do sintagma nominal, a outra situação é que o verbo não concorda em número plural com o sujeito a que se refere. O sintagma verbal seria: “viviam de briga”, o que estaria de acordo com os pressupostos da gramática normativa, ou seja, seguindo os bons usos das regras da língua. O fato de o plural não estar marcado também no nome e o verbo não concordar no plural, fugindo de construções linguísticas próprias da norma padrão, não justifica que seja característica exclusiva do dialeto mineiro. Há outros estudos, pesquisas acadêmicas em diferentes regiões, ampliando a ocorrência dessas estruturas linguísticas a todos os falantes.

A esse respeito, Perini (2016) confirma o fato linguístico, pontuando que

a concordância nominal em sintagmas como *aqueles livros* é com muita frequência alterada, de modo que se diz *aqueles livro*. Essa não é uma característica da linguagem inculta: ocorre na fala de **todos** os brasileiros, inclusive os de instrução universitária, e deve portanto ser considerada parte integrante da estrutura do PB. A concordância verbal também ocorre em forma reduzida no PB de todos os falantes. Estudos detalhados, como os de Lemle e Naro (1977) mostraram que frases como *Vou contar pra todo mundo que o Gui e a Bia namorava no jardim* em que um sujeito composto (ou plural) corresponde a um verbo sem a flexão que teria no padrão, ocorrem na fala de todos os falantes, embora em proporções diferentes segundo o grau de escolaridade (Perini, 2016, p. 33, grifos do autor).

Por fim, a outra característica bastante típica do dialeto mineiro é chamada de “corruptela”, ou seja, é uma suposta mania de “comer pedaços de palavras”. Consideremos os exemplos:

- a) “sapassado era sassetembro...” (sábado passado era sete de setembro...)
- b) “Oncotô?” (Onde que eu estou?)

Encontram-se, nesses fragmentos, traços do dialeto mineiro que podem ser ditos espontaneamente pelos próprios mineiros ou de forma exagerada, bastante caricata, por falantes de outros estados para sustentar que são falares característicos do dialeto dos mineiros, aproximando-se de uma atitude de estigmatização.

Essa estigmatização pode acontecer em espaços de socialização, rodas de conversa e na mídia, desprestigizando os aspectos socioculturais dos nascidos em Minas

Gerais e habitantes desse estado que possui diversas outras particularidades socioculturais, além do seu jeito típico de falar.

Em determinadas situações, na mídia, principalmente, há um esforço exagerado em fazer com que se perceba o jeito mineiro de falar, destacando-o entre os outros falares brasileiros, valendo-se, para isso, de piadas, de sites, de dicionários específicos, vídeos em canais criados exclusivamente para essa exposição²⁸. Dessa forma, ainda se cria o equívoco de que todos os mineiros, moradores do estado, falam da mesma forma, têm um falar específico e uniforme.

Para concluir a discussão, reafirmamos conforme Vitral (2013, p. 127-128): “não há razões objetivas ou científicas, do ponto de vista linguístico, que justifiquem o desprestígio do dialeto mineiro ou do dialeto caipira”. O fato de um falante usar uma variedade linguística que não esteja em conformidade com a norma padrão não implica desprestígio de tal falante nem a estigmatização de uma determinada comunidade linguística. É preciso se ater ao caráter científico de investigações que se realizam a partir de procedimentos metodológicos próprios de pesquisas acadêmicas.

2.2.5.2 Alguns estudos do português falado em Minas Gerais

As diferenças entre os falares mineiros sobre as quais até aqui discorremos não foram estabelecidas a partir de investigações cujo objeto fosse um elemento de sintaxe. Nosso intuito agora é buscar analisar estudos acadêmicos que se fundamentam nesses critérios para estabelecermos procedimentos de orientação de nossa pesquisa e delinear passos para alcançar os objetivos propostos, vislumbrando a possibilidade de resgatar procedimentos de análise que foram úteis em estudos anteriores. Para tanto, apresentamos as resenhas de dois textos que contribuíram para aprimorar nosso referencial teórico de forma a também conduzir nossas referências bibliográficas para o planejamento e

²⁸ A esse respeito, apresentamos duas sugestões: um vídeo e um dicionário. Trata-se de um vídeo de um programa da emissora brasileira de televisão, TV Record, o qual discute sobre o dialeto com uma personagem genuinamente mineira. O vídeo apresentado é um episódio protagonizado pela atriz mineira Cida Mendes, vivendo a personagem Concessa, com escolaridade de 4º ano do ensino fundamental, comentando sobre o que é dialeto, enfatizando o mineirês como um dos dialetos do português no Brasil, apresentando muitos exemplos de *corruptela*. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wwXvj6iXbXw>. Sobre o dicionário, a sugestão se refere ao **Dicionário Mineirês**, de Paulo Araujo. O autor é um comediante pernambucano *Stand up* que se mudou para o estado de Minas Gerais, após ter se casado com uma mineira. Uma das possibilidades de aquisição do dicionário é por meio do site <https://dicionariomineires.com.br/product/dicionario-mineires/>

realização da pesquisa. Os dois textos são *O português falado em Minas Gerais* (Amaral, 2013) e *As pesquisas sobre o português falado em Minas Gerais em 125 anos de história (1889-2014)* (Amaral; Santos, 2016).

A obra *O português falado em Minas Gerais* (Amaral, 2013) traz uma contribuição a respeito das variedades do português falado em Minas Gerais, a partir de pesquisas desenvolvidas sob a orientação do professor Eduardo Amaral, quando ministrou uma disciplina intitulada “Estudos temáticos de linguística teórica e descritiva: o português falado em Minas Gerais”, na Faculdade de Letras da UFMG. A partir de leituras, discussões e desenvolvimento de pesquisa, o professor orientou discentes na realização de trabalhos que coletaram os dados por meio de gravações orais para transcrever e analisar particularidades do português falado em Minas Gerais.

O professor mesmo faz a apresentação do livro e escreve o primeiro capítulo, em cujo texto faz uma retomada dos trabalhos embasados na sociolinguística a respeito da descrição do português falado em Minas Gerais²⁹. Na sequência, o autor enumera obras que tratam da diversidade da língua portuguesa no Brasil, em ordem cronológica, enumerando aqueles trabalhos que são considerados basilares e que sempre são referenciados nos estudos sobre o tema. São elas: *O dialeto caipira* (Amaral, 1920), *O linguajar carioca* (Nascentes, 1922), *O falar mineiro* (Teixeira, 1938), *O esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais* (Ribeiro et al., 1977).

O texto se encaminha, então, para a apresentação dos trabalhos produzidos, considerando que houve o crescimento do número de trabalhos que pesquisam as especificidades do português falado em Minas Gerais. Observa-se que nos procedimentos metodológicos de coleta de dados todos os trabalhos analisam dados coletados a partir de entrevistas com três pessoas, informantes de Belo Horizonte e de cidades próximas à capital, como: Nova Lima, Ouro Preto, Santa Luzia e Sete Lagoas.

Com referência aos fenômenos pesquisados, que são objeto dos capítulos do livro, destacam-se: ocorrência de negação com o item *não* (Santa Luzia); apagamento dos clíticos pronominais (Sete Lagoas); a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos (Ouro Preto); redução do gerúndio (Belo Horizonte, Nova Lima, Santa Luzia); a apócope em formas de diminutivo (Belo Horizonte).

²⁹ O professor apresenta na página 10 do livro um quadro constituído pela relação dos municípios mineiros em que os dados foram coletados e analisados nas obras de 2011, especificando o fenômeno linguístico pesquisado, bem como a referência. As obras a que Amaral se refere são: Cohen et al.; Dogliani e Cohen; Viegas.

O segundo texto, que é um artigo de autoria de Amaral e Santos (2016, p. 1172-1201), intitulado *As pesquisas sobre o português falado em Minas Gerais em 125 anos de história (1889-2014)*, apresenta-nos a análise historiográfica de um conjunto de obras (livros, dissertações e teses) que investigaram diferentes fenômenos da língua portuguesa no estado de Minas Gerais, delimitando o período analisado entre os anos de 1889 a 2014, dividido em três fases, devidamente caracterizadas.

Antes da caracterização específica de cada fase, há informações relevantes a respeito da descrição das variedades linguísticas brasileiras, como o “pressuposto da existência de uma realidade linguística brasileira em oposição à portuguesa” (p. 1175); a citação de trabalhos que representam a força propulsora dos trabalhos dialetais no Brasil (*O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral em 1920 e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, em 1922) e referências aos estudos que demonstram interesse pela investigação e pela descrição do português falado em Minas Gerais, que viria a ser observado a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 com as pesquisas de mestrado nos programas de pós-graduação dos quais se percebe um aumento considerável a partir dos anos 2000.

Na sequência, os autores procedem à descrição de cada fase dos estudos a respeito da língua portuguesa falada no estado de Minas Gerais. Na primeira fase (1889-1937), toma-se como critério para o seu marco inicial um fato político relevante para o país e para o estado que é a promulgação da *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, o que converte a antiga Província de Minas Gerais em Estado de Minas Gerais. Segundo os autores, as obras desse período são quase sempre gramáticas normativas da língua portuguesa em que são citadas, brevemente, algumas características da fala.

A segunda fase (1938-1976) apresenta como ponto de partida a publicação do artigo de José Aparecido Teixeira, intitulado *O falar mineiro*, no qual se considera esse falar como uma variedade do que na época se chamava de “dialeto brasileiro”. Menciona-se o surgimento do interesse pela língua falada nos centros urbanos, que cresce e se destaca em quantidade a partir dos anos 70³⁰. A característica destacada nessa fase é que as obras apresentam pouco rigor metodológico e fazem parte de uma época em que os estudos linguísticos ainda começavam a ganhar força dentro das universidades.

A terceira fase (1977-2014) é tratada como a mais fecunda, em que se percebe o efeito do processo de cientificação e institucionalização dos estudos linguísticos no

³⁰ Como um dos projetos coletivos de investigação nesse sentido, os autores citam o Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC).

Brasil³¹; os autores citam e destacam a publicação da obra *volume I do esboço de um Atlas linguístico de Minas Gerais* (Ribeiro *et al.*, 1977).

Os trabalhos da terceira fase, que têm como foco principal a descrição linguística de fenômenos do português falado em Minas Gerais, são apresentados em dois grupos. No primeiro estão incluídas as publicações de livros; apresentam um quadro com o total de 14 publicações referentes ao primeiro grupo, com obras relacionadas à investigação tanto na área rural quanto urbana. No segundo grupo apresentam as dissertações e teses (os autores contam 116 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado, totalizando 132 trabalhos), observando que, a partir dos anos 2000, os trabalhos de investigação sobre o português falado em Minas Gerais ganharam mais força.

Com relação às universidades que lideram em questão de números de trabalhos, destacam-se a UFMG (72%), PUC-MG (11,4%) e UFU (9,8%). O português falado de Belo Horizonte é o mais pesquisado durante essa fase, correspondendo a 28% dos trabalhos, seguido de Mariana (4,5%) e Uberlândia (4,0%). Ao final do artigo são apresentados três anexos. Em especial, o anexo 2 (p. 1197-1198) é uma tabela com o ranking dos orientadores das dissertações e teses da terceira fase, com destaque para o professor Marco Antônio de Oliveira³².

De acordo com posicionamento dos autores, os trabalhos da terceira fase vão impactar e estimular pesquisas futuras no que se refere ao português falado em Minas Gerais. De fato, quando se busca pelos trabalhos relacionados ao português falado em Minas Gerais na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), por exemplo, muitos resultados são apresentados; o mesmo acontece com busca realizada no repositório de dissertações e teses da Capes.

Após a busca nas duas fontes (BDBTD e repositório da Capes) sobre o tema do português falado em Minas Gerais, realizamos uma busca a respeito do vocativo, o nosso objeto de pesquisa, a partir do ano de 2015, no repositório de dissertações e teses da Capes, com o intuito de encontrar dados que pudessem contribuir com o planejamento e realização de nossa pesquisa. Para esse propósito, procedemos da seguinte forma: no site de dissertações e teses da capes, digitamos a palavra-chave “vocativo” e pedimos a busca. O resultado foi de 43 resultados, sendo 21 trabalhos depois de 2014. Dentre a seleção dos trabalhos, apenas um se apresentou de forma mais direcionada ao que nos propusemos

³¹ Esta constatação dos autores está conforme Altman (1998).

³² Marco Antônio de Oliveira cursou doutorado na *University of Pennsylvania*, sob a orientação de William Labov. No Brasil orientou dissertações e teses na UFMG até se aposentar e depois atuou na PUC-Minas.

pesquisar, em que o vocativo foi analisado numa perspectiva sociolinguística, a partir de 2015. Esse trabalho é intitulado “O vocativo numa comunidade de prática gay de Serra Talhada-PE: descrição e uso” (Nogueira, 2019). A pesquisadora se propôs a estudar os vocativos a partir de dados de fala de uma comunidade marginalizada, como é o caso da fala gay. O objetivo centrou-se na observação e descrição dos usos dos vocativos por esse grupo, assim como na observação da constituição dessa comunidade de prática. Foi investigada a fala de nove homens cis homossexuais do sertão pernambucano, cuja faixa etária é de 18-28 e o nível de instrução acadêmico é o mesmo, em três contextos de interação distintos (entrevista, conversa entre amigos, ambiente de trabalho). Foram analisados, especificamente, os vocativos “bicha” e “viado”, observando como são empregados por pessoas de fora da comunidade gay e por pessoas da comunidade. Analisou-se também a posição do vocativo nas sentenças.

Qualquer estudo sobre a língua deve ser desenvolvido a partir do conhecimento que se tem da comunidade em que ela é usada para interação entre os seus membros. Isso requer estudar a comunidade em seus aspectos históricos, sociais e culturais.

No caso do Brasil, pudemos entender como a variação da língua portuguesa acontece desde quando foi introduzida aqui com a chegada dos colonizadores portugueses e como os fatos históricos foram interferindo no seu processo de formação e de mudanças, em contato não só com a língua dos nativos, mas também em contato com línguas de outros povos que aqui também chegavam. Com o passar do tempo e com o surgimento e aprimoramento de teorias e de ciências linguísticas específicas, como a Sociolinguística, a língua começou a ser analisada em sua diversidade, fazendo com que as diferenças fossem sendo cada vez mais conhecidas.

Os estudos sociolinguísticos se intensificaram por meio das pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação, despertando até investigações acerca das próprias pesquisas, o que nos instiga a verificar quais fenômenos linguísticos, em quais espaços e em que tempo despertam o interesse dos pesquisadores, levando-os a perceber as lacunas existentes nesse processo de pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O VOCATIVO

Neste capítulo, primeiro fazemos uma introdução relacionada ao nosso objeto de pesquisa: o vocativo. É um procedimento que possibilita a compreensão do funcionamento desse termo, inserido no enunciado. A análise das definições apresentadas, bem como dos fatores que interferem no estabelecimento do contato entre os interlocutores, norteia a escolha de categorias de análise e revisão do estado da arte.

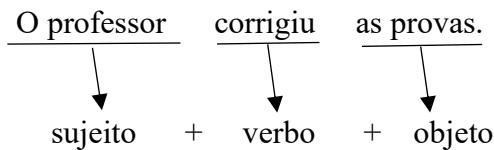
Na primeira seção, discutimos definições para o vocativo, apresentadas em gramáticas de língua portuguesa. Na segunda seção, abordamos a teoria da elaboração da face. Na sequência, na terceira seção, apresentamos as formas de tratamento nominais e pronominais que podem representar os vocativos. Na quarta seção, refletimos a respeito da teoria da cortesia verbal. Em seguida, a quinta seção apresenta as posições em que o termo vocativo pode aparecer na oração. Por fim, na sexta seção, falamos sobre a proximidade de papéis desempenhados pelos vocativos e pelos marcadores discursivos.

Em nossa pesquisa, optamos por investigar a variação da língua, delimitada, primeiramente, pelo dialeto rural das comunidades de Dourados, Caxambu, Puladouro e Samambaia e, depois, da área urbana de Patrocínio-MG, por meio de um aspecto sintático: a posição do vocativo na sentença oral. Assim, apresentamos o conceito de sintaxe:

SINTAXE; do grego *syntaxis* (ordem, disposição), o termo sintaxe tradicionalmente remete à parte da Gramática dedicada à descrição do modo como as palavras são combinadas para compor sentenças, sendo essa descrição organizada sob a forma de regras (Berlinck; Augusto; Scher, 2008, p. 207).

Observamos que as autoras evidenciam uma descrição da língua a partir de regras, as quais surgem de uma combinação entre as palavras que formam uma sentença. Nesse caso, no trabalho de descrição, o linguista se preocupa, conforme Possenti (2012, p. 65), em descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas; a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes.

As sentenças formadas em nossa língua são compostas por uma sequência de unidades de dimensões variáveis que estão combinadas hierarquicamente, ao que se denomina sintagma. Assim, consideramos que a estrutura canônica das orações é SUJEITO – VERBO – OBJETO. A partir dessa estrutura sintática, um número bem grande de sentenças pode ser criado. Por exemplo:



Muitas outras sentenças se formam a partir dessa estrutura, por exemplo: *O menino rasgou o jornal; O motorista bateu a porta; O repórter desligou o microfone.*

No entanto, percebe-se que as sentenças, analisadas apenas quanto à sua estrutura, não se dirigem a nenhum interlocutor, de forma específica. Ou seja, não se sabe, por exemplo, a quem se diz *O menino rasgou o jornal*. Neves (2018a, p. 103) considera que entre constituintes extrafrasais, ou seja, aqueles que não são parte da frase propriamente dita, mas se associam frouxamente à frase, podendo ser descritos mais adequadamente em termos de funcionalidade pragmática, estão as expressões que indicam o endereçamento do que é dito na frase. É necessário que ocorra a restrição, a especificação do interlocutor.

Portanto, ao se pensar em possíveis interlocutores para a sentença *O menino rasgou o jornal*, consideremos a hipótese seguinte. Pode ser que um homem, dono do jornal, o tenha deixado sobre o sofá, em uma sala de espera de um consultório médico, quando foi conversar com alguém no corredor. Enquanto isso, uma mãe se distrai, o filho de dois anos vai até o sofá e rasga o jornal. Ao retornar, o dono do jornal ouve da mãe do garotinho: **Senhor**, *o menino rasgou o jornal*. E poderia acrescentar outros enunciados, para lhe pedir desculpas. O termo **Senhor** foi empregado para chamar o interlocutor, de maneira específica.

Nesse contexto, o termo **Senhor** é apenas uma possibilidade para identificar o interlocutor; nesse exemplo, inferimos que o dono do jornal é uma pessoa mais velha que a mãe do garotinho, ela não o conhece, uma vez que não o chama pelo nome. O dono do jornal rasgado seria chamado pelo nome, se a mãe do garotinho fosse uma amiga sua; seria chamado de **amigo**, por exemplo, se o garotinho estivesse sendo acompanhado pelo pai; seria chamado de **moço**, se tivesse menos idade. Trata-se, portanto, de uma situação em que, para o emprego de um termo sintático, há formas diferentes de empregá-lo, dependendo da situação em que ocorre.

Analisamos que a essa estrutura, aparentemente normal e simples (S + V + O), acrescenta-se um termo que recebe o nome de vocativo.

3.1 O conceito de vocativo em gramáticas de língua portuguesa

O conceito do termo vocativo em gramáticas de Língua Portuguesa tem sido abordado de forma a preservar a ideia básica de sua função. Tradicionalmente, o vocativo é o termo que faz referência à segunda pessoa do discurso (pessoa ou coisa personificada), com quem(m) se fala, enfatizando que esse termo possui a finalidade de chamar. No entanto, na contemporaneidade, tem se ampliado essa discussão, expandindo a análise do conceito para além da questão sintática, simplesmente. São considerados outros fatores relacionados à forma como se percebe sua inserção no enunciado.

Apresentamos seis definições que se encontram numa sequência cronológica, apesar do longo espaço temporal que há entre alguns deles, e destacamos como elas mostram ideias que permanecem e outras que vão se integrando para construir uma definição que possa refletir situações reais e produtivas de interação em que se destaca o vocativo como um elemento que explicita situações inerentes aos aspectos sociais e culturais que interferem nos atos de interação social.

Quadro 3 - Definições para o termo vocativo³³

Autor (ano)	Definição dada ao termo VOCATIVO
Barbosa (1871)	O vocativo na Lingua portugueza é sempre um nome de uma segunda pessoa, ou coisa personificada, com quem se falla. (p. 111)
Rabello (1872)	Chama-se substantivo <i>vocativo</i> o nome que significa a pessoa, por quem se chama, ou com quem se falla. (p. 137)
Cunha e Cintra (1985)	(termos) não estão subordinados a nenhum outro termo da frase. Servem apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada. A estes termos, de entoação exclamativa e isolados do resto da frase, dá-se o nome de VOCATIVO. (p. 156)
Bechara (2009)	Vocativo: uma unidade à parte – Desligado da estrutura argumental da oração e desta separado por curva de entoação exclamativa, o vocativo cumpre uma função apelativa de 2ª pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos. (p. 460)
Neves (2018b)	O vocativo é um elemento da frase, mas não é propriamente um termo da oração, já que nem pertence ao predicado nem ao sujeito. Ele é externo à predicação, constituindo, unicamente, um chamamento, dentro do ato de fala. Ou seja, o vocativo representa aquela pessoa ou coisa que é explicitamente chamada, invocada, interpelada, na interlocução. Trata-se sempre, portanto, da pessoa com quem se fala, ou seja, da segunda pessoa do discurso. (p. 109)
Abreu (2022)	Vocativo é um termo que se situa fora da oração. Não pertence, portanto, à rede argumental do verbo ou do predicativo. É um apelo do enunciador ao interlocutor, por meio da projeção do seu nome ou de expressões equivalentes. (p. 455)

Fonte: elaborado pelo autor.

³³ Não encontramos em algumas gramáticas de Língua Portuguesa brasileiras atuais abordagem sobre o termo vocativo. Dentre elas mencionamos: Gramática pedagógica do português brasileiro (Bagno, 2012) e Nova gramática do português brasileiro (Castilho, 2020).

De forma tradicional, Barboza (1871), Rabello (1872) e Cunha e Cintra (1985) apresentam definições que aludem à função do vocativo: as duas primeiras reforçam a ideia da segunda pessoa do discurso, com quem se fala. São definições presentes em gramáticas do século XIX, aquelas criadas conforme a tradição gramatical. Em Cunha e Cintra (1985), a definição é semelhante às ideias apresentadas por Barboza (1871) e Rabello (1872) e se acrescenta o fato de o vocativo não pertencer à estrutura sintática da sentença.

Bechara (2009), ao considerar que o vocativo é uma unidade à parte da oração, que não se inclui na estrutura da sentença, apresenta uma análise que se restringe ao conceito gramatical, também reforçando a ideia da segunda pessoa do discurso, apesar de expandir esse conceito ao se referir à entoação exclamativa e à evidência recebida pelo ser que é chamado. Na definição apresentada por Neves (2018b), também se enfatiza a compreensão que se tem do vocativo ser um termo à parte; faz referência ao fato de que ele não se engloba no conjunto de informações próprias da sentença (a oração = sujeito + predicado), mas no ato de interação, na interlocução; caracteriza-se como o termo que evoca, chama o ser a que(m) o envio das informações da sentença se destina.

Para ampliar a discussão a respeito da definição que apresenta para o vocativo, Neves (2018b, p. 110) acrescenta também que o vocativo é um termo que frequentemente se associa a um imperativo (*Veja, Bruno, você é quem sabe o que precisa escrever a sua mulher...*) ou a uma interjeição (*Ó, minha terra brasileira*), ocorrendo geralmente em frases exclamativas. Neves (2018b, p. 248-249) expõe que o vocativo é uma das funções nominais do substantivo, não precedido de preposição.

No que se refere à sua associação com a interjeição, Neves (2018b, p. 1128-1129) destaca as seguintes questões: I) os vocativos são acompanhados por interjeições que têm forte componente interpessoal (*Ah! meu filho! O pecado foi meu!*); II) as interjeições mais típicas de chamamento – ó/ô – são seguidas de um vocativo e de um imperativo (*Ó, minha terra brasileira/ ouve esta canção ligeira/ Que eu fiz!*); III) há interjeições que podem se repetir junto ao vocativo seguido de recado para marcar contato interpessoal (*Alô, alô, Realengo – aquele abraço!*).

A definição que desperta interesse por estudos mais atuais nos é apresentada por Abreu (2022). O autor mantém as ideias propostas pelos outros autores, no entanto nos remete a discussões mais consistentes no que se refere à interação entre os interlocutores. A pessoa chamada (o interlocutor) não tem apenas um nome, por exemplo. Em sua definição, ao empregar os vocábulos “expressões equivalentes”, o autor nos leva a

analisar como o interlocutor está inserido em uma sociedade, como sua atuação revela as mais diferentes relações sociais, ou seja, leva-se em conta o seu papel social e isso pode condicionar a forma como se estabelece um contato com ele.

A gramática em que está a definição de Abreu para o vocativo foi produzida no século XXI; o autor se propõe descrever os fenômenos gramaticais em contexto de uso, pondo foco tanto na sua funcionalidade quanto na sua motivação cognitiva e cultural (Abreu, 2022, p. 23-24). O próprio autor, ao falar sobre comunicação e interação social, expressa que “por meio da linguagem podemos transmitir, comunicar a outras pessoas nossas ideias e emoções” (Abreu, 2022, p. 27) e cita os exemplos:

I) Juliana, você comprou as entradas?

II) Amor, você comprou as entradas?

Ao analisar os dois enunciados, caso se considere somente a finalidade de chamar a atenção do interlocutor (conforme todas as definições anteriores), os termos “Juliana” e “Amor” apenas cumprem a função de chamar a pessoa com quem se fala, para iniciar a interação com esse interlocutor. No entanto, no segundo enunciado, ao apresentar o termo “Amor” para chamar a atenção da moça e estabelecer com ela um contato, o falante terá indicado que há uma relação afetiva, amorosa entre eles. Por isso, o vocativo é considerado também uma marca de interação verbal.

Do ponto de vista do discurso, conforme Abreu (2022, p. 455), o vocativo marca o tipo de relação social que existe entre o enunciador e seu interlocutor. Assinala-se é uma relação formal, respeitosa, amorosa, informal ou, ainda, uma relação conflagrada.

Diante disso, o vocativo deve ser analisado para além do comportamento da regra ou do conceito gramatical, considerando também o contexto de uso e os fatores que interferem na interação social. Como membros de uma sociedade que a todo momento exige nossa participação em diferentes situações de interações motivadas por mudanças no trânsito por diferentes espaços sociais, realizamos encontros e mantemos contatos que nos colocam em situações nas quais construímos a imagem do outro no momento da interação.

O ato da interação social, de uma maneira geral, estabelece-se, inicialmente, por meio do contato entre os interlocutores. Tal situação gera interesses específicos de estudo e pesquisa, com teorias que os sustentam, dentre os quais vamos destacar, neste estudo relacionado ao vocativo, a elaboração da face (Goffman, 1980), as formas de tratamento

nominais e pronominais (Kerbrat-Orecchioni, 2011; Giaufret, 2011; Moraes; Silva, 2011; Silva, 2008) e a cortesia verbal (Villaça; Bentes, 2008; Silva, 2008).

3.2 A elaboração da face

Nos atos e momentos de comunicação, de interação e de contato social é um procedimento natural que se forme uma impressão da pessoa que fala, do enunciador. A esse respeito, Goffman (1980) nos apresenta a definição de face como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico.

Para esse mesmo autor, *linha* se define como um padrão de atos verbais e não-verbais através dos quais expressa sua visão da situação e, através disso, sua avaliação dos participantes, especialmente de si mesma.

Em uma competição de gastronomia, por exemplo, pode-se analisar a face dos competidores participantes e a face dos jurados, da equipe julgadora. No momento de apresentação aos jurados, a face do competidor se constitui por meio da apresentação que faz do prato, demonstrando segurança na fala com tom de voz firme e fisionomia e gestos que também denotem confiança em uma boa avaliação feita pelos jurados.

Quanto aos avaliadores, a expressão facial ao degustar o prato, as palavras positivas relacionadas ao prato durante os comentários de avaliação, a forma como gesticulam, os sorrisos durante os comentários são modos de afirmar o sucesso da execução do prato apresentado. Dessa maneira, no evento de competição gastronômica, os competidores podem construir a sua face de competentes profissionais em gastronomia diante da equipe julgadora, a qual se mostra a esses competidores como um grupo que possui conhecimento e segurança para escolher o melhor.

A partir de tais definições (face e linha), evidencia-se que em situações de contato, de interação verbal, as pessoas se munem também de procedimentos verbais que exigem escolhas condicionadas por sua relação com outras pessoas, de modo que o valor social seja construído por meio da expressão dessas escolhas e pela forma que elas são linguisticamente elaboradas e concretizadas. Os atos verbais escolhidos e realizados contribuem para que a forma como as pessoas se tratam e, principalmente, estabelecem contato e a forma como chamam as outras em situações que usam formas vocativas, por exemplo, refletem a imagem pública, não só do enunciador, mas também do interlocutor, percebendo-se o nível de afinidade entre eles.

Goffman (1980) expõe que a face dos outros e a própria face são construtos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam a quantidade de sentimento ligado à face e como esse sentimento deve ser atribuído entre as faces envolvidas.

Ao usar a língua, em seus contatos mais específicos, o falante deixa evidentes os valores sociais não só de si mesmo, como também da comunidade em que está inserido. Os contatos entre os interlocutores constituem oportunidades de se conhecerem, de dizerem quem são, de manifestarem o papel social que cada um exerce nos atos de interlocução. No momento da fala, da interação, cada um cuida de sua própria face.

Com o intuito de exemplificar essa questão, apresentamos aqui um relato da atividade de organização de um livrinho de receitas caseiras³⁴, coletadas nas quatro comunidades rurais (Dourados, Caxambu, Puladouro, Samambaia). Para sua elaboração, foi preciso que as pessoas fornecessem as receitas e eu as organizasse: cada um contribuiu com o outro a partir de seu papel social. Assim, a face de quem fornece a receita era de quem apresentava o conhecimento e a vivência para fornecer, com convicção, o material de construção do livrinho. Por outro lado, como ouvinte, eu era o elemento que possuía a competência de organizar o livrinho, dependendo das informações de meus interlocutores.

Ao abordar as relações sociais, relacionando-as à elaboração da face, Goffman defende que

quando uma pessoa começa um encontro mediado ou imediato, já existe algum tipo de relação social entre ela e os outros interessados, assim como uma expectativa de sua parte quanto à relação que manterá com estes após o término do encontro (Goffman, 1980, p. 104).

No estabelecimento das relações sociais, o primeiro encontro entre as pessoas até pode ser mediado, precisar da participação de outra pessoa com o intuito de aproximar-las. No entanto, essas mesmas pessoas poderão manter e até mesmo ampliar as relações sem que a pessoa mediadora permaneça em contato, com esse papel. Como os encontros não são únicos, eles se repetem numa perspectiva de continuidade das relações sociais, portanto é normal que a face continue sua construção. Para isso, a pessoa que começou o encontro espera que a sua face vá sendo construída de maneira positiva. Goffman (1980,

³⁴ Na parte da metodologia, neste texto, p. 132, apresentamos todos os procedimentos de organização do livrinho de receitas caseiras.

p. 105) considera que “Muitas vezes é a relação social que a pessoa mantém com outras que a leva a participar de certos encontros com elas, nos quais, incidentalmente, dependerá delas para apoiar sua face”.

Isso se aplica ao procedimento de coleta das receitas de quitandas caseiras, nas comunidades rurais. No primeiro contato, na primeira família de colaboradores, como pesquisador, fui acompanhado por uma pessoa que conhecia a família. A partir daí, pude estabelecer as relações pessoais, continuando a visitar a família, nem sempre acompanhado por aquela pessoa que intermediou o primeiro contato. Na continuidade dos contatos, minha face foi sendo construída de forma que, reciprocamente, eu também apoiava a minha face nessas pessoas. Os depoimentos seguintes confirmam como as pessoas se mostraram solícitas em colaborar com a organização do livrinho de receitas, quando eu as visitava e expunha minha intenção: coletar as receitas.

- (1) PD13: “Dou as receitas, uai! Na hora!”
- (2) PD09: “Nós estamos aqui!”

A conclusão é que fui eu que precisei das informantes das receitas, que corresponderam ao meu propósito, ao mesmo tempo em que elas viram em mim a pessoa que poderia intermediar e concretizar o projeto de organização do livrinho.

Na área urbana de Patrocínio-MG, durante as visitas para coleta de dados, encontramos também situações em que a face do informante foi elaborada a partir de sua fala, inclusive com uso de vocativo:

- (3) PP01: “Obrigado você, **Gilberto**. Precisando de nós, estamos às ordens.”
- (4) PP10: “Se eu puder ajudar, **meu filho**, é na hora.”

Ao final da entrevista para a coleta de dados num mercado de bairro, agradecemos o informante (PP01) e ele se mostrou envidado por participar da pesquisa, colocando-se à disposição para futuras interlocuções, com muita prontidão. A informante PP10 também se manifestou positivamente para contribuir com o pesquisador, apesar de expressar uma condição que, com certeza, anulou-se quando ela começou a compartilhar as informações com o pesquisador.

Usando como referência o conceito de face de Goffman (1980), Brown e Levinson (1987, *apud* Silva, 2008, p. 179) dizem que todo indivíduo possui duas faces (positiva e negativa). A face positiva é assim definida:

Refere-se ao desejo de que a autoimagem seja aprovada e valorizada. É o desejo de aprovação social; refere-se à necessidade que todo indivíduo tem de ser aceito, de ser tratado como membro de um grupo, de saber que seus próprios desejos são compartilhados pelos interlocutores. Representa o desejo de ser apreciado e admirado e que seus desejos sejam aceitáveis pelo interlocutor. Ressalte-se que, em geral, os indivíduos querem ser amados, compreendidos e valorizados (Silva, 2008, p. 179).

O indivíduo se sente vinculado e pertencente a um grupo social; os seus desejos e seu valor são conhecidos, aprovados de forma que contribuem para fortalecer as relações e o indivíduo é aceito; é uma face que possibilita a aproximação e a solidariedade no contexto dessas relações. Uma estratégia de polidez para manter a face positiva é fazer um elogio, por exemplo. Encontramos enunciados em nossa coleta de dados, (5) e (6), em que as informantes elogiam outras pessoas, destacando ações e produtos que são comuns à cultura do espaço em que vivem. Essa atitude demonstra acolhimento e uma identificação do outro de forma a incluí-lo no grupo das relações das enunciadoras:

- (5) “Ô, **cumade**, cê tá fazeno uns biscoito aí tão bunito, cê podia entrá aqui no livrinho que o Sô Gilberto feiz!” (PD14, 78 anos, analfabeta)
- (6) “O pão de queijo dela é bonito, **vó**. Piquitito...” (PD05, 25 anos, Curso Superior)

Quando o enunciador revela que conhece as expectativas e desejos do interlocutor e se manifesta de forma a ajudar em sua satisfação, é também uma estratégia de manter a face positiva. Apresentamos dois exemplos:

- (7) “**Padre Toninho**, toda veiz que o senhor celebra missa lá na comunidade, o que que o senhor mais gosta? O senhor gosta de uma rosca, dum pão de queijo ou dum bolo. Pois é, porque eu ganhei um livro de receita. Lá tem as funcionária que possa fazer, faz pro senhor.” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

(8) “**Adriana**, eu tenho uma coisa para te falar. Cê gosta de pão de queijo, dessas coisas, porque ela adora né. Então eu tô com um presente aqui pro cê. Um livro de receita e ocê vai fazer e não precisa do cê levar lá em casa, eu venho aqui comer.” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

Por sua vez, a face negativa

refere-se à necessidade que todo indivíduo tem de ser independente, de ter liberdade de ação e de não sofrer imposição. Envolve a contestação básica aos territórios, reservas pessoais e direitos; em outras palavras, a liberdade de ação e liberdade de sofrer imposição; o desejo que as pessoas têm de não serem controladas. É o desejo de não ser impedido em suas ações; por isso a preservação da face negativa implica a não imposição do outro. Saliente-se que, em geral, as pessoas não querem ser controladas ou impedidas pelos outros (Silva, 2008, p. 179).

O indivíduo prioriza a busca por sua liberdade de ação e autonomia, quer ser livre para tomar suas decisões sem que outras pessoas interfiram. Nessa face negativa, enfatiza-se a distância e diminui o peso da solidariedade, situação de interação em que os interlocutores não se encontram em uma relação de reciprocidade. Nessas situações, é importante que o locutor aja de forma que a ameaça à face não desrespeite a imagem do outro. Apresentamos exemplos que coletamos em estabelecimentos comerciais:

(9) “**Senhora**, a senhora não pode levar o sorvete lá, porque vai derreter.”

(PP13, 62 anos, educação básica completa)

(10) “**Moça**, não é nem o preço de custo nosso.” (PP08, 20 anos, educação básica completa)

(11) “**Moço**, eu não vou fazer isso por você.” (PP03, 40 anos, educação básica completa)

Em (9), a atendente do *trailer* de sorvetes, no ponto turístico do Cristo, contraria a vontade da freguesa em levar o sorvete até um determinado ponto, embora dê uma justificativa aceitável. O contexto do enunciado (10) é um atendimento realizado na farmácia; uma freguesa pede desconto no valor de um medicamento, dizendo qual é o valor numa farmácia concorrente. A atendente foi cautelosa ao dizer que não seria possível vender o medicamento por aquele preço, apresentou uma justificativa plausível diante de sua recusa. O enunciado (11) foi produzido por uma vendedora de sorvete no

trailer quando um freguês queria ser atendido primeiro, desrespeitando a ordem na fila; a fala da vendedora expressa não só uma rejeição ao pedido como também uma atitude de discordância.

Uma vez construída a face, o fato é que as interações se prolongam e se ampliam; em situações de conversas e de entrevistas sociolinguísticas, por exemplo, os participantes permitem que o papel de falante se alterne e circule entre eles, fazendo com que a face seja também compartilhada, inclusive nas formas como esses próprios falantes se tratam. No caso específico de nosso estudo, uma investigação sobre o uso do vocativo, a construção da face contribui para que esses falantes escolham a forma, as palavras para chamar um ao outro a partir dos valores que se atribuem e das relações que estabelecem entre si.

3.3 Formas de tratamento nominais e pronominais

As formas de tratamento, conforme Kerbrat-Orecchioni (2011, p. 19), têm um papel importante no funcionamento das interações, sobretudo porque constituem o primeiro recurso de que dispõem os locutores para marcar e construir a relação interpessoal (são poderosos “relacionemas”).

A autora apresenta, de acordo com a língua francesa³⁵, categorias de forma de tratamento nominais dentre as quais destacamos os nomes de pessoa (nomes próprios ou nomes de batismo, incluindo apelidos); os títulos herdados ou conferidos; os nomes de profissão e de função; as formas relacionais (destacando os termos de parentesco); os rótulos; as formas afetivas.

Conforme expõe Silva (2008, p. 159), “Quando duas ou mais pessoas conversam, uma pode dirigir-se a outra empregando um nome ou um pronome, que cumprirão a função de apelar ou chamar a atenção do interlocutor”. Portanto, além das formas nominais, incluímos também duas formas pronominais de tratamento: “você” e “senhor(a)”.

³⁵ As categorias apresentadas pela autora, na língua francesa, estão inseridas de forma bastante semelhante na língua portuguesa. Apenas os títulos, herdados ou conferidos, são ajustados conforme a cultura de cada país.

Essas formas de tratamento, nominais e pronominais, relacionam-se a situações de contato com as pessoas, são formas que constituem categorias relacionadas a contextos de chamado, ou seja, contextos vocativos.³⁶

Nesse contexto de chamado, a escolha pelos nomes próprios explicita que pode haver uma proximidade com o interlocutor, por isso algumas reflexões nesse sentido contribuem para se discutir essa abordagem. Para Perret (1968, p. 6, *apud* Giaufret, 2011, p. 48): “quando enuncio um nome próprio como vocativo, eu estou afirmado: *você* é um ser humano, eu conheço o seu nome, eu conheço *você*, esse nome é o seu”. No entanto, entendemos que nas relações interpessoais é preciso considerar questões como proximidade e familiaridade que permitem chamar pelo nome próprio e como esse nome restringe o contato, no que se refere ao sentido, simplesmente. É preciso analisar em que situações os interlocutores são chamados pelo nome para que o enunciador possa emitir a mensagem.

Moraes e Silva (2011, p. 105) exemplificam, conforme distinção feita por Garner (1971), funções não referenciais do uso do nome próprio com funções típicas do vocativo:

- i) chamado (*calling*), visando chamar a atenção do interlocutor: - *José, veja isso.*
- ii) introdução de uma observação (*addressing*), caso em que está apenas o interlocutor presente diante do locutor, e já prestando atenção ao que está sendo dito: - *Mas, José, você não pode pensar assim...*
- iii) seleção (*distiguishing*), caso em que o locutor se dirige a um interlocutor específico dentro de um grupo de possíveis interlocutores: - *José, bebe mais café.*

Quando a interação social acontece entre pessoas que já possuem proximidade, elas se conhecem, realmente o uso do nome próprio facilita dizer algo com mais liberdade e desenvolver uma conversa; pode haver até mesmo mais receptividade nas ocasiões em que o falante faz observações de forma mais contundente.

A função de chamado, própria do vocativo, sempre citada em estudos a seu respeito, pode ser desmembrada na atitude de requerer a atenção de alguém quando é interpelado e em solicitar a presença de alguém que pode se encontrar um pouco distante (Cresti, 2000 *apud* Moraes e Silva, 2011, p. 105). Dessa forma, distinguem quatro funções exercidas pelo vocativo do ponto de vista discursivo:

³⁶ Giaufret (2011, p. 45-46) apresenta três categorias que se referem a esses contextos: a) chamar a atenção do interlocutor; b) manter o contato com o interlocutor; c) escolher um interlocutor entre outros.

- i) chamar a atenção do futuro interlocutor, ao iniciar uma troca discursiva (função de interpelação, segundo Kerbrat-Orecchioni);
- ii) mais do que chamar apenas a atenção, “chamar” propriamente alguém, o que significa solicitar, verbalmente, que essa pessoa se aproxime; é a função que iremos designar de “chamamento” propriamente dito.
- iii) manter o canal de comunicação, função essa tradicionalmente referida como fática (seria a função de “introdução” ou *addressing* na terminologia de Garner) e;
- iv) selecionar um determinado interlocutor em um grupo potencial de ouvintes.

Por fim, o emprego do vocativo, seja por meio do nome próprio ou por meio de outras categorias de tratamento, pode favorecer uma interação social numa relação de mais confiança e respeito em meio às práticas sociais.

3.4 Cortesia verbal

Outro fenômeno a ser considerado no processo de interação face a face é a cortesia verbal. Para Silva (2008, p. 163-164), cortesia é “o ato de manifestar atenção, respeito ou afeto que uma pessoa tem por outra ou, ainda, um conjunto de regras mantidas no trato social com as pessoas que mostram entre si consideração e respeito”. A cortesia verbal envolve um conjunto de processos ao se analisar a língua em sociedade, organizando as variedades linguísticas no mercado linguístico.

Para Villaça e Bentes (2008, p. 19) esses processos pressupõem a associação de uma identidade social a conduta verbal, ou seja, a cortesia verbal é um fenômeno que toma forma em meio a práticas sociais, pois envolve atitudes e valores dos seres em interação que se constituem e se refazem continuamente por meio do convívio social. As autoras reforçam que a cortesia linguística pode também ser uma espécie de “exibição de afeto e/ou de gentileza” por parte do locutor que, em determinados rituais de linguagem, procura mostrar respeito por uma suposta delicadeza emocional do interlocutor e, ao mesmo tempo, o seu próprio conhecimento, sensibilidade pragmática e refinamento (Villaça; Bentes, 2008, p. 20).

Além de discorrerem sobre a cortesia, as autoras fazem referência a uma possível diferenciação entre o conceito de cortesia e o de polidez verbal³⁷. No entanto, não enfatizamos essa abordagem em nossa pesquisa; consideramos que esses dois fenômenos, em contextos de interação face a face, devem ser analisados destacando-se vários fatores

³⁷ Segundo Marcotulio (*apud* Balsalobre, 2015a, p. 99), “os estudos de origem hispânica tradicionalmente optam pelo termo ‘cortesia’, ao passo que os estudos anglo-saxões preferem o termo ‘polidez’”.

que respeitam as características próprias de determinado espaço social. Expressamos concordância com Silva (2008, p. 159) ao declarar que o termo *cortesia* recobre sentidos expressos por outros vocábulos, como *boa educação, boas maneiras, deferência, polidez, respeito, reverência*.

O fenômeno da cortesia verbal constitui um dos elementos a ser considerado no processo de interação social, com o objetivo de regular um comportamento adequado dos membros de uma comunidade. Para tal, inserem-se nesse conjunto de normas as formas de tratamento, entendidas, conforme Silva (2008, p. 159) como “palavras ou sintagmas que o usuário da língua emprega para se dirigir e/ou se referir à outra pessoa”.

Um dos níveis para essas formas de tratamento são as formas vocativas, isso é, palavras desligadas da estrutura argumental do enunciado e usadas para designar ou chamar a pessoa com quem se fala. Normalmente, essas formas são acompanhadas por pronomes pessoais explícitos ou implícitos (Silva, 2008, p. 160). Em uma sala de aula, por exemplo, durante o período de realização de atividades avaliativas, um aluno pode se dirigir ao professor assim: “Professor, o senhor já agendou sua avaliação?” ou “Professor, já agendou sua avaliação?”.

As escolhas das formas de tratamento estão condicionadas às maneiras que os interlocutores compartilham direitos e obrigações. Silva (2008, p. 161) considera que a conduta é simétrica quando locutor e interlocutor compartilham de direitos e obrigações recíprocas; a conduta é assimétrica quando uma das partes tiver somente obrigações e a outra somente direitos. Essas condutas estão associadas a duas forças que polarizam a sociedade: poder e solidariedade.³⁸ O quadro seguinte expõe traços que distinguem as duas forças, conforme Silva (2008, p. 162).

Quadro 4 - Distinção entre poder e solidariedade

Poder	Solidariedade
Identificada com o eixo vertical.	Identificada com o eixo horizontal.
Associa-se ao uso não recíproco dos pronomes.	Associa-se ao uso recíproco do pronome.
Manifesta-se nas relações assimétricas.	Manifesta-se nas relações simétricas.
Governada pelo conceito de hierarquia: pai/filho, professor/aluno, patrão/empregado.	Caracterizada pela igualdade e pela semelhança: você.

Fonte: elaborado pelo autor.

³⁸ Silva apresenta essa discussão, fundamentando-se em Brown e Gilman (1960).

As duas forças que interferem na dinâmica das relações sociais se encontram bastante polarizadas e influenciam diretamente a forma como os interlocutores se tratam linguisticamente.

O poder, força identificada com o eixo vertical, pressupõe, portanto, a existência de interlocutores na posição superior e na posição inferior: um dos interlocutores deve ser tratado com mais formalidade; por outro lado, a solidariedade é uma força identificada com o eixo horizontal, em que não há posição de superioridade nas relações sociais.

No que se refere ao uso dos pronomes, não ocorre a reciprocidade quando a força em evidência é o poder. Por exemplo: no escritório de uma empresa, a secretária deverá se dirigir ao chefe, patrão, chamando-o de “senhor”, pois ela se encontra em uma posição inferior em relação ao patrão no local de trabalho; o patrão, por sua vez, se dirigirá à secretária usando o pronome “você”. Quando a secretária receber em sua sala uma colega também secretária de outro setor da mesma empresa, ela poderá chamá-la de “você”, uma vez que há entre elas a reciprocidade: são colegas funcionárias da mesma empresa, sem a relação de superioridade/inferioridade entre elas.

A força de poder se manifesta nas relações assimétricas, percebendo-se autoridade de um dos interlocutores em relação ao outro nas relações sociais. É o que se pode perceber numa corporação de militares, por exemplo, em que os comandantes e os subordinados consideram a hierarquia para se dirigirem os chamamentos e os tratamentos. A força de solidariedade se manifesta nas relações simétricas, quando há uma relação de familiaridade entre os interlocutores e podem se tratar de forma semelhante; pode ser o caso de dois gerentes comerciais reunidos, chamando-se de “você”.

Por fim, a hierarquia é o que governa a força de poder: levam-se em conta critérios como idade, geração, autoridade, pressupondo respeito por parte de um dos interlocutores (do filho em relação ao pai, do aluno em relação ao professor, do empregado em relação ao patrão), enquanto que na força de solidariedade se enfatiza um tratamento em que há mais proximidade e familiaridade entre os interlocutores (entre dois irmãos, entre dois colegas de classe, entre dois funcionários de um mesmo setor de uma empresa).

Dessa forma, nos eventos de interação, cortesia envolve saber escolher bem as palavras para elaborar e dizer de forma apropriada a mensagem, de modo que se evitem situações que possam humilhar, constranger, desagradar. Trata-se de um fenômeno que, no contexto da interação, após o estabelecimento do contato com o interlocutor, por meio de diversas formas de tratamento, o locutor procura dizer algo sempre de forma adequada, com respeito e atenção ao seu interlocutor. Acrescentamos que, ao estabelecer o contato

com o interlocutor, observa-se como as forças de poder e de solidariedade interferem na escolha dos termos para chamar esse interlocutor. Ou seja, analisa-se como as formas vocativas empregadas podem explicitar as relações interpessoais nesse contexto, o que vai além de simplesmente reconhecer um vocativo e sua posição na sentença.

Por esse motivo, ressaltamos que a sociolinguística está em interface com a sociopragmática, definida como o termo que “é empregado para se referir à pesquisa que enfatiza fatores sociais ou culturais que influenciam o **uso** da língua” (Bagno, 2017, p. 373, destaque do autor). As interações pessoais se realizam num contexto de respeito que condiciona escolhas linguísticas de forma a considerar as normas e os valores relacionados ao espaço de vivência do interlocutor, principalmente. Assim, as mensagens são produzidas e compreendidas conforme as diferentes circunstâncias comunicativas. Essa situação pode ser evidenciada no exemplo (12), que faz parte de nossa coleta de dados. O contexto era o seguinte: marido e esposa olhavam juntos um livrinho de receitas de quitandas caseiras, quando ele disse à esposa:

- (12) “Oia aí, **Paty**, que trem mais bunito os pão de queijo!” (*o nome da esposa é Patrícia*) (PD10, 84 anos, 3º ano primário)

Nesse exemplo, o vocativo “Paty” é bem mais que o termo que o marido usou para chamar a esposa, empregado na posição intercalada canônica na oração. Ele se envolveu emocionalmente para se dirigir à esposa, de forma carinhosa. Não seria a mesma forma que uma visita a chamaria, por exemplo. Como ela é uma senhora que tem mais de 70 anos de idade, seria chamada de “Dona Patrícia”, “a senhora”, entre outras possibilidades, considerando que o falante tenha até 50 anos. Se o falante tiver uma idade próxima à dela, poderia, tranquilamente, chamá-la por “você”. Ou seja, são questões socioculturais que influenciam a escolha e o emprego de uma ou de outra forma de tratamento, aproximando a língua e as normas sociais.

3.5 A posição do vocativo nas orações

Quanto à posição do vocativo na oração, Moreira (2008, p. 13) observa que pode aparecer em três posições: [Voc + Or]; [Or + Voc]; [Or + Voc + Or]. No que se refere à pontuação, na escrita, quando o vocativo é colocado à esquerda ou à direita da oração, ele é separado por vírgula; se vier interposto a orações, é intercalado por vírgulas. Na fala, a

entonação do vocativo deve ser um pouco mais alta, geralmente própria de um chamamento.

Para Moraes e Silva (2011, p. 106-107), ainda é pouco explorada a relação entre a posição sintática que o vocativo ocupa no enunciado e a função que desempenha. Os autores consideram que o uso do vocativo em posição inicial consiste em chamar a atenção e selecionar um interlocutor. Quando usado em posição medial (intercalado) e posição final são típicos da função fática, ou seja, para nós, além de chamar a atenção do interlocutor, ocorre o intuito de manter o contato com ele para que a comunicação, a interação com ele realmente aconteça. Além de ocorrer nessas três posições, “o vocativo pode ainda ocorrer isoladamente, quando exerce especificamente a função de ‘chamamento’” (Moraes e Silva, 2011, p. 106)³⁹.

Supõe-se um grupo de amigos adolescentes reunidos para organizar um encontro festivo, com a finalidade de comemorar o aniversário de um deles, em uma chácara próxima à cidade, em um final de semana. Todos falando ao mesmo tempo sobre o que vão levar. De repente, um deles pede ao mais organizado da turma que anote pelo que cada amigo ficará responsável por levar. Consideremos as possibilidades de enunciados, com vocativo:

- (a) **Guilherme**, você pode anotar o que cada um nós deve levar para a festa?
- (b) Você pode anotar, **Guilherme**, o que cada um de nós deve levar para a festa?
- (c) Você pode anotar o que cada um de nós deve levar para a festa, **Guilherme**?

O vocativo “Guilherme” (a), empregado em posição inicial, seleciona e chama o interlocutor dentre um grupo de pessoas, no caso, grupo de adolescentes. Nos enunciados (b) e (c), os vocativos foram usados em posição intercalada (medial) e em posição final, respectivamente; nesses casos, chama-se a atenção do interlocutor e se mantém com ele o contato para a interação.

Conforme mencionamos na hipótese desta pesquisa, no que se refere à posição do vocativo em sentenças orais dos falantes da comunidade de Dourados, principalmente, localizada em Patrocínio-MG, há uma particularidade quando a oração apresenta, por exemplo, um sintagma nominal com função de objeto direto em que seu núcleo (um nome) é seguido de um modificador, como em: **Pedro, o homem chutou a bola de**

³⁹ Além dos vocativos isolados, incluímos em nossa pesquisa uma análise do vocativo duplo, na subseção 5.2.6, p. 202.

cristal. O termo “a bola” é o objeto direto cujo núcleo “bola” está seguido de um modificador: “de cristal”. A posição do vocativo “Pedro” na sentença não causa estranheza. No entanto, falantes das comunidades rurais onde coletamos os dados podem apontar a colocação do vocativo em posições pouco usuais (em relação à gramática normativa). Eles diriam assim: “O homem chutou a bola, Pedro, de cristal.”. Transcrevemos exemplos de enunciados atribuídos a esse grupo de falantes, constatados por Ribeiro (2006):

- (1) “A vida é minina feia, mais é mió que a danada da morte.” (*sic*, Ribeiro, 2006, p. 134)
- (2) “Tem feijão seu Pedrinho do bago roxo?” (*sic*, Ribeiro, 2006, p. 141)
- (3) “Tem queijo seu Pedrinho fresco?” (*sic*, Ribeiro, 2006, p. 54)
- (4) “Qué compra, né moça coisa bunita?” (*sic*, Ribeiro, 2006, p. 133)

Para nossa discussão, vamos analisar, inicialmente, o exemplo (3). Retomando a exposição de Ribeiro (2006, p. 142), existe um desvio sintático em que o adjetivo “fresco” se agrega ao termo com a função de vocativo: “Pedrinho”. Diante disso, falantes que não são da comunidade podem atribuir a “Pedrinho” uma qualificação que não lhe é adequada (considerá-lo recente; de pouco tempo) ou, no plano conotativo, considerá-lo afeminado, por exemplo.

Por outro lado, além da questão sintática, considera-se a interferência do modo de falar na construção de sentido de um enunciado. Esse fato é objeto de estudo da prosódia, assim conceituada por Barbosa (2019, p. 37): “A prosódia é o componente de nossa fala que organiza nossos enunciados, moldando nossa maneira de falar através do concurso de modificações articulatórias que se manifestam acusticamente em unidades prosódicas”. E acrescenta: “Essas unidades organizam a nossa fala em níveis que vão da sílaba ao enunciado entoacional”.

Dentre as unidades prosódicas, interessa-nos o enunciado, que é definido “como ligado a um ato de fala completo” (Barbosa, 2019, p. 47). Na interface da prosódia com o domínio da sintaxe, destacamos a noção de segmentação, entendida como “divisão da sequência falada numa série de agrupamentos” (Barbosa, 2019, p. 21). Exemplificamos

com o enunciado: “Tem farinha Dona Maria de mandioca”.⁴⁰ Apresentamos duas segmentações possíveis:

- a) Tem farinha /Dona Maria/ de mandioca
- b) Tem farinha/ Dona Maria de mandioca

Recordamos que o vocativo está deslocado nesse enunciado, posicionado de forma que separa a palavra que exerce a função de objeto das palavras que funcionam como seu adjunto. A barra inclinada indica a fronteira entoacional do enunciado, entre os constituintes sintáticos. Dessa forma, a fala cujo entendimento mais se aproxima de um sentido real é a do enunciado segmentado como em (a). A segmentação proposta em (b), que se aproxima do uso característico pelos falantes das comunidades rurais investigadas, atribui a caracterização “de mandioca” a “Dona Maria”, provocando possibilidade de criação de um sentido absurdo.

No entanto, essa interpretação diferente é desfeita, pois o ouvinte recupera o sentido por meio do conhecimento sintático que tem de sua língua. O ouvinte guia sua interpretação coerente do enunciado, considerando, também, que na fala se percebe outra noção da prosódia, denominada de proeminência, ou seja, “destaque de uma unidade em relação às demais” (Barbosa, 2019, p. 21). O termo chamado de vocativo é pronunciado em tom diferente, destacando-se entre os demais constituintes sintáticos. Portanto, mesmo que o vocativo esteja intercalado entre objeto e adjunto, como no exemplo mencionado, a prosódia contribui para desafazer interpretações que pareçam estranhas.

Foram sentenças semelhantes a essas, em que o vocativo aparece intercalado entre os constituintes do sintagma nominal, que nos chamaram atenção, quando tivemos a oportunidade de alguns contatos com falantes da comunidade de Dourados. Esse fato nos despertou para a realização de uma pesquisa bem elaborada, a fim de investigarmos o quanto e como tal característica linguística própria dos falantes daquela comunidade pode resultar em implicações diversas na interação desses falantes com outras comunidades, em outros contextos comunicativos, diversos da prática linguística diária deles.

⁴⁰ Escolhemos usar esse enunciado como exemplo com o intuito de mostrar a noção de segmentação a partir de um dado que já foi coletado numa comunidade rural, espaço de nossa pesquisa.

3.6 Os marcadores discursivos e o vocativo

O vocativo é um elemento sobre o qual se encontram poucos estudos; portanto, um grande desafio é ter uma base teórica a partir da qual estabelecer critérios de análise e até mesmo formular hipóteses. Como o vocativo é um elemento que funciona no nível do enunciado e tem alguma função na interação, ele parece se aproximar do papel desempenhado pelos chamados marcadores discursivos. No volume I da Gramática do Português Culto Falado no Brasil – Construção do Texto Falado (2006), assim se define o grupo dos marcadores discursivos:

Trata-se de um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa (Risso; Silva; Urbano, 2006, p. 403).

Nota-se que, apesar da diversidade das características dos elementos que os constituem, os marcadores discursivos são estruturas importantes, significativas no mecanismo de interação entre os interlocutores (falante/ouvinte); contribuem, no contexto da comunicação, para concretizar a intenção de um enunciado. A relação deles com a construção textual-interativa se explica, conforme Jubran (2006), concebendo a linguagem como uma forma de ação, uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, situados reciprocamente um em relação ao outro, levando em conta a circunstância de enunciação. Dessa forma, a linguagem é vista como manifestação de competência comunicativa, uma vez que mantém a interação social, mediante a produção e entendimento de textos que funcionam comunicativamente.

No estudo do texto oral é frequente a abordagem dos marcadores discursivos, que são um grupo constituído cada vez mais por elementos diversos, formando um conjunto amorfo e heterogêneo. Isso exige um procedimento de estudo e análise em que se estabeleçam traços que facilitem sua definição. Dentre os traços elencados por Risso, Silva e Urbano (2006), destacamos cinco deles, os quais são apresentados também pelos vocativos, numa relação de proximidade com os marcadores discursivos, conforme contribuição de Penhavel (2012). Entendemos que são traços que definem os marcadores

discursivos, conforme a Gramática Textual-Interativa. Cada traço que mencionamos está seguido de exemplos de nossa coleta de dados: um enunciado produzido por informante da zona rural e outro por informante da zona urbana.

- i. não-sequenciador (mais basicamente orientador): uma unidade é basicamente orientadora quando há uma nítida orientação por parte do falante em direção ao ouvinte, ou deste ao falante, através, por exemplo, da busca de uma aprovação discursiva ou da manifestação de um acompanhamento atencioso da fala do outro (Risso; Silva; Urbano, 2006, p. 408);

Zona rural: (PD01: *dirigindo-se ao marido para lhe mostrar um presente que haviam ganhado*).

- (13) “Aqui, **bem**, ó que eles deu, eu esqueci de te mostrar, olha que gracinha!”

O vocativo “bem” foi empregado para chamar a atenção do marido, o interlocutor, com o objetivo de lhe mostrar o presente que foi levado para eles.

Área urbana: (PP05: *funcionária da padaria do supermercado ao colega de trabalho*).

- (14) “**João**, leva essas tampas aqui também, ó.”

A funcionária da padaria pediu um favor ao colega; primeiro ela requereu sua atenção para depois interagir com ele, dizendo-lhe o que fazer.

- ii. comunicativamente não-autônomo: não possuem suficiência para constituírem enunciados proposicionais em si próprios; são formas não-portadoras de um conteúdo proposicional em si próprias (Risso; Silva; Urbano, 2006, p. 413);

Zona rural (PD01, 44 anos, educação básica incompleta)

- (15) “**Menina!**”

- (16) “Se ele não abrir o olho, vai perder a perna mesmo, igual cê tá falano.”

O vocativo sozinho não gera toda a comunicação: é preciso que seja acompanhado de outro enunciado capaz de lhe atribuir o sentido. Em relação aos enunciados (15) e (16), o primeiro não apresenta conteúdo se não estiver ligado ao segundo. A situação de fala é a seguinte: a interlocutora do vocativo “Menina!” dizia à informante PD01 sobre a resistência de um tio em procurar atendimento médico para tratar um problema grave na perna. O enunciado (15) é formado apenas pelo vocativo, que só terá sentido a partir do momento em que for produzido, na sequência, o enunciado (16).

Área urbana: (PP08, *atendente da farmácia*)

(17) “**Moça**, não é nem o preço de custo nosso!”

Nesse enunciado, o vocativo “moça” não constitui sozinho o ato comunicativo: está acompanhado de outra estrutura para a qual ele chama a atenção.

De acordo com Penhavel (2012, p. 61), em situações de interação verbal “talvez em casos muito raros e muito particulares” um vocativo pode aparecer sozinho. Concordamos com o autor se acrescentarmos ao seu posicionamento o fato de que há uma situação de comunicação anterior ou posterior a esse vocativo, tornando-o subordinado a outra situação de interação. Para exemplificar, suponhamos que alguém esteja contando uma mentira numa roda de amigos e alguém o adverte, apenas dizendo o seu nome. Analisando todo o contexto, o nome próprio empregado sozinho como vocativo constitui todo o enunciado e possui autonomia comunicativa.

- iii. sintaticamente independente: as unidades são alheias à estrutura gramatical da oração, não desempenham função essencial, integrante ou acessória (termos da gramática tradicional) (Risso; Silva; Urbano, 2006, p. 412);

Zona rural: (PP13, *relatando-nos o que disse ao pai, na sua infância, sobre que comida levaria para se alimentar na escola*).

(18) “**Pai**, eu esquento comida de sal...”

A oração é formada pela seguinte estrutura: sujeito (eu) e predicado (verbo – esquento; complemento verbal – comida de sal). O vocativo “Pai” não integra a estrutura sintática; é um termo independente.

Área urbana: (PP12, *morador da área urbana, mas ajuda na comunidade de Dourados, devido a laços familiares*).

(19) “Ô, **padre**, de quantas mesas o senhor precisa?”

O vocativo “padre” é um termo à parte da estrutura da oração que apresenta o sujeito “o senhor” e o predicado “precisa de quantas mesas?”. O vocativo aparece somente como o termo com o qual se estabelece contato para perguntar: “O senhor precisa de quantas mesas?”.

- iv. exterior ao conteúdo: não integram a informação conteudística dos enunciados com os quais se relacionam (Risso; Silva; Urbano, 2006, p. 409);

Zona rural (PD09, 72 anos, 3º ano primário):

(20) “Os padre também tá ficano pouco, né, **sá**.”

A informação do enunciado é que a quantidade de padres tem diminuído. O vocativo “sá” não se insere nessa informação; ele poderia ser trocado por “menina”, “mulher”, “amiga”, “comadre”, por exemplo, que a informação seria exatamente a mesma, mudando apenas a interlocutora.

Área urbana (PP13, *atendente do trailer no ponto turístico do Cristo*):

(21) “**Senhor**, o sorvete tá pronto!”

O vocativo “senhor” se refere ao interlocutor ao qual a informação se dirige: “o sorvete está pronto”. Essa informação sempre será dada quando um mesmo pedido for atendido, independente do interlocutor.

- v. com pauta demarcativa: apresentam-se como unidades prosódicas devidamente delimitadas; as formas constituem grupos fonéticos demarcadas por pausas e/ou por algum outro elemento prosódico (como, por exemplo, o rebaixamento do tom de voz), grupos fonéticos destacados, enfim, por alguma variação melódica em relação aos segmentos precedentes, ou subsequentes, ou ainda em relação a ambos (Risso; Silva; Urbano, 2006, p. 412). Acrescentamos aqui, conforme Bechara (2009, p. 460) que, no caso específico do vocativo, ele é separado da oração por meio de curva de entoação exclamativa.

Zona rural (PP09, *expressando-se sobre o prazer que sente ao degustar uma quitanda: bolo de fubá*).

(22) “Agora esse de fubá fica uma beleza, **gente do céu!**”

O vocativo “gente do céu”, colocado ao final da oração e seguido do ponto de exclamação, evidencia um tom de voz bem exclamativo para expressar e intensificar o quanto a informante acha o bolo de fubá saboroso.

Área urbana (PP04, *falando sobre motivos de alguns “dorados” se mudarem para a cidade de Patrocínio*).

(23) “Teve muitos também, né, **mãe**, que veio embora por causa dos roubos.”

Nesse enunciado, o vocativo “mãe” será bem demarcado, na prosódia, pois se encontra posicionado no meio da oração, além de estar precedido de um marcador discursivo “né”, intensificando essa demarcação.

Os traços descritos em relação aos marcadores discursivos (i a v), podem realmente ser percebidos nos vocativos, confirmado a proximidade que há entre o papel desempenhado por essas duas construções: marcadores discursivos e vocativos. Ressaltamos, ainda, que pode ocorrer a combinação desses traços em um mesmo enunciado, como podemos considerar no exemplo seguinte:

Professor, nós já enviamos o requerimento ao diretor.

Com base nos traços descritos, analisamos o vocativo “*Professor*” como um elemento linguístico que é empregado pelo falante com o intuito de alcançar a atenção do ouvinte, orientando a interação entre eles; trata-se, portanto, do traço não-sequenciador: o vocativo é apenas o orientador da interação.

O vocativo sozinho não é capaz de um ato comunicativo; é preciso que ele esteja acompanhado de outro ato comunicativo para que o enunciado produza o sentido. Assim, quando se diz “*Professor*”, espera-se que junto a essa fala apareça outro ato enunciado. Isso acontece porque o vocativo é comunicativamente não-autônomo.

Se o vocativo for analisado do ponto de vista da sintaxe, constata-se que ele é um termo isolado, não faz parte nem do sujeito nem do predicado, é sintaticamente independente. No exemplo, identificamos como sujeito o termo “nós” e como predicado o termo “já enviamos o requerimento ao diretor”. O vocativo “*Professor*” permanece apenas como o termo que se dirige ao ouvinte, buscando seu envolvimento. Por isso é um elemento linguístico exterior ao conteúdo, ele não integra a informação que está proposta no enunciado.

Por fim, dentre os traços que aproximam o papel dos marcadores discursivos do papel do vocativo, destacamos o fato de se apresentarem com unidades prosódicas demarcadas. No enunciado que apresentamos como exemplo, possivelmente o falante (um aluno que se dirige ao professor) vai elevar o tom de sua voz com a intenção de conseguir a atenção do professor, para então emitir a informação de que o requerimento já foi enviado ao diretor.

4 O PERCURSO DA PESQUISA: PLANEJAMENTO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, EXECUÇÃO

A realização de uma pesquisa nos exige, além de estudo sobre o tema escolhido, um planejamento capaz de organizar uma provável sequência de procedimentos para se chegar a um resultado e gerar o conhecimento. No entanto, esse planejamento se constrói numa perspectiva de alterações, pois, durante a ação de pesquisar, as descobertas podem nos levar a caminhos diferentes dos que foram traçados para nosso percurso de pesquisador. Segundo Serrano (2011, p. 97), “Ao pesquisar, sabemos de onde partimos, mas nunca sabemos onde vamos chegar”.

Além disso, a metodologia da pesquisa começa há tempos antes que ela se realize, envolve outras questões que influenciam o planejamento de que caminhos percorrer para a coleta de dados. No que se refere à nossa pesquisa, apresentamos os espaços rural e urbano escolhidos para a nossa coleta de dados, incluindo o índice de urbanização, bem como elementos socioculturais que foram motivadores para nossa inserção na área rural, principalmente.

Iniciamos por uma exposição da história do município de Patrocínio-MG; mostramos o índice de urbanização da cidade de Patrocínio-MG; a seguir, apresentamos características das quatro comunidades rurais onde coletamos os dados. Na sequência, fazemos uma discussão a respeito da obra “Receita de mineiridade” (Abdala, 2015), que trouxe contribuições para organização da etapa de coleta de dados; por fim, especificamos as etapas de realização da pesquisa.

4.1 Um breve panorama da história do município de Patrocínio-MG⁴¹

Apresentamos breve panorama da história do município de Patrocínio-MG, visando contribuir com o leitor para que tenha conhecimento a respeito dos fatores históricos que influenciaram o surgimento e a fundação dessa cidade. Destacamos acontecimentos que refletem traços da mineiridade atrelados a aspectos de sua

⁴¹ O recorte que fizemos da história do município de Patrocínio e incluímos neste texto foi organizado em conformidade com os fatos registrados em textos oficiais sobre a HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, disponibilizados nos seguintes sites: <https://www.pmp.patrocio.mg.gov.br/historia-do-municipio> e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/patrocio/historico>. Ambos acessados em 12. mai. 2025.

religiosidade e características de sua economia agropecuária para justificar nosso interesse em descrever tais aspectos na atualidade e inseri-los na metodologia da pesquisa.

Patrocínio é um município mineiro localizado na Mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e na Microrregião que tem o seu próprio nome. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024 sua área de unidade territorial era de 2.874,344 km².

Os primeiros registros da conquista do território de Patrocínio aconteceram no ano de 1668, quando o bando de Lourenço Castanho Taques alcançou o planalto do Catiguá, nome dado pelos negros e índios ao local onde hoje se situa a cidade de Patrocínio.

O Município de Patrocínio teve seu surgimento com a passagem, e também com o ponto de parada, dos bandeirantes, promovendo a interiorização da colonização portuguesa, tendo como objetivos principais: ponto de abastecimento de suas bandeiras e de acomodação. No século XVII, por volta de 1690, partindo de Sababuçu, o lendário bandeirante Anhanguera, denominado Bartolomeu Bueno da Silva, atravessou a região rumo à terra dos goiazes, passando pela região norte onde seria a futura Patrocínio, à beira do Rio Dourados. Os mineradores de Minas Gerais começaram a se transferir para as localidades das goianas em 1729, devido à descoberta de minas em Goiás. Então, o governo português fez a abertura de uma estrada a qual foi denominada de Picada de Goiás, que ligava Pitangui a Goiás, tendo como trajeto Lagoa Seca (hoje Patrocínio).

Já na metade do século XVIII, esta região era o foco da política de expansão do território mineiro, demarcada pelo Conde de Valadares, Capitão-General de Minas Gerais. Foi no ano de 1771 que o Conde de Valadares solicitou ao Capitão Inácio de Oliveira Campos que fizesse explorações e escavações naquela região. O Capitão é considerado o fundador da cidade de Patrocínio, no ano de 1772. Ele partiu de Pitangui, chegou aos campos de Catiguá ou Salitre, destruindo grandes quilombos no vale do Rio Dourados. Em 1773, iniciou o primeiro núcleo de habitação - a fazenda do Brumado dos Pavões (brumado significa “bagaço da cana-de-açúcar”) - desenvolvendo lá a criação de gado bovino e agricultura de subsistência, local que mais tarde se tornou posse da Vila de Pitangui.

O comércio do arraial se fazia com Ouro Preto, por Paracatu e Diamantina, até que em 1800, foi cedido o terreno para a construção de uma capela pelo posseiro Antônio de Queiroz Teles. Um desconhecido abriu ali um estabelecimento de troco das moedas de cobre chamadas “quarentinhas” e rasgou uma estrada de Goiás para Ouro Preto, variante mais curta que a estrada real. Daí começou o desenvolvimento do arraial pela

preferência de quantos necessitavam fazer essa longa jornada. Em pouco tempo, o arraial Nossa Senhora do Patrocínio crescia em população e riqueza até que se constituísse no próspero município que é hoje.

Em 1804 surgiu a primeira igreja em Patrocínio. Os moradores do povoado ergueram uma casa de oração sob a proteção de Nossa Senhora do Patrocínio e registrou-se a “Provisão de Licença”, estendendo-se o nome de Nossa Senhora do Patrocínio ao arraial do Salitre onde hoje se encontra a atual Igreja Matriz. As duas figuras seguintes (figuras 4 e 5) mostram a Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio no passado e atualmente, respectivamente.

Figura 4 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio em estilo colonial no ano de 1918



Fonte: <https://fotosantigaspatrociniomg.blogspot.com/2017/11/>. Acesso em 13. mai. 2025

Figura 5 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Patrocínio, no ano de 2024



Fonte: <https://revistasagarana.com.br/a-saga-de-uma-longa-travessia/> Acesso em 13. mai. 2025.

A localidade foi elevada à categoria de curato, em 1829, com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio, indo à condição de paróquia dez anos mais tarde, ou seja, em 1839. Em 1840, foi criada a vila com denominação de Nossa Senhora do Patrocínio; em 1842, torna-se município, oficialmente. Houve ainda o espetacular ciclo do diamante na história brasileira, quando o famoso brilhante Estrela do Sul foi descoberto, em 1852, no distrito Diamantino de Bagagem, pertencente a Patrocínio⁴².

Em 1870, com grandes festas, o povoado nascente de Nossa Senhora do Patrocínio foi reconhecido oficialmente como arraial. Quanto à origem do nome da cidade, reza a lenda que havia na região, onde hoje é a cidade de Patrocínio, um fazendeiro muito rico, que, vendo sua filha cair enferma, pediu proteção a Nossa Senhora, prometendo a construção de uma capela, caso a moça ficasse curada. Com a graça alcançada, ergueu-se a casa de oração, tendo como padroeira Nossa Senhora do Patrocínio, que significa “proteção”.

Em 1873, no dia 13 de novembro, era elevada à categoria de cidade a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio, conforme a Lei Provincial nº 1995, florescente município do oeste de Minas que conservava o mesmo nome, sendo o Agente Executivo Bernardo de Moraes Bueno. Sua história de povoado e vila foi verdadeiramente cheia de episódios de bravura que, naquela época, já assinalavam nosso povo como dos mais destemidos da região dos Catiguás.

Patrocínio, desde sua formação, foi um município agropecuário, fabricante de queijo mineiro de primeira qualidade, açúcar de forma, a rapadura, a cachaça, as farinhas de milho e de mandioca, o polvilho, os fubás, arroz, feijão, o trigo, o fumo de rolo, café e exportava o toucinho de rolo, por carros de boi ou em lombo de animais para várias partes das Gerais e de São Paulo, devendo se ressaltar o suprimento de mantimentos que fez para a capital Ouro Preto, no seu período de fome e de miséria. Outra atividade importante e de bom gosto foi a tecelagem de panos, em teares, para roupas e colchas de seus moradores.

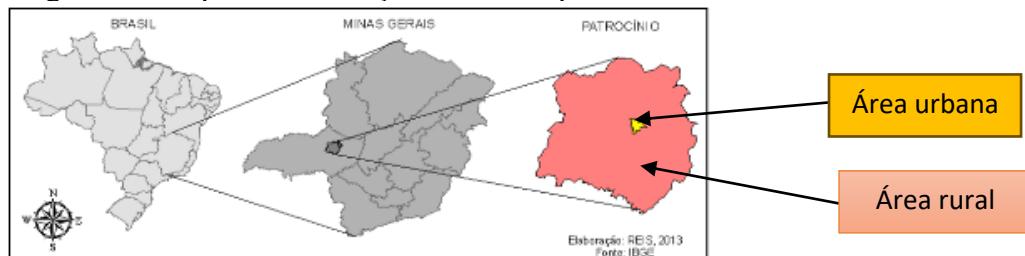
⁴² O romance romântico brasileiro *O garimpeiro*, escrito por Bernardo Guimarães (1872), se inicia incluindo Patrocínio na descrição que faz da paisagem: “As regiões que formam os municípios de Araxá, Patrocínio e Bagagem, na província de Minas, encerram paisagens as mais risonhas e encantadoras que se podem imaginar, e quem uma vez tem percorrido esses férteis e pitorescos sertões nunca mais os perde da lembrança” (Guimarães, 1991, p. 9). O início do capítulo II, intitulado *A cavalhada*, também se inicia com um parágrafo descriptivo: “A vila do Patrocínio está em uma das mais lindas e aprazíveis situações. Ocupa o alto e os lançantes de colina de pendor suave, encostada de um lado ao topo de uma serra, e gozando pelos outros lados da mais risonha e extrema perspectiva de largos e formosos horizontes” (Guimarães, 1991, p. 15).

Região agrícola e pastoril das mais férteis do estado, Patrocínio, naquela época, já possuía uma indústria pecuária de grande importância na economia mineira, além de sua riqueza hidromineral⁴³, afamada desde os tempos coloniais.

Organizamos uma sequência de mapas por meio da qual fazemos a localização do município de Patrocínio-MG e das quatro comunidades rurais⁴⁴ onde visitamos famílias de moradores e coletamos os dados linguísticos para nossa pesquisa.

O primeiro mapa (figura 6) mostra a localização, numa visão geral, do município de Patrocínio em relação ao estado de Minas Gerais e ao Brasil.

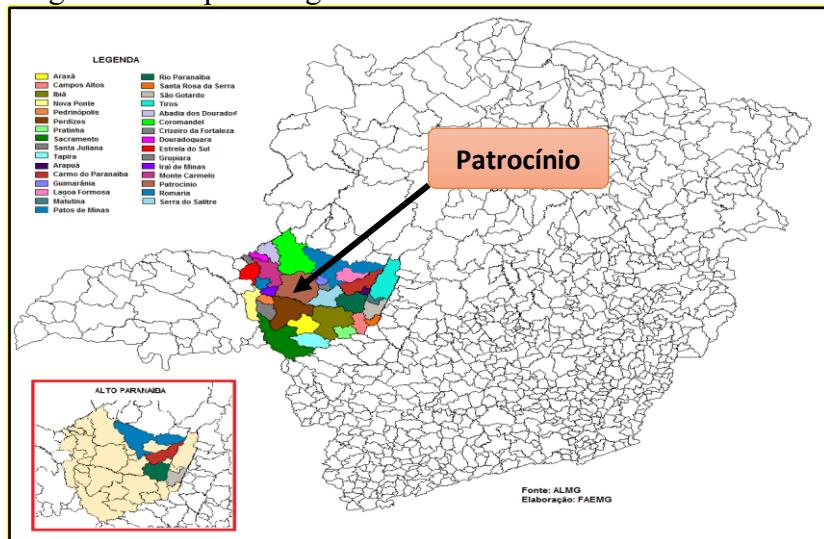
Figura 6 – Mapa da localização do município de Patrocínio-MG



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Patrocino-MG_fig1_266899230 Acesso em 06. jun. 2025.

O segundo mapa (figura 7) apresenta em destaque a região do Alto Paranaíba, onde está localizado o município de Patrocínio-MG.

Figura 7 – Mapa da região do Alto Paranaíba



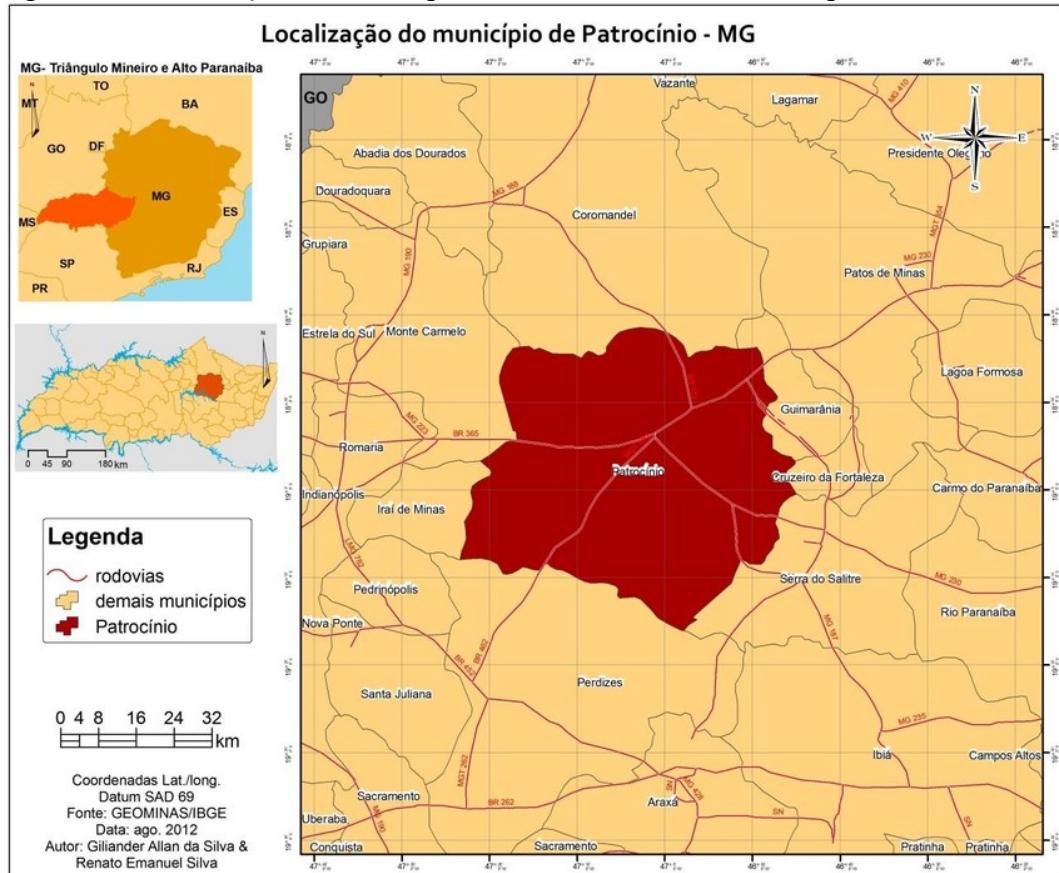
Fonte: <http://www.historiasdocerrado.com.br/> Acesso em 06. jun. 2025.

⁴³ A informação se refere “às águas minerais da Serra Negra, que foi uma estância hidromineral que viveu uma época de glória, inclusive com um hotel e um balneário hidroterápico. Hoje o lugar se encontra completamente abandonado” (Félix, 2024).

⁴⁴ Apresentamos em nossos anexos outros links para se consultar a localização do município de Patrocínio.

O terceiro mapa (figura 8) coloca em posição central, de destaque, o município de Patrocínio-MG, com a localização dos municípios circunvizinhos.

Figura 8 – Localização do município de Patrocínio-MG e municípios circunvizinhos



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-de-Patrocinio-MG_fig1_292577382 Acesso em 06. jun. 2025.

4.1.1 Cidade de Patrocínio-MG: avanços e destaque

Figura 9 - Foto atual da cidade Patrocínio-MG



Fonte: <https://portal.patrocio.mg.gov.br/pm/index.php/municipio/informacoes-sobre-o-municipio> Acesso em 04. jun. 2024

A cidade de Patrocínio, com gentílico patrocinense, faz aniversário dia 7 de abril. Em conformidade com o IBGE (e outras fontes que especificamos, quando necessário), apresentamos alguns dados sobre a cidade, os mais atuais que estão disponibilizados.

Em relação aos habitantes, em 2022, a população era de 89.826 habitantes e a densidade demográfica era de 31,25 habitantes por quilômetro quadrado. A previsão para 2024 era de 93.852 pessoas. Sobre trabalho e rendimento, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2022 era 2,0 salários mínimos.

Na área da educação, em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,9%. No ano de 2025, segundo os dados da Superintendência Regional de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação, o município dispõe para a educação básica de 23 escolas com 6.645 alunos atendidos e 19 Centros de Educação Infantil Municipais atendendo 1.989 matrículas; 14 escolas estaduais com 6.902 alunos matriculados, 14 escolas e centros de educação infantil particulares com mais 1.460 matrículas, 14 escolas particulares de educação básica atendendo a 2.367 matrículas; 5 centros de educação infantil comunitários/filantrópicos com 782 alunos e uma unidade da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que atende 165 alunos.

As informações referentes ao meio ambiente são que, em 2010, apresentava 87,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 79% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 36,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em 2019, a área urbanizada era de 22,35 km². O bioma predominante é o cerrado.

Atualmente, a economia em Patrocínio tem como base a cafeicultura e o gado leiteiro, sendo a cafeicultura a principal atividade econômica local. A foto seguinte (figura 10) mostra-nos que “Não é preciso ir muito longe para observar a vasta extensão dos campos de cerrado repletos de lavouras de café” (Felix, 2024).

Figura 10 - Lavouras cafeeiras em Patrocínio-MG



Fonte: <https://revistasagarana.com.br/a-saga-de-uma-longa-travessia/> Acesso em: 13. mai. 2025

Ainda segundo Felix (2024), o município hoje é reconhecido no Brasil e no exterior pela excelência da bebida que produz, consagrada pela denominação “café do cerrado”. Desde 1993, Patrocínio é sede da Expocacer – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado. No município, também foi instalado desde 2013 um núcleo de outra cooperativa, denominada Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé) que visa dar dignidade e respeitabilidade ao pequeno produtor.⁴⁵

4.2 Índice de urbanização

A discussão acerca de definições e de caracterização dos espaços rural e urbano nos impele a estabelecer um índice de urbanização para as cidades, isso a partir de uma perspectiva de complementaridade – que considera os modos de interação entre os moradores e a forma como cada um deles exerce sua influência sobre o outro. No entanto, a diversidade sociocultural e econômica das cidades brasileiras, atrelada a índices publicados pelo IBGE, por exemplo, podem exigir olhares diferenciados para realidades bem específicas de determinadas cidades, conforme a região em que estão localizadas.

Diante disso, para abordar o índice de urbanização da cidade mineira de Patrocínio, pautamo-nos num índice de urbanização elaborado por Dias (2021), com o qual percebemos proximidade no que se refere à abordagem das características do espaço geográfico em que nossa pesquisa acontece. Na elaboração desse índice foram elencados apenas critérios relacionados aos chamados fatores atrativos, “aqueles que se fazem necessários ou desejados pela população que busca melhor qualidade de vida” (Dias, 2021, p. 48)⁴⁶. Os critérios foram agrupados observando condições de emprego, infraestrutura para necessidades básicas, atrações de entretenimento ou consumo. Por meio da sistematização do quadro 5, vejamos como esses critérios se aplicam à cidade de Patrocínio-MG.

⁴⁵ Durante o período em que andamos pelas quatro comunidades rurais do município de Patrocínio para coletar os dados linguísticos para nossa pesquisa, observamos que o café é cultivado também pelos pequenos produtores. Em conversa com uma senhora, na comunidade de Puladouro, disse a ela que havia notado que em outras comunidades, como Caxambu e Samambaia, as pessoas trabalhavam muito com o plantio do café em suas propriedades. A senhora respondeu: “É, mais é café, né?”. Na comunidade de Dourados, quando fiz comentário semelhante, eu estava acompanhado por minha esposa (que também acrescentou algo ao comentário), uma senhora respondeu assim: “Então, sá, café é bão, né?”. Constatei que, mesmo sendo pequenos produtores, sentem-se envolvidos na prática da cafeicultura.

⁴⁶ Outros fatores que se associam ao processo de urbanização são os fatores repulsivos: “aqueles que agem sobre a população gerando impulsos negativos em relação ao meio rural, forçando os habitantes destas áreas a se migrarem para os centros urbanos” (Dias, 2021, p. 48).

Quadro 5 – Índice de urbanização

		Pontos	Aplicação do critério à cidade de Patrocínio-MG
ESTRUTURA EDUCACIONAL	Uma Instituição de Ensino Superior Pública	3	✓
	Mais de uma Instituição de Ensino Superior Pública	4	
	Uma Instituição de Ensino Superior Particular	1	✓
	Mais de uma Instituição de Ensino Superior Particular	2	✓
	Escola de Educação Básica Particular	1	✓
GRAU DE CONTATO	Evento cultural que atraia visitantes	1	✓
	Mais de um evento cultural que atraia visitantes	2	✓
	Ter população estudantil de fora	3	✓
	Acesso rodoviário municipal	1	✓
	Acesso rodoviário estadual	2	✓
INFRAESTRUTURA DE SERVIÇOS E LAZER	Acesso rodoviário federal	3	✓
	Hospital com UTI	2	✓
	Hospital sem UTI	1	
	Corpo de bombeiros	2	✓
	Receita Federal	1	✓
ATIVIDADES ECONÔMICAS	Polícia Federal	1	
	Fórum	1	✓
	Sede de Diocese	1	
	Igreja Evangélica	1	✓
	Transporte público	2	✓
	Penitenciária	2	✓
	Shopping	2	
	Cinema/Teatro	1	✓
	Redes franqueadas (Ensino, Supermercado, Farmácia, Plano de Saúde, Fast food, etc)	1	✓
	Agropastoris	1	✓
	Pequenas indústrias (até 99 empregados)	1	✓
	Grandes indústrias (mais de 500 empregados)	2	✓
	Turismo pontual	1	✓
	Turismo constante	2	
	Comércio que atraia visitantes	1	✓
Total de pontos		49 (100%)	38 (78%)

(Dias, 2021, p. 49-51)

A proposta do índice de urbanização aplicado à cidade de Patrocínio-MG aponta que se trata de uma cidade localizada em um *continuum* de +urbanização: espera-se que seja um espaço urbano em que seus moradores usufruam de boas condições de vida

relacionadas aos fatores estruturais, favorecendo também o acesso aos serviços essenciais a que têm direito e, por fim, sejam sujeitos incluídos numa sociedade com mais respeito à diversidade cultural que a forma.

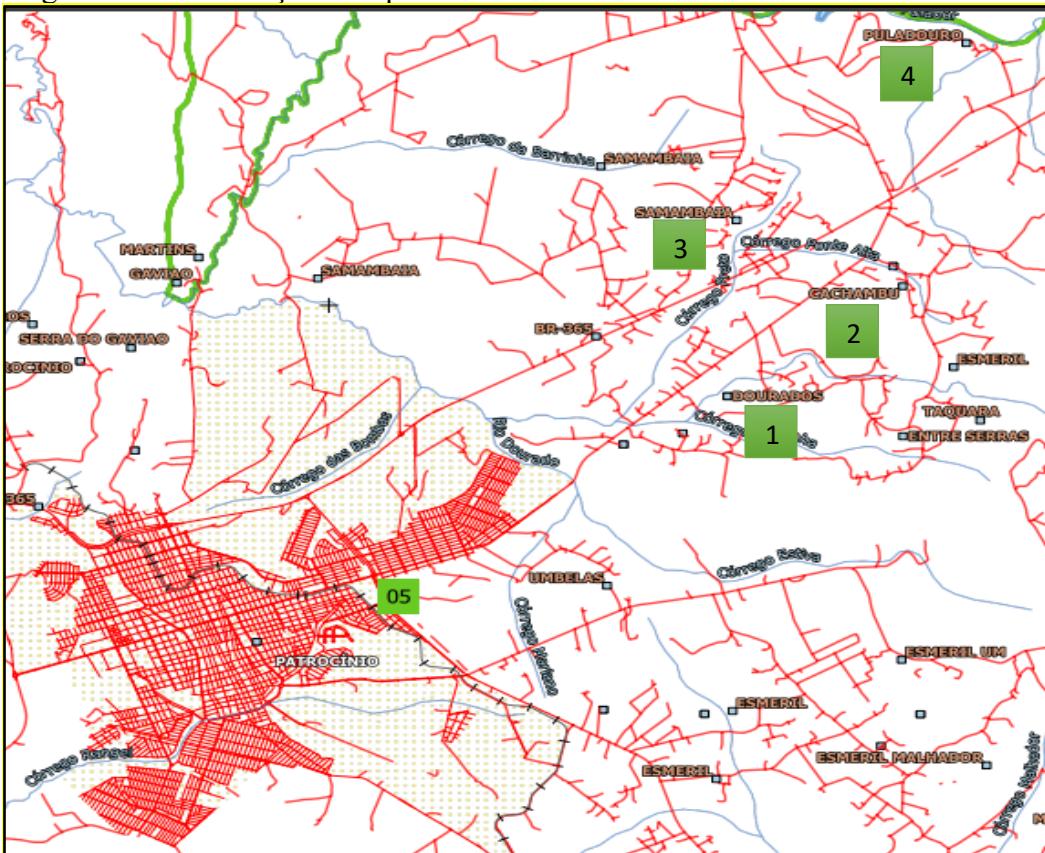
Quanto às comunidades rurais investigadas, notam-se restrições para o atendimento de algumas necessidades básicas, pois o acesso aos fatores estruturais de urbanização exige de seus moradores a locomoção do espaço rural para o espaço urbano. Para isso, os poucos moradores que ainda não possuem veículos, geralmente, são atendidos pela própria família ou por vizinhos bem próximos, principalmente nas ocasiões em que realizam as compras em supermercados, farmácias, lojas de roupas e calçados e situações similares. Quanto à questão religiosa, em cada comunidade há a capela pra as celebrações religiosas e ocorre a visita mensal do padre. Com relação à educação básica, destacamos que todas as escolas rurais tiveram suas atividades encerradas há bastante tempo, porém o município realmente oferece o transporte escolar, atendendo toda a população em idade escolar para concluir a educação básica em escolas públicas da área urbana. Por fim, no que diz respeito à saúde, todas as residências das comunidades recebem a visita mensal de um agente municipal de saúde, com o objetivo de mediar o atendimento necessário em um núcleo especializado, localizado na área urbana, denominado PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde).

4.3 Caracterização da área rural: os espaços geográficos e os moradores das quatro comunidades

Apresentamos um mapa em que se localizam as quatro comunidades rurais circunvizinhas⁴⁷ que se unem, entre outras razões, principalmente pela interação na ocasião das festividades religiosas, em que uma comunidade visita a outra.

⁴⁷ O acesso a essas comunidades pode ser feito pela BR 365, sentido Patrocínio a Patos de Minas, e acessando estradas vicinais. No caso de Dourados e Caxambu, o acesso é mais fácil por meio de uma estrada vicinal que é a continuidade de uma avenida ao final do perímetro urbano.

Figura 11 - Localização das quatro comunidades rurais



Fonte:

https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/MG/patrocinio/3148103_MM.pdf Acesso em 02. mai. 2025

Legenda:

1: Comunidade de Dourados; 2: Comunidade de Caxambu; 3: Comunidade de Samambaia; 4: Comunidade de Puladouro; 5: Área urbana de Patrocínio-MG.

A região da zona rural do município de Patrocínio a qual, em princípio nos interessou para o estudo linguístico que propusemos, a comunidade de Dourados⁴⁸, é uma das quarenta comunidades rurais desse município. Sua história não apresenta registros oficiais, apenas relatos de populares, principalmente de pessoas mais idosas. Por isso, diferentes narrativas tentam explicar a origem dessa comunidade e de seus habitantes. De acordo com Ribeiro (2006, p. 32-34), a história dos habitantes dessas comunidades, conhecidos como “dourados” apresenta três versões diferentes. A primeira delas é que os primeiros habitantes vieram principalmente de Pitangui e começaram a fixar residência

⁴⁸ Esclarecemos que a caracterização que fazemos dos moradores da comunidade rural de Dourados, no que se refere ao tipo físico e atitudes próprias na interação social, também se estendem aos moradores das outras três comunidades circunvizinhas: Caxambu, Puladouro e Samambaia. Também são afins a prática de atividades agrícolas (cafeicultura, principalmente). Constatamos essa afinidade quando realizamos a pesquisa, fazendo contato com moradores dessas comunidades rurais.

na Fazenda Brumado dos Pavões. A segunda versão, contada por membros mais idosos e repetida pelos mais jovens, refere-se ao fato de que nessa região foi deixado um recém-nascido do sexo feminino, em uma noite em que um grupo de ciganos esteve acampado na região. A criança cresceu entre os moradores, dando origem ao grupo que não se miscigenou, porque se casavam entre si e “apuravam” a raça. Por fim, a terceira versão, relata que um alemão teria passado pela região deixando seus descendentes. A mesma história também é contada numa versão em que o ancestral teria sido um francês.

O nome da região está relacionado ao nome de um rio que a corta. Ribeiro (2006, p. 32) expõe que esse rio se chama Dourados porque nele havia muitos peixes com essa mesma denominação. Assim, as pessoas que vivem nessa região são também chamadas de “dourados”, como explica a autora sobre a conotação que a palavra possui em Patrocínio-MG:

Designa, em termos gerais, as pessoas oriundas da região rural próxima ao Rio Dourados e, por extensão metonímica, todas as pessoas que gostam de pão doce, ou ainda as que possuem traços físicos característicos daquele grupo, quais sejam, pele muito clara, olhos bem azuis, cabelos extremamente loiros e finos e um falar característico (Ribeiro, 2006, p. 32).

São três características (pessoas oriundas da região próxima ao Rio Dourados, pessoas que gostam de pão doce, seus traços físicos característicos) que, juntas, tornam as pessoas dessas comunidades facilmente reconhecidas quando encontradas na área urbana de Patrocínio, principalmente. Durante as visitas feitas às famílias das comunidades rurais (Dourados, Samambaia, Puladouro, Caxambu), com o intuito de coletar dados linguísticos para nossa pesquisa, ouvimos um relato de uma moradora da comunidade de Samambaia, uma idosa de 78 anos (PD14), a respeito do fato de gostarem de pão doce, a famosa rosca. Transcrevemos um trecho da conversa para refletir a respeito:

PD14: Eles fala que dorado gosta de rosca. É, Meu Deus!

PGIL: Uai, mas eu gosto também, Dona Carmelina!

PD14: Então cê virô dorado tamém!

Risos nossos

PGIL: Então se seu gosto de rosca, eu virei...

PD14: Virô dorado, não?

PGIL: Virei dorado!

PD14: Não, mas cê desculpa... Cê sabe por quê? Vou te contá. Antigamente, ali no Paticino os povo tinha um atrito cum os dorado... sim... não gostava dos dorado. Se visse uma pessoa dorada falava assim: “Aquele ali é um cumedô de rosca.” Era só isso, só isso... Aí não... tinha que tê um que falasse: “Não, os dorado vem aqui uma veiz por semana, quem que tá cumeno essas rosca aqui de Paticino e esses pão?” Num é só dorado né? Porque lá de manhã cedo naquelas padaria, lá fica assim de gente, ó. E nós vai comê pão, buscá... rosca até eu não trago de lá, eu não gosto daquelas rosca não. Agora o pão eu traiz todo dia que vai. Mais é uma veiz ou ota né que a gente vai né. Não vai todo dia, esses pão perdia né, essas rosca... Agora eles fica à toa, eles num fala mais não, mais de primero!... era só dorado, só dorado. Eu fico boba o tanto que eles impriçô cum os dorado. E o povo dos dorado é gente boa... trabaiadô... honesto... graças a Deus.

PGIL (pesquisador Gilberto)

PD14 (participante 14 da zona rural)

Nesse relato, a senhora faz uma defesa bem coerente das pessoas “doradas”, em relação ao fato de gostarem de rosca e serem criticadas por isso. Realmente, elas comem e fazem a rosca em casa com frequência. Quando vão à cidade, gostam de comprar o pão de sal. Percebe-se que a senhora não gosta da rosca feita na padaria: “rosca até eu não trago de lá, eu não gosto daquelas rosca não. Agora o pão eu traiz todo dia que vai”. Apesar dessa situação, a população da região de Patrocínio-MG, principalmente da área urbana, insiste em caracterizar os “dorados” como comedores de rosca. Na fala da senhora, ela faz, com muita sabedoria, um questionamento a respeito do consumo das roscas que eram feitas na padaria de Patrocínio, nos dias em que os “dorados” não iam lá. Infere-se que pessoas que não eram “doradas” comiam essas roscas. No final da fala, a senhora sugere que atualmente essa visão não permanece de forma absoluta e defende as qualidades de seu povo: “E o povo dos dorado é gente boa... trabaiadô... honesto... graças a Deus”.

Durante conversas com outras pessoas que têm contatos com eles na área urbana, ouvi de uma médica que atende em uma unidade de saúde no Bairro Boa Esperança: “São pessoas muito simples, trabalhadoras e extremamente honestas. Minha percepção é que são pessoas muito acolhedoras que têm seus modos pautados na simplicidade e

humildade. Como profissional de saúde, percebo que são muito atentos com os cuidados com a saúde”.

Por outro lado, as brincadeiras a respeito do consumo de rosca ainda podem acontecer, seja fazendo referências a qualquer pessoa que coma rosca a um “dorado”, um “doradinho”, ou (re)contando histórias de mais tempo, como a que ouvimos de um participante da zona urbana (PP12):

Meu pai conta um fato sobre o comportamento de uma família de Puladouro, em uma padaria de Patrocínio. Dizem que a atitude deles era sempre assim: entrava o pai na frente, depois a mãe, seguidos dos filhos, como que numa fila. O pai, certa vez, perguntou a um filho:
 - O que cê qué, fio?
 - A rosca!
 A mãe interveio e disse:
 - Homi, homi, ele num qué rosca não, rosca lá em casa tem, homi. Compra pão pra ele, é pão que ele qué, homi!

Um fato atual que denota a permanência da visão de que os “dorados” são os comedores de rosca são as recentes publicações pela rede social *instagram* que mostravam memes com crianças devidamente caracterizadas, conforme as peculiaridades dos bairros da cidade de Patrocínio-MG. Veja como foi apresentada a imagem da criança do Bairro Boa Esperança, bairro em que está uma grande quantidade de moradores vindos das comunidades rurais nas quais estão os “dorados”, ou muitos deles o frequentam bastante para visitar familiares ou são proprietários de imóveis urbanos.

Figura 12 - Boa Esperança



patrociniomilgrau 02. jun. 2025

Figura 13 - Rosca breada⁴⁹



patrociniomilgrau 16. jun. 2025

⁴⁹ A palavra “breada”, principalmente na expressão “rosca breada” é muito usada pelos “dorados” para expressarem a ideia de comerem a rosca com manteiga, com um tipo de gordura. Durante nossas entrevistas, uma das colaboradoras falava sobre passar leite condensado sobre as roscas depois de assadas. Há um tempo só se usava melado feito com água e açúcar. Quando começaram a usar o leite condensado, sua mãe não aprovou a mudança. A entrevistada falou sobre a reação da mãe ao ver o leite condensado sobre a rosca: “Minha mãe fala que essa rosca tá breiada demais...” (PD01).

Os memes propagam a visão de que no Bairro Boa Esperança os moradores são predominantemente “dorados”, mantêm o hábito de serem comedores de rosca. Fisicamente, a aparência se mantém composta pelos traços que distinguem os “doradinhos”: pele clara, olhos azuis, cabelos loiros e finos, conforme se identificam em sua origem, com uma “compleição física miúda” (Ribeiro, 2006, p. 34). No entanto, constatamos que esses traços hoje coexistem com outras características diferentes que se percebem nas pessoas “doradas” mais jovens, pelo fato de estarem se casando com pessoas com traços distintos deles. Para exemplificar, conheci um casal de noivos em que ela é uma “dorada” que não apresentava mais uma constituição física miúda: era clara, de olhos azuis, cabelos loiros e lisos, mas um pouco mais corpulenta e iria se casar com um moço moreno, residente na área urbana. Além desse caso, é comum encontrarmos os “dorados” mais jovens com pele e cabelo mais escuros, mas mantendo a aparência física miúda. Assim, infere-se que, ao longo dos anos, o número de “dorados” com os traços físicos característicos que foram descritos tende-se a diminuir.

A característica peculiar que permanece com mais intensidade é quanto à linguagem, principalmente no que se refere à pronúncia⁵⁰, de forma especial dos mais velhos (falam alto e alongam bastante as sílabas tônicas das palavras, principalmente das paroxítonas)⁵¹; apresentam também traços específicos no léxico e na sintaxe. Pessoas fora do limite geográfico onde vivem os “dorados” afirmam que para reconhecê-los pelo traço característico da linguagem basta conversar por pouco tempo com eles.

Na zona rural, eles mantêm, em grande parte, uma organização familiar e econômica bastante unida. É muito comum encontrar numa propriedade rural aquela casa construída há mais tempo, onde vivem os mais velhos, os pais, e no entorno estão os filhos que se casaram e construíram sua casa também no mesmo terreno, onde permanecem com a nova família e juntos trabalham, em sua maioria, com as lavouras de café. Encontram-se alguns casos em que alguém exerce uma profissão complementar “na cidade”, como dizem, mas não fixam residência na zona urbana.

Muitos deles, inclusive, possuem imóveis na área urbana, destinadas a aluguel. Tivemos a oportunidade de conversar com um locatário desses imóveis e averiguamos que, na zona urbana, eles também procuram comprar terrenos e construir as casas em

⁵⁰ Nosso foco nesta pesquisa é no termo sintático vocativo, portanto não apresentamos particularidades teóricas quanto ao estudo da pronúncia.

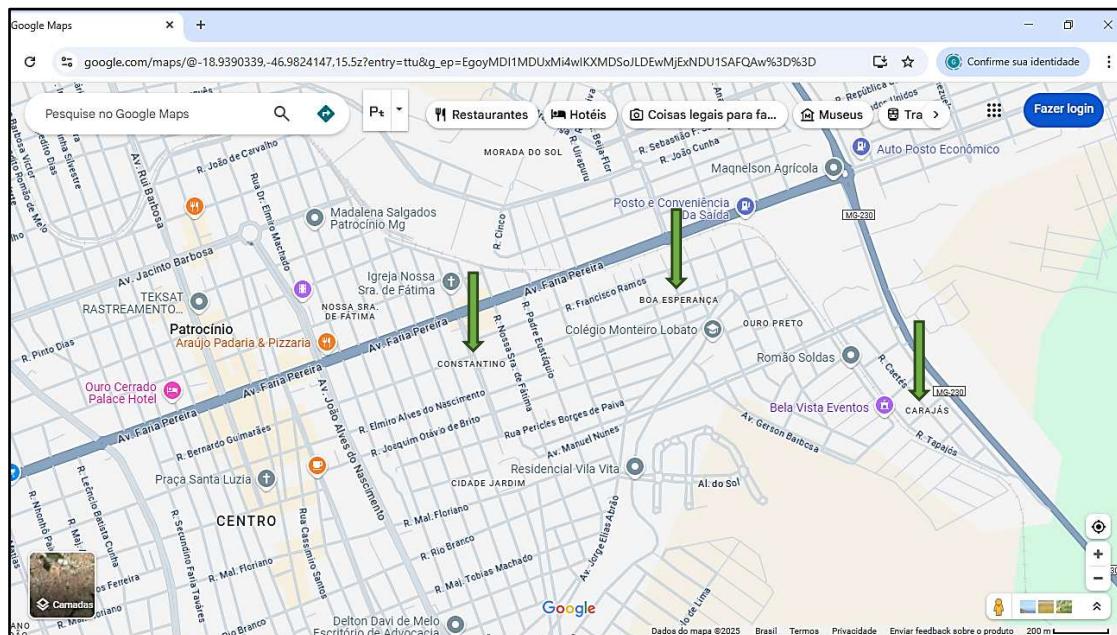
⁵¹ Como exemplo, apresentamos o enunciado “A minha nora que faz temperada minina” (PD11, 77 anos, 4º ano primário) em que as sílabas destacadas apresentam pronúncia alongada.

endereços muito próximos. Em uma mesma quadra, por exemplo, encontram-se três a quatro imóveis de uma mesma família, que ainda reside na zona rural.

Na cidade de Patrocínio-MG, os bairros em que se encontram mais moradores vindos das quatro comunidades rurais (Dourados, Caxambu, Puladouro, Samambaia) são Vila Constantino, Bairro Boa Esperança e Bairro Carajás. O Bairro Boa Esperança era chamado de Vila dos Atrevidos na época em que os “dorados” que vinham da zona rural começaram a habitá-lo. A explicação para esse fato, legitimada por populares, é que eles compravam muitos lotes quando o bairro ainda não tinha a infraestrutura, portanto não era permitido construir ainda. Mesmo assim, os “dorados” eram muito espertos e unidos, construíam suas casas nesses lotes e depois reivindicavam a legalização da propriedade com a construção. Eles não eram invasores: eram legítimos proprietários dos lotes e construíam numa atitude “atrevida”.

O mapa a seguir mostra a localização dos três bairros (Constantino, Boa Esperança e Carajás, indicados por setas verdes) que são próximos um do outro; neles se encontram muitos moradores vindos das quatro comunidades rurais e grande quantidade de imóveis de propriedade de pessoas dessas comunidades, destinados a aluguel.

Figura 14 - Localização dos bairros Constantino, Boa Esperança e Carajás da cidade de Patrocínio-MG



Fonte: https://www.google.com/maps/@-18.9400653,-46.9806725,15.79z?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDUxMi4wIKXMDSoJLDEwMjExNDU1SAFQAw%3D%3D Acesso em 06. jun. 2025

Sobre a questão de se mudarem para a zona urbana, em nossas conversas com moradores das comunidades rurais, percebemos que os mais velhos são bem resistentes,

argumentando que sempre moraram ali “na roça” e que vão continuar ali, até mesmo porque há membros da família que moram bem próximos e cuidam deles. Os mais jovens, no entanto, com raras exceções, estão mais interessados em se mudar para a área urbana, estudar um curso superior e exercer a profissão. Inclusive, durante o tempo em que convivemos na comunidade, presenciamos o fato de um jovem ter sido aprovado para estudar em universidade federal e se mudar para uma cidade bem distante da comunidade em que sempre viveu com a família.

As quatro comunidades rurais em que coletamos os dados linguísticos para nossa pesquisa mantêm entre elas uma proximidade em decorrência da questão religiosa, como dissemos. De acordo com relatos, sempre confirmados por seus moradores, há um tempo aproximado de 80 anos, as comunidades juntas participavam ativamente das festividades religiosas na comunidade de Dourados. A capela tem como padroeiro São Sebastião e tudo era mantido a partir de doações particulares ou por meio de campanhas que eram realizadas entre os fiéis que dela participavam.

Figura 15 - Capela de São Sebastião (Comunidade de Dourados)



Fotos: Gilberto Antonio Peres

Com o tempo, há cerca de 30 anos, as outras comunidades aproveitaram os espaços que eram de escolas rurais que encerraram suas atividades e construíram suas capelas e salões comunitários, adaptando os espaços para as celebrações e festividades religiosas, cada uma delas com um santo padroeiro. Apresentamos imagens do espaço em que cada comunidade construiu sua capela.

Figura 16 - Capela de Cristo Rei (Comunidade de Samambaia)



Fotos: Gilberto Antonio Peres

Figura 17 - Capela de São Geraldo (Comunidade de Caxambu)



Fotos: Gilberto Antonio Peres

Figura 18 - Capela de São Vicente de Paulo (Comunidade de Puladouro)



Fotos: Gilberto Antonio Peres

Um procedimento comum que se percebe quanto à indicação de acesso é que as quatro comunidades expõem uma placa de boas-vindas tendo como referência o local em que está a capela da comunidade. Essa é uma indicação que diz muito sobre a interação que há entre a maioria de seus moradores. Frequentemente, ouve-se dizer que as pessoas de comunidades diferentes se conhecem por causa da integração que há entre as comunidades por ocasião das festividades religiosas em cada uma delas.⁵²

O cartaz seguinte, impresso em tamanho ofício e divulgado nas comunidades⁵³, exemplifica como cada comunidade se prepara e organiza as celebrações por ocasião das festividades religiosas em suas respectivas capelas.

⁵² As quatro comunidades rurais, cada uma com suas capelas, pertencem à Paróquia São Damião de Molokai, cuja Matriz se localiza em Patrocínio, à Rua Edmundo Coutinho Aguiar, 108, Bairro Nossa Senhora de Fátima.

⁵³ O cartaz é divulgado também em formato de foto pelas redes sociais dos moradores das comunidades envolvidas. No apêndice, ao final da tese, apresentamos as imagens de outros cartazes das festividades.

Figura 19 - Cartaz da festa na Comunidade de Caxambu



Fonte: divulgado pela comunidade

Nesse caso específico, a festa aconteceu em louvor a São Geraldo, na comunidade de Caxambu. No entanto, a participação em cada dia da programação foi de responsabilidade de comunidades circunvizinhas, bem como de outras comunidades que não pertencem à Paróquia São Damião, apesar de se situarem próximas às capelas onde aconteceu a festividade religiosa. Os moradores das comunidades rurais envolvidas se mostram felizes por participarem dessas festividades em outras comunidades.

Após as celebrações religiosas, as pessoas presentes, de diferentes comunidades, se interagem bastante nas barraquinhas durante a quermesse com muita comida, bebida e bingos benficiares.

Por fim, expomos um depoimento de uma entrevistada da zona rural (comunidade de Dourados) por meio do qual se confirmam informações que nesta seção apresentamos sobre a rotina das comunidades no que se refere à interação entre elas. Antes de seu depoimento, o esposo dela (PD10) disse: “As comunidade agora juntô. Nóis vai lá. Eles vêm cá.”

PD09: Nós participa no Puladouro, Caxambu, Taquara. A Taquara pertence a São João Paulo II, mais nós é convidado também... Nós vai todo ano. Na Samambaia. Esses dia pra trais as festa emendou assim. Então foi aquela andação pra podê participá. Eu acho bonito assim as comunidade participá... é mais difícil né... porque eles abriram assim muita comunidade... e a nossa aqui todo mundo vinha só pra ela. Então depois é que o padre liberou pra aproveitar aqueles grupo que tiraram, já não vinha mais dá aula, tiraram as escola. Aí eles aproveitaram aqueles grupo pra fazê o barracão, tudo é igreja pequena... Lá nos Martins, lá é nós aqui da nossa comunidade e o Caxambu. O Caxambu cum nós é unido, sempre que vai um é os dois junto. Sempre era a escola aqui e a igreja aqui. Vinha tudo pra cá.

Além da questão religiosa, apresentamos outro fator que contém elementos socioculturais inseridos nos costumes das comunidades e as aproxima: a culinária mineira, incluindo as tradicionais quitandas caseiras. Para discorrer sobre esse tema, embasamo-nos em Abdala (2015).

4.4 A obra “Receita de mineiridade” e sua contribuição para a etapa de coleta de dados

Considerando o homem como ser social e, por isso, comunicativo, a vida em sociedade, na coletividade, constrói laços e características que se fazem presentes nas interações, evidenciando a identidade sociocultural dos falantes. Dessa forma, o estudo da língua abarca realidades e aspectos sociais relevantes que estabelecem contatos com outras circunstâncias que contribuem para a construção da história e da imagem do falante, dialogando com outro objeto específico de estudo por outras ciências.

Portanto, os estudos linguísticos podem acontecer de forma concomitante com outros conhecimentos sobre a sociedade, concebendo que

a língua é um somatório de usos concretos, historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado. A Linguística, por via de consequência, deixa de ser uma disciplina autônoma. Buscando pontos de contato com a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Semiologia, a Ciência Política, a História e a Filosofia, “interdisciplinarizando-se”, por assim dizer (Castilho, 2020, p. 66-67).

A língua é um fenômeno variável, apresenta contextos de uso específicos em que o falante expressa suas emoções, expõe informações, está em processo constante de interação com outros falantes. No entanto, a discussão acerca dos fenômenos linguísticos

vai além desses fenômenos em si mesmos, pois, ao considerar as relações do falante em sociedade, outras ciências se imbricam com a Linguística para dar conta do processo de compreensão do ser humano no espaço e no tempo em que vive e também para melhor compreender e analisar sua permanente construção cultural, adquirindo em sociedade valores que nortearão suas próprias atitudes. Nesse processo de aproximação e interdisciplinaridade, cada ciência, a partir de seus objetivos e objetos de estudo específicos, apresenta as suas contribuições para a realização de uma pesquisa.

Numa perspectiva de alinhamento, de visão convergente com essas circunstâncias interdisciplinares de pesquisa, Mendes (2022, p. 25-26) preconiza que “A língua é uma atividade social e cultural que é produzida por todos que pertencem a uma comunidade ou região, criando uma identidade cultural. Ao realizarmos uma pesquisa sobre língua, investigamos, também, a cultura e a identidade de seus falantes”. A língua é um instrumento que se torna referência de uma comunidade, permitindo perceber e compreender as características que a constituem a partir de aspectos tradicionais e que também se refazem no cotidiano. Não basta investigar de forma exclusiva, isoladamente, para conhecer a língua. É preciso conhecer as pessoas, as histórias dessas pessoas, as suas vivências, o que está por trás de todo e de qualquer fenômeno linguístico que condiciona os usos de uma variedade linguística, por exemplo, e distingue os falantes, a sua comunidade em determinado espaço e em determinado tempo.

No caso específico de nossa pesquisa sociolinguística, optamos pela aproximação entre a Sociolinguística e a Sociologia, buscando embasamento na obra da socióloga Abdala (2015)⁵⁴ em que a autora busca analisar a importância da cozinha como um dos pilares centrais na construção da imagem do mineiro, enfatizando que “a cozinha aparece como um dos esteios centrais à construção da imagem regional mineira” (Abdala, 2015, p. 30).

A cozinha, no contexto mineiro, não é apenas o local de hábitos alimentares, é local em que as pessoas também se encontram, convivem, socializam. A cozinha, tanto espaço físico para socialização, quanto alimentação propriamente dita, é um forte elemento que se propõe a construir a identidade social e cultural do mineiro. Raramente,

⁵⁴ Esta obra intitulada **Receita de mineiridade: a cozinha e a construção da imagem do mineiro** é fruto da dissertação de Mestrado da autora, Mônica Chaves Abdala, intitulada “A cozinha e a construção da imagem do mineiro”, cursado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1994.

visita-se um mineiro sem que sejam servidas quitandas: a hospitalidade mineira passa pelo costume de servir alimentos.

Em sua pesquisa, Abdala (2015) analisou sociabilidades e momentos do passado mineiro em dois tempos marcantes: a mineração (século XVIII) e a ruralização (final do século XVIII até as primeiras décadas do século XX), até chegar às transformações da segunda metade do século XX, com o processo de modernização e industrialização, abordando as inovações trazidas por esse processo no que se refere aos hábitos alimentares num contexto diverso da estrita mineiridade. A autora consultou uma bibliografia específica, valendo-se de relatos de viajantes estrangeiros que visitavam o Brasil (no século XIX e início do século XX), crônicas, ensaios, memórias, publicados até a década de 90 do século XX.

Em relação ao século XVIII, época da mineração, destacam-se os seguintes fatos nesse cenário, conforme Abdala (2015, p. 68-70): dependência das Minas em relação às outras capitâncias e à metrópole para fornecimento de gêneros básicos; encontravam-se escassos recursos, como as roças deixadas pelas bandeiras de exploração, alguma caça e peixes de água doce; os gêneros que vinham de fora eram de preços bastante elevados, os produtos vindos da Europa eram para os nababos; no espaço doméstico era criado o porco, no quintal a galinha, couve, frutas, mandioca e abóbora. O mineiro, nessa época, combinou sua alimentação com gêneros importados e aqueles cultivados no quintal e desenvolveu modos peculiares do preparo dos próprios alimentos.

O período da ruralização (final do século XVIII às primeiras décadas do século XX) caracteriza-se como um tempo em que “A agricultura foi-se sobrepondo definitivamente à mineração” (Abdala, 2015, p. 94); a fazenda passa a ser o principal cenário da economia mineira. É um período em que, nas fazendas, a comida mineira era bem preparada e abundante para servir a todos os estrangeiros que ali vinham ou por ali passavam⁵⁵. Inclui-se aqui o papel das quitandas e dos doces nos hábitos alimentares à chamada hospitalidade e na determinação dos próprios hábitos alimentares dos mineiros. Inclusive os mineiros, para servir as visitas, mantinham constantemente alimentos preparados como “os doces e as quitandas eram guardados nas latas para essas ocasiões” (Abdala, 2015, p. 103).

⁵⁵ Abdala (2015, p. 105) apresenta um relato de Pohl, médico naturalista austríaco, sobre a hospitalidade do mineiro quando ele foi acolhido numa fazenda nos arredores do arraial de Patrocínio: “O proprietário (...) deu-me um de seus melhores quartos e, embora já fosse tarde, mandou preparar uma boa refeição à moda do país, que consistia em legumes, feijão, uma galinha com arroz, queijo, farinha de milho e bananas (...).”

Nesse período da ruralização, houve também uma ampliação das receitas, pois “Com os produtos da terra, como o polvilho, por exemplo, foram criadas novas receitas, aproveitando tudo que a fazenda produzia em grande quantidade: leite, queijo, ovos, açúcar ou melado e rapadura, frutos” (Abdala, 2015, p. 107).

A partir da segunda metade do século XX, ocorreram mudanças que impactaram o processo de socialização, que provocaram mudanças de hábitos e atitudes na rotina de organização do espaço de vivência das famílias. Entre esses fatores de mudança, Abdala (2015, p. 134) cita: massificação de produtos, alteração no conjunto de atividades desempenhadas pelos diversos membros das famílias, especialmente as mulheres, que não concentram mais suas atividades no espaço doméstico.

No período da mineração e no período da ruralização, cabia à mulher o papel de preparar os alimentos e cuidar de sua distribuição, ou seja, toda a função relacionada à comida. A forma como esses alimentos eram preparados, suas receitas e recomendações foram transmitidas pelas avós, de geração em geração. Na segunda metade do século XX, as mudanças ocorridas na sociedade, atribuindo à mulher diversos papéis sociais que não havia em tempos anteriores fez com que ocorressem mudanças também na alimentação das famílias, devido ao surgimento de tecnologias que proporcionaram o consumo de alimentos pré-cozidos, frios, enlatados, congelados; inclusive as quitandas passaram a ter preparos mais rápidos. Assim, as quitandas, que eram consumidas diariamente, passaram a ser alimentos consumidos nos finais de semana. Quanto ao preparo, em especial do famoso pão de queijo mineiro, as moças que conservam a tradição de mãe para filha se valem dos cadernos de receitas. Não há mais o fogão de lenha, o forno de tijolos e barro (construído do lado de fora da casa); agora, no tempo da modernidade, passou-se a usar o forno a gás ou até mesmo o forno elétrico.

A partir de tais considerações investigadas e expostas por Abdala (2015), destacamos alguns trechos das entrevistas que realizamos nas comunidades rurais que visitamos com o intuito de analisar, nesta primeira metade do século XXI, entre outros assuntos, comportamentos, atitudes de pessoas de diferentes gerações, relacionadas aos aspectos da cozinha mineira.

Verificamos que uma atitude comum às mulheres é a satisfação que sentem em desfrutar das comodidades proporcionadas pelos eletrodomésticos, uma vez que elas alteraram também procedimentos ao realizar as tarefas domésticas no que se relaciona ao preparo e à conservação de quitandas, ao cozimento de carne de porco para o consumo durante um prazo maior. Apresentamos os seguintes depoimentos:

Depoimento 1:

PD14: “Eu acho melhor o freezer né... Liquidificador... eu não sou fã disso não... eu não gosto de feijão que bate nesse trem... só uma vitamininha mesmo... um pudim... acustumei... feijão tem que ser no amassadô... é diferente...”

A entrevistada é uma senhora de mais idade, a avó na família, e sua vivência passa por um período de transição entre a época em que não havia condições de desfrutar da comodidade por ter o eletrodoméstico e, posteriormente, veio a oportunidade de aquisição e uso do eletrodoméstico. Ela relativiza os efeitos de sua utilidade: em relação ao freezer não há restrições; no entanto, em relação ao liquidificador, ela seleciona alguns usos.

Depoimento 2:

PD01: “Eu gosto de fazer quitanda, mas os meus braço não ajuda mais... eu tenho tendinite no braço... Os meus braço não ajuda... Aí esses dia eu fui fazer... eu amassei foi com a batedeira... agora vou amassá com a batedeira... vou largá a mão, porque lá na mãe... eu não faço aqui em casa... eu faço lá na minha mãe né... aí eu faço pra ela e pra mim... aí eu trago...aí acostumou...até roupa eu lavo lá, comprei a máquina e deixo lá... Aí minha cunhada pegou esse ritmo. Sabe? Aí nós fica lá... todo mundo reunido”.

Pela fala da entrevistada, percebe-se o prazer por preparar as quitandas, mas se sente satisfeita pela oportunidade de poder usar um eletrodoméstico para lhe facilitar esse preparo, inclusive por questões de saúde. Também se percebe uma rotina de fazer as quitandas em família (fazer na casa da mãe para as duas famílias) e aos poucos vai agregando costumes na família para além das quitandas (todo mundo reunido). Manifesta, também, ampliação do uso dos eletrodomésticos para outras tarefas rotineiras, como a máquina de lavar.

Depoimento 3:

PD01: “É assim. Eu faço e congelo né, coloco rosca, coloco pão, tudo no congeladô. Aí chega visita, alguma coisa, eu esquento no micro-ondas né, aí fica a mesma coisa que feito na hora... A minha mãe não gosta não... Ela, se ocê arrumá um bolo na geladeira, pra ela acabô, ela não come mais não. Até meu irmão mais novo não gosta não (*risos*). E porco também, a gente mata porco hoje, arruma tudo no freezer né? Antigamente a gente arrumava tudo na lata né. Fazia aquelas latona de banha. Esses dia, segunda, né, que nós matou um lá no pai, mas nós feiz só as carne de osso e aí hoje eu fui lá fazê uma carne lá, o meu pai falou assim: Cadê a carne de osso, ocês não esquentô...”

Nesse depoimento, o foco está na conservação dos alimentos, quitandas e carne de porco. Fica evidente a predileção por fazer e congelar e usar outro eletrodoméstico para preparar a quitanda no momento de servir, como o micro-ondas. No entanto, esse procedimento gera resistência dos mais idosos (a mãe). Não gostam nem que coloque bolo na geladeira. A entrevistada sente satisfação por poder colocar a carne de porco no freezer; mas se refere à resistência do pai, ele prefere comer a carne como era preparada antes do surgimento do freezer.

Depoimento 4:

PD13: “Com a energia na zona rural tem de tudo né. Freezer né... tudo que é eletrodoméstico. Energia tem na roça, facilitou muito né... Porco mais é lá no freezer né...”

A senhora também é a avó, a mais velha da família, que mantém firme a tradição das quitandas, reconhece a alteração no ritmo de vida na zona rural, após a chegada da energia elétrica e todas as facilidades que ela trouxe, inovando e facilitando o preparo das carnes, principalmente.

Depoimento 5:

PD09: “Não... eu ponho é no congeladô, no freezer, eu não gosto de carne de lata... nem... Há um tempo atrás era tudo nas lata... não tinha né...”

Essa senhora também usufrui dos benefícios de se ter o freezer em casa atualmente e não mais precisar cozinar a carne de porco para guardar, mostrando-se satisfeita por isso, pois não gostava da carne como era preparada, antes da energia elétrica.

Enfim, os moradores da zona rural, em especial as mulheres, procuram conciliar a tradição e a utilização de novos equipamentos que acabam facilitando e inovando o trabalho, sem perder as particularidades socioculturais, ao mesmo tempo em que respeitam as preferências dos mais idosos, quanto aos hábitos alimentares.

A leitura e reflexão da obra de Abdala (2015) nos inspirou para a organização de um livrinho de receitas de quitandas caseiras⁵⁶ coletadas nas comunidades rurais visitadas (Dourados, Caxambu, Samambaia, Puladouro) ao mesmo tempo em que pudemos analisar como agem gerações diferentes em relação às peculiaridades da cozinha mineira,

⁵⁶A organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras é apresentada como uma opção nossa para superar os efeitos do paradoxo do observador. Para além disso, trata-se da construção de um objeto que reflete e valoriza elementos de cultura das comunidades. Sua organização está melhor apresentada na subseção 4.5.2.1, p. 132-136.

analisar o papel das mulheres nesse contexto, influenciadas pelo uso da tecnologia por meio dos aparelhos eletrodomésticos, os quais provocaram as mudanças nos hábitos alimentares.

4.5 Etapas de realização da pesquisa

Expomos como se organizou o roteiro de trabalho, procurando de forma interativa nos fundamentarmos em Coelho *et al.* (2015), Tarallo (1990) e Berlinck, Biazolli (2018). Apresentamos como planejamos as etapas que nortearam a realização da pesquisa: busca dos informantes, coleta de dados, codificação e análise dos dados, descrição dos dados coletados.

4.5.1 Busca dos informantes

Destacamos que a pesquisa sociolinguística, por envolver informantes, está sujeita à aprovação prévia pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição à qual se vincula o pesquisador, no nosso caso, CEP UFU. O projeto de pesquisa foi aprovado em 18 de novembro de 2023, conforme parecer consubstanciado número 6.511.893; CAAE: 74857623.4.0000.5152.

Investigamos falantes de quatro comunidades rurais no município de Patrocínio-MG (Dourados, Caxambu, Puladouro, Samambaia) e também na área urbana, observando, para a composição das células sociais, os critérios de idade (duas faixas etárias), escolaridade (dois níveis), com o número de quatro informantes por célula (propusemos que todos os informantes das comunidades rurais fossem nascidos e crescidos nessas comunidades; no caso da área urbana, propusemos que fossem naturais da cidade de Patrocínio-MG e nela residentes). Portanto, propusemos a seguinte distribuição dos informantes por células sociais⁵⁷:

⁵⁷ Adotamos a definição de célula social conforme Coelho *et al.* (2015, p. 101): “um conjunto de indivíduos agrupados pelas mesmas características sociais relevantes para a análise de fenômenos de variação e mudança linguística”.

Quadro 6 - Distribuição dos informantes (Total: 32 informantes)

Escolaridade →	Até 10 anos Educação básica incompleta		A partir de 11anos Educação básica completa	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Idade ↓				
De 20 a 50 anos	04	04	04	04
+ de 50 anos	04	04	04	04
TOTAL	08	08	08	08

Fonte: elaborado pelo autor.

No nível de educação básica incompleta, incluímos o ensino fundamental (in)completo e o ensino médio incompleto; consideramos também a possibilidade de a pessoa se declarar analfabeta. No nível da educação básica completa foram incluídas as pessoas com ensino médio completo, curso superior e curso técnico profissionalizante.

A motivação para a categorização, a divisão da variável independente escolaridade em dois grupos (até dez anos – educação básica incompleta e a partir de onze anos – educação básica completa) se justifica por uma análise nossa em relação à obrigatoriedade de matrícula de 07 a 14 anos e obrigatoriedade de oferta de transporte escolar, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96⁵⁸. Considerando o ano de 1996, em que todos os menores de 14 anos deveriam estar frequentando a escola, essa geração de educandos tem, entre os anos de 2024 e 2025, aproximadamente 42 a 43 anos de idade e acreditamos que, por força da lei, essas pessoas têm, no mínimo, 8 (oito) anos de escolaridade. Como nesse grupo de estudantes havia alunos que residiam em zona rural, gozaram do acesso à escola usufruindo do transporte escolar, não havendo empecilhos para que os responsáveis deixassem de cumprir a determinação da lei.

No entanto, é possível que haja pessoas que não prosseguiram os estudos após a conclusão do ensino fundamental e, portanto, não concluíram a educação básica. Isso se aplica também a uma geração de pessoas cuja vida escolar antecedeu, em média 7 a 8 anos, a publicação da LDB 9394/96, estando hoje na faixa etária aproximada de 50 anos.

Por outro lado, é preciso considerar que há para esse grupo com menos escolaridade (não conclusão da educação básica) ofertas de outras modalidades de estudos, diferentes da modalidade regular e presencial, visando oportunizar a conclusão

⁵⁸ Transcrevemos os fragmentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96, que, respectivamente, normatizam o direito do aluno ao transporte escolar e a obrigatoriedade dos pais ou responsáveis em matricularem os menores a partir dos sete anos:

Art. 4º, Inciso VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.

dessa etapa escolar. Entre essas modalidades podemos mencionar o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)⁵⁹, que é realizado pelo Inep desde 2002 em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Há também a oferta da Educação de Jovens e Adultos (Eja), regulamentada pelo artigo 37 da LBB 9394/96. As duas modalidades são ofertadas para jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada, exigindo que tenham a idade mínima de 15 e 18 anos de idade, respectivamente. Além disso, na cidade de Patrocínio-MG há uma unidade do CESEC (Centro Estadual de Educação Continuada), na modalidade semipresencial, que respeita as condições individuais do aluno para avançar em seus estudos. Mesmo com a oferta dessas modalidades que possibilitam a conclusão da educação básica, não descartamos a possibilidade de encontrar pessoas que, por motivos diversos, evadiram da escola e possuem um baixo nível de escolaridade.

Com relação à faixa etária, esclarecemos que a delimitação da idade de 20 anos leva em consideração a questão de uma maturidade epilinguística e metalinguística dos falantes, em consequência de constantes interações não só na comunidade rural ou na área urbana, mas também no seu trânsito por outros espaços sociais por questões de estudo, trabalho, lazer com grupos de amigos, vivência religiosa, entre outras.

Nossa proposta foi que a amostra fosse composta por 08 células com 04 informantes cada, totalizando 32 informantes, sendo 16 pertencentes às comunidades rurais de Dourados, Caxambu, Puladouro e Samambaia (sem isolar os dados por comunidade) e 16 pertencentes à área urbana de Patrocínio-MG. O número de participantes da pesquisa estaria em conformidade com o que é mencionado por Coelho *et al.* (2015, p. 101):

O recomendado, em termos do número ideal de informantes, é de cinco por célula, de modo a garantir a representatividade da amostra: contudo, nem sempre alcançamos a quantidade de cinco informantes por célula social. Há bancos de dados linguísticos com quatro informantes por célula, e mesmo com dois.

A previsão era realizar 16 entrevistas (individuais, em duplas, ou máximo com a participação de três pessoas) de aproximadamente 50 minutos cada, podendo se estender um pouco mais (aproximadamente 20 minutos) para se obter uma quantidade maior de

⁵⁹ O Encceja é regulamentado pelo Ministério da Educação, conforme Portaria nº 111 de 04 de dezembro de 2002.

dados, totalizando em torno de 15 horas de entrevistas gravadas. Propusemos nossa amostra assim por entendermos que entrevistas sociolinguísticas são assim realizadas e também fazemos referências a duas experiências nossas para mostrar que esse tempo (aproximadamente 50 min) é suficiente para a coleta.

A primeira experiência se refere a um momento de observação da interação verbal entre três membros de uma família (pai e mãe - ambos com mais de setenta anos – e filha – com cinquenta anos) em um domingo, durante 35 minutos, enquanto preparavam o almoço. Contamos a ocorrência de 26 vocativos. Para isso, permanecemos discretamente na presença deles, enquanto interagiam espontaneamente. Nesse episódio, observamos que um mesmo interlocutor pode ser chamado de maneiras diferentes, dependendo da questão afetiva e das emoções no momento da interação. Por exemplo: a esposa pode se dirigir ao marido, chamando-o pelo nome ou por um apelido carinhoso. Um fato curioso foi o emprego de vocativo relacionado ao cãozinho da família, que estava no mesmo espaço das pessoas.

A segunda experiência se refere a uma observação do emprego do vocativo em um telejornal de Minas Gerais, durante 66 minutos e 11 segundos. Registraramos 103 ocorrências de vocativo, incluindo as falas dos apresentadores no estúdio, dos repórteres e dos entrevistados⁶⁰. Pudemos analisar, além da posição do vocativo nas orações, diferentes relações que se estabelecem entre os enunciadores nos diferentes quadros que compõem o telejornal. Percebemos que o vocativo, para além da função de chamamento, explicita aspectos sociais relativos à interação que se valem da linguagem para evidenciá-los. Por exemplo, pode-se perceber, pela forma do chamamento, situações de mais ou menos afinidade entre os profissionais para além do contexto de trabalho, permitindo-se employar um apelido ou até mesmo chamar apenas pelo sobrenome, bem como usar uma forma de tratamento respeitosa para um entrevistado devido a seu papel social.

Em nossa pesquisa, como objetivamos comparar o uso do vocativo nas sentenças orais dos falantes das quatro comunidades rurais com o uso do vocativo também em sentenças orais dos falantes da cidade de Patrocínio-MG, realizamos entrevistas com falantes residentes na área urbana: alguns nos receberam em residências, porém a maior quantidade de entrevistas foi realizada em estabelecimentos em que há atendimento ao público, como supermercados, farmácia, mercado de bairro, ponto turístico. Nesses

⁶⁰ Os dados coletados nessa observação foram analisados em um artigo acadêmico intitulado “Alguns aspectos do uso do vocativo em telejornal de Minas Gerais” (Peres, Araujo, 2022). O texto está disponível em: seer.ufu/index.php/letraseletras/article/view/68029/35878

locais, as entrevistas foram realizadas apenas depois que os profissionais responsáveis pelos estabelecimentos foram consultados pelo pesquisador e deram autorização.

O participante da pesquisa não é identificado pelo nome. Para que não seja reconhecido, cada participante foi nomeado por meio de um código: emprego da letra **P** + **D** (Dourados e outras comunidades, área rural) ou **P** + **P** (Patrocínio, área urbana) + numeral cardinal de 01 a 16. Por exemplo: PD01, PD02/ PP01, PP02 e assim sucessivamente até PD16, PP16.

Apresentamos o quadro com os informantes, identificados pelo código e as informações relacionadas às duas variáveis independentes: faixa etária e nível de escolaridade.

Quadro 7 - Relação dos informantes

Identificação	Área	Idade	Escolaridade
PD01	Rural	44	Ensino fundamental incompleto
PD02	Rural	47	Ensino médio incompleto
PD03	Rural	20	Ensino médio incompleto
PD04	Rural	44	Ensino fundamental incompleto
PD05	Rural	25	Curso superior
PD06	Rural	44	Curso técnico profissionalizante
PD07	Rural	29	Curso superior
PD08	Rural	20	Ensino médio completo
PD09	Rural	72	Ensino fundamental incompleto (3º ano primário)
PD10	Rural	84	Ensino fundamental incompleto (3º ano primário)
PD11	Rural	77	Ensino fundamental incompleto (4º ano primário)
PD12	Rural	55	Ensino fundamental incompleto (4º ano primário)
PD13	Rural	69	Ensino fundamental incompleto (3º ano primário)
PD14	Rural	78	Ensino fundamental incompleto (analfabeto)
PD15	Rural	54	Ensino fundamental incompleto (4º ano primário)
PD16	Rural	60	Ensino fundamental incompleto (4º ano primário)
PP01	Urbana	49	Ensino médio completo
PP02	Urbana	41	Ensino médio completo
PP03	Urbana	40	Ensino médio completo
PP04	Urbana	24	Curso superior
PP05	Urbana	20	Ensino médio completo
PP06	Urbana	28	Ensino médio completo
PP07	Urbana	28	Curso técnico profissionalizante
PP08	Urbana	20	Ensino médio completo
PP09	Urbana	51	Ensino fundamental incompleto
PP10	Urbana	53	Ensino fundamental completo
PP11	Urbana	54	Ensino fundamental completo
PP12	Urbana	60	Ensino fundamental incompleto
PP13	Urbana	62	Ensino técnico profissionalizante
PP14	Urbana	62	Ensino técnico profissionalizante
PP15	Urbana	58	Ensino médio completo
PP16	Urbana	62	Curso superior

Fonte: elaborado pelo autor.

Nossa pesquisa pretendia analisar as variáveis independentes faixa etária e nível de escolaridade juntas. No entanto, ocorreu uma dificuldade no momento da coleta de dados de acordo com os critérios propostos, relacionada à variável nível de escolaridade.

Não se encontraram nas comunidades rurais moradores com mais de 50 anos no nível de escolaridade educação básica completa. Também não foi possível realizar entrevistas na área urbana com moradores na faixa etária de 20-50 anos com o nível de escolaridade educação básica incompleta. Diante disso, optamos por entrevistar 08 pessoas com mais de 50 anos nas comunidades rurais com educação básica incompleta e 08 pessoas na faixa etária de 20-50 anos na área urbana, com educação básica completa. Assim, trilhamos caminhos diferentes para analisar os dados, principalmente no momento de estabelecer comparação entre as células com moradores da zona urbana com moradores das comunidades rurais, cruzando as duas variáveis propostas. Propusemos selecionar para compor cada célula em que entrevistamos 08 pessoas aquelas 04 que apresentarem mais afinidade, cruzando a idade e grau de escolaridade. Para as células em que não foi possível encontrar moradores para entrevistar, não estabelecemos comparações quantitativas entre zona urbana e zona rural. Essas especificidades foram controladas na análise quanti-qualitativa, retomando essa informação e apresentando os quadros reformulados (ver p. 162-163).

Diante disso, após a realização das gravações para coleta de dados, o quadro com a distribuição dos informantes ficou composto da seguinte forma:

Quadro 8 - Distribuição dos informantes após coleta de dados (Total: 32 informantes)

Escolaridade →	Até 10 anos Educação básica incompleta		A partir de 11 anos Educação básica completa	
Idade ↓	Rural	Urbano	Rural	Urbano
De 20 a 50 anos	4	-	4	4 (+4)
+ de 50 anos	4 (+4)	4	-	4
TOTAL	12	04	04	12

Fonte: elaborado pelo autor.

4.5.2 Coleta de dados

Para realizar a coleta de dados de acordo com nossos objetivos, optamos por iniciar os contatos com os moradores da zona rural. Por esse motivo, vamos discorrer, primeiro, a respeito de nossas visitas às comunidades rurais (com alguns trechos permeados de relatos) e comentar nossos procedimentos para as gravações. Depois disso, descrevemos nossos contatos na área urbana de Patrocínio-MG.

4.5.2.1 Coleta de dados nas comunidades rurais

Como residimos numa cidade distante a cerca de 20 km das comunidades rurais⁶¹ (Dourados, Caxambu, Samambaia, Puladouro) por onde optamos por iniciar os contatos para a coleta de dados, decidimos que adentraríamos a comunidade e faríamos contato com seus moradores com o apoio de uma pessoa que nos é próxima e tem pessoas amigas que moram nessa comunidade que seria investigada. A partir desse primeiro contato, nosso propósito era nos empenhar para conviver com os moradores o tempo suficiente para conhecê-los e criar condições e oportunidades para coletar os dados.

Nosso método adotado para estabelecer contato com os falantes das comunidades rurais foi organizado conforme Milroy e Llamas (2013, p. 412), em que se expõe um procedimento de coleta de dados, em Belfast, “através do qual a investigadora se apresentou aos contatos iniciais como um ‘amigo de um amigo’ – isto é, um contato de segunda ordem na rede destes indivíduos”.⁶² Os contatos de segunda ordem são aqueles em que o vínculo não é direto. Dessa forma, os contatos são iniciados sempre na companhia de uma pessoa amiga, já conhecida pela outra pessoa, que nos possibilita a aproximação e o estabelecimento de contatos; posteriormente, a pessoa de quem nos aproximamos vai indicando outros amigos com quem podemos interagir.

A primeira visita a uma comunidade na zona rural contribuiu bastante para que a pesquisa fosse realizada com especial atenção a fatos não pensados nem propostos que

⁶¹ Apresento informações sobre mim as quais podem contribuir para a análise de outras pessoas sobre minha atuação como pesquisador: não sou natural de Patrocínio – MG; resido em uma cidade vizinha, chamada Guimarânia, distante a 25 km da área urbana de Patrocínio. Não sou falante da variedade linguística em análise. Nessa etapa da coleta de dados, estive acompanhado de minha esposa, o que facilitou os contatos com as pessoas das comunidades, em especial com as mulheres.

⁶² Texto original: “whereby the researcher introduced herself to initial contacts as a ‘friend of a friend’ – that is, a second-order network contact of these individuals” (Milroy e Llamas, 2013, p. 412).

foram se evidenciando no decorrer das visitas às famílias residentes nas comunidades rurais e, por isso, exigindo alterações e ajustes no projeto de pesquisa. A princípio, nossa proposta era visitar apenas moradores na comunidade de Dourados, onde, em hipótese, residem as pessoas conhecidas como “dorados”.

Nossa primeira visita aconteceu dia 08 de junho de 2024, com o intermédio de uma sobrinha nossa que nos dizia ter uma amiga “dorada” residente na comunidade rural e que há muito tempo não a encontrava, por isso nos oferecemos para levá-la até a casa dessa amiga. Nossa intuito era de estabelecer contato e iniciar nossa pesquisa. No entanto, fomos surpreendidos pelo fato de a amiga “dorada” residir na comunidade de Samambaia, circunvizinha de Dourados. Fomos muito bem acolhidos pela jovem e pela avó, convidados para entrar, sentar num local em que já estava posta uma mesa com xícaras para um café, com as quitandas caseiras e um queijo fresco no prato. A jovem, mostrando uma vasilha cheia de roscas, disse, especificamente, para mim, que ia lá pela primeira vez: “Olha aqui o que nós fez para o senhor!”. Surpreso, respondi em tom de pergunta: “Para mim?!” A resposta foi mais surpreendente ainda: “É! O senhor vem na casa de um ‘dorado’ e não come rosca?”.

A partir desse episódio ficou entendido que as pessoas chamadas de “dorados”, que nos interessavam entrevistar para a pesquisa, estavam espalhados por outros comunidades rurais, pois aquela família sempre morou naquele lugar que visitávamos e eles mesmos se chamavam de “dorados”. Durante a visita, apesar de não termos gravado, ouvimos muitas histórias sobre as famílias de “dorados” ou “doradinhos”, seus costumes, como eram as famílias de antigamente e as mudanças no tempo atual, a forma como as famílias organizam o trabalho agrícola, como as pessoas mais velhas, principalmente as mulheres, lutaram para sustentar a família numerosa.

Dois fatores que mais nos chamaram atenção durante essa primeira visita foram os relatos relacionados à forma como as comunidades rurais circunvizinhas são próximas por causa das celebrações religiosas, durante as festas nas capelas de cada uma e o fato de a receita da rosca “estar apenas na cabeça” da avó que a fez; não há, por exemplo, um caderno de receitas. Diante disso, duas inquietações contribuíram para traçar percursos na realização das gravações para coletar os dados: uma estava relacionada à religiosidade e a outra às receitas de quitandas caseiras.

Sobre os vocativos que foram empregados durante nossas conversas, pudemos registrar as seguintes ocorrências:

- (1) “Já arrumei as xícaras aí, **vó!**” (*neta para a avó que mexia nos utensílios na mesa*)
- (2) “Vai ser longe, **sá!**” (*avó para minha esposa, que nos acompanhava na visita*)
- (3) “Vai passá trabaio, **sá!**” (*avó para minha esposa, que nos acompanhava na visita*)
- (4) “Tá bão, **primo?**” (*filho da avó que adentrou a sala, bateu em minhas costas para cumprimentar, no primeiro contato*).

Apenas o enunciado (1) não nos despertou uma reflexão que fugisse ao seu emprego comum. Os enunciados (2) e (3) nos fizeram analisar o fato de o vocativo “sá”, considerado como forma reduzida de “senhora”, nesse contexto ter sido empregado para se referir a uma interlocutora bem mais jovem que a pessoa que a tratou dessa forma. Com relação ao enunciado (4), foi o mais intrigante, pois não éramos conhecidos e o locutor me tratou de uma forma como se fosse da família. A explicação que me foi dada é que, de forma geral, quando não conhecem uma pessoa, ainda não sabem o nome, chamam-na de “primo”.

A partir desse primeiro contato se intensificaram nossas reflexões sobre como seriam definidos os procedimentos para coletar os dados. Estava definido que nosso método seria a realização de entrevistas gravadas, com auxílio do gravador do aparelho celular, em grupos de no máximo três falantes, que, conforme Labov (2008), é o método básico para se obter uma grande quantidade de dados confiáveis da fala de uma pessoa, em situações naturais de interação social face a face. O fato de realizar as entrevistas em duplas (ou em grupos com no máximo três pessoas) pode criar mais condições para o uso do vocativo.

No entanto, durante as gravações, surge um problema chamado paradoxo do observador. Para Labov (2008), esse paradoxo se explica pelo fato de que o objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática. Diante disso, precisa-se pensar em uma maneira de superar esse paradoxo. Tarallo (1990)⁶³ aponta alguns procedimentos que contribuem com o pesquisador nesse sentido: minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados; tentar neutralizar a força exercida pela presença de uma ferramenta para gravação da conversa; representar o papel

⁶³ Os procedimentos propostos por Tarallo são apontados a partir de maneiras sugeridas por Labov, durante a realização de suas pesquisas sociolinguísticas.

de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades; provocar, nos tópicos de conversação, narrativas de experiência pessoal. Dessa forma, procuramos introduzir assuntos que despertassem a fala espontânea dos entrevistados abordando, quando possível, questões relacionadas à alimentação, uso da tecnologia em tempos diferentes, por diferentes faixas etárias e possíveis discussões sobre a pandemia da covid 19, por exemplo.

Para tentar alcançar esse objetivo, apresentamos algumas sugestões de perguntas que pudessem nortear a realização das entrevistas nas comunidades rurais. As perguntas se apresentam em linguagem simples, relacionam-se a situações e experiências do cotidiano dos entrevistados, foram formuladas previamente, mas não havia necessidade de que fossem rigorosamente seguidas, pois outras perguntas poderiam ser inseridas, dependendo de respostas dos entrevistados. O nosso objetivo era alcançar o envolvimento dos falantes de forma que obtivéssemos os dados que buscávamos. Relacionamos as perguntas:

1. Vocês vivem num lugar em que têm condições de produzir muita coisa para a alimentação. Isso é melhor para a saúde de vocês, da família?
2. Vocês vão muito à cidade e o que mais fazem lá? Muitas pessoas da família ou amigos se mudaram para lá?
3. Em nosso tempo, para quem mora na zona rural, é muito mais fácil conseguir se comunicar com as pessoas que moram na cidade ou em outras comunidades. Vocês usam muito a tecnologia, o telefone celular?
4. Como era a vida no tempo em que não tinha energia elétrica na zona rural? Não tinha televisão, os eletrodomésticos, a exemplo da geladeira.
5. Nos dias de hoje os agentes de saúde também visitam as comunidades rurais. Eles vêm aqui também?
6. Vocês já viveram alguma história de aperto, de sufoco por motivo de doença quando não tinha muita condição de ir rápido para a cidade?
7. A pandemia da covid 19 mudou muito a vida de vocês?
8. E sobre a religião, a comunidade tem uma capela que reúne para celebrações da missa, festas religiosas, encontro para os jovens? Há outras igrejas na comunidade que não são católicas?
9. Como é a situação aqui na comunidade no que diz respeito às pessoas mais jovens preservarem a tradição da família: na culinária, nas atividades para o sustento familiar, na agricultura?

10. Vocês se sentem bem morando aqui na comunidade? Sentem vontade de se mudarem para a cidade?

Apenas conversar com os moradores a partir do suporte dessas perguntas era uma estratégia que, a nosso ver, não seria tão eficiente para realizarmos as gravações e coletarmos os dados, ao mesmo tempo em que conseguiríamos amenizar o paradoxo do observador. Procuramos expandir o fato de nos mostrarmos como “aprendiz-interessado” pela comunidade e resgatamos aquela situação em que constatamos que a receita da rosca caseira, no primeiro contato com a família da comunidade de Samambaia, estava apenas “na cabeça” da avó. Tivemos, portanto, a iniciativa de propor a essa família a organização de um livrinho de receitas de quitandas caseiras, todas fornecidas por pessoas das comunidades. Para isso, além de fornecer as receitas, alguém da família deveria se dispor a nos acompanhar durante uma visita a outra família indicada por ela, em outra comunidade, com o objetivo de coletar as receitas para a organização de um livrinho que apresentasse receitas das quatro comunidades rurais: Dourados, Samambaia, Caxambu, Puladouro. A proposta foi bem acolhida por essa primeira família e, assim, tínhamos um propósito claro, muito bem definido para adentrarmos as comunidades, considerando que seria de fato o primeiro contato nosso com cada família.

A organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras não se apresenta na pesquisa como um objeto a ser analisado, mas sim como uma oportunidade nossa, como pesquisador, de construção de um objeto que seria o mediador e o facilitador de nosso contato com falantes das comunidades para coletarmos os dados linguísticos. Nossa visita às famílias já apresentava um propósito que contribuía para tentar superar o paradoxo do observador, pois elas já nos recebiam predispostas a partilharem elementos de sua cultura, conscientes de que estariam contribuindo para a organização de um livrinho cujo conteúdo exaltaria a cultura das próprias comunidades.

Outro fator que facilitou bastante nosso trânsito pelas quatro comunidades foi a questão da religiosidade. Como dissemos, as quatro comunidades são bem unidas para as celebrações das festividades religiosas e, por isso, os moradores mantêm entre si uma proximidade. Quando pensavam em alguém de outra comunidade para indicarem como aquela pessoa que poderia fornecer as receitas, sempre faziam referências que “eram conhecidas das festas nas capelas das comunidades”. Além disso, nas ocasiões em que não podíamos ser acompanhados na próxima visita por alguém da família anterior, ao chegarmos à casa, não havia resistência em nos acolher e fornecer receitas pelo simples

fato de dizermos por quem haviam sido indicados para estarmos ali. E ainda fomos nos tornando conhecidos, uma vez que recebíamos convites para participarmos das celebrações religiosas e das quermesses nas capelas dessas comunidades e nos fazíamos presentes.

A iniciativa de organização do livrinho de receita nos proporcionou traçar os procedimentos de uma metodologia para realizarmos as gravações. Planejamos três visitas a cada família, cada uma delas com um objetivo específico. Na primeira visita, era exposta a proposta de organização do livrinho e a coleta das receitas, por meio de gravação. Na segunda, voltávamos à casa da família com as receitas já digitadas, com as fotos das quitandas enviadas por pessoas da própria família, com o objetivo de conferir como haviam sido transcritas. Inclusive uma das participantes, (PD13), manifestou-se consciente dessa ação para que o livrinho não fosse organizado com erros de informações: “Falei pra ele, Augusta, é bom trazê pra mim vê...” (fala da participante para a filha, também colaboradora das receitas). Na terceira visita, foram levados os livros impressos numa quantidade suficiente para distribuírem para toda a comunidade. Acrescentamos que em cada visita conversávamos sobre a vida, norteados por aquelas perguntas já mencionadas; a cada visita percebíamos mais proximidade dos moradores conosco.

Em nossa pesquisa, a organização desse livrinho se insere numa perspectiva de retorno à comunidade onde acontece a pesquisa, conforme Serrano (2011, p. 19): “A pesquisa deve valer e deve servir. Valer para a ciência e servir à sociedade na qual é produzida e à qual se dirige”. Os falantes das comunidades rurais, ao interagirem conosco durante as visitas, contribuindo para a organização do livrinho, foram linguisticamente observados. Por outro lado, deve-se levar em consideração o ineditismo dessa organização que valorizou um elemento cultural das próprias comunidades, em conjunto. Para tanto, comprometemo-nos na tarefa de formatação e também financeiramente, fazendo parceria apenas para a parte de *design*.

Apresentamos a capa do livrinho organizado⁶⁴, na figura seguinte.

⁶⁴ Assim escrevemos na apresentação do livrinho: “Intitulamos o livrinho, carinhosamente, de ENROSCADOS NAS QUITANDAS: UM PROPÓSITO DE RESGATE DE RECEITAS CASEIRAS. A palavra “enroscados” foi empregada com o objetivo de enfatizar o fato de que todas as famílias forneceram uma receita de rosca. Para além disso, não queremos perder de vista as receitas que “estão na cabeça” das pessoas que nos concederam o privilégio de registrá-las aqui”. O livrinho completo segue como apêndice em nossa tese.

Figura 20 - Capa do livro de receitas de quitandas caseiras



Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda como um procedimento metodológico, preparamos uma atividade para a terceira visita com o objetivo de perceber como os próprios colaboradores receberam o livrinho e o enalteceram. Para isso, fizemos a adaptação de um recurso metodológico usado por Mundim (1981)⁶⁵ em sua pesquisa de mestrado para estudar as formas de tratamento e vocativos. Esse recurso é chamado de técnica da fotografia. Consiste em o pesquisador apresentar fotos aos entrevistados e pedir a eles que se dirigem ao alvo (foto de uma pessoa) que estava a sua frente, estabelecendo um contato com a pessoa fotografada e dialogando com ela como se fosse uma situação real. Tal procedimento também foi empregado por Balsalobre (2015a)⁶⁶, que optou por empregar fotografias que estivessem disponibilizadas na *internet*, na sua pesquisa de doutorado, como “resgate de uma metodologia bastante utilizada por pesquisadores brasileiros de formas de tratamento nos anos 1980. Trata-se do emprego de fotografias como motivador para a realização das entrevistas com os informantes” (Balsalobre, 2015a, p. 130).

A nossa opção por usar um procedimento metodológico numa perspectiva de resgate do que outros pesquisadores já fizeram não nos insere numa situação que se torne alvo de críticas pela falta de ineditismo, por exemplo. Ao contrário, é uma atitude que

⁶⁵ A dissertação de Mestrado em Linguística de Sônia Sandra de Moura Mundim foi apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1981, intitulada: Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro.

⁶⁶ Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre apresentou sua tese de Doutorado em Linguística, em 2015a, à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, com o título: BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA: desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento.

muito contribui para alcançar os resultados, desde que o procedimento passe por ajustes certeiros de acordo com a nova pesquisa. A esse respeito, assim se posiciona Serrano (2011):

Para estabelecer critérios de atuação operacionais, não é necessário esperar a lucidez do invento, exceto em casos muito singulares. O mais sensato e prudente é assumir os mesmos mecanismos que outros pesquisadores desenvolveram e que, em situações parecidas, cororam de êxito os projetos deles. Uma atenção prospectiva a nosso entorno permite vislumbrar e aprender com os procedimentos de busca, captura, arquivo e análise que tenham sido úteis antes. Isto é, não faz nenhum mal levar em conta o que outros fizeram antes (Serrano, 2011, p. 110).

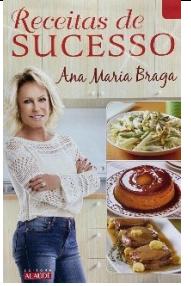
Para a realização da entrevista durante a terceira visita às famílias das comunidades rurais, optamos por selecionar fotografias de pessoas que faziam parte do convívio delas; outras pessoas que conheciam, no entanto não estabelecem contato face a face; apresentamos também fotografias de pessoas realmente desconhecidas. As fotos foram impressas em papel tamanho A4, plastificadas e numeradas na sequência de 1 a 8.

Depois que cada entrevistado já tivesse recebido o livrinho de receitas e apreciado por um tempo, procedemos da seguinte forma: mostramos as fotos uma a uma, devidamente numeradas, para o(a) entrevistado(a), e pedimos para que se dirigisse à pessoa que estava na foto (como se fosse um encontro presencial) e falasse sobre o livrinho, que o oferecesse à pessoa, fazendo divulgação dele, da forma como quisesse. Orientamos cada entrevistado(a) que era livre para não falar para alguma pessoa da foto; no entanto, não havia necessidade de justificar, caso tomasse essa atitude. Apresentamos o quadro 9 com as fotos escolhidas para essa etapa da pesquisa com a identificação da pessoa⁶⁷ e a justificativa para sua escolha, atrelada ao nosso objetivo em tê-la escolhido.

Quadro 9 - Fotos para procedimento metodológico (3^a visita)

Foto		Identificação	Justificativa
1		Adriana de Paula, vereadora de Patrocínio-MG.	Adriana é muito presente e atuante nas quatro comunidades, conhecida por todos, convive com as pessoas das comunidades mesmo antes de exercer cargo político. Vai às celebrações religiosas, canta o bingo nas quermesses. É filha de um dos entrevistados por Ribeiro (2006).

⁶⁷ Todas as fotos foram retiradas da *internet*, portanto são de domínio público, o que não nos causa problemas relacionados ao direito de divulgação de imagens.

2		Padre Antônio	Padre Antônio é vigário da Paróquia São Damião de Molokai. É carinhosamente chamado por Padre Toninho pelos fiéis nas comunidades. Sempre celebra nas capelas durante as festas, interagindo com alegria com os moradores e visitantes.
3		Padre Geraldo	Padre Geraldo é pároco da Paróquia São Damião de Molokai, a que pertencem as quatro comunidades rurais. Também celebra nas capelas durante as festas, na companhia dos fiéis.
4		Gustavo Brasileiro, prefeito de Patrocínio-MG.	Gustavo Brasileiro é o atual prefeito de Patrocínio-MG. Escolhemos sua foto para analisarmos como os moradores das comunidades rurais se dirigiriam a ele, julgando que eles explicitariam tratamentos ligados à formalidade, influenciados pela relação de hierarquia que há entre eles.
5		Professor Leandro (ILEEL/UFU)	A intenção ao incluir esta foto é perceber como os entrevistados podem reagir diante de alguém mais jovem, que não conhecem, tentando estabelecer contato. Como falariam do livrinho de receita para essa pessoa?
6		Desconhecida	A foto foi retirada da internet por considerar que há afinidade entre realidade fotografada e a realidade das comunidades: quitandas caseiras. No entanto, deve-se observar que a pessoa da foto parece ser da zona urbana e infere-se que trabalha com quitandas: é uma chef.
7		Desconhecida	A foto também foi retirada da internet com a mesma intenção da foto 6. A diferença é que a senhora desta foto vive realidade semelhante às pessoas que nos forneceram as receitas, está na zona rural. Faz as quitandas para a alimentação da família e, provavelmente, das visitas.
8		Ana Maria Braga (apresentadora de TV)	A escolha desta foto se justifica pela possibilidade de perceber como as pessoas moradoras das comunidades rurais, que contribuíram para a organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras, poderiam se comportar diante de uma pessoa famosa por apresentar um programa de TV que também divulga muitas receitas culinárias.

Fonte: elaborado pelo autor.

Enfim, procuramos traçar estratégias que fossem facilitando nosso contato com os moradores das comunidades rurais e que, a cada visita que fizéssemos, houvesse mais proximidade entre nós. De qualquer forma, mantivemos nossa expectativa de que “gravação da fala natural mostrará numerosos arranques em falso, desvios das regras, mudanças de intenção a meio caminho, e assim por diante” (Chomsky, 1975, *apud* Battisti; Othero; Flores, 2021, p. 169).

Destacamos o fato de ser necessário o participante da pesquisa (no caso, cada entrevistado) assinar o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para que pudéssemos utilizar as gravações realizadas. Nosso procedimento para atender a essa necessidade aconteceu em consonância com o que se chama de pesquisa encoberta. De acordo com o art. 2º, inciso XV da Resolução 510, de 07 de abril de 2016, esse tipo de pesquisa assim se caracteriza:

pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente (Brasil, 2016).

Esclarecemos que nossos procedimentos foram os seguintes: os entrevistados não foram informados sobre os objetivos nem previamente nem durante a realização da entrevista. Cada entrevistado foi informado posteriormente sobre o uso dos dados de que ele foi a fonte, assegurando-lhe o anonimato; caso ele aceitasse realmente participar da pesquisa, assinaria o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Do contrário, os dados coletados seriam imediatamente destruídos, por meio do apagamento do áudio com a entrevista obtida (o que não aconteceu com nenhum entrevistado). Esses procedimentos contribuíram para que os falantes se sentissem mais à vontade para expressarem suas experiências, inclusive minimizando o paradoxo do observador, permitindo que fossem obtidos dados mais robustos para a pesquisa, principalmente nas comunidades rurais por ter se tratado, prioritariamente, da organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras. Foram visitadas cinco famílias: uma em Samambaia (avó,

três filhos, neta), uma em Caxambu (pai, mãe, filho); uma em Puladouro (mãe e filha); duas em Dourados (a primeira representada por um casal e a segunda por nora e sogra), além da gravação feita em uma comemoração⁶⁸ no Salão de Festas da capela da comunidade de Cristo Rei, em Samambaia, na qual se observaram as falas de uma mulher e de um jovem.

A coleta de dados dos falantes das quatro comunidades rurais aconteceu no período de 08/06/2024 a 30/05/2025, totalizando 19 horas de gravação e 385 ocorrências de enunciados com o termo sintático vocativo.

4.5.2.2 Coleta de dados na zona urbana de Patrocínio-MG

A realização das entrevistas na zona urbana de Patrocínio-MG aconteceu no período de 28/07/2024 a 26/05/2025, totalizando 7h30min de gravação e 206 ocorrências de enunciados com o termo sintático vocativo.

A primeira observação na zona urbana foi realizada em um ponto turístico da cidade de Patrocínio-MG, O Cristo, localizado na Serra do Cruzeiro, apresentado na figura 21 e assim descrito⁶⁹:

A Serra do Cruzeiro é o ponto mais alto em torno da cidade, constituída de uma longa cordilheira de rara beleza, onde a vegetação de serra completa a paisagem de um dos mais belos pontos turísticos do nosso município. Em 1994, foi erguido, no ponto mais alto da Serra do Cruzeiro e bem em frente à cidade, a estátua do Cristo Redentor. Cem peças compõem a estátua do Cristo, montada uma a uma, num verdadeiro trabalho artesanal. A estátua do Cristo Redentor passou a ser um ponto de referência e atração turística de Patrocínio.

⁶⁸ Essa comemoração é uma típica despedida de solteiro, chamada tradicionalmente de “Chá de Panela”. Participam os noivos, as famílias deles e os convidados. Há um momento em que a noiva se veste de noivo e o noivo se veste de noiva, os dois ficam de olhos vendados e precisam adivinhar o presente entregue por cada convidado e quem é o convidado por meio de uma palavra dita pelo próprio convidado para que os noivos o reconheçam. Não se deve dizer o nome. Este momento é conduzido por um casal, ao qual pedimos autorização para incluí-los na coleta de dados, considerando que gravamos o momento em que eles conduziram essa “apresentação”.

⁶⁹ A descrição é encontrada em: <https://www.pmp.patrocino.mg.gov.br/informacoes-sobre-o-municipio/> Acesso em 12. jun. 2025.

Figura 21 - Imagem do Cristo (Serra do Cruzeiro)



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais⁷⁰

Nesse local, escolhemos para observação, de forma anônima, um ponto de venda de sorvete, em um *trailer*. Para observar como as pessoas estabelecem contato entre si, principalmente no momento da compra de sorvete, procedemos assim: com a autorização da proprietária, que era nossa conhecida, deixamos o telefone celular com gravador de voz ligado do lado de dentro do *trailer*, mais especificamente onde as atendentes se posicionavam diante dos fregueses, de modo que eles falavam bem próximo ao celular. A observação focava no modo como se davam os contatos dos clientes com as atendentes (uma senhora de 62 anos e uma jovem de 22 anos). Do lado de fora, paralelamente ao *trailer*, a proprietária, filha da senhora de 62 anos, também vendia sorvetes numa máquina americana. Durante 25 minutos o celular ficou ligado e permanecemos a uma distância que não se ouvia, mas era possível ver o comportamento das pessoas na fila.

Essa primeira gravação aconteceu para que pudéssemos ter a percepção de como se poderiam organizar aquelas que seriam usadas para a coleta de dados. No entanto, no mesmo dia, realizamos uma entrevista com a proprietária do *trailer*, já iniciando a coleta de dados na zona urbana. Posteriormente, realizamos outra gravação com a senhora de 62, a atendente, que nos recebeu em sua residência.

Sobre a gravação no *trailer*, após ouvir as conversas, fizemos uma análise de enunciados em que foram empregados vocativos, com o objetivo de nos preparar melhor para realizar a atividade de coleta dos dados, pensando em como poderíamos interferir

⁷⁰ Imagem disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/patrocínio-serra-do-cruzeiro/> Acesso em 12. jun. 2025.

(ou não) durante as gravações. A preocupação era como conduzir a entrevista, a conversa, de modo a induzir a ocorrência do vocativo, bem como interpretar as situações em que esse termo sintático ocorre, entendendo como fatores presentes na interação podem influenciar, e até mesmo ampliar, a sua função de chamamento.

Diante disso, percebemos que as pessoas, em sua maioria, são bem diretas nos contatos, dizem o que querem sem usar expressões polidas como “boa tarde”, “por favor”, “obrigado”. Houve um emprego bem reduzido de vocativos durante as interações. Focamos nossa observação no contato dos clientes com a atendente jovem, pois era a que mais interagia com eles. O vocativo “moça” aparece seis vezes, como nos exemplos:

- (5) “**Moça**, cê aceita pix?” (*pergunta de uma cliente*).
- (6) “E esse aqui, **moça**?” (*criança perguntando sobre um sorvete*).
- (7) “**Moça**, eu acho que você pode colocar no meu uma de...” (*fala de uma cliente jovem*).
- (8) “**Moça**, ocê não tem uma colher maiorzinha não, o menininho socou a colher aqui dentro...” (*pedido de pai de uma criança*).
- (9) “**Moça!**” (*um homem chamando*).
- (10) “**Moça**, pega um daquele ali...” (*pedido de uma criança*).

O vocativo “moça” foi empregado com referência a um interlocutor que não é conhecido, ocorrência que se justifica pelo fato de a interação acontecer num espaço público, frequentado por pessoas que não convivem diariamente. Assim, o vocativo escolhido para se dirigir à atendente se refere a um tratamento improvisado a partir de características físicas de quem é chamado.

Duas outras situações nos levaram a refletir sobre o emprego do vocativo na interação entre os interlocutores, para além de sua concepção estritamente gramatical. Os vocativos foram usados por pessoas que aguardavam atendimento, bem próximas do balcão:

- (11) “A **senhora** vai querer qual, **mãe?**” (*filha para a mãe na fila*).
- (12) “Acalma o coração, **meu jovem!**” (*um senhor para um garoto ansioso para ser atendido, perguntando duas vezes consecutivas à atendente: “O segundo vai ser o meu?”*).

O enunciado (11) se refere a um enunciado em que primeiro a filha usou um tratamento nominal (senhora) para se referir ao seu interlocutor, numa situação de respeito, e ao final empregou o vocativo “mãe”, coerente para essa interação em que há uma relação assimétrica entre os interlocutores: mãe e filha.

O enunciado (12) denota a interferência de um locutor em outra situação de interação, da qual ele não participava, sem que manifeste falta de educação, pois seu intuito é contribuir para que o garoto aja com menos ansiedade ao ser atendido. O vocativo empregado para se dirigir ao garoto indica que o senhor e o garoto não se conhecem, no entanto o senhor manifesta afetividade ao tratar o garoto como “meu jovem”.

A organização das entrevistas na área urbana de Patrocínio-MG, a partir da observação feita no ponto turístico, conforme relatamos, exigiu que fôssemos conciliando a disponibilidade das pessoas em nos receber, em casa ou no local de trabalho, conforme as condições de cada uma que se dispôs a ser entrevistada. Além disso, havia a exigência de observar se a pessoa atendia aos critérios relacionados às variáveis independentes, conforme nosso projeto de pesquisa.

A escolha das pessoas para serem entrevistadas permeou circunstâncias diversas. Depois das gravações realizadas no Cristo, iniciamos por estabelecer contato com uma pessoa do nosso convívio, que é comerciante de café, e sua esposa é atendente de uma loja de roupas femininas (fomos recebidos por eles na residência). Depois de nossa conversa, o entrevistado nos indicou e nos acompanhou a uma farmácia e a um mercado de bairro (de pequeno porte, em bairro afastado do centro da cidade). Ainda em residências, fomos recebidos por mais duas famílias, ambas residentes no Bairro Boa Esperança. Uma delas composta por mãe e filha: a mãe nasceu em Patrocínio e mora desde criança no Bairro Boa Esperança, onde residem muitos “dorados” egressos das comunidades rurais que visitamos; a filha trabalha durante o dia em um escritório de contabilidade e também comercializa acessórios femininos de prata. A outra família foi representada por um casal que mora em uma casa alugada, de propriedade de família residente na comunidade de Samambaia. O esposo exerce atividades agropecuárias em uma fazenda localizada na comunidade de Dourados e a esposa é servidora pública municipal na área administrativa.

As visitas a essas duas famílias nos deram muitas informações sobre características das pessoas “doradas”, além de termos conversado bastante sobre o modo

como as pessoas estabelecem contatos com seus interlocutores em espaços sociais, principalmente nos locais em que há atendimento público.

Outro local em que realizamos as gravações foi em um supermercado ao qual fomos pela primeira vez. Esse supermercado foi escolhido com bastante rigor, considerando que seu público consumidor prioritário é o trabalhador rural; inclusive os moradores das comunidades rurais investigadas são associados dele. Portanto, julgamos bastante propício analisar como acontecem os possíveis contatos dos funcionários, moradores da área urbana, com os fregueses residentes na área rural.

Na primeira visita, realizamos uma pequena compra e observamos rapidamente o fluxo de consumidores nas diversas seções, principalmente açougue, padaria e hortifruti, bem como a organização dos caixas para agilizar e finalizar o atendimento. Identificamos o gerente e a diretora geral (assim como foram identificadas as funções), expusemos nossa intenção em realizar as gravações com funcionários no supermercado, esclarecemos os questionamentos feitos e recebemos a autorização⁷¹. Foi-nos sugerido ir em um horário em que o fluxo de vendas fosse maior a fim de que melhor percebêssemos a interação entre funcionários e consumidores. Realizamos as gravações de acordo com os seguintes passos: primeiro o gerente nos apresentou a cada funcionário da respectiva seção, comentando sobre a gravação e usando o argumento que iríamos analisar como as pessoas estabelecem contato entre si no momento do atendimento. Após a aceitação e permissão do funcionário, deixamos o celular com gravador de voz ligado em um local próximo à realização do atendimento para captar bem a voz do funcionário no momento do atendimento. Enquanto isso, permanecemos afastados a uma distância em que tínhamos visão do fluxo de atendimento. Nos momentos em que não havia consumidor, pudemos nos aproximar do funcionário e conversar com ele, valendo-nos de perguntas que elaboramos previamente, assim como fizemos para as entrevistas nas comunidades rurais.

Apresentamos algumas situações que pensamos para as entrevistas e as perguntas que poderiam conduzir a conversa (consideramos que algumas perguntas poderiam ser usadas em mais de uma situação).

Situação A: em um supermercado, para entrevistar funcionários:

1. De um modo geral, como vocês descrevem o contato com os fregueses no dia a dia?

⁷¹ O gerente e a diretora geral nos solicitaram que dessemos um *feedback* a eles, com o intuito de analisarem nossas constatações a respeito do comportamento, das atitudes das pessoas que compõem o seu quadro de pessoal. Na tese, inserimos o nosso texto, com as respectivas observações, no apêndice, página 243.

2. Vocês se lembram de alguma história engraçada, de intolerância, de grosseria acontecida aqui no local de trabalho?
3. Geralmente vocês atendem pessoas da zona rural, idosas, crianças. Vocês observam muita diferença nas atitudes dessas pessoas? O que mais chama a atenção no comportamento dessas pessoas no supermercado?
4. O que deixa vocês felizes nesse local de trabalho?

Situação B: em uma farmácia, para entrevistar funcionários:

1. De um modo geral, como vocês descrevem o contato com os clientes no dia a dia?
2. Vocês se lembram de alguma história engraçada, de intolerância, de grosseria acontecida aqui no local de trabalho?
3. Geralmente vocês atendem pessoas da zona rural, pessoas idosas ou até mesmo analfabetas. São atendimentos que exigem mais paciência, mais respeito, mais simpatia?
4. Há atendimentos em que vocês precisam esclarecer aos clientes que não podem atendê-los da forma como eles querem, por uma questão de normas do trabalho, por exemplo?
5. O que deixa vocês felizes nesse local de trabalho?

Situação C: em um local de alimentação (restaurante, padaria) para entrevistar funcionários:

1. De um modo geral, como vocês descrevem o contato com os clientes no dia a dia?
2. Vocês se lembram de alguma história engraçada, de intolerância, de grosseria acontecida aqui no local de trabalho?
3. Como vocês descobriram o gosto pelo trabalho de preparar alimentos e servir outras pessoas? Receberam alguma influência especial?
4. As pessoas que frequentam o local agradecem a vocês por saírem daqui alimentadas, terem saboreado algo especial?
5. Como vocês se orientam para preparar e servir os alimentos típicos desse local?
Há receitas prontas?
6. O que deixa vocês felizes nesse local de trabalho?

7. Se fosse para vocês fazerem propaganda dos alimentos que preparam, qual seria uma fala que teriam certeza de que chamaria a atenção das pessoas, que as deixassem curiosas para frequentarem o local em que vocês trabalham.

Havíamos proposto realizar entrevistas em locais que fornecem alimentação, como restaurantes e lanchonetes. No entanto, as gravações não foram feitas nesses locais porque percebemos que nossa ação iria interferir bastante na rotina desses estabelecimentos, incomodando os consumidores e importunando-os no momento em que estivessem sendo atendidos. Diante disso, as perguntas elencadas na situação C foram aplicadas apenas quando realizamos a gravação na padaria do supermercado.

4.5.3 Codificação e análise dos dados

Nessa etapa da pesquisa, exige-se do pesquisador o acesso a equipamentos tecnológicos, bem como buscar conhecimento e instruções indispensáveis para otimizar a análise dos dados coletados para que, com mais eficácia, o conhecimento gerado contribua com a sociedade. Conforme Serrano (2011, p. 111-112), “Não se entende na atualidade o funcionamento da ciência sem a utilização da tecnologia, pois ela facilita a tarefa e multiplica o rendimento da ação de pesquisa”.

A variável dependente de nossa pesquisa é o vocativo e sua posição (inicial, medial/intercalada canônica, intercalada não canônica, final) em enunciados orais de falantes de quatro comunidades rurais de Patrocínio-MG e da área urbana dessa cidade. Controlamos, também, o tipo de vocativo com relação à forma de tratamento (nome próprio e outras formas ligadas ao parentesco, papel social, por exemplo).

Quanto às variáveis independentes extralingüísticas, analisamos o grau de escolaridade e a faixa etária, além do espaço regional na sua localização urbana ou rural.

Nessa etapa, codificamos os dados a partir de nossa hipótese e os analisamos quantitativamente. Para isso, valemo-nos da apresentação de Berlinck e Biazolli (2018) a respeito das ferramentas metodológicas AntConc, Excel e Goldvarb X. Definimos que, entre elas, melhor se adaptaram à organização para análise dos dados coletados Excel e Goldvarb X, que foram usadas complementarmente.

Destacamos que antes da codificação dos dados, nosso procedimento foi de transcrição das entrevistas realizadas, enfatizando que os aspectos que foram sistematicamente registrados foram aqueles relacionados ao emprego do vocativo,

observando sua posição nas sentenças orais dos falantes das quatro comunidades rurais. Foram transcritas também as entrevistas realizadas com falantes da área urbana de Patrocínio-MG. Na transcrição, nos orientamos em Paiva (2020, p. 136), segundo quem: “A fidelidade aos dados orais deve ser o objetivo de toda transcrição. Queremos registrar o que foi dito por um falante da forma como foi dito. Uma transcrição não é e não pode ser uma edição da fala do entrevistado”. Todas as transcrições foram realizadas de forma manual, com o objetivo de extrair também informações que fossem relevantes para comprovar, de acordo com nosso aporte teórico, nossas observações sobre os espaços, os informantes e suas vivências.

Havíamos proposto desconsiderar os cinco minutos iniciais das entrevistas em que ocorressem situações de nervosismo, desconforto por parte dos entrevistados. No entanto, como os informantes não se incomodaram com as gravações, elas foram consideradas integralmente, desprezando aquelas partes que não apresentaram ocorrências do vocativo.

Pensamos que, para a realização desta pesquisa, no momento da análise dos dados que foram coletados, precisamos nos comportar como linguistas, que, segundo Perini (1985), não prescreve o que se deve ou não dizer ou escrever, em vez disso, ele simplesmente observa o que se diz ou escreve na realidade. Ou seja, seu trabalho não é prescritivo: ele não se preocupa em legislar sobre o que é e o que não é recomendável na língua. No entanto, precisamos ter o conhecimento do gramático para proceder à descrição das estruturas linguísticas que serão analisadas.

4.5.4 Descrição e interpretação qualitativa dos dados

Prosseguindo a pesquisa, após codificação e análise dos dados quantitativamente, procedemos a uma análise desses dados, de forma a confrontá-los com nossa hipótese de pesquisa, bem como interpretar os resultados com enfoque nos fenômenos que se apresentam variáveis, a partir de nosso objeto e de nossos objetivos de investigação e percebendo as normas que se realizam no falar das quatro comunidades rurais e na área urbana de Patrocínio-MG.

Portanto, ampliando as análises em decorrência dos resultados apresentados pelas tabelas, retomamos também a fundamentação teórica e fizemos análises dos dados coletados para exemplificar situações de proximidade dos vocativos com os marcadores discursivos (inserimos na exposição teórica dados de nossa pesquisa), com as relações de poder e solidariedade (cortesia verbal) e as formas de tratamento nominais e pronominais.

Além disso, analisamos algumas situações em que características sociolinguísticas se evidenciaram na interação dos falantes e não estavam previstas em nossa proposta de pesquisa. Propusemo-nos a analisar, por exemplo, o emprego do vocativo “sô/sá” para além da abreviação do tratamento “senhor(a)”; os vocativos isolados usados em situações que vão além da função de chamamento; vocativos duplos; o emprego das formas de tratamento nominais ligados às situações de cortesia verbal; análise sociolinguística de três situações de interação específicas durante a coleta de dados, conforme nossa percepção de pesquisador.

5 O USO DO VOCATIVO NO MUNICÍPIO MINEIRO DE PATROCÍNIO

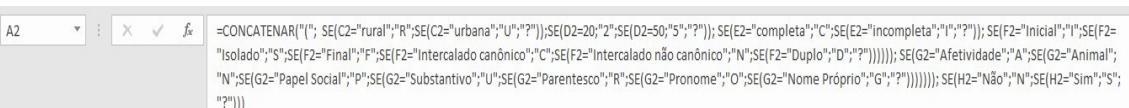
Neste capítulo, após o percurso da pesquisa até a gravação com os participantes e transcrição dos fragmentos das falas em que ocorrem enunciados com vocativos, procedemos à análise dos dados. Para isso, dividimos o capítulo em duas seções: na primeira, apresentamos os dados quantitativamente e, na segunda, fazemos a análise qualitativa, inserindo enunciados que exemplificam cada tópico selecionado para a discussão.

5.1 Análise quantitativa dos dados coletados

Nesta seção, nosso objetivo é apresentar os dados coletados: os enunciados orais com ocorrência de vocativo, produzidos por falantes das comunidades rurais e da área urbana de Patrocínio-MG, localizada na região do Alto Paranaíba. Com esse intuito, analisamos os dados, demonstrando a quantidade de ocorrência de vocativos, conforme a sua posição na oração, quantificando também os vocativos duplos e isolados; as formas de tratamento nominais e pronominais para representar os vocativos; o emprego em situações de discurso reportado; as variáveis independentes faixa etária e nível de escolaridade dos falantes. Também realizamos o agrupamento das variáveis (dependente e independentes) e verificamos a quantidade de vocativos em cada grupo formado. Em todas as análises, estabelecemos comparação entre dados da zona rural e da zona urbana.

Para que fosse possível a elaboração das tabelas, primeiro procedemos à codificação dos dados por meio do Programa Excel, criando os arquivos para serem usados no programa Goldvarb X.

Figura 22: Uso da função *concatenar*: realização da codificação dos dados, por meio do Excel



A	B	C	D	E	F	G	H	I	ENUNCIADO COM VOCATIVO
código	Entrevistado	Espaço	Idade	escolarida	Posição do Vocativo	Forma de Tratamento	Relato	Número do Enunciado	ENUNCIADO COM VOCATIVO
1	(R2C1UN	pd07	rural	20 completa	Inicial	Substantivo	Não	1	Pessoal, vamos precisar da ajuda de vocês para chamar c
2	(R2CFUN	pd07	rural	20 completa	Final	Substantivo	Não	2	É a Éva, gente?
3	(R2CFUN	pd07	rural	20 completa	Final	Substantivo	Não	3	Tem mais, gente?

Na sequência, realizamos as rodadas dos dados no programa Goldvarb X e, a partir dos resultados gerados por elas, elaboramos as tabelas que são apresentadas conforme o critério de análise dos vocativos. Elas estão numeradas de 1 a 8 e seguidas de comentários e exemplificações de acordo com os dados coletados em nossa pesquisa.

Iniciamos pela análise da quantidade de ocorrências de vocativo, observando sua posição na oração; incluímos nesta quantificação o vocativo duplo e o vocativo isolado. Esses dados estão expostos na tabela 1.

Tabela 1 – Posição do vocativo na oração

Posição do vocativo	Zona Rural			Zona Urbana			Total	
	Nº	%	PR*	Nº	%	PR*	Nº	%
Inicial	92	23,9%	0,429	86	41,8%	0,631	178	30,1 %
Final	185	48,1%	0,572	59	28,6%	0,368	244	41,3 %
Intercalada canônica	86	22,3%	0,502	45	21,8%	0,496	131	22,2 %
Intercalada não canônica	7	1,8%	- **	-	-	-	7	1,2 %
Isolado	11	2,9%	0,416	15	7,3%	0,654	26	4,4 %
Duplo	4	1,0%	0,556	1	0,5%	0,378	5	0,8 %
Total	385	100%		206	100%		591	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

(PR* refere-se ao peso relativo; ** não apresentamos o peso relativo dos dados referentes à posição intercalada não canônica pelo fato de não haver dados coletados na zona urbana)

De acordo com informações apresentadas pela tabela e analisando o total de enunciados com vocativo pela ordem decrescente de percentual, os falantes produzem mais enunciados com vocativos na posição final (41,3%), inicial (30,1%) e intercalada canônica (22,2%).

Os resultados devem ser analisados considerando o contexto em que os dados surgiram. Nas comunidades rurais, o contexto se refere a momentos de vivências em que as pessoas ainda se preparam para receber os visitantes e interagir com eles de forma mais próxima e conversar sobre suas rotinas e suas vivências. Por outro lado, na zona urbana, os dados foram coletados em contextos nos quais a prática social da linguagem estava ligada, prioritariamente, ao comércio. Nos estabelecimentos comerciais, ocorre uma rotatividade de pessoas que não favorece situações de proximidade entre os interlocutores. Enfim, são contextos sociais e culturais diferentes; refletem o modo de vida com circunstâncias específicas dos contatos no espaço rural e no espaço urbano.

Com relação aos moradores da zona rural, analisamos que, na interação com seus interlocutores, os falantes empregam, predominantemente, vocativos na posição final do

enunciado (48,1%). Ou seja, os falantes já estão com o contato estabelecido com seus interlocutores e empregam o vocativo para manter a função fática, conforme Moraes e Silva (2011, p. 107). Apresentamos alguns exemplos coletados em três momentos e espaços diferentes.

Na primeira situação, o contexto de interação é o seguinte: neta e avó estavam sentadas lado a lado, conferindo as transcrições das receitas das quitandas na tela do *notebook*; a neta (PD05: 25 anos; educação básica completa) sentou-se ao lado da avó (PD14: 78 anos) para auxiliá-la na conferência. A avó, que é analfabeta, ouvia a leitura das receitas enquanto observava bem as fotos. Alguns enunciados produzidos pela neta foram:

- (1) “A rosca da senhora, **vó!**”
- (2) “O pão de queijo dela é bonito, **vó!**”
- (3) “Olha aí a igrejinha, **vó.**”
- (4) “A igrejinha dos Dourados, **vó.**”
- (5) “Não tem melado não, **vó.**”

Em todas as situações em que o vocativo “vó” foi empregado, a neta já estava em contato com a avó. Por isso, ao empregar o vocativo ao final do enunciado, a neta reforça o contato com a avó, provavelmente com a intenção de colaborar com ela na observação do esboço do livrinho de receitas do qual ela estava sendo colaboradora. Com o contato entre elas já estabelecido, não havia necessidade de primeiro chamar o interlocutor; no caso, a avó. Nessa situação, o vocativo seria usado em posição inicial. Uma hipótese de enunciado seria: *Vó, venha ver a rosca da senhora!* Como se trata de um contexto familiar, o vocativo foi usado mesmo para evidenciar o afeto da neta pela avó.

Na segunda situação, os enunciados foram produzidos pela informante PD11 (77 anos; educação básica incompleta), quando lhe fizemos a segunda visita, com o objetivo de também conferir as receitas que foram transcritas.

- (6) “Eu sei gostá de santo, **minino!**”
- (7) “Mais oceis almoçaram mesmo, **minino?**”
- (8) “É bão que deu certo, né, **minina!**”

No enunciado (6), a informante faz um comentário positivo relacionado a uma imagem do santo que levamos para ela como presente. No enunciado (7), ela nos pede

uma confirmação, porque estava preocupada conosco por termos chegado a sua casa em horário próximo ao almoço. Em (8), ela fica feliz por ter dado certo a transcrição das receitas que ela havia nos fornecido. Nos três enunciados, ela já estava em contato conosco, por isso o emprego do vocativo na posição final mantém esse contato para garantir a comunicação.

Por fim, apresentamos exemplos de enunciados produzidos pela informante PD07 (29 anos; educação básica completa) no evento do chá de panela (despedida de solteiro), realizado no salão comunitário da comunidade de Samambaia. Enfatizamos que a informante era uma das pessoas responsáveis por conduzir as brincadeiras com os noivos; no momento em que recebiam os presentes, com os olhos vendados, precisavam adivinhar o que era e quem os presenteou. Portanto, não só os noivos, como também os convidados, mantinham contato bastante atento, evitando que alguém se distraísse e atrapalhasse a dinâmica da brincadeira.

- (9) “É a Eva, **gente**? ”
- (10) “O que é isso aí, **Helena**? ”
- (11) “O que é isso, **Pedro**? ”
- (12) “Tem mais, **gente**? ”
- (13) “Pode tirar a venda, **Pedro**! ”

Os vocativos empregados sugerem que as pessoas realmente precisavam estar atentas ao que a apresentadora dizia; todos os convidados e os noivos acompanhavam suas falas que eram como instruções para o passo a passo da condução das brincadeiras.

Os falantes da zona urbana, por sua vez, empregaram mais vocativos na posição inicial dos enunciados (41,8%). Conforme Moraes e Silva (2011, p. 106-107), esse uso consiste em chamar a atenção e selecionar um interlocutor.

Os enunciados de (14) a (18) se referem a uma situação em que estávamos quatro pessoas⁷² sentados à mesa, na casa do informante PP09 (51 anos, educação básica incompleta), conversando sobre a qualidade do atendimento nos estabelecimentos comerciais; os enunciados foram ditos por esse informante:

- (14) “Ô, **Gilberto**, eu noto isso nas lojas hoje.”
- (15) “Ô, **Gilberto**, mas o que a gente percebe não é só aqui.”

⁷² As quatro pessoas éramos eu (o pesquisador) e o informante, acompanhados de nossas esposas.

- (16) “**Gilberto**, o problema hoje chama o seguinte...”
- (17) “Ô, **Gilberto**, e a venda dele você pode pegá uma informação boa...”
- (18) “Ô, **sô**, o José se você quisé, eu vou lá com você.”

Em todos os enunciados com vocativo na posição inicial, eu, o pesquisador, era o interlocutor. O emprego do vocativo nessa posição enfatiza a atitude de selecionar o interlocutor e estabelecer o contato, o que aconteceu predominantemente pelo emprego do nome próprio.

O próximo grupo de enunciados, (19) a (22), foi coletado no *trailer* de sorvete no ponto turístico do Cristo, produzidos pela informante PD03 (40 anos; educação básica completa):

- (19) “**Meu senhor**, a culpa não é nossa...”
- (20) “**Filho**, você precisa ter voz!”
- (21) “**Moço**, eu não vou fazer isso por você.”
- (22) “**Senhor**, aqui os churros que o senhor pediu.”

Nos quatro enunciados, os vocativos cumprem a função de, primeiramente, chamar a atenção de maneira específica de um interlocutor. Em todas as situações está se restringindo qual pessoa será atendida ou recebendo uma justificativa, uma explicação da atendente. Uma especificidade dos vocativos empregados nesses enunciados é que nenhum deles foi representado pelo nome próprio; as pessoas não são conhecidas pela atendente, pois se trata de um espaço em que há uma rotatividade intensa de pessoas. As palavras que foram usadas na função de vocativo foram escolhidas, primeiramente, a partir da observação da aparência física de cada interlocutor, associadas à idade: filho (criança), moço (jovem), senhor (adulto – com mais idade que a falante – ou idoso). Além disso, a posição inicial parece ser um marcador de distanciamento, de poder; uma estratégia de preservação da face.

Quanto à ocorrência do vocativo na posição intercalada canônica, observamos que representa o menor número de ocorrências nos dois espaços: rural (22,3%) e urbano (21,8%). Apresentamos os seguintes exemplos:

- (23) “E lá na Taquara, **Paty**, é qual santo?” (PD10, 84 anos, 3º ano primário)
- (24) “Mas os minino de hoje, **meu fio**, num qué sabe de nada não!” (PD13, 69 anos, 3º ano primário)

- (25) “E lá, **Marco**, tá fazendo muito frio?” (PP14, 62 anos, educação básica completa)

Quando o vocativo é empregado na posição intercalada canônica, sua função é, além de chamar o interlocutor, manter o contato com ele, conforme Moraes e Silva (2011). Os três enunciados foram produzidos num contexto em que o falante e o interlocutor já estavam em contato; portanto, o vocativo foi usado para o chamamento, manter o contato e continuar a interação. O enunciado (23) foi produzido no momento em que o assunto era a lista de capelas das comunidades, com seus respectivos santos padroeiros. O esposo, PD10, dirige sua pergunta à esposa para saber o santo padroeiro de uma comunidade específica: Taquara. O enunciado (24) foi produzido num contexto em que falávamos sobre a diferença de comportamento da atual geração de adolescentes quanto ao cumprimento dos compromissos. A informante PD13 se referiu de maneira específica a mim (meu fio), com quem já estava em contato, para manifestar seu ponto de vista. Por fim, no enunciado (25), a funcionária do caixa do supermercado, enquanto atendia o freguês, perguntou-lhe sobre a situação do clima na região onde ele mora. Percebe-se que eles se conhecem; inclusive, a funcionária o chama pelo nome.

Tendo em vista a limitação e as especificidades dos dados, as análises dos vocativos isolados, duplos e na posição intercalada não canônica serão apresentadas em subseções, separadamente, quando fizermos a análise qualitativa dos dados coletados⁷³.

A próxima tabela (Tabela 2) apresenta os dados analisados quanto ao emprego das formas de tratamento nominais e pronominais. Para tal, antes, elaboramos um quadro com as palavras que foram usadas para representar o vocativo, agrupadas conforme as categorias. Inserimos a quantidade de ocorrências em cada uma delas. Entendemos que não há necessidade de elencar os nomes próprios; são substantivos que nomeiam de maneira específica os seres humanos. No entanto, ressaltamos que, conforme proposto na metodologia, os informantes não seriam identificados pelo nome; por isso, nos enunciados que o nome do informante apareceu como vocativo, fizemos sua substituição por um nome fictício o qual foi empregado nos enunciados transcritos que usamos como exemplos na tese.

⁷³ Subseção 5.2.1, INC (p.169); subseção 5.2.5, vocativos isolados (p. 198); subseção 5.2.6, vocativos duplos (p. 202).

Quadro 10 - Formas de tratamento nominais e pronominais

Categoría	Palavras empregadas para representar o vocativo	Zona Rural	Zona Urbana
Substantivo (comum) (156 ocorrências)	menino(a). minino(a)	76	02
	bobo(a)	10	-
	chefe	-	03
	próximo	-	04
	fulano	-	01
	guru	-	01
	gente	17	04
	mulher, mulhé, muié	03	-
	rapaz	-	03
	moço(a)	-	25
	cara	-	02
	nega	-	01
	jovem	01	-
	pessoal	01	-
	amigo(a)	-	02
Pronome (61 ocorrências)	senhor(a)	-	09
	formas reduzidas sô/sá	49	03
Parentesco (88 ocorrências)	mamãe, mãe	18	04
	pai	05	01
	filho(a), fio(a)	15	13
	vó	21	-
	tia	-	07
	comadre, cumadi	02	-
	primo	02	-
Papel social (12 ocorrências)	doutor, dotô	02	-
	padre	06	02
	prefeito	02	-
Afetividade (25 ocorrências)	bem (forma carinhosa entre casais)	14	06
	meu amigo	01	04
Animal (05 ocorrências)	gatinho	01	-
	gata	01	-
	Pipoca	01	-
	bichim	01	-
	Luna	-	01
Total		249	98

Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda com relação ao nome próprio, em nossa coleta de dados incluímos o substantivo “Jesus”, sem fazer a alteração. Segue a tabela:

Tabela 2 – Formas de tratamento nominais e pronominais

Forma de Tratamento	Zona Rural		Zona Urbana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nome próprio	136	35,3%	108	52,4%	244	41,3%
Substantivo comum	108	28,1%	48	23,3%	156	26,4%
Pronome	49	12,7%	12	5,8%	61	10,3%
Parentesco	63	16,4%	25	12,1%	88	14,9%
Papel social	10	2,6%	2	1,0%	12	2,0%
Afetividade	15	3,9%	10	4,9%	25	4,2%
Animal	4	1,0%	1	0,5%	5	0,8%
Total	385	100%	206	100%	591	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Observamos, no total, um número expressivo de uso de vocativos na forma de nome próprio, totalizando 244/591 ocorrências, equivalendo a um percentual de 41,3%. De acordo com Perret (1968, p. 6, *apud* Giaufret, 2011, p. 48), quando enunciamos um nome próprio, estamos dizendo ao nosso interlocutor que ele nos é conhecido, sabemos quem ele é. Os dados de nossa coleta comprovam essa premissa, analisando as situações em que ocorreram.

Na coleta de dados da zona rural, encontramos o percentual de 35,3% dessas ocorrências; por isso, vamos discorrer a respeito da intensificação do uso do nome próprio como vocativo atribuído a mim, no papel de pesquisador, e a minha esposa, que sempre me acompanhava. Como éramos desconhecidos para os informantes, membros das famílias visitadas nas comunidades rurais, eles raramente empregaram o nome próprio na primeira visita, aumentando a quantidade a partir da segunda visita e intensificando esse uso a partir da terceira visita. Confirmamos que a partir do momento em que nos tornamos próximos dos interlocutores e convivemos mais com eles, o uso do nome próprio se intensifica na função de vocativo para estabelecermos contato e ocorrer a comunicação.

No entanto, o estilo como duas informantes escolhem as palavras para estabelecer e manter contato conosco, seus interlocutores, requer nossa análise de forma bem específica por não usarem nenhuma vez o nome próprio como vocativo. A participante PD14 (78 anos, analfabeta) alterna entre as formas “sô/sá”, “muié”, “minino/minina”. A outra participante, PD11 (77 anos, educação básica incompleta), também não estabeleceu

contato conosco (eu e minha esposa) usando o nome próprio. Ela empregou o substantivo “minino/minina” 57 vezes das 69 vezes em que se dirigiu a nós, como nos exemplos:

- (26) “Aí, **minina**, o pudim cê faiz o melado mais ralim e joga por cima e rumo queijo.”
- (27) “E ele é bão prefeito, num é, **minina**? ”
- (28) “Mais lá tá muito caro mesmo, né, **minino**? ”
- (29) “Não, **minino**, ovo caipira aqui nósis num vende muito caro não, né.”

O substantivo “minino/minina” é usado de forma que não indica nenhuma pessoa especificamente. Constatamos que a falante usa, de maneira geral, a forma masculina para se referir a homens e a forma feminina para se referir a mulheres que não conhece e chegam a sua casa. Por outro lado, durante as visitas, constatamos que os membros da família são tratados pelo nome próprio, por palavras que indicam parentesco e outras que denotam afetividade. A falante não sente a face ameaçada por nós (eu e minha esposa), talvez pela diferença de idade. Mesmo assim, usam uma forma de tratamento nominal genérico, nem afetuoso, nem formal, indicando que, ainda assim, há uma relação assimétrica entre os interlocutores: há hierarquia, há poder.

Na zona urbana, o percentual de vocativos representados por nomes próprios é de 52,4%. Eles apareceram mais nas gravações que foram realizadas nas residências, o que foi facilitado pelo contexto de estar entre pessoas já conhecidas. No entanto, houve uma exceção em relação ao informante PP01(49 anos, educação básica completa), que chama a maioria dos fregueses pelo nome, talvez devido às características específicas de seu estabelecimento comercial: armazém de bairro. Durante o tempo em que realizava a gravação, esse informante me chamou também pelo nome 18 vezes das 31 vezes em que produziu enunciados com vocativos dirigidos a mim. Infere-se que sua atitude se justifique pelo fato de confirmar que eu estivesse realmente em contato com ele, recebendo as informações. Essa possibilidade de interação social pode ser facilitada pela cultura em que o falante vive.

Nos outros estabelecimentos comerciais, o nome próprio raramente aparece como vocativo; apenas no tratamento entre os funcionários e entre alguns funcionários e os poucos fregueses que são conhecidos, próximos, como nos exemplos (30) e (31):

- (30) “Oi, **Dona Maria**, tá boa?”
- (31) “**Maria**, tá sumida, onde você estava?”

Os enunciados foram produzidos pelo informante PP11 (54 anos, educação básica incompleta), atendente da seção de hortifrúti do supermercado. As duas freguesas com quem ele interage durante o atendimento, coincidentemente, têm o mesmo nome. No entanto, os vocativos apresentam informações a respeito da idade e do nível de respeito existente na convivência entre eles. Em (30), o emprego da palavra “dona”, antes do nome próprio, denota uma atitude respeitosa do funcionário diante de uma freguesa de mais idade; em (31), o emprego do nome próprio como vocativo, no início do enunciado, indica que o falante, além de selecionar e chamar a interlocutora, realmente diz algo a uma pessoa, de forma bem específica.

As formas de tratamento relacionadas ao parentesco não foram encontradas em estabelecimentos comerciais, o que se explica pelo fato de os funcionários não atenderem familiares. São usados substantivos como “moço(a)”, “cara”, “chefe” e pronomes “senhor(a)”.

Os vocativos cujas formas de tratamento são relacionadas à afetividade ocorreram, principalmente, nas interações entre os casais que se chamam carinhosamente de “bem”, uma maneira peculiar de se tratarem no relacionamento. Exemplos:

- (32) “Do Pulador, ela é de lá, o pai dela né, **bem**?” (PP12 – para a esposa)
- (33) “Você lembra, **bem**, o pão de queijo da mamãe?” (PP15 – para o esposo)
- (34) “Quando nós faiz aqui é quatro saca, né, **bem**?” (PD01 – para o esposo)
- (35) “Tá chegano gente aí; olha lá quem que é, **bem**!” (PD09 – para o esposo)

Os vocativos representados por palavras que se relacionam ao papel social do interlocutor vão ser analisados especificamente na subseção que engloba os enunciados referentes ao procedimento metodológico com as fotografias (subseção 5.2.3, p. 184).

Por fim, optamos por incluir em nossa coleta vocativos que foram representados por nomes relacionados a animais domésticos, uma vez que cães e gatos, principalmente, são criados com muita normalidade pelas famílias; ocupam o mesmo espaço que as pessoas e são tratados com zelo e atenção que são concedidos aos humanos. Apresentamos exemplos:

- (36) “**Luna**, vem aqui, ó! O que você quer?” (PP02: 41 anos, educação básica completa) (*Luna é o nome da cachorrinha que transitava entre nós, sob a mesa, entre as cadeiras, durante a gravação. O emprego do pronome “você”*

denota essa aproximação de um tratamento “humanizado”, recebido pelo animalzinho).⁷⁴

- (37) “**Pipoca**, tá encheno a paciência do Gilberto aí!” (PD01: 44 anos, educação básica incompleta) (*Pipoca é o nome da cachorrinha de lambia meus pés sob a mesa e colocava as patinhas dianteiras em minhas pernas; a informante se dirigiu a ela como se fosse humana*).
- (38) “Dá só um pulo, êh, **bichim!**” (PD02: 47 anos, educação básica incompleta) (*Bichim foi a maneira como o falante se referiu a Pipoca ao mencionar a rapidez com que a cachorrinha vai até ele quando sente que chegou a casa*).
- (39) “Sai, **gatinho!** Ara!” (PD13: 69 anos, educação básica incompleta) (*A informante não queria que o animalzinho permanecesse na cozinha, naquele momento; portanto ele é tocado do espaço*).

A próxima tabela analisa os dados, considerando o vocativo empregado (ou não) em uma situação de discurso reportado. Nessa análise, consideramos duas situações como discurso reportado. A primeira se refere ao fato de o enunciador recordar uma fala dele mesmo que foi proferida em outro momento, anterior ao momento em que se fala. Apresentamos o seguinte exemplo: uma informante estava nos falando sobre o privilégio de terem na zona rural a maioria dos alimentos que consomem; reproduziu o que havia dito a seu pai, num momento anterior, quando eles conversavam a esse respeito:

- (40) “**Pai**, é muito bão, é fartura que a gente tem em casa...” (PD01: 44 anos, educação básica incompleta) (*fala da filha, proferida em momento anterior ao momento da gravação*).

A segunda situação de discurso reportado ocorre quando se reproduz a fala de outro falante, também proferida em momento anterior ao momento presente. Para exemplificar, valemo-nos da seguinte situação: a informante comentava sobre os netos e se lembrou das dificuldades que uma filha enfrentou quando esteve grávida. No entanto,

⁷⁴ No exemplo (36), empregamos, como autor, duas palavras no diminutivo para comentar o contexto do enunciado: “cachorrinha” e “animalzinho”. Esclarecemos que, nesse caso, não se trata de um traço regional; o diminutivo foi usado porque, realmente, “Luna” é de tamanho bem reduzido.

essa filha pretendia engravidar novamente e contava com o apoio da mãe se a gravidez exigisse repouso. A mãe, que nos relatava a situação, disse:

(41) “**Mãe**, eu vou arrumar outro neném, a senhora me ajuda?” (PD13: 69 anos, educação básica incompleta) (*fala da filha, reproduzida pela mãe no momento da gravação*).

Considerando a relação entre o fato, o enunciador e o momento da fala, percebemos que o vocativo pode ser usado de maneiras diferentes. Ou seja, o vocativo pode ser usado não só pelo enunciador no momento da fala; pode também se relacionar a um fato que vem à lembrança desse enunciador, quer tenha sido dito por ele mesmo ou por outro enunciador e usado em um discurso reportado⁷⁵, por exemplo. Elaboramos a tabela 3 para analisar os dados referentes a esse uso:

Tabela 3 – Vocativo em situações de discurso reportado

Discurso reportado	Zona Rural		Zona Urbana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	352	91,4%	145	70,4%	497	84,1%
Sim	33	8,6%	61	29,6%	94	15,9%
Total	385	100%	206	100%	591	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Nossa coleta de dados apresentou um percentual significativo de vocativos empregados em situação de discurso reportado (15,9% do total geral). Consultamos as transcrições das gravações e verificamos que a maior quantidade dessas ocorrências (29,6%) é de falantes da zona urbana, sendo 09 ocorrências relacionadas a episódios da vida pessoal e 52 ocorrências relacionadas a relato de acontecimentos nos estabelecimentos comerciais. No entanto, nenhum deles foi coletado durante os momentos de gravação de atendimentos nas seções diversas do supermercado ou na farmácia. Ocorreram, principalmente, durante os momentos em que fomos recebidos nas residências e conversamos sobre as vivências dos entrevistados no trabalho de atendimento e comercialização com o público consumidor. Apresentamos três exemplos em que os falantes da zona urbana usaram vocativos em situação de discurso reportado.

⁷⁵ Essa situação de reproduzir, no momento da fala, um enunciado com vocativo dito pelo próprio falante ou por outra pessoa também é analisada por Nogueira (2019, p. 79) sob a denominação de “relembrando uma fala”. A autora considera em seu estudo apenas enunciados produzidos pelo próprio falante.

Nesses exemplos, inserimos um cotexto prévio, explicitando a intenção do discurso reportado.

- (42) Um freguês muito antigo me contou o que meu pai falou para ele: “**Ismael**, se você precisar, pode pegar aqui na notinha...” (PP01: 49 anos, educação básica completa).
- (43) O jovem chega e já fala direto: “Ô, **tia**, me dá um açaí completo de 500 e é no PIX.” (PP03: 40 anos, educação básica completa).
- (44) Aí eu mesmo falei: “Você tem que voltar tanto, **moça**!” (PP09: 51 anos, educação básica incompleta).

O enunciado (42) é uma reprodução da fala de um antigo freguês ao pai do atual dono do mercado de bairro, onde gravamos para coletar dados. Trata-se de um vocativo usado por outro falante, num momento bem anterior ao momento da fala. O enunciado (43) apresenta a fala de um freguês jovem, direcionada à atendente no *trailer* de sorvetes; foi reproduzida pela informante da coleta de dados no momento em que conversávamos sobre as diferentes formas de os fregueses fazerem seus pedidos, levando em consideração as diferenças de faixa etária. O enunciado (44) se refere à reprodução de uma fala do próprio participante para a funcionária do caixa de um supermercado durante o momento em que fazia o pagamento e a funcionária se confundiu com o troco que lhe voltaria.

Na zona rural, com relação aos vocativos usados em enunciados que se caracterizam como discurso reportado (8,6%), 33/94 ocorrências, eles estão relacionados a narrações de vivências dos informantes e são usados naquelas situações em que as pessoas falam sobre a vida, em relatos propriamente ditos. Apresentamos três exemplos, também com inserção de cotexto prévio:

- (45) Minha sobrinha queria que eu fosse com ela, eu não fui não. Falei: “Vai com a Cidinha, **mamãe**, a senhora quer perder uns quilos por causa da coluna.” (PD06: 44 anos, educação básica completa)
- (46) Eu só deitei e falei: “**Jesus**, faiz de mim o que o sinhô quisé!” (PD14: 78 anos, analfabeta).
- (47) Meu fio ficou numa tristeza, preocupado e me falô: “É, **mãe**, agora nós vai passá fome.” (PD13: 69 anos: educação básica incompleta).

O enunciado (45) se refere a uma situação em que a filha nos contava que, dias atrás, havia sugerido à mãe que fosse participar de um grupo de acompanhamento para emagrecer, juntamente com uma neta de nome Cidinha. O enunciado (46) foi produzido pela informante, quando nos relatava que esteve com problemas de saúde, passou mal à noite, quando a neta estava trabalhando na área urbana. Com poucas possibilidades para pedir ajuda, ela fez sua prece e confiou na providência divina durante aquele momento em que enfrentava o mal-estar. O enunciado (47), dito pelo filho da informante, há muito tempo, foi reproduzido por ela no momento em que nos contava sobre sua viudez. Seus filhos ainda eram crianças, o que gerou preocupação por parte do mais velho sobre o sustento de toda a família, uma vez que, para ele, o pai era o único provedor.

Introduzimos, na sequência, a quantidade de ocorrências de enunciados com vocativos, controlando a variável independente faixa etária. Vejamos a tabela 4:

Tabela 4 – Variável independente faixa etária

Idade	Zona Rural			Zona Urbana			Total	
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	Nº	%
20 a 50 anos	130	33,8%	0,481	80	38,8%	0,535	210	35,5%
Mais de 50 anos	255	66,2%	0,519	126	61,2%	0,465	381	64,5%
Total	385	100%		206	100%		591	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Observamos que, de acordo com a variável independente faixa etária, o uso de vocativos em maior quantidade ocorreu entre os falantes com idade maior que 50 anos, totalizando 381 ocorrências, equivalente a 64,5%. Percebemos percentuais bem aproximados dessa ocorrência entre falantes da zona rural (66,2%) e falantes da zona urbana (61,2%). Consideramos, nesse caso, que os falantes da zona rural tiveram mais oportunidades de realmente conversar conosco, para além da questão relacionada às receitas de quitandas caseiras para organização do livrinho. Isso aconteceu porque realizamos três visitas a cada família nas comunidades rurais, fato que, certamente, contribuiu para gerar mais proximidade com os moradores, tornarmo-nos conhecidos, ocorrendo mais interação, de modo especial com as pessoas com mais idade. Na zona urbana, verificamos, também, que as pessoas com mais idade apresentam um perfil mais conservador, referente às interações sociais. Geralmente, ainda consideram a presença da outra pessoa como uma visita, demonstrando atitude bastante acolhedora e, num falar bem mineiro, “com muita prosa boa”.

Na faixa etária de 20-50 anos, o percentual do total geral foi de 35,5%. O número de ocorrências também apresentou percentuais aproximados entre zona rural (33,8%) e zona urbana (38,8%).

O menor número de ocorrências de enunciados com vocativos por falantes nessa faixa etária pode estar condicionado também aos contextos comunicativos. Na zona urbana, como coletamos dados em estabelecimentos comerciais, os informantes se encontravam em seu local de trabalho, o que não favorece uma interação mais prolongada, para além do atendimento objetivamente planejado e organizado. Por outro lado, na zona rural, nosso contato com informantes entre 20-50 anos foi bem mais restrito, em comparação com os contatos com os informantes com mais de 50 anos; nem sempre os mais jovens estavam em casa quando visitávamos as famílias.

A próxima tabela (Tabela 5) nos mostra os dados por meio do controle de outra variável independente: nível de escolaridade.

Tabela 5 – Variável independente nível de escolaridade

Escolaridade	Zona Rural			Zona Urbana			Total	
	Nº	%	PR	Nº	%	PR	Nº	%
Educação básica completa	48	12,5%	0,284	138	67,0%	0,849	186	31,5%
Educação básica incompleta	337	87,5%	0,716	68	33,0%	0,151	405	68,5%
Total	385	100%		206	100%		591	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Nessa análise, na zona rural, percebemos um percentual maior de uso de vocativos entre os falantes com nível de escolaridade educação básica incompleta: 87,5%. Coincidemente, são falantes com mais idade, acima dos 50 anos. Uma observação que fazemos é que os falantes da zona rural com menos escolaridade apresentam características pessoais mais conservadoras que contribuem para interagir mais com seus interlocutores, expressam mais suas experiências de vida.

Com relação à ocorrência de vocativos entre os falantes da zona urbana, a quantidade maior (67%) está no grupo de pessoas com mais anos de escolaridade: educação básica completa. Nesse caso, fazemos uma ressalva para esclarecer que na zona urbana não foram investigados quatro falantes com educação básica incompleta, na faixa etária entre 20-50 anos. Portanto, os oito falantes nessa faixa etária possuem educação básica completa, o que contribui para elevar o número de ocorrências de enunciados com vocativos nesse nível de escolaridade.

A partir da tabela 6, fizemos o cruzamento das variáveis (dependente e independentes) para analisar as ocorrências de enunciados com vocativo, estabelecendo a comparação entre dados das zonas rural e urbana. Como expusemos na seção da metodologia, na subseção “Busca dos informantes” (p. 127), nas comunidades rurais não entrevistamos moradores com mais de 50 anos com nível de escolaridade educação básica completa. Também não foi possível entrevistar, na zona urbana, moradores na faixa etária 20-50 anos com nível de escolaridade educação básica incompleta.

Portanto, nas comunidades rurais, entrevistamos 08 moradores com mais de 50 anos com educação básica incompleta; na área urbana, entrevistamos 08 falantes na faixa etária de 20-50 anos com educação básica completa. Desse modo, selecionamos apenas quatro pessoas para cada célula, escolhendo aquelas que apresentaram mais afinidade, cruzando as variáveis independentes faixa etária e nível de escolaridade. O quadro 7 – relação de informantes (p. 126) - ficou assim reformulado:

Quadro 11 - Relação dos informantes (reformulado após coleta de dados)

Identificação	Área	Idade	Escalaridade
PD01	Rural	44	Ensino fundamental incompleto
PD02	Rural	47	Ensino médio incompleto
PD03	Rural	20	Ensino médio incompleto
PD04	Rural	44	Ensino fundamental incompleto
PD05	Rural	25	Curso superior
PD06	Rural	44	Curso técnico profissionalizante
PD07	Rural	29	Curso superior
PD08	Rural	20	Ensino médio completo
PD09	Rural	72	Ensino fundamental incompleto (3º ano primário)
PD11	Rural	77	Ensino fundamental incompleto (4º ano primário)
PD13	Rural	69	Ensino fundamental incompleto (3º ano primário)
PD14	Rural	78	Ensino fundamental incompleto (analfabeto)
PP01	Urbana	49	Ensino médio completo
PP03	Urbana	40	Ensino médio completo
PP06	Urbana	28	Ensino médio completo
PP07	Urbana	28	Curso técnico profissionalizante
PP09	Urbana	51	Ensino fundamental incompleto
PP10	Urbana	53	Ensino fundamental completo
PP11	Urbana	54	Ensino fundamental completo
PP12	Urbana	60	Ensino fundamental incompleto
PP13	Urbana	62	Ensino técnico profissionalizante
PP14	Urbana	62	Ensino técnico profissionalizante
PP15	Urbana	58	Ensino médio completo
PP16	Urbana	62	Curso superior

Fonte: elaborado pelo autor.

Reformulamos também o quadro 8 – Distribuição dos informantes após coleta de dados (p. 127), evidenciando as alterações na composição das células.

Quadro 12 - Distribuição dos informantes após coleta de dados (reformulado após a coleta de dados. Total: 24 informantes)

Escolaridade →	Até 10 anos Educação básica incompleta		A partir de 11 anos Educação básica completa	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Idade ↓				
De 20 a 50 anos	04	-	04	04
+ de 50 anos	04	04	-	04
TOTAL	08	04	04	08

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise dos dados conforme as tabelas 6, 7 e 8 ocorreu considerando 0 (zero) dados nas células em que não foram encontrados informantes. A redução do número total de ocorrências de enunciados com vocativos foi pequena: 54, coincidentemente, 27 casos a menos em cada espaço: rural e urbano.

Após a exposição dessas informações, que complementam a seção de metodologia, prosseguimos com a análise quantitativa, apresentando a tabela 6, que nos mostra os resultados do cruzamento das variáveis posição do vocativo e variável independente nível de escolaridade.

Tabela 6 – Posição do vocativo e variável independente nível de escolaridade

Agrupamento de Variáveis*	Zona Rural		Zona Urbana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
IC	15	4,2%	43	24,0%	58	10,8%
II	71	19,8%	28	15,6%	99	18,4%
FC	22	6,1%	37	20,7%	59	11,0%
FI	149	41,6%	15	8,4%	164	30,5%
CC	9	2,5%	17	9,5%	26	4,8%
CI	70	19,6%	23	12,8%	93	17,3%
NC	-	-	-	-	-	-
NI	7	2,0%	-	-	7	1,3%
SC	2	0,6%	14	7,8%	16	3,0%
SI	9	2,5%	1	0,6%	10	1,9%
DC	-	-	-	-	-	-
DI	4	1,1%	1	0,6%	5	1,0%
Total	358	100%	179	100%	537	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

* O agrupamento foi feito com a variável dependente posição do vocativo no enunciado e a variável independente escolaridade. Segue a legenda:

Posição do vocativo: I (inicial); F (final); C (intercalada canônica); N (intercalada não canônica); S (isolado); D (duplo).

Escolaridade: C (educação básica completa); I (educação básica incompleta).

Exemplo: IC (posição inicial; educação básica completa)

O cruzamento da variável dependente posição do vocativo com a variável independente nível de escolaridade apontou que, no total, a maior ocorrência de vocativos está no seguinte agrupamento: (FI) posição final e falantes com educação básica incompleta: 30,5%. Na zona rural, a maior ocorrência também está nesse agrupamento: 41,6%. Observando o total geral e os dados da zona rural, constatamos que não ocorreu emprego de vocativos em enunciados produzidos por falantes com educação básica completa na posição intercalada não canônica (NC). Esses mesmos falantes também não produziram enunciados com vocativos duplos (agrupamento DC).

Na zona urbana, a maior quantidade de vocativos está no grupo da posição inicial, produzidos por falantes com educação básica completa (IC – 24%). Não ocorreu emprego de vocativos nos seguintes grupos: posição intercalada não canônica, educação básica completa (NC) e incompleta (NI); os falantes com educação básica completa não produziram enunciados com vocativos duplos (DC).

Na próxima tabela, encontramos os resultados do cruzamento das variáveis posição do vocativo e variável independente faixa etária. Esses dados estão na tabela 7.

Tabela 7 – Posição do vocativo e variável independente faixa etária

Agrupamento de Variáveis*	Zona Rural		Zona Urbana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I2	35	9,8%	17	9,5%	52	9,7%
I5	51	14,2%	54	30,2%	105	19,5%
F2	63	17,6%	25	14,0%	88	16,4%
F5	108	30,2%	27	15,0%	135	25,1%
C2	20	5,6%	12	6,7%	32	6,0%
C5	59	16,5%	28	15,6%	87	16,2%
N2	-	-	-	-	-	-
N5	7	1,9%	-	-	7	1,3%
S2	9	2,5%	6	3,4%	15	2,8%
S5	2	0,6%	9	5,0%	11	2,0%
D2	3	0,8%	-	-	3	0,6%
D5	1	0,3%	1	0,6%	2	0,4%
Total	358	100%	179	100%	537	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

* O agrupamento foi feito com a variável dependente posição do vocativo no enunciado e a variável independente faixa etária.

Posição do vocativo: I (inicial); F (final); C (intercalada canônica); N (intercalada não canônica); S (isolado); D (duplo).

Faixa etária: 2 (20-50 anos); 5 (+ de 50 anos).

Exemplo: I2 (posição inicial; 20-50 anos)

O cruzamento da variável dependente posição do vocativo com a variável independente faixa etária nos mostrou que, no total, o agrupamento (F5) posição final, falantes com mais de 50 anos apresentou a maior ocorrência de enunciados com vocativos: 25,1%. Na zona rural, esse mesmo agrupamento também apresenta o maior percentual de ocorrências de vocativos: 30,2%.

Na zona urbana, a maior quantidade de vocativos se encontra no grupo da posição inicial, falantes com mais de 50 anos (I5 – 30,2%). Na zona rural, os falantes da faixa etária entre 20-50 anos empregam o vocativo, predominantemente, na posição final (17,6%). Ou seja, nessa faixa etária, os falantes usam mais o vocativo para manter o contato com seus interlocutores. Os falantes com mais de 50 anos também se valem do vocativo com a função fática, com o percentual de 30,2%. Na zona urbana, o maior percentual de uso de vocativos por falantes entre 20-50 anos também é na posição final (14%). Falantes com mais de 50 anos, por sua vez, usam mais o vocativo na posição inicial (30,2%), para chamar e selecionar um interlocutor.

Para a elaboração da tabela 10, em que cruzamos todas as variáveis (dependente: posição do vocativo no enunciado; independentes: faixa etária e nível de escolaridade), adotamos os seguintes procedimentos: primeiro separamos a codificação utilizada nas tabelas anteriores em várias colunas no Excel; depois fizemos uma tabela com os códigos de cada sequência única dos códigos que analisamos.

Figura 23 - Uso da função *concatenar* (preparação para recodificação dos dados por meio do Excel)

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
1	Código	C	C	C	C	C	Entr.	Espaç.	Id.	escolarida	Posição do Voca	Forma de Tratamen	Relat.	Número do Enunciado	ENUNCIADO COM VOCATIVO
5	(RSICUN	R	5	I	C	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado canônico Substantivo	Não	1	Eu tô falano assim, menina, depois que entrô um prego no meu pé..
7	(RSINUN	R	5	I	N	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado não canônico Substantivo	Não	3	Não, o pão que ela faz, fia, é aquele de padaria, não é, menina, que
8	(RSICUN	R	5	I	C	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado canônico Substantivo	Não	4	Eu sabia, menina, já perdi o jeito ô.
10	(RSICUN	R	5	I	C	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado canônico Substantivo	Não	6	Se ocê fazer o biscoito com óleo, menina, fica mais duro. Se ocê faze
11	(RSICUN	R	5	I	C	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado canônico Substantivo	Não	7	Aqui de primeiro não usava né, menina, só esse grupo aqui ô.
12	(RSICUN	R	5	I	C	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado canônico Substantivo	Não	8	É mesmo né, menina, eles quer sossegar a cabeça muncado...
14	(RSICUN	R	5	I	C	U	N		pd11	rural	50 incompleta	Intercalado canônico Substantivo	Não	10	Então, menina, aqui este ano deu café, sabe, ali lá...

Depois, com essa planilha, atribuímos um segundo nível de codificação, com o qual retomamos a codificação dos dados.

Figura 24 - Print da tela do Excel após realização da nova codificação

	A	B	C	D	E
1	Código idade	Código escolaridade	Código posição do vocativo	Codificação antiga	Codificação nova
2	2	C	I	2CI	A
3	2	C	F	2CF	B
4	5	I	C	5IC	C
5	5	I	F	5IF	D
6	5	I	N	5IN	E
7	5	I	I	5II	F
8	2	I	S	2IS	G
9	2	I	I	2II	H
10	2	I	F	2IF	I
11	5	C	C	5CC	J
12	2	C	S	2CS	K
13	5	C	S	5CS	L
14	5	C	I	5CI	M
15	5	C	F	5CF	N
16	2	I	C	2IC	O
17	2	I	D	2ID	P
18	2	C	C	2CC	Q
19	5	I	S	5IS	R
20	5	I	D	5ID	S

Na sequência, realizamos a rodada no Goldvarb X (*Cross Tabulation*) e obtivemos os dados para elaborar a tabela de acordo com os agrupamentos das variáveis independentes (faixa etária e nível de escolaridade) e a variável dependente (posição do vocativo no enunciado), comparando as ocorrências do vocativo no espaço rural e no espaço urbano. Segue a tabela:

Tabela 8 - Agrupamento de todas as variáveis (dependente e independentes)

Agrupamento de variáveis*	Zona Rural		Zona Urbana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A (2CI)	15	4,2%	17	9,5%	32	6,0%
B (2CF)	22	6,1%	25	14,0%	47	8,8%
C (5IC)	59	16,5%	23	12,8%	82	15,3%
D (5IF)	108	30,2%	15	8,4%	123	2,9%
E (5IN)	7	1,9%	-	-	7	1,3%
F (5II)	51	14,2%	28	15,6%	79	14,7%
G (2IS)	7	1,9%	-	-	7	1,3%
H (2II)	20	5,6%	-	-	20	3,7%
I (2IF)	41	11,5%	-	-	41	7,6%
K (2CS)	2	0,6%	6	3,3%	8	1,5%
L (5CS)	-	-	8	4,5%	8	1,5%
M (5CI)	-	-	26	14,5%	26	4,8%
N (5CF)	-	-	12	6,7%	12	2,2%
O (2IC)	11	3,1%	-	-	11	2,0%
P (2ID)	3	0,8%	-	-	3	0,6%
Q (2CC)	9	2,5%	12	6,7%	21	3,9%
R (5IS)	2	0,6%	1	0,6%	3	0,6%
J (5CC)	-	-	5	2,8%	5	0,9%
S (5ID)	1	0,3%	1	0,6%	2	0,4%
Total	358	100%	179	100%	537	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

* Na frente da codificação nova, colocamos a codificação antiga entre parênteses, englobando as variáveis independentes faixa etária e escolaridade, seguidas da variável dependente posição do vocativo no enunciado, considerando:

Faixa etária: 2 (20-50 anos); 5 (+ de 50 anos).

Escalaridade: C (educação básica completa); I (educação básica incompleta).

Posição do vocativo: I (inicial); F (final); C (intercalada canônica); N (intercalada não canônica); S (isolado); D (duplo).

Exemplos:

A (2CI): 20-50 anos; educação básica completa; posição inicial;

B (2CF): 20-50 anos; educação básica completa; posição final;

C (5IC): + de 50 anos; educação básica incompleta; posição intercalada canônica.

Com relação aos agrupamentos em que não houve ocorrência de enunciados com vocativos, os espaços estão representados por (-); essas situações são justificadas por não serem encontrados informantes de acordo com as variáveis independentes controladas. Devido a esse fato, quando na zona rural não houve quantidade de vocativos, na zona urbana o quantitativo equivale a 100% de ocorrências e vice-versa. Assim, na zona rural não há dados coletados nos seguintes agrupamentos: L(5CS); M (5CI), N(5CF), J(5CC). A justificativa é a inexistência de moradores com mais de 50 anos com educação básica completa. Na zona urbana, os agrupamentos sem dados coletados são aqueles relacionados aos moradores com idade entre 20-50 anos com educação básica incompleta: G(2IS), H(2II), I(2IF), O(2IC), P(2ID).

Os critérios seguidos para elaboração da tabela nos possibilitam saber a quantidade de enunciados com vocativos, cruzando a faixa etária, o nível de escolaridade e a posição do vocativo no enunciado, comparando os espaços rural e urbano. Por exemplo: o agrupamento Q (2CC) – falantes entre 20-50 anos, educação básica completa, vocativo na posição intercalada canônica – apresenta 21 ocorrências, sendo 9 na zona rural e 21 na zona urbana. Se o leitor optar por buscar a quantidade de ocorrências na coluna “**Total**”, pode constatar, por exemplo, que a menor ocorrência – 02 enunciados com vocativo, sendo uma ocorrência na zona rural e outra na zona urbana – se encontra no agrupamento S(5ID): informantes com mais de 50 anos, educação básica incompleta, ocorrência de vocativos duplos. Se buscar pela informação de maior ocorrência de

enunciados com vocativo, encontrará a quantidade de 123, no agrupamento D (5IF): informantes com mais de 50 anos, com educação básica incompleta, vocativo na posição final, sendo 108 ocorrências na zona rural e 15 ocorrências na zona urbana.

A contribuição mais relevante da elaboração dessa tabela é a confirmação de nossa hipótese, demonstrada pelo agrupamento E(5IN): falantes com mais de 50 anos, com educação básica incompleta, vocativo na posição intercalada não canônica. Foram encontradas 7 ocorrências na zona rural e nenhuma na zona urbana. Os enunciados são os seguintes:

- (48) “Não, o pão é aquele de padaria, num é **minina** que faiz?” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (49) “Lá faiz umas festa bunita **minina** de doce!” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (50) “E ela casô cum gente daqui do meio né **minina** cunhicida?” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (51) “É bão tê né **minino** a receita uai!” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (52) “A pessoa num isconde né **minino** o retrato.” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (53) “Toma mais **Gilberto** café.” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta – 3º ano primário, comunidade de Puladouro).
- (54) “Toma mais **Sônia** café, ó.” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta – 3º ano primário, comunidade de Puladouro).

Além dessas sete ocorrências, registramos mais uma ocorrência, porém sem presença de vocativo; a alteração da posição da locução adjetiva também pode causar estranhamento de sentido:

- (55) “Lá em casa tem uma receita da minha irmã **de pudim** que ela sabe fazê danado de gostoso.” (PD15, 54 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Samambaia).

Na próxima seção, apresentamos a análise qualitativa dos dados coletados; iniciamos comentando cada um dos sete enunciados com ocorrência de vocativo na posição intercalada não canônica.

5.2 Análise qualitativa dos dados coletados

Nesta seção, nosso objetivo é fazer a análise qualitativa dos enunciados em que foram empregados vocativos na posição intercalada não canônica, conforme nossa hipótese para a pesquisa. Além disso, propomo-nos a analisar também outras questões que se evidenciaram em decorrência da coleta de dados: momentos de interação com os falantes em que princípios sociolinguísticos se evidenciaram; o emprego das formas de tratamento nominais e pronominais, estabelecendo relação assimétrica ou simétrica na interação entre os interlocutores; o vocativo representado pelas formas reduzidas “sô/sá”; a ocorrência de vocativos isolados; o emprego dos vocativos duplos; o vocativo representado por “moço(a)”.

5.2.1 Enunciados com vocativos na posição intercalada não canônica: nossos dados

Iniciamos a análise discorrendo sobre o pequeno grupo de enunciados que apresentaram vocativos na posição intercalada não canônica, produzidos pelos falantes das comunidades rurais. Podemos afirmar que “Seu Polidoro não é mais sovado” e “Dona Maria não é mais de mandioca”, isso porque, em nossa pesquisa, foram coletados poucos exemplos em que o vocativo se encontra na posição a que nos referimos na proposta de investigação, constituindo nosso objeto de pesquisa. Apesar das poucas ocorrências, obtivemos êxito, pois tivemos a oportunidade de registrá-los e pudemos contribuir com os estudos sociolinguísticos do português em um espaço brasileiro.

Transcrevemos os enunciados, separadamente, numerados de 48 a 55 e comentamos cada um deles.

(48) “Não, o pão é aquele de padaria, num é **minina** que faiz?” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).

O contexto de produção do enunciado foi durante a segunda visita que fizemos à informante, com o objetivo de conferir a transcrição das receitas de quitandas caseiras

que ela e a família nos forneceram para a organização do livrinho. Estávamos reunidos eu, minha esposa, a informante PD11 e uma irmã dela, conversando sobre diferentes tipos de pães, conforme o costume de cada região; falou-se, inclusive, sobre a produção de um pão caseiro conhecido na nossa região como pão paranaense, que é feito com um tipo especial de fermento, também preparado em casa.

Em certo momento da conversa, falou-se também sobre outro tipo de pão, semelhante ao pão paranaense, mas feito com o fermento biológico, vendido na padaria, onde o pão é fabricado. A irmã da informante PD11 entendeu que o pão caseiro paranaense é que era feito com o fermento biológico, comprado em padaria. A informante PD11 fez o esclarecimento para desfazer o equívoco, produzindo o enunciado: “Não, o pão é aquele de padaria, num é minina que faiz?” Estávamos falando do pão que a padaria faz, usando aquele fermento biológico. Da forma como elaborou o enunciado, entende-se que a interlocutora chamada pelo vocativo “minina” é que ficou caracterizada como agente da fabricação do pão. A moradora da comunidade de Dourados iniciou o enunciado se dirigindo a outra interlocutora (sua irmã), desfazendo o equívoco: “Não, o pão é aquele de padaria”. Na sequência, pediu confirmação à segunda interlocutora (minha esposa): “num é minina que faiz?”.

(49) “Lá faiz umas festa bunita **minina** de doce!” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).

O enunciado foi produzido no contexto de uma conversa sobre uma festa religiosa que faz parte da tradição da cidade em que moro, Guimarânia-MG, conhecida em todas as cidades próximas da região. Durante a festa, no domingo, a cidade recebe muitos ternos de congados e, além dos festejos religiosos, os festeiros se organizam para lhes oferecer um típico e farto almoço, depois da celebração religiosa. A população da cidade e os visitantes também são servidos. Depois da refeição do almoço, tornou-se costume também oferecer doces preparados em casa.

Estávamos na casa da informante PD11, na comunidade rural de Dourados, por ocasião da terceira visita, entregando os livrinhos impressos. Ela se lembrava da época em que frequentava essas festas e produziu o enunciado: “Lá faiz umas festa bunita minina de doce!” Recordo que minha esposa sempre me acompanhava nas visitas: ela é a interlocutora da PD11, nesse enunciado. A forma como o vocativo foi posicionado na oração atribui a adjetivação “de doce” à interlocutora, chamada de “minina”. Para evitar

atribuir tal sentido ao enunciado, outras formas seriam mais adequadas, considerando também a posição do vocativo:

A.	Minina, lá faiz umas festa de doce bunita!
B.	Lá faiz umas festa de doce bunita, minina!

(50) “E ela casô cum gente daqui do meio né **minina** cunhicida!” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).

O contexto em que o enunciado (50) ocorreu é também a terceira visita para entrega do livrinho a uma informante da comunidade de Dourados, mesmo contexto do enunciado (49). No intervalo da segunda para a terceira visita, eu já havia conversado com moradores do Bairro Boa Esperança em Patrocínio-MG, onde moram muitos “dorados” egressos das comunidades rurais. Descobri que familiares meus não só conheciam como também conviviam na área urbana com familiares da informante PD11; eram moradores vizinhos de minha avó materna, com quem ela tinha proximidade.

Além disso, uma parente minha (tia), conhecida pela informante, havia se casado com uma pessoa da comunidade de Dourados, com quem a informante também convivia. A informante PD11 então produziu o enunciado, falando sobre minha parente: “E ela casô cum gente daqui do meio né minina cunhicida!”. Da forma como produziu o enunciado, observando o posicionamento do vocativo, as informações se alteram. As pessoas envolvidas nas informações do enunciado são assim identificadas: ela (minha parente, tia conhecida pela informante); gente daqui do meio (o esposo da minha tia); minina (minha esposa, a interlocutora).

A caracterização “cunhicida” se refere ao esposo, que era morador da comunidade de Dourados. No entanto, da forma como o vocativo foi empregado, colocando o adjetivo posposto a ele, a caracterização se transferiu para a interlocutora.

Os enunciados de (51) a (54) são apresentados juntos porque a estrutura não canônica é caracterizada pela mesma razão: intercalar o vocativo entre o verbo e o complemento.

- (51) “É bão tê né **minino** a receita uai!” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (52) “A pessoa num isconde né **minino** o retrato.” (PD11, 77 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Dourados).
- (53) “Toma mais **Gilberto** café.” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta – 3º ano primário, comunidade de Puladouro).
- (54) “Toma mais **Sônia** café, ó.” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta – 3º ano primário, comunidade de Puladouro).

Destacamos que os enunciados de (51) a (54) foram codificados como vocativos na posição intercalada não canônica porque a palavra com função de vocativo está colocada entre o verbo e o complemento. A ordem canônica de uma oração é S+V+O. Além disso, há uma palavra entre o verbo e o vocativo, o que pode exigir mais atenção do interlocutor para o entendimento correto das informações contidas no enunciado.

Nos enunciados (51) e (52) os vocativos estão antecedidos por uma palavra que desempenha a função de marcador discursivo (né), com o intuito de manter a interação com o interlocutor, pedindo a ele uma atitude de concordância e, depois, se diz o objeto (complemento do verbo). Em (51), a informante se manifestava sobre a comodidade e importância de se ter, por escrito, a receita da quitanda caseira. Ela pede a confirmação antes de expor toda a informação.

Em (52), a informante observava uma foto da Adriana Vereadora e comentava o fato de ela nem precisar mais ir até as comunidades para fazer sua campanha eleitoral; a fotografia por si já era uma forma de ser lembrada. Quanto ao emprego das palavras na ordem como estão na oração, a estrutura é semelhante ao enunciado (51): uso de um marcador discursivo antes do vocativo para depois dizer o complemento do verbo.

Mesmo com essas alterações quanto à ordem dos constituintes na oração, as pessoas que convivem com os falantes da comunidade não têm entendimentos diferentes daquele que realmente é. Por outro lado, ouvintes não acostumados a essa estrutura da oração, podem fazer interpretações equivocadas dos enunciados, como considerar o vocativo o complemento do verbo, por exemplo. Além do deslocamento do vocativo, acrescentamos a informação de que os “dorados” falam rápido, às vezes sem a marcação das pausas. Dessa forma, pensamos que a falante deveria fazer as pausas entre os termos da oração, em especial o vocativo, para que os enunciados com vocativos intercalados entre verbo e complemento sejam facilmente entendidos e aceitos.

Com relação aos enunciados (53) e (54), há mais facilidade em aceitar as construções por se tratar de enunciados com atitude imperativa. O contexto de comunicação foi aquele momento em que todos estavam sentados à mesa e foi servido o café com as quitandas. A informante PD13, numa atitude de mineira acolhedora e gentil, quer convencer os visitantes a comer mais. Nesse momento, produz os enunciados sem fazer pausa após o vocativo. Dessa forma, existe a possibilidade de o interlocutor, ao ouvir o enunciado, transformar o vocativo em complemento do verbo ou pensar o objeto como caracterizador do vocativo.

(55) “Lá em casa tem uma receita da minha irmã **de pudim** que ela sabe fazê danado de gostoso.” (PD15, 54 anos, educação básica incompleta – 4º ano primário, comunidade de Samambaia).

O enunciado (55) não apresenta vocativo em posição intercalada não canônica, mas há termos empregados em uma posição deslocada que pode gerar interpretações estranhas para quem não é da comunidade ou com ela não tem convivência, proximidade. A ordem dos termos “uma receita da minha irmã de pudim” é que pode tornar o entendimento estranho, diferente do que realmente se informa. O fato é que, numa interpretação lógica, a falante PD15 tem em sua casa uma receita de pudim, fornecida pela irmã. No entanto, da forma como foi dito o fragmento, entende-se que a irmã da falante é feita de pudim. Isso acontece porque a preocupação principal foi dizer de quem era a receita para depois dizer a que a receita se referia. Para a falante e moradores da comunidade é um fato normal inverter a ordem e alterar a adjetivação, isso não provoca uma interpretação estranha para eles.

A variável independente sexo não foi observada na coleta de nossos dados. Entretanto, ela interferiu na produção de enunciados com o fenômeno linguístico que estudamos: todos os enunciados com vocativo na posição intercalada não canônica foram produzidos por mulheres. Realmente, os informantes do sexo masculino na zona rural foram em menor número (5/16). Além disso, a proposta de organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras envolve mais interação com informantes do sexo feminino, devido a um contexto mais conservador, no que se refere ao costume de fazer as quitandas caseiras. Destacamos duas questões a esse respeito. Referimos, em primeiro lugar, ao fato de termos planejado as visitas às famílias sempre em companhia de minha esposa, evitando causar estranhamento aos informantes a situação de um homem estar

empenhado em organizar um livrinho de receitas de quitandas caseiras. No espaço rural, ainda se percebe a visão de que as mulheres respondem por tal tarefa.

A outra questão se relaciona às atitudes dos homens durante as conversas gravadas, enquanto as receitas eram coletadas. Geralmente, eram receptivos, acolhiam bem, mas, educadamente, pediam licença e saíam para cuidar dos serviços da lida diária: cuidar das plantações, das lavouras, dos animais. Inclusive, um deles, na primeira visita, nos aguardava na varanda da casa, fazendo companhia à mãe viúva. Assim que dissemos o que pretendíamos, ele disse: “Ah, então isso não é comigo. Vou continuar a plantar...”.

Portanto, nesse caso, podemos afirmar que a variável sexo influencia a produção do fenômeno linguístico em estudo, considerando também que as mulheres produzem enunciados com mais constituintes e, por isso, apresentam mais informações sobre o que dizem em suas interações, possibilitando alterar a estrutura, a ordem dos constituintes de seus enunciados. Apresentamos exemplos de enunciados, (56 a 59), relacionados a essa análise:

- (56) “Rabisca o Pedro, **gente!**” (PD03, 20 anos, educação básica incompleta, homem).
- (57) “Cedo, **primo!**” (PD16, 60 anos, 4º ano primário, homem).
- (58) “**Gente**, mas que boneco mais esquisito!” (PD06, 44 anos, educação básica completa, mulher).
- (59) “**Bem**, ocê pode ir lá tratá dos porcos.” (PD09, 72 anos, 3º ano primário, mulher).

Os enunciados (56) e (57), cujos falantes são homens, foram produzidos com menos constituintes e não apresentam possibilidades de alteração, de forma que interfira no sentido. Por outro lado, os enunciados (58) e (59), que foram produzidos por mulheres, possuem mais constituintes e, considerando a posição do vocativo INC, seria possível a alteração do enunciado, por exemplo, para “Ocê pode ir lá tratá **bem** dos porcos.” Dessa forma, o interlocutor seria “querido” pelos animais (porcos) e não pela falante, que é sua esposa.

Por fim, considerando os dados coletados para analisar o objeto de pesquisa (o emprego do vocativo na posição intercalada não canônica), concluímos que, no tempo atual, trata-se de uma mudança estável, pois não encontramos relação entre a regra variável e a faixa etária dos falantes (Tarallo, 1990). No entanto, observamos que todos

os enunciados com INC foram produzidos por falantes com mais de 50 anos. Diante disso, prevemos uma possível mudança por concluir-se, pois, nesse caso, nem se trata de a variante tornar-se obsoleta, mas que desaparecerá com o tempo. Isso porque, seguindo o ciclo natural da vida humana, não encontraremos mais esses falantes. Ficarão apenas os registros de pesquisas realizadas.

Na sequência, discorremos a respeito de dois momentos de interação *com e entre* moradores das comunidades rurais e outro momento com um morador da zona urbana em que o emprego do vocativo expõe informações sobre os falantes, numa perspectiva sociolinguística.

5.2.2 Interação com os informantes: evidências de princípios sociolinguísticos

Nas interações sociais, por meio do uso da língua, os falantes analisam características específicas de seus interlocutores, devido a influências de fatores que interferem nas escolhas verbais que serão eficientes para garantir a comunicação entre eles em diversos contextos. Essa interação, ao mesmo tempo social e verbal, requer a construção da imagem dos interlocutores, preferencialmente positiva, na perspectiva de que seus propósitos sejam alcançados de acordo com o evento linguístico específico. A esse respeito, Souza e Pagani expõem que

Na conversação, entra em cena um jogo de imagens: aquele que fala, para quem fala, quais são os papéis sociais dos indivíduos, que imagem o falante faz de si e do seu interlocutor, que imagem o ouvinte faz do falante e que imagem o ouvinte supõe que o falante faz de si (Souza; Pagani, 2022, p. 136).

No ato de fala, vários fatores estão imbricados para que haja a interação adequada de forma que os interlocutores se relacionem e interajam com respeito, inclusive com relação às características socioculturais próprias dos espaços de onde vêm os falantes. Assim, são evidenciados aspectos inerentes à abordagem da língua na perspectiva da variação, buscando princípios sociolinguísticos que orientem a análise desses eventos linguísticos.

Nesse sentido, vamos analisar três eventos de interação específicos de nossa pesquisa, sendo dois deles referentes ao terceiro momento da metodologia proposta para a coleta de dados dos informantes nas comunidades rurais. O terceiro evento está relacionado à observação de interação de um participante na zona urbana, durante

atendimento em seu estabelecimento comercial. Para tanto, especificamos cada evento e transcrevemos trechos de conversas com o objetivo de contextualizarmos cada momento em que fatores de concepção sociolinguística se evidenciaram.

A primeira situação se refere à terceira visita feita à família da comunidade de Samambaia, quando fomos recebidos pela avó (PD14, 78 anos, analfabeta) e a neta (PD05, 25 anos, educação básica completa). Entregamos os exemplares do livrinho de receitas de quitandas caseiras, demos um espaço de tempo para que o manuseassem. Aplicamos a atividade proposta por meio das fotografias, conforme descrevemos na metodologia (quadro 9, p. 135-136). Pela ordem que aqui analisamos, as pessoas visualizaram as seguintes fotos: foto 1: vereadora Adriana; foto 4: Gustavo Brasileiro, atual prefeito do município de Patrocínio-MG; foto 5: Professor Leandro, desconhecido para elas.

Fragmento 1 (fotografia de Adriana de Paula, vereadora)

(Participantes - C: Carmelina, a avó; H: Helena, a neta)

C: Essa aí é a Adriana de Paula. É, mais essa muié gosta de mim viu! Eu adoro ela, ela é gente boa!

H: Como que a senhora cumprimenta ela?

C: Oi, Adriana, tudo bom? (*Pausa*) Eu falo ela é de fia. Oi, minha fia, tá boa? Oia um livrinho aqui ótimo procê comprá, é bunito que tem tudo quanto há, se ocê comprá vai ficá satisfeita!

H: Eu ia contá pra ela a história de como aconteceu né. Que pegou um pouco de cultura da comunidade e transformou em livrinho através de comida que a gente é acostumado mesmo aqui. Eu falo ela de tia. Oi, tia, tá boa?

A avó, que é analfabeta, estabeleceu o contato empregando o nome próprio como vocativo e denotando certa formalidade (“Oi, **Adriana**, tudo bom?”), provavelmente porque foi influenciada pelo papel social de vereadora, exercido por Adriana. No entanto, há entre elas uma relação de proximidade e afetividade, que as torna “mãe e filha”. Dessa forma, sem a interferência de uma hierarquia de ordem política, Adriana é acolhida com afetividade (“Oi, **minha fia**, tá boa?”), reforçada pelo emprego do pronome possessivo de primeira pessoa: “minha”. Além disso, houve o emprego do pronome de tratamento “você” (procê) que confirma a relação simétrica entre elas. Semelhante proximidade também se percebe na fala da neta, por meio do tratamento “tia”, que emprega, inclusive,

um enunciado com estrutura semelhante ao enunciado da avó (interjeição + vocativo + pergunta):

- (a) “Oi, **minha fia**, tá boa?” (*pergunta feita pela avó*)
- (b) “Oi, **tia**, tá boa?” (*pergunta feita pela neta*)

A forma como a avó se dirigiu à “pessoa da foto” denota que ela tem competência comunicativa, faz uma reflexão coerente sobre a adequação linguística, cuja consequência foi empregar a variedade linguística que de fato reflete o nível de convivência diária entre elas. É oportuno informar que Helena é daquelas netas de quem a avó cuidou como filha. Esse fato se transfere para as formas de tratamento nominais que foram usadas como vocativos, na categoria de parentesco. A avó considera a vereadora Adriana como “filha”, portanto a neta se dirige a ela como “tia”.

Fragmento 2 (foto de Gustavo Brasileiro, atual prefeito de Patrocínio-MG)

(Participantes - H: Helena; Gil: Gilberto, pesquisador)

H: Oi, Tudo bem? Como o senhor tá? A gente fez um projetinho de um livrinho com receitas de quatro comunidades com comidas típicas. O senhor quer dar uma olhadinha? Dar uma forcinha?

Gil: Você chamou ele de “senhor”! Ele é tão jovem!

H: É jeito de falar. Tem jeito de falar. Ele é autoridade.

Nesse contexto, há claramente uma relação assimétrica entre os interlocutores em que a falante Helena está numa posição de inferioridade diante do chefe do executivo municipal. Ela se dirige ao prefeito, empregando o pronome “senhor”, cujo uso “geralmente manifesta deferência da parte do falante em relação ao interlocutor” (Souza; Pagani, 2022, p. 140). A falante expressa conhecimento sobre a forma de tratamento que usa, inclusive relacionado à preservação da face, dirigindo-se a ele como realmente se dirige a uma autoridade. Não há proximidade entre eles, caracterizando uma relação assimétrica na interação, evidenciando a força do poder.

Fragmento 3 (foto de Leandro Silveira de Araujo, Professor)

(Participante – C: Carmelina)

C: (*olhando a foto*) Ele tem um jeito muito simples. Ele tem um jeitinho bão! Oi, **jovem**, tudo bem? Nós tamo andano aqui com um livrinho de receita de comida, ocê tá com um jeitinho muito bom, ocê vai ajudá nós...

A construção da face do Professor Leandro pela senhora de 78 anos, analfabeta, ocorreu por meio de elementos não verbais, principalmente pela avaliação que ela faz da fisionomia, da aparência, do sorriso que transmite simpatia. Destacamos a espontaneidade com que ela se expressa, chamando-o de “jovem”; estabelece contato a partir das características físicas e, devido ao fato de ser uma pessoa desconhecida, não foi possível chamá-lo pelo nome. Mesmo assim, a senhora mantém com ele uma relação de proximidade, chamando-o de “ocê”, o que provavelmente não aconteceria se o enunciador fosse Professor Leandro: ele usaria a forma de tratamento pronominal “senhora”.

Passemos a discussões a respeito da segunda situação, que se refere à terceira visita feita à família da comunidade de Caxambu: o pai Roberto (PD02, 47 anos, educação básica incompleta), a mãe Berenice (PD01, 44 anos, educação básica incompleta) e o filho Rafael (PD08, 20 anos, educação básica completa). Conforme nossa proposta metodológica, entregamos os exemplares do livrinho à família, eles manusearam, com bastante empolgação. Depois, procedemos à atividade com as fotografias. Dentro as falas dos participantes, chamou-nos atenção quando o filho Rafael se dirigiu a um dos padres, Padre Geraldo, foto 3, e a forma como a interação entre pai, mãe e filho prosseguiu, envolvendo discussões relacionadas à organização do livrinho, analisando não só o conteúdo, mas também, e principalmente, questões linguísticas.

Para descrever e comentar esse momento, transcrevemos trechos da conversa e inserimos comentários relacionados à análise. O primeiro fragmento se refere à foto 3, Padre Geraldo.

(Participantes - RA: o filho Rafael; B: a mãe Berenice; Gil: o pesquisador Gilberto)

RA: Padre Geraldo, quero apresentar o livro que o Gilberto fez com a gente, é um livro com um português muito simples, fácil de entender, então é acessível, principalmente de uma comunidade predominantemente com pessoas mais velhas que não têm uma leitura tão avançada. Então é um livro muito bom de ler.

B: Nós num tem a leitura avançada não, Rafael?

Gil: Eu consegui isso?

B: Tá veno! Tem que ser o Rafael, ó. Nós num sabe falá não!

RA: Eu já li muitos livros. Já li livros com um português muito difícil...

B: O português dele ficou bão mesmo!

RA: Esse livro eu bati o olho aqui... dá pra ver que ele é simples, tipo assim, se a pessoa da comunidade quiser ler daqui, consegue entender tudo...

Gil: Legal essa sua percepção! Foi uma preocupação minha... achei fantástica sua observação! (*Não esperava que alguém percebesse.*)

B: Ah, meu filho, não sabia que ocê era tão inteligente assim não, uai!

Nesse trecho da conversa, há três questões relacionadas ao uso da língua que se destacam: a adequação da variedade linguística, considerando o público leitor da comunidade; a caracterização das pessoas da comunidade quanto às variáveis independentes usadas na pesquisa; a valorização da norma padrão em detrimento de outras variedades próprias dos falantes das comunidades.

A princípio, vamos discorrer sobre a relação estabelecida entre a idade e a escolaridade, explicitada por meio do trecho “uma comunidade predominantemente com pessoas mais velhas que não têm uma leitura tão avançada”. Realmente, as pessoas mais velhas das comunidades possuem menos escolaridade⁷⁶. Em decorrência disso, quanto à variedade linguística, Rafael faz sua avaliação como “um português simples, fácil de entender” e principalmente “acessível” conforme ele mesmo reitera em “se a pessoa da comunidade quiser ler daqui, consegue entender tudo...”. Acrescenta-se a isso a avaliação que a mãe Berenice faz, concordando com Rafael: “O português dele ficou bão mesmo!”. Também há a atitude de valorizar a norma padrão, de prestígio, exposta na fala de Berenice: “Tá veno! Tem que ser o Rafael, ó. Nós num sabe falá não!”. É preciso salientar que existe uma diferença tanto de idade quanto de nível de escolaridade entre eles: Rafael é mais jovem e, inclusive, foi aprovado para se ingressar em uma universidade federal,

⁷⁶ Durante a etapa de busca dos participantes nas comunidades rurais, conversei com a PD05 (comunidade de Samambaia) para que ela indicasse pessoas com mais de 50 anos cuja escolaridade fosse educação básica completa. Ela me respondeu, fazendo-me lembrar uma fala de sua avó, PD14 (78 anos, analfabeta) por ocasião da primeira visita a essa família: “Aqui na comunidade os fio mais véio só istudava até o grupo”. Ou seja, estudavam, no máximo, até o 4º ano primário. Portanto, nas comunidades rurais não vivem moradores com mais de 50 anos, com educação básica completa.

portanto apresenta melhor desempenho linguístico que a mãe Berenice, a qual possui ensino fundamental incompleto.

Por fim, após perceber a brilhante análise sobre as questões (socio)linguísticas e o bom desempenho para analisar a variação linguística, demonstrados pelo filho, a mãe enuncia “Ah, meu filho, não sabia queocê era tão inteligente assim não, uai!”, exaltando o conhecimento que ele possui sobre a abordagem sociolinguística. Ela emprega um vocativo em que expressa muito afeto: “meu filho”. Toda a afetividade está indicada pelo uso do pronome possessivo de primeira pessoa “meu”, inclusive antecedido por interjeição.

Na continuidade da conversa com os membros da família, destacamos a fala de Rafael (PD08, 20 anos, educação básica completa) para a pessoa da foto número 6, uma pessoa desconhecida, que, pela forma como se veste, chamou-a de *chef*:

RA: Boa tarde! Tudo bem? Qual o seu nome? Prazer, meu nome é Rafael. Queria te apresentar um livro feito por um professor de Português, então muito bem escrito, e ele é um livro de receitas, ele é de toda uma comunidade do município de Patrocínio. E todas essas comunidades se juntaram e fizeram receita. Tem várias receitas num livro, tem toda uma história em relação às comunidades, aos padroeiros dessas comunidades. Então queria te apresentar. Se gostar, dá uma lida.

De um modo geral, em relação à atitude das pessoas após receberem o livrinho de receitas, destacamos que elas se atentavam para o seu conteúdo, envolvendo as imagens, a disposição das próprias receitas. No entanto, Rafael teve a perspicácia de perceber o nosso interesse de pesquisa para organizar o livrinho: gratificante constatar como a metodologia proposta e sua execução se encarregava de encontrar os procedimentos e entrelaçá-los de forma a registrar todo o percurso. Nessa fala de Rafael, o destaque foi ele evidenciar os dois fatores essenciais que propusemos para a organização do livrinho: a coleta das próprias receitas e a descrição das comunidades a partir de eventos religiosos.

Enquanto conversávamos com outros membros da família, Rafael lia as receitas do livro, na página 29:

Modo de fazer

Bate no liquidificador os ovos, açúcar, óleo, margarina, leite. Se a massa ficar dura, acrescenta mais um pouco de leite. Depois acrescenta a farinha de trigo e o queijo. Por último coloca o fermento em pó: mede na tampa da caixinha, deixando rente.

Dica: sempre que for assar bolo, pode-se untar a assadeira com margarina para não deixar agarrar, grudar.

(p. 29 do livrinho de receitas)

E se manifestou:

R: Faltou uma vírgula aqui. (*E citou o trecho, na linha 3*) “Por último,” (*pronunciou “vírgula”*). (*Falou sobre a regra de uso da vírgula, usando termos da gramática normativa e comentou, inclusive a respeito de como esse item é avaliado na produção do texto dissertativo-argumentativo do Enem*).

Assim que Rafael terminou a análise⁷⁷, interagindo comigo, pesquisador, no papel de professor de língua portuguesa, os outros participantes se incluíram na conversa (B; Berenice, a mãe; Gil: Gilberto, pesquisador; RO: Roberto, o pai):

B: Rafael, ocê tá ensinano o professor de português, Rafael?
 Gil: Não achou mais não, Rafael?
 RA: Teve mais cuidado ainda na parte dos empregos...
 Gil: De escrever do jeito que todo mundo entende?
 RA: Só faltou mais uma aqui...
 RO: Rafael! (*a atitude do pai foi advertir o filho para que não comentasse sobre a falta da vírgula, deixando entender implicitamente que eu ficaria constrangido...*)
 RA: Faltou outra vírgula. “Depois,” (*pronuncia “vírgula”*) ou será quebra de linha?
(depois de uma breve pausa).
 RA: (*lendo a apresentação do livro*)

Apresentamos a imagem do livro em que está o trecho lido por RA:

Durante o momento em que degustávamos a rosca com um cafezinho feito na hora e um queijo fresco colocado em um prato ao lado, na mesa, resolvi pedir a receita daquela quitanda. A resposta me surpreendeu, pois constatei que a senhora que a fez me disse que a receita “estava apenas na cabeça”. Então me despertei para o fato de que as receitas de muitas dessas quitandas não estavam registradas em um caderno, por exemplo.

(p. 03 do livrinho de receitas)

⁷⁷ A atividade de Rafael, discorrendo a respeito do uso da vírgula é chamada de atividade metalinguística. Para Franchi (1987, p. 42) “a atividade metalinguística é preparada pela atividade epilingüística “Porque é somente sobre fatos relevantes de sua língua (relevantes = carregados de significação) que o aluno de gramática pode fazer hipóteses sobre a natureza da linguagem e o caráter sistemático das construções linguísticas, e pode um dia falar da linguagem, descrevê-la em um quadro nocional intuitivo ou teórico. Uma atividade metalinguística”.

RA:(pergunta para a mãe) O que é “degustávamos”?

B: “Degustávamos”? Comer, uai!

RA: Essa palavra aqui tem pessoa que não vai saber.

Gil: “Saborear” ficava mais fácil...

RA: Não, mas dá para entender porque “degustávamos a rosca com um cafezinho feito na hora”. No contexto da frase dá para entender.

RA: “Constatei” não né... O que é “constatei”? (*pergunta dirigida à mãe, sem uso do vocativo, só com o olhar...*)

B: “Constatou”, uai. Eu sei o que é “constatei” não. Sei não...

Gil: Se eu tivesse arrumado “verifiquei, me dei conta...”

RA: “Percebi”. Eu gosto de olhar assim... (*folheando o livrinho*)

Nesse fragmento, analisamos reflexões a respeito do uso da língua, questões como a visão que a mãe tem do professor de língua materna. Ela considera que um professor de português não erra e se mostra admirada que o filho esteja encontrando, no texto, algumas partes com desvio da norma padrão, na escrita.

Por outro lado, a análise que Rafael faz do texto, de forma específica no contexto do espaço sociocultural das comunidades, explicita a busca de um vocabulário mais próximo das pessoas menos escolarizadas, com o objetivo de que o livro seja entendido por todos que o lerem. O teste que Rafael foi fazendo com a mãe⁷⁸, perguntando o sentido de determinadas palavras, ao mesmo tempo em que pensava se os moradores das comunidades entenderiam ou não, mostra sua preocupação em empregar palavras que sejam adequadas a um contexto sociolinguístico.

As interlocuções que estabelecemos nos fizeram refletir a respeito das diferentes contribuições para uma análise sociolinguística de uma variedade da língua num determinado espaço, considerando seus aspectos socioculturais. A partir da organização de um objeto construído com elementos pesquisados na própria comunidade (o livrinho de receitas), houve atividades epilingüísticas e metalingüísticas, as quais evidenciam olhares diversos e reais, mantendo proximidade com a competência linguística dos moradores das comunidades.

⁷⁸ Consideramos a atitude de Rafael em analisar a possibilidade de troca de palavras uma atividade epilingüística. Segundo Franchi (1987, p. 41) “Chamamos de atividade epilingüística a essa prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca com a linguagem, investe as formas linguísticas de novas significações”.

Por fim, a terceira situação se refere ao modo como o atendente do mercado de bairro (zona urbana de Patrocínio-MG) estabelece contato com os fregueses, numa atitude por meio da qual busca a aproximação com as pessoas.

No momento em que iniciamos a conversa para a gravação, o PP01 (49 anos, educação básica completa) lembrou-se da orientação que recebeu de um padrinho sobre a necessidade de saber falar com todas as pessoas no espaço comercial em que se encontrava: é preciso adequar a linguagem ao interlocutor, realizar um bom atendimento sem deixar o freguês envergonhado, constrangido. Essa observação me despertou para analisar como aconteciam os contatos dele com os fregueses que lá chegavam. Separamos três exemplos de enunciados com ocorrência de vocativos para a nossa análise: nome próprio, substantivo “cara”, parentesco “fio”.

- (60) “Ô, **Batista!**” (*cumprimentando um representante comercial que chegou ao estabelecimento*).
- (61) “Quantas cervejas, **cara?**” (*pergunta a um freguês com estilo mais excêntrico, com atitudes mais extravagantes*).
- (62) “Falou, **cara!** Depois você vem aproveitar o resto das férias!” (*para a mesma pessoa do enunciado 61*).
- (63) Tudo bem, né, **fio?** (*cumprimentando um freguês com estilo mais humilde, precisando de mais atenção, ser tratado com mais proximidade*).
- (64) O que mais, **fio?** (*para a mesma pessoa do enunciado 63*).

A atitude do PP01, proprietário do mercado, quando estabelece contato com os fregueses, é semelhante ao que Faraco (2008) chama de camaleão linguístico, ao se referir ao senso de adequação que o falante faz de seu repertório linguístico de acordo com a comunidade em que se encontra. Nesse caso, o falante considerou as características específicas de seus interlocutores, no espaço social em que ele se encontrava. Inclusive, os vocativos auxiliam na construção da face positiva, proporcionando proximidade entre os falantes. No enunciado (60), o interlocutor é chamado pelo nome próprio porque é uma pessoa conhecida; nos enunciados (61) e (62), o vocativo “cara” se refere de maneira bem informal a alguém com quem o falante convive. O fator gênero tem grande implicação nessa situação, pois esse tipo de vocativo ocorre com mais frequência quando há interações entre dois homens. Por fim, os enunciados (63) e (64) o vocativo “fio”, com

denotação de parentesco, expressa afetividade, proximidade em relação ao interlocutor, como se fosse alguém da família.

A experiência de vivenciar esses momentos de interação, principalmente com falantes de comunidades rurais, nos proporcionou reflexões à luz de concepções sociolinguísticas, tendo como objeto situações reais de uso da língua. Constatamos que no espaço rural convivem falantes competentes, de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Percebemos que têm consciência de que os modos de vida, o respeito aos costumes e a forma como se tratam podem ser informações manifestadas por meio do uso da língua.

5.2.3 Vocativos e formas de tratamento nominais e pronominais

Nesta subseção, analisamos a ocorrência dos vocativos, em associação com o emprego das formas de tratamento nominais e pronominais. Nessa análise, resgatamos a teoria sobre a elaboração da face e sobre a cortesia verbal e refletimos como interferem no uso do vocativo. Serão comentados os dados coletados durante o procedimento metodológico proposto com as fotos (p. 135-136), quando foi realizada a terceira visita às comunidades rurais, ampliando a visita a um casal da zona urbana que forneceu receita, para a organização do livrinho; esse casal mantém vínculos com a comunidade de Dourados, por questões familiares.

Apresentamos as fotos separadamente, na ordem de 1 a 8 ou agrupadas na forma em que dinamizamos a atividade no momento das visitas. Na sequência, transcrevemos falas dos informantes, seguidas de nossos comentários.

Foto 1	Identificação	Justificativa
	Adriana de Paula, vereadora de Patrocínio-MG.	Adriana é muito presente e atuante nas quatro comunidades rurais, conhecida por todos, convive com as pessoas das comunidades mesmo antes de exercer cargo político. Vai às celebrações religiosas, canta o bingo nas quermesses. É filha de um dos entrevistados por Ribeiro (2006).

- (65) “Oi, **Adriana**, tudo bom? (*Pausa*) Eu falo ela é de fia. Oi, **minha fia**, tá boa? Oia um livrinho aqui ótimo procê comprá, é bunito que tem tudo quanto há, se ocê comprá vai ficá satisfeita!” (PD14, 78 anos, analfabeto).

- (66) “**Adriana**, quero apresentar o livro que o Gilberto feiz de receita, uma coisa muito boa pra comunidade.” (PD01, 44 anos, educação básica incompleta).
- (67) “**Adriana**, eu tenho uma coisa para te falar. Cê gosta de pão de queijo, dessas coisas, porque ela adora né. Então eu tô com um presente aqui pro cê. Um livro de receita e ocê vai fazer e não precisa do cê levar lá em casa, eu venho aqui comer.” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).
- (68) “**Adriana**, a gente tá divulgando um livro do Gilberto, ele fez com muito carinho para divulgar as receitas das comunidades. Ocê aceita um?” (PD06, 44 anos, educação básica completa).
- (69) “**Adriana**, o Gilberto fez o livrinho, ficou muito bonito, tem muita quitanda gostosa, quitanda de quatro comunidade. Você gostaria de ter um?” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).
- (70) “Ó, **Adriana**, se você quiser e não tiver disponibilidade eu até ajudaria você a fazer algumas receitas e me convida pra prová também, se ficou bão ou não...” (PP15, 58 anos, educação básica completa).

Todas as participantes usaram o nome próprio para estabelecer contato com a vereadora, acompanhado da forma de tratamento pronominal “você”. Apesar de ser vereadora, o que pressupõe um tratamento mais formal, houve um tratamento que se caracteriza, conforme Silva (2008), por uma relação simétrica, na horizontal, situação em que os interlocutores estão numa relação de igualdade, de semelhança; é a força de solidariedade. Isso se explica pelo fato de a vereadora ser uma pessoa presente nas comunidades, visitar as famílias, participar das celebrações e festividades religiosas nas capelas, o que oportuniza uma convivência com as pessoas dessas comunidades para além do cargo político. Ressaltamos que o vocativo representado pelo nome próprio e o emprego do pronome de tratamento “você” contribuem para a preservação da face positiva.

Foto 2	Identificação	Justificativa
	Padre Antônio	Padre Antônio é vigário da Paróquia São Damião de Molokai. É carinhosamente chamado por Padre Toninho pelos fiéis nas comunidades. Sempre celebra nas capelas durante as festas, interagindo de modo alegre com os moradores e visitantes.

- (71) “**Padre Toninho**, quero apresentar o livro pro cê, um livro bom pra fazer as quitandas, o senhor gosta de fazer sua comidinha!” (PD02, 47 anos, educação básica incompleta).
- (72) “**Padre Toninho**, toda vez que o senhor celebra missa lá na comunidade, o que que o senhor mais gosta? O senhor gosta de uma rosca, dum pão de queijo ou dum bolo. Pois é, porque eu ganhei um livro de receita. Lá tem as funcionária que possa fazer, faz pro senhor.” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).
- (73) “**Padre Toninho**, cê aceita um livrinho de receita que o Gilberto fez com muito carinho, com muito amor, muita atenção, colocou mensagem bonita, fez muito bem, o livrinho ficou muito bão, as receita é boa, de quatro comunidade. **Padre Toninho**, senti muita falta o senhor ir embora, vou deixar um livrinho pro senhor.” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta).
- (74) “Bença, **Padre!** Tudo bem? Eu trouxe aqui uns livrinhos para colocar na igreja, é um livrinho de receita daqui das comunidade. Depois o senhor dá uma olhadinha. Acho que o senhor vai gostar.” (PD05, 25 anos, educação básica completa).
- (75) “Ô, **Padre Toninho**, como é que o senhor tá, tudo bem? Seu Gilberto tá com uns livrinhos ótimos para arrumá na comunidade. O senhor é gente boa, o senhor vai aprová também.” (PD14, 78 anos, analfabeto).

Foto 3	Identificação	Justificativa
	Padre Geraldo	Padre Geraldo é pároco da Paróquia São Damião de Molokai, a que pertencem as quatro comunidades rurais. Também celebra nas capelas durante as festas, na companhia dos fiéis.

(76) “**Padre Geraldo**, quero apresentar o livro que o Gilberto fez com a gente, é um livro com um português muito simples, fácil de ler, então é acessível, principalmente de uma comunidade predominantemente com pessoas mais velhas que não têm uma leitura tão avançada. Então é um livro bom de ler.” (PD08, 20 anos, educação básica completa).

(77) “**Padre Geraldo**, ó, tô apresentando um livrinho pro senhor e quero que o senhor experimente pelo menos uma receita desse livrinho e depois o senhor me manda pra mim.” (PP15, 58 anos, educação básica completa).

Com relação às falas direcionadas aos padres, percebe-se uma proximidade maior dos moradores das comunidades rurais com o Padre Antônio. Ele estava há mais tempo realizando os trabalhos da Igreja nessas comunidades e interagia mais com as pessoas de forma bastante carismática. Os fiéis se dirigem a ele de um modo que representa respeito, afetividade. O vocativo é formado por duas palavras: “Padre Toninho”⁷⁹. A primeira é um substantivo que se refere ao seu papel social e a segunda é seu nome, no diminutivo, sugerindo mais carinho e proximidade. As pessoas também empregam o pronome de tratamento “senhor”, reiteradamente, referindo-se à pessoa desse padre. Assim, evidencia-se que reconhecem a posição superior do padre em relação a elas, o que caracteriza uma relação assimétrica, de acordo com a força de poder (Silva, 2008); mesmo assim, há uma reciprocidade na interação entre o padre e os fiéis.

Com relação às duas falas dirigidas ao Padre Geraldo, nota-se que ainda há uma visão de hierarquia entre ele e os fiéis. O vocativo dirigido a ele também é formado por duas palavras (papel social + nome próprio): “Padre Geraldo”. Há ausência de outras formas de tratamento na fala de PD08 (enunciado 76); na fala de PP15 (enunciado 77), usa-se regularmente o pronome de tratamento “senhor”, mas também não se percebe uma relação de proximidade entre eles, talvez devido ao fato de o padre estar há pouco tempo na paróquia, em comparação ao Padre Toninho.

⁷⁹ Quando começamos as visitas às comunidades para a coleta dos dados, era Padre Antônio quem mais celebrava nas capelas, principalmente durante as festividades religiosas. Depois de um período, ele foi transferido de paróquia e de cidade. Por isso, no dia em que visitamos pela terceira vez as famílias das comunidades rurais, fizeram referência a sua partida e manifestaram sentir sua ausência.

Foto 4	Identificação	Justificativa
	Gustavo Brasileiro, prefeito de Patrocínio-MG.	Gustavo Brasileiro é o atual prefeito de Patrocínio-MG. Escolhemos sua foto para analisarmos como os moradores das comunidades rurais se dirigiriam a ele, julgando que eles explicitariam tratamentos ligados à formalidade, influenciados pela relação de hierarquia que há entre eles.

(78) “**Prefeito**, você foi criado igual nós mesmo. Então o senhor segue a vida, Deus te deu essa... iluminar nesse caminho, né, o senhor é um prefeito que merece e eu daria uma receita pro senhor ou de rosca ou de bolo, de biscoito. Eu ganhei um livrinho muito especial, que eu ganhei, então eu gostaria de passar pro senhor também.” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

(79) “Ô, **Gustavo**, tudo bom? Cê vai comprá uns livrinho aqui prá ajudá a comunidade.” (PD14, 78 anos, analfabeta).

(80) “**Gustavo**, vou fazer um pão de queijo gostoso e vou levar no seu gabinete pra você provar da receita do livro do Gilberto.” (PP15, 58 anos, educação básica completa).

(81) “**Prefeito**, olha aqui o livro que a gente tem de receitas das comunidade... tal... né...” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

(82) “Oi, tudo bem? Como o senhor tá? A gente fez um projetinho de um livrinho com receitas de quatro comunidades com comidas típicas. O senhor quer dar uma olhadinha? Dar uma forcinha?” (PD05, 25 anos, educação básica completa).

O tratamento concedido ao Prefeito Gustavo é bem diverso, justificado pelo fato de que, na época da gravação relacionada à atividade com as fotos, ele estava há poucos meses no cargo e pela primeira vez. Ainda não era tão conhecido pela população das comunidades rurais. As pessoas o identificam por fotos e associam seu nome ao cargo do executivo municipal.

Há um tratamento conflitante para a elaboração da face, como se percebe, por exemplo, no enunciado (78). O vocativo empregado é “Prefeito”, indicando o reconhecimento da hierarquia entre os interlocutores. No entanto, a pessoa dá

continuidade à fala, empregando dois pronomes de tratamento com efeitos de sentido divergentes quanto ao nível de proximidade entre os interlocutores: “você” e “senhor”. Portanto, fica indefinida a elaboração da face, nesse caso.

Nas duas situações em que o prefeito é chamado pelo nome, enunciados (79) e (80), o pronome de tratamento “você” foi usado, porém não corresponde à informalidade que possivelmente haveria no tratamento face a face. O Prefeito Gustavo é um homem jovem, com 41 anos de idade, talvez por isso a indefinição das pessoas quanto ao emprego de um tratamento que dispense o uso de “senhor”, considerando também que as falantes possuem idade maior que o prefeito. No entanto, a falante do enunciado (82), que é mais jovem que o prefeito, refere-se a ele como uma autoridade, chamando-o de “senhor”: identifica-se a relação de poder que há entre eles.

Desse modo, registramos que as pessoas devem manifestar respeito e consideração pela autoridade do prefeito, mas há atitudes irregulares ao evidenciar uma relação simétrica ou assimétrica com ele, por meio da interação verbal.

Foto 5	Identificação	Justificativa
	Professor Leandro (ILEEL/UFU)	A intenção ao incluir esta foto é perceber como os entrevistados podem reagir diante de alguém mais jovem, que não conhecem, tentando estabelecer contato. Como falariam do livrinho de receita para essa pessoa?

(83) “Oi, **jovem**, tudo bem? Nós tamo andano aqui com um livrinho de receita de comida, ocê tá com um jeitinho muito bom, ocê vai ajudá nós...” (PD14, 78 anos, analfabeta).

A foto do Professor Leandro provocou uma reação nas pessoas de forma que discutissem bastante sobre possíveis entraves para lhe oferecerem o livrinho. Além da condição de ser desconhecido, a questão do sexo e da idade juntos contribuíram para que as pessoas se convencessem de que ele não se interessaria por receitas de quitandas caseiras. Argumentaram também que seria difícil abordá-lo para uma conversa, a não ser que ele estivesse presente em um grupo do convívio das pessoas, o “papo” fluindo de forma a permitir a interação pretendida. Apenas uma falante, PD14 (exemplo 83), manifestou, com muita desenvoltura, como faria para falar sobre o livrinho com ele: “Oi, **jovem**, tudo bem?”. Ela disse que não tem dificuldades para conversar com estranhos.

Embora os participantes não tenham demonstrado habilidade para falar do livrinho ao “jovem” que não conheciam, quiseram saber sua identidade. A admiração tornou-se inevitável, como nos exemplos da PP15 (58 anos, educação básica completa):

- (84) “Não! Professor? **Gente**, que gracinha!”
- (85) “**Gilberto**, mas que coisa mais linda!”
- (86) “**Gente**, olha procê vê!”
- (87) “Gracinha, **gente**!”

Diante de expressões repletas de admiração, aproveitamos a situação para conversar sobre a relação assimétrica e simétrica no processo de interação entre o orientador e o pós-graduando pesquisador. A diferença de idade aparece de forma oposta ao papel social, entretanto esse fato não representa obstáculo para o desempenho de nossas funções. Essa discussão aconteceu de forma a evidenciar o respeito entre as pessoas na realização de suas atividades profissionais, por exemplo. Ressaltamos que a escolha lexical para conduzir a conversa com os participantes foi adequada ao entendimento deles, por isso nos contivemos para não usar os termos apropriados/acadêmicos, como são usados em estudos linguísticos.

Foto 6	Identificação	Justificativa
	Desconhecida	A foto foi retirada da internet por considerar que há afinidade entre realidade fotografada e a realidade das comunidades: quitandas caseiras. No entanto, deve se observar que a pessoa da foto parece ser da zona urbana e infere-se que trabalha com quitandas: é uma <i>chef</i> .

- (88) “**Chef**, eu gostaria de aprender umas receitas suas e olha esse livrinho para poder incluir.” (PP15, 58 anos, educação básica completa)

Foto 7	Identificação	Justificativa
	Desconhecida	A foto também foi retirada da internet com a mesma intenção da foto 6. A diferença é que a senhora desta foto vive realidade semelhante às pessoas que nos forneceram as receitas, está na zona rural. Faz as quitandas para a alimentação da família e, provavelmente, das visitas.

(89) “Oi, **Dona Maria**, eu ganhei uns livros, a senhora faz umas quitandas muito gostosas, a senhora gostaria de experimentar as quitandas do livro aí no forno da senhora?” (PD06, 44 anos, educação básica completa).

(90) “Oi, **Dona Maria**, boa tarde! Os pão ficou muito bonito. A senhora qué um livro para a senhora experimentá as receitas da nossa comunidade?” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

(91) “Ô, **cumade**, cê tá fazeno uns biscoito aí tão bunito, cê podia entrá aqui no livrinho que o Sô Gilberto feiz!” (PD14, 78 anos, analfabeta).

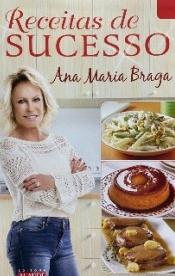
As fotografias 6 e 7 foram mostradas juntas com o propósito de provocar nas pessoas participantes a atitude de identificação com a realidade sociocultural delas, no que se refere à fabricação das quitandas caseiras. Como as pessoas que forneceram as receitas para a organização do livrinho vivem na zona rural, houve identificação incondicional com a senhora que faz as quitandas no ambiente também rural. Expressaram-se com bastante espontaneidade e contentamento por perceberem na fotografia elementos com os quais se identificam em suas vivências.

Enquanto a mulher que aparece com as roupas apropriadas para um trabalho de caráter mais profissional (foto 6) é chamada de *chef*, a outra (foto 7) recebe um tratamento bem mais familiar, adequado ao modo de vida das pessoas que conservam o respeito pelos mais idosos, fato que percebemos na convivência diária entre as pessoas das comunidades rurais que visitamos.

As falantes dos enunciados (89) e (90), filha e mãe, respectivamente, combinaram que dariam um nome à senhora e acrescentaram uma palavra que indica um tratamento respeitoso; assim, construíram o vocativo “Dona Maria”. O uso do nome próprio evidencia que conhecemos o interlocutor; a palavra “dona” acrescenta uma atitude respeitosa à pessoa, não no sentido de hierarquia (como na relação de poder), mas no sentido de consideração que se tem com a outra pessoa, assim como acontece com a palavra “senhora” nessas mesmas falas.

Por sua vez, a falante do enunciado (91) busca mais proximidade com a mulher da foto, chamando-a familiarmente por meio do vocativo “cumade”, cujo sentido nesse contexto é o resultado da ação de uma amadrinhar o filho da outra. No espaço rural, tal situação é muito comum, especialmente entre as pessoas mais idosas, gerando entre elas

mais afinidades, entrosamento e cumplicidade na convivência diária. Enfatizamos o tom elogioso que as falantes empregam para falar das quitandas da outra pessoa, manifestando, inclusive, o mérito de suas receitas serem incluídas no livrinho organizado.

Foto 8	Identificação	Justificativa
	Ana Maria Braga (apresentadora de TV)	A escolha dessa foto se justifica pela possibilidade de perceber como as pessoas moradoras das comunidades rurais, que contribuíram para a organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras, poderiam se comportar diante de uma pessoa famosa por apresentar um programa de TV que também divulga muitas receitas culinárias.

(92) “Oi, **Ana Maria Braga**, é um prazer conhecer né. Assisto seus programas, vejo suas receitas. Você também tem um livro, também estou divulgando um livro de receitas caseiras. Um dia se tiver uma oportunidade de você fazer uma receita no seu programa para divulgar, eu agradeço.” (PD06, 44 anos, educação básica completa).

(93) “Oi, **Ana Maria!** Sua receita é do sucesso. A nossa é ENROSCADO NAS QUITANDA. Ocê aceita um livro?” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

(94) “**Ana Maria**, está aqui para competir com nós duas!” (*mostrando o livrinho*) (PP15, 58 anos, educação básica completa).

(95) “Ô, **Ana Maria**, já que ocê divulga o trabalho de todo mundo, eu vou querê que você divulga esse livrinho aqui para mim, no seu canal, na sua televisão!” (PP12, 60 anos, educação básica incompleta).

Com relação à pessoa de Ana Maria Braga, foto 8, percebe-se que o posicionamento dos falantes não lhe atribui o mérito do sucesso das receitas de forma superior, ou seja, não consideram as receitas da apresentadora como melhores; propõe-se uma situação de competição no sentido de que são receitas de costumes diferentes, cada uma tem seu valor. O diferencial da apresentadora Ana Maria é que sua fama pode contribuir para o sucesso de outras pessoas a partir do momento em que lhes forem

concedidas oportunidades, como expõe em sua fala o informante do enunciado (95). Os vocativos usados pelos participantes são todos representados pelo nome próprio, o que se deve ao fato de que todos a conhecem pela televisão, mesmo não mantendo contato físico com ela. Isso não constitui um dificultador para que estabeleçam com ela uma relação simétrica, na horizontalidade. Os vocativos estão na posição inicial, seguidos da forma pronominal de tratamento “você”, caracterizando um uso que gera sentido de reciprocidade entre os interlocutores.

De modo geral, constatamos que os moradores das comunidades rurais demonstram que têm mais facilidade para interagir com as pessoas que lhe são próximas, familiares ou com quem se identificam socioculturalmente. Outro fator que possibilita a aproximação e a interação é o objeto da interlocução, como no caso do livrinho de receitas. Ou seja, é mais exitoso falar de algo relacionado às experiências pessoais e sociais.

5.2.4 O vocativo representado pelas formas reduzidas “sô/sá”

Conforme Moreira e Alkmim (2013, p. 73) “No dialeto mineiro, o pronome de tratamento *senhor* se realiza de diferentes formas, como *sinhô*, *seu* e *sô*”. Em nossa análise, vamos destacar a forma reduzida “sô/sá”, com a função de vocativo. Para isso, vamos nos valer de algumas especificidades expostas pelas autoras, que numeramos de I a V, e as analisamos em conformidade com os dados coletados durante nossa pesquisa, totalizando 52 ocorrências de vocativos representados por essa forma.

I) “As formas reduzidas são reconhecidas pelos falantes como marcas do dialeto rural e/ou ausência de escolaridade” (Moreira; Alkmim, 2013, p. 78).

Tabela 9 - Escolaridade dos falantes das formas reduzidas “sô/sá”

Escolaridade	Rural		Urbano	
Educação Básica Incompleta	48	98%	03	100%
Educação Básica completa	01	2%	-	-
Total	49/52	94,2%/100%	03/52	5,8%/100%

Fonte: elaborada pelo autor.

As 52 ocorrências de vocativo representado pela forma reduzida sô/sá provêm realmente de falantes da zona rural, na sua quase totalidade (94,2%). Nossos dados

também confirmam que foram empregados por falantes cujo nível de escolaridade é menor, incluindo entre esses falantes uma senhora analfabeta. Transcrevemos o único exemplo em que a forma reduzida aparece em um enunciado produzido por uma falante com maior nível de escolaridade (PD05, 25 anos, educação básica completa):

- (96) “Ê, **sô Gilberto**, o senhor não tinha visto muita gente dourada, pelo menos hoje o senhor...”.

Nesse caso a forma reduzida “sô” foi empregada junto com nome próprio, em posição inicial, sendo o único caso com essa estrutura. Em todas as outras ocorrências, “sô/sá” aparecem sozinhos como vocativo, como nos exemplos:

- (97) “Igual o INSS, o tanto de dinheiro que catô de nós né, **sá**” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta)
- (98) “Eu falo assim, ó: tem tantas pessoa boa, né, **sá**, e a gente num conhece... **sá**” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta)
- (99) “Ô, **sô**, eu conheço aquela mulhé!” (PD14, 78 anos, analfabeta)

II) nos casos em que o item *senhor* corresponde sintaticamente a um vocativo, a redução do mesmo para *sô/sá* pode ser influenciada pela mudança de posição do vocativo na oração, isto é, de [Voc + Or] para [Or + Voc]” (Mpreira; Alkmim, 2013, p. 74).

Separamos e excluímos dessa análise os três exemplos de enunciados com vocativos representados por “sô/sá”, produzidos por falantes da zona urbana; nos três casos, o vocativo ocorreu na posição intercalada canônica (Or + Voc + Or).

Tabela 10 - Posição do vocativo “sô/sá” na oração

Estrutura	Nº	%
Voc + Or	07	14,3%
Or + Voc + Or	12	24,5%
Or + Voc	30	61,2%
Total	49	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Nossos dados confirmam também grande percentual de vocativos representados por “sô/sá” na posição final das orações (Or + Voc). São ocorrências que indicam a função

fática do vocativo. Os interlocutores já estabeleceram contato para a interação e o vocativo tem a função de garantir a continuidade desse contato. Seguem três exemplos:

- (100) “Agora de noite eu acho ruim, que a Helena posa sozinha, **sá.**” (PD14, 78 anos, analfabeta).
- (101) “Ficou bonito, bão hein, **sô.**” (PD16, 60 anos, educação básica incompleta, 4º ano primário).
- (102) “E eu acho engraçado que eles acha o nome da gente né, **sô.**” (PD10, 84 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

A outra posição com mais ocorrência de vocativo “sô/sá” é a posição intercalada na forma canônica (Or + Voc + Or), que também desempenha a função de manter o contato entre os interlocutores, como nos exemplos:

- (103) “Tem que fazer assim, **sô...** publicar, ganhar o dinheirinho...” (PD01, 44 anos, educação básica incompleta).
- (104) “Ê minino bão pra mim, **sô**, ele faiz tudo...” (PD10, 84 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).
- (105) “Ele vai tirar o leitinho ali, porque a bezerra da vaca morreu, **sá**, a bezerra mais bonita.” (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

III) Quando colocadas à esquerda da oração, são precedidas de interjeição. (p. 82)

Ampliamos essa especificidade exposta por Moreira e Alkmim (2013) e relacionamos à exposição de Neves (2018b), destacando a associação do vocativo com a interjeição “Ô”, especificando-a como uma interjeição mais típica do chamamento.

Nessa posição encontramos sete ocorrências. São elas:

- (106) “Ô, **sá**, mas me deu uma dó dele...” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).
- (107) “Ô, **sá**, é aquele que tem os filhos gêmeos.” (PD01, 44 anos, educação básica incompleta).
- (108) “Ô, **sá**, quando eu era pequena eu comia treis pamonha dessas!” (PD13, 69 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).
- (109) “Ô, **sô**, eu conheço aquela mulhé!” (PD14, 78 anos, analfabeta)
- (110) “**Sô**, mais num tá achano remédio que controla ela.” (PD14, 78 anos, analfabeta).

(111) “**Sô**, eu te mostrei elas aqui, te mostrei não?” (PD01, 44 anos, educação básica incompleta).

Nas cinco ocorrências em que a interjeição antecede a forma reduzida “sô/sá”, enunciados de 106 a 109, percebe-se emoção no contexto de uso do vocativo, como no enunciado (108) em que a falante já expressa sentimento de admiração pela quantidade de pamonhas que comia quando criança. Nas duas ocorrências em que não se emprega a interjeição, a fala é mais objetiva, como no enunciado (111) em que a falante se mostrava convicta de que teria providenciado uma foto de rosca e enviado ao seu interlocutor. No momento da fala, ela está conferindo a realização de sua ação, no aplicativo do *WhatsApp*.

IV) “Tanto à esquerda da oração, quanto à direita, o vocativo pode corresponder a *sô/sá + nome próprio*” (Moreira; Alkmim, 2013, p. 84).

Encontramos apenas uma ocorrência em que o vocativo se apresenta na estrutura “sô/sá + nome próprio”:

(112) “Ê, **sô Gilberto**, o senhor não tinha visto muita gente dourada, pelo menos hoje o senhor...”. (PD05, 25 anos, educação básica completa).

Houve outra situação em que a forma “sô” aparece acompanhada de nome próprio, mas não exerceu a função de vocativo:

(113) “Ô, cumade, cê tá fazeno uns biscoito aí tão bunito, cê podia entrá aqui no livrinho que o **Sô Gilberto** feiz!” (PD14, 78 anos, analfabeta).

V) “A forma reduzida “sô”, na função de vocativo, é atribuída a pessoas indiferentemente de sexo e idade, ou seja, essa variante é direcionada a velhos, adultos e crianças de ambos os sexos” (Moreira; Alkmim, 2013, p. 83).

Em nossos dados a forma reduzida “sô” foi atribuída especificamente para pessoas do sexo masculino; em nenhuma situação foi atribuída para mulheres. Inclusive houve um caso em que a falante se dirigiu a mim, pesquisador Gilberto, da seguinte forma:

(114) “Não, **sá... sô.**” Eles tá assim... (PP10, 53 anos, educação básica incompleta).

A atitude imediata da falante ao perceber que havia empregado a forma feminina para se referir a mim, do sexo masculino, foi de fazer a correção para adequar a forma reduzida ao sexo do interlocutor.

Como não tivemos informantes crianças, não fizemos comentários para analisar o dado. Com relação à idade dos interlocutores, constatamos que o enunciador realmente usa as formas “sô/sá” sem observar a idade da pessoa a quem se dirige para chamá-la. Apresentamos os exemplos:

- (115) “Ô, **sá**, quando eu era pequena eu comia treis pamonha dessas!” (PD13, 69 anos, para uma interlocutora de 29 anos, que me acompanhava na visita).
- (116) “Esses dias não tô muito boa não, **sá!** O diabete subiu...” (PD14, 78 anos, para uma interlocutora de 54 anos, que me acompanhava na visita).
- (117) “E eu acho engraçado que eles acha o nome da gente né, **sô.**” (PD10, 84 anos para mim, pesquisador, 55 anos).
- (118) “Ficou bonito, bão hein, **sô!**” (PD16, 60 anos, para mim, pesquisador, 55 anos).

A conclusão é que não há ocorrências em que se evidencia a manifestação de respeito pelo interlocutor numa relação assimétrica, por meio da forma “sô/sá”, observando a idade.

Por fim, destacamos que a forma reduzida “sô/sá”, além dos critérios analisados, pode expressar mais informações para além do tratamento. Relatamos, conforme nossos dados coletados, o seguinte exemplo:

- (119) “Presta atenção, **sô!**” (*dito de forma mais alta e com firmeza, com olhar fixo para mim...*) (PD09, 72 anos, educação básica incompleta, 3º ano primário).

A falante estava sentada em um banco de madeira de frente para mim e seu esposo, sentados no sofá. Ela estava me orientando como chegar à casa de uma amiga que havia indicado para também nos fornecer receitas de quitandas caseiras. Enquanto ela falava, delineando com o dedo sobre o banco o caminho até a casa, eu me distraí com uma fala de seu marido. Ela interrompeu a fala, ficou com o dedo imóvel sobre o banco e me advertiu: “Presta atenção, **sô!**”. O vocativo representado pela forma reduzida “sô”,

indicou mais informações além do simples chamamento: a interrupção das orientações, a elevação da voz e o olhar fixo para mim me advertiram que fui indelicado por não estar atento ao que ela me dizia, pois eram informações relevantes e necessárias para mim, naquela situação.

Na sequência, analisamos as ocorrências de vocativos isolados, que exibem mais informações nos atos de interação, além da função de fazer um chamamento. Depois, discorremos a respeito dos vocativos duplos.

5.2.5 Vocativos isolados

Os vocativos isolados são aqueles que, sozinhos, constituem o enunciado. Segundo Moraes e Silva (2011, p. 106), eles têm especificamente a função de chamamento, com o objetivo de requerer atenção ou a presença da pessoa interpelada. No entanto, essa compreensão pode ser ampliada, uma vez que um chamamento se realiza com um propósito específico. Portanto, a análise do emprego do vocativo isolado se concretiza englobando fatores que se envolvem no ato de interação.

Em nossa coleta de dados, encontramos 26 ocorrências de vocativos isolados, sendo 15 na zona rural e 11 na área urbana. Nossa objetivo, nessa subseção, é enumerar e comentar as ocorrências, detalhando a situação em que foram usados, pois, mesmo isolados, estão ligados a um ato de comunicação, antecedendo ou sucedendo outro enunciado.

Apresentamos primeiro as ocorrências de vocativo isolados por falantes das comunidades rurais. Durante a terceira visita à família da comunidade de Caxambu, enquanto conversávamos com os pais, o filho folheava e lia o livrinho de receitas. Ele encontrou um caso em que o emprego da vírgula foi omitido e fez a observação. Transcrevemos o trecho da conversa em que ocorre o uso do vocativo isolado:

Exemplo (1)⁸⁰:

⁸⁰ Os participantes da conversa são identificados assim: B (Berenice: a mãe); Gil (Gilberto: o pesquisador); RA (Rafael; o filho); RO (Roberto: o pai).

B: Rafael, ocê tá ensinano o professor de português, Rafael?
 Gil: Não achou mais não, Rafael?
 RA: Teve mais cuidado ainda na parte dos empregos...
 Gil: De escrever do jeito que todo mundo entende?
 G: Só faltou mais uma aqui... (*mais uma vírgula*)
 RO: **Rafael!** (*dito de forma serena, olhando fixamente o filho, para que não comentasse sobre a falta da vírgula, subentendendo que eu ficaria constrangido...*)
 RA: Faltou outra vírgula. “Depois,” (*pronunciando: vírgula*) ou será quebra de linha?

Nesse fragmento, o filho (PD08 - 20 anos, educação básica completa) falava a respeito da ausência da vírgula. Apesar da observação da mãe “Rafael, ocê tá ensinano o professor de português, Rafael?”, o pai também interveio, valendo-se apenas de um vocativo isolado: “Rafael!”. No entanto, o modo de falar do pai, advertindo muito polidamente o filho, para que não apontasse o “erro” do professor, deixou implícito que não seria uma atitude agradável por parte do filho. De acordo com o posicionamento do pai, observamos um exemplo de uma relação assimétrica entre os interlocutores (o filho e o pesquisador), em que, além do respeito ao pesquisador e organizador do livrinho como um “professor de português”, há também a diferença de idade entre eles.

Exemplo (2):

Minha esposa disse à interlocutora: “Meu tio machucou muito a perna e não quer ir para o hospital.”

“Menina!” (PD01, 44 anos, educação básica incompleta)

Durante outra visita à mesma família da comunidade de Caxambu, conversávamos a respeito de um acidente com veículo numa rodovia próxima, envolvendo uma pessoa de nossas relações familiares. Após o relato, Berenice (PP01) disse para minha esposa, que nos acompanhava: “Menina!”

Esse vocativo, representado por um substantivo, expressa a reação de espanto, de admiração da falante, diante do relato do acidente. Trata-se de um chamamento que parece não se referir a um destinatário específico, mas leva em consideração o sexo da interlocutora para usá-lo.

Exemplo (3):

Você vai entrá naquela estrada do lado do antigo grupo e... (*interrompe a fala porque me distraí e não a ouvia...*)

“Gilberto!” (PD09)

Esse vocativo isolado foi usado pela PD09 (72 anos, 3º ano primário), da comunidade de Dourados, na primeira visita que fizemos a ela. A situação em que ocorreu foi a seguinte: ela queria falar comigo, mas eu estava conversando com o seu esposo, sentados num sofá diante dela; chamou-me pelo nome e esperou que olhasse para continuar a conversa.

Para analisar esse exemplo de vocativo isolado, alicerçamos em Mundim (1981, p. 45) ao ressaltar que o vocativo deve ser visto como um elemento fático, para estabelecer e prolongar o contato com o interlocutor. Além dos vocativos tradicionalmente consagrados pelas gramáticas, são enumeradas expressões verbais e não verbais que, juntamente com os vocativos, estabelecem tal contato. No exemplo em análise, podemos incluir o olhar como a expressão não verbal que garante o fortalecimento do contato da falante PD09 com o interlocutor para emitir a mensagem.

Os vocativos do exemplo (4) foram empregados por duas pessoas que apresentavam o evento de despedida de solteiro, chamado de “chá de panela”, na comunidade de Samambaia. Nesse caso, os vocativos são usados realmente só para chamar os noivos, de acordo com a organização das atividades do evento. Portanto, estão empregados de acordo com as particularidades de como acontece essa confraternização com os noivos.

Exemplo (4)

“Pedro!”

“Helena!”

Observamos que, na zona rural, apenas o vocativo do exemplo (2) não é nome próprio. Na área urbana, quanto às formas de tratamento vocativas, o uso dos nomes próprios como vocativos isolados é menos frequente, conforme nos mostra a tabela seguinte (Tabela 11):

Tabela 11 - ocorrências de vocativos isolados

Formas de tratamento	Zona rural		Zona urbana	
Nome próprio	10	90,9%	03	20%
Outras formas de tratamento	01	9,1%	12	80%
Total	11	100%	15	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Nossa observação mostrou que, na área urbana, o uso do nome próprio como vocativo isolado só aparece em enunciados produzidos em contextos de muita proximidade entre os interlocutores, como nos exemplos que apresentamos:

(5) “Ô, **Batista!**” (PP01) (*cumprimentando o representante comercial que chegou ao estabelecimento; a intenção foi estabelecer contato com o interlocutor, uma pessoa conhecida, assim que entrou no estabelecimento e foi visto pelo proprietário*).

(6) “**Gilberto!**” (PP09) (*estávamos sentados à mesa, durante a gravação, acompanhados de nossas esposas; o participante me chamou oferecendo uma xícara de café: disse meu nome, segurando a xícara e olhando para mim*).

(7) “**Daniel! Daniel!**” (PP14) (*a funcionária do caixa do supermercado, enquanto atendia um freguês, precisou do auxílio de um colega de trabalho e o chamou pelo nome de uma forma persistente, por meio da repetição de seu nome*).

Os outros casos de uso do vocativo isolado são relacionados a situações de estabelecimento de contatos em que não há proximidade entre os interlocutores em comunicações ocorridas em estabelecimentos comerciais. São vocativos representados por substantivos relacionados às características físicas (menino, moça); parentesco (tia); tratamento familiar (amigo); tratamento pronominal (senhor). Apresentamos alguns exemplos:

(8) “Ô, **menina!**” (PP13) (*chamando a criança do sexo feminino para lhe entregar o sorvete*).

(9) “**Tia!**” (PP03) (*relatando como uma criança lhe chamou para ser atendida no trailer de sorvete*).

- (10) “**Meu amigo!**” (PP03) (*relatando como seu esposo chamou um jovem para atendê-lo no trailer de sorvete*).
- (11) “**Senhor!**” (PP13) (*forma como chamou um homem de mais idade, acompanhado de algumas crianças, para entregar o sorvete que havia pedido*).

Além dessas formas de uso do vocativo isolado, que aparecem nos exemplos, encontramos outra forma que se emprega como esse tipo de vocativo, no entanto está inserido em um contexto bem peculiar. Várias vezes em filas de seções do supermercado, havia uma certa indefinição quanto ao freguês que seria atendido. Por isso, o atendente se aproximava e dizia “Próximo!”. Esse vocativo, no momento em que é dito, não se refere a um interlocutor definido para o enunciador: pode ser uma daquelas pessoas que estão no campo de visão do atendente, realmente bem próximas do balcão onde acontece o atendimento. Registraramos também a ocorrência desse vocativo no *trailer* de sorvete, usado pela atendente, nas mesmas circunstâncias que observamos nas seções do supermercado.

5.2.6 Vocativos duplos

Encontramos em nossos dados cinco ocorrências envolvendo o vocativo empregado duplamente no mesmo enunciado. O registro dessa ocorrência ainda não foi encontrado em manuais de gramática da Língua Portuguesa. Encontramos tal registro, originalmente, em Nogueira (2019, p. 68): “Os vocativos desse tipo aparecem duas vezes na mesma oração, sendo no início e no final da oração, podendo ser dois vocativos iguais ou dois vocativos diferentes para referir-se ao mesmo destinatário”. Apresentamos os seguintes exemplos de nossa coleta:

- (1) “**Rafael**, me dá o telefone aí, **fio!**” (PD01)
- (2) “**Rafael**, ocê tá ensinano o professor de português, **Rafael!**” (PD01)
- (3) “**Rafael**, deixa, **Rafael**, tadinho!” (PD01)
- (4) “Não, **fia**, essa Vanda é outra, **filha!**” (PP10)

No enunciado (1), o vocativo duplo foi empregado primeiro para chamar a atenção do destinatário, utilizando recurso prosódico de elevação da voz, pois o filho Rafael não estava próximo fisicamente da mãe, que lhe pediu um favor. O distanciamento físico é

confirmado pelo emprego do advérbio “aí” que, tradicionalmente, indica a localização do objeto próximo do ouvinte. Esse primeiro vocativo, representado por um nome próprio, refere-se a um chamamento e o segundo é um recurso para enfatizar, considerando que o destinatário já havia sido especificado pelo primeiro vocativo, o qual foi substituído por uma forma nominal de tratamento familiar, de parentesco (fio), expressando, inclusive, afetividade da falante, que é a mãe.

No enunciado (2), a ênfase que se dá ao destinatário do vocativo duplo, por meio da repetição do nome próprio, explicita uma atitude de advertência da mãe devido ao fato de o filho Rafael estar mostrando um “erro” de português, encontrado no texto escrito pelo professor. Aparentemente, ela não concorda com o filho, como se não fosse elegante fazer tal correção, provocando constrangimento ao professor, que, na visão da mãe, ocupa posição superior em relação ao seu filho Rafael.

O enunciado (3) está no mesmo contexto do enunciado (2). Portanto, o vocativo duplo está inserido numa fala para enfatizar o posicionamento da mãe, numa tentativa de persuadir o filho a não apontar o “erro” e deixar o professor numa posição de “coitado”.

Por último, o enunciado (4) em que a mãe se esforça para desfazer o equívoco da filha sobre referências a uma determinada pessoa, emprega um tratamento ligado ao parentesco, mas com palavras de variedades linguísticas diferentes: “fia” (vernacular) e “filha” (culto). A ordem como a mãe usou as duas palavras sugere que ela tenha querido empregar a palavra “filha” de forma que demonstrasse conhecimento de uma variedade de mais prestígio, como se monitorasse a própria fala e tentasse se aproximar de uma situação de mais formalidade.

Quanto à posição dos vocativos duplos, como expõe Nogueira (2019), os enunciados (1) e (2) atendem ao critério apresentado na definição: são empregados no início e no final da oração. Por outro lado, os enunciados (3) e (4) apresentam os vocativos na posição intercalada canônica. Não consideramos que essa diferença no posicionamento interfira na comunicação, uma vez que tanto na posição intercalada canônica quanto na posição final o vocativo tem o objetivo de manter o contato entre os interlocutores. Dessa forma, não ocorre alteração quanto ao sentido produzido pelo enunciado, pois analisar apenas a posição do vocativo na oração, que é uma questão gramatical, não é suficiente para registrar o que está vinculado à fala, expressando, inclusive, o estado emocional do enunciador no contexto específico de uso do vocativo.

Em nossos dados, encontramos também enunciados com dois vocativos, mas se referindo a interlocutores diferentes. Eles ocorreram em interações das quais participaram

três ou mais falantes. São contextos nos quais os vocativos contribuem para garantir e fortalecer o contato entre os interlocutores, uma vez que ocorre uma mudança do chamamento, mas sem interromper o que está sendo enunciado. Apresentamos um exemplo:

- (5) “Ele não tem mais não, **Vanilda**, oitenta e cinco é muita coisa, né, **minino**? ”
 (PD11, 77 anos, educação básica incompleta, 4º ano primário).

No enunciado (5), eu comentava sobre um senhor, vizinho da falante PD11, que havíamos visitado; a irmã da falante, Vanilda, fez referência à idade desse senhor, supondo que tivesse mais de 85 anos. Então, a falante se manifestou, interagindo primeiro com a irmã (Vanilda), e depois se dirigiu a mim (minino), com o intuito de que eu concordasse com a opinião dela. Se eu não estivesse atento, acompanhando a conversa, não teria condições de interagir.

Por fim, além do vocativo isolado e do vocativo duplo, registramos uma ocorrência em que a pessoa chamada não é aquela que está na presença do falante, mas sim outra pessoa que se encontra mais distante, mesmo que ainda seja vista pelo falante. O contexto foi o seguinte: estávamos no ponto turístico do Cristo, na área urbana de Patrocínio-MG, e nos preparávamos para conversar com a dona do *trailer* de sorvete. Nós nos afastamos um pouco para nos sentarmos ao lado da máquina de sorvete onde ela iria atender, enquanto faríamos a gravação. No entanto, um atendimento ficou pendente no *trailer*. Para resolver, de onde estava, disse assim, orientando a mãe, que era sua ajudante:

- (6) “**Mãe**, os churros é da moça, aquela de rosa.” (PP03)

O chamamento foi endereçado à mãe, que estava fisicamente mais distante que eu, o pesquisador. Ela precisou elevar o tom da voz de forma que a mãe a ouvisse, ao mesmo tempo em que a freguesa também recebeu a informação de que seu pedido já lhe seria entregue. Em situações assim, o falante precisa se monitorar pra não elevar muito o tom de voz, como se gritasse, pois corre o risco de ser indiscreto, permitindo que outras pessoas ouçam o que não seria necessário. Além disso, quem está próximo da pessoa que fala alto pode não ser tolerante e considerar a atitude indelicada.

Na sequência, analisamos o vocativo representado pelo substantivo “moço(a)”.

5.2.7 Vocativo representado por “moço(a)”

Quando os falantes estão em interação, o espaço social determina e condiciona as escolhas das formas de tratamento entre elas, além de se observar a relação que há entre as pessoas na sociedade em que estão inseridas.

Nosso objetivo é analisar o uso do vocativo “moço(a)”, empregado pelos atendentes nos estabelecimentos comerciais em que coletamos os dados. Essa palavra está incluída num grupo de formas de tratamento nominais em que não há entre as pessoas uma relação de posição inferior e superior, como “amigo”, “chefe”, “cara”.

Apresentamos um quadro com os exemplos de nossa coleta de dados em que “moço(a)” foi empregado como vocativo, juntamente com exemplos que usam outras palavras similares. Todos os exemplos são produzidos por falantes da zona urbana, pois o contexto comunicativo que favorece seu emprego é específico da cidade; não encontramos ocorrências desse tipo na zona rural.

Quadro 13 - Ocorrências do vocativo “moço(a)” e tratamentos similares

Estabelecimento comercial	Participante que usou o vocativo ⁸¹	Enunciados com o vocativo
Padaria do supermercado	PP05, 20 anos, educação básica completa, mulher	(1) “Aqui, moço , ó. Eu coloquei dois num e outro noutro.” (<i>aparentemente, ele tinha mais idade que a atendente</i>).
Açougue do supermercado	PP06, 28 anos, educação básica completa, homem	(2) “Mais alguma coisa, amigo ? ” (3) “Ela tá meio gorda. Pode ser, moça ? ” (4) “Mais alguma coisa, moça ? ” (5) “Um quilo e meio, amigo ? ” (6) “O que mais, moço ? ” (7) “O que mais, chefe ? ” (<i>usado três vezes para fregueses diferentes</i>)
Caixa do supermercado	PP14, 62 anos, educação básica completa, mulher	(8) “ Moça , pode trazer aqui, ó.”
Caixa do supermercado	PP07, 28 anos, educação básica completa, mulher	(9) “Você vai querer o cupom, moço ? ” (10) “É débito, moço ? ” (11) “Vai querer o cupom, moço ? ” (12) “É associado, moço ? ” (13) “Mais alguma coisa, moço ? ” (14) “Qual é a senha, moço ? ”
Atendente da farmácia	PP08, 20 anos, ensino médio completo, mulher	(15) “Oi, moço , posso ajudar? ” (16) “ Moça , não é nem o preço de custo nosso.”

Fonte: elaborado pelo autor.

⁸¹ A variável independente sexo não foi controlada na coleta e análise dos dados. No entanto, especificamente no caso do vocativo “moço(a)”, identificamos o sexo do(a) participante para viabilizar a análise, conforme nosso objetivo.

Para orientar a análise, fundamentamo-nos em Balsabobre (2015b), que expõe particularidades sobre os vocativos representados por “moço” e “moça”. Apresentamos três delas, numeradas de I a III, e comentamos conforme os dados expostos no quadro.

- I) “são usados para se referirem a pessoas desconhecidas com uma faixa etária relativamente mais jovem em relação ao falante” (Balsalobre, 2015b, p. 221).

Constatamos que há uma divergência com relação ao fato de o interlocutor ser mais jovem em relação ao falante, conforme enunciado (1): “Aqui, **moço**, ó. Eu coloquei dois num e outro noutro”. A atendente da padaria é mais jovem que o freguês, seu interlocutor. Verificamos que o motivo para chamar alguém de moço(a) é não saber o seu nome. Portanto, a partir da observação das características físicas do interlocutor, geralmente com aparência jovem, o falante, independentemente de sua idade, usa esse vocativo. A interação ocorre em um contexto de contato rápido, que não oportuniza aos interlocutores determinado prolongamento desse contato de forma que gere proximidade, familiaridade entre eles.

- II) “É preciso evidenciar que há alguns perfis que favorecem a atribuição de ‘moço(a)’ [...] Nesse caso, coincidentemente, esses perfis estão relacionados ao domínio do comércio” (Balsalobre, 2015b, p. 223).

Realmente a atribuição do vocativo “moço(a)” nas interações em estabelecimentos comerciais ocorre com frequência e atende ao propósito de o atendente ser solícito com aquele freguês não identificado ainda pelo nome próprio. Dessa forma, os funcionários do supermercado se comunicam e agilizam o atendimento, evitando tumultos num espaço social onde há uma rotatividade intensa de pessoas, desconhecidas na sua maioria.

- III) “Acrescenta-se ainda que no contexto brasileiro o emprego de “moço(a)” como forma de tratamento nominal e vocativo se associa ‘a um uso mais feminino’” (Balsalobre, 2015b, p. 222).

Para comparar esta constatação de Balsalobre (2015b) com nossos dados, elaboramos uma tabela que apresenta os dados que foram organizados conforme o quadro 13, p. 205.

Tabela 12 - Emprego do vocativo “moço(a)” por homem/mulher

Emprego do vocativo moço(a)	Nº	%
Atendente mulher usa vocativo moço	08	44,5%
Atendente mulher usa vocativo moça	02	11,1%
Atendente homem usa vocativo moça	02	11,1%
Atendente homem usa vocativo moço	01	5,5%
Atendente homem não usa vocativo moço	05	27,8%
Total	18	100%

Fonte: elaborada pelo autor.

Os maiores percentuais confirmam que a palavra “moço(a)” na função de vocativo é de uso predominantemente feminino. A mulher emprega essa forma tanto no masculino quanto no feminino. No entanto, o homem evita empregá-la quando o interlocutor é um homem. Podemos comprovar com os dados da atendente do caixa do supermercado (PP07) que empregou “moço” em todos os atendimentos; por outro lado, o atendente do açougue (PP06) usa “moça”, mas se esquia de usar “moço” e dá prioridade a formas como “amigo” e “chefe”, nos seis atendimentos que realizou. Essas duas formas ocorrem cinco vezes e, semanticamente, manifestam a relação que há entre as pessoas na sociedade: “amigo” é aquela pessoa com quem se tem uma convivência mais próxima, mais familiar; “chefe”, no contexto do atendimento no açougue, é aquela pessoa que tem as prioridades no momento do atendimento, a quem o funcionário serve de forma a deixá-lo satisfeito com o serviço prestado.

Diante do uso bastante diversificado do vocativo, passamos às considerações finais, retomando a nossa proposta de pesquisa, relacionando-a aos resultados obtidos a partir da coleta de dados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma pesquisa parece ser um processo inconcluso. No entanto, a existência de um projeto que esboça o trabalho do pesquisador exige que, após determinados procedimentos metodológicos, sejam apresentados resultados que evidenciem a geração de conhecimento. Diante disso, apresentamos, de início, os resultados da nossa pesquisa, que teve como objetivo principal identificar e descrever os usos do vocativo na modalidade oral das quatro comunidades rurais (Dourados, Caxambu, Puladouro e Samambaia) e do centro urbano da cidade mineira de Patrocínio. Para tanto, coletamos os dados por meio de entrevistas gravadas com 32 informantes, selecionados de acordo com o espaço (16 da zona rural e 16 da zona urbana), com a faixa etária (20-50 anos; mais de 50 anos) e com o nível de escolaridade (educação básica incompleta; educação básica completa).

Elaboramos três perguntas a que a pesquisa procurou dar respostas. A primeira pergunta foi “Como se dão o uso e a colocação do vocativo nas sentenças orais próprias dos falantes das quatro comunidades rurais e do centro urbano de Patrocínio-MG?” Os resultados demonstraram que, quanto à posição do vocativo na oração, a maior quantidade de ocorrências, no total, é na posição final (41,3%); na zona rural, os falantes empregam mais os vocativos também na posição final (48,1%), enquanto que na zona urbana ocorrem mais vocativos na posição inicial (41,8%). Os vocativos empregados na posição intercalada canônica apresentam percentuais aproximados entre zona rural (22,3%) e zona urbana (21,8%). De maneira geral, observamos que na zona rural as pessoas mais idosas, principalmente, conservam aquela “norma social” de manifestar atenção à pessoa com quem interagem. Dessa forma, como já mantêm contato com o interlocutor, não sentem necessidade de chamá-lo no início da fala. Por isso, percebemos muito uso do vocativo na posição final do enunciado.

Considerando as formas de tratamento nominais e pronominais na função de vocativo, encontramos maior ocorrência de nomes próprios, tanto no total geral (41,3%) quanto na área rural (35,3%) e na área urbana (52,4%). Depois do nome próprio, o substantivo simples segue o número de ocorrências de acordo com os três percentuais: total (23,3%), zona rural (28,1%) e zona urbana (23,3%). Também analisamos o uso do vocativo em situações de discurso reportado. Esse uso ocorreu em menor percentual, de forma geral, no total (15,9%) e nos dois espaços, rural (8,6%) e urbano (29,6%).

A segunda pergunta foi “Em que medida a escolaridade e a faixa etária condicionam ou se relacionam com o uso do vocativo nas sentenças orais dos falantes das comunidades rurais e do centro urbano de Patrocínio-MG?” Com relação ao nível de escolaridade, os resultados apontam que, no geral, os falantes com educação básica incompleta usam mais vocativos em suas interações com os interlocutores (68,5%); o que acontece também com os falantes da zona rural (87,5%). No entanto, os falantes da zona urbana que usam mais vocativos possuem educação básica completa. Verificamos que, em relação à faixa etária, são os falantes com mais de 50 anos que usam mais vocativos, considerando o total geral (64,5%), a zona rural (66,2%) e a zona urbana (61,2%).

Realizamos, na sequência, cruzamento das variáveis para analisar os dados. Primeiro, cruzamos a posição do vocativo na oração com a variável independente nível de escolaridade. Os resultados referentes ao total geral e ao espaço da zona rural coincidiram: maior percentual de uso na posição final por falantes com educação básica incompleta. Na zona urbana, houve mais emprego do vocativo na posição inicial por falantes com educação básica completa. Depois, fizemos o cruzamento da posição do vocativo com a variável independente faixa etária. Novamente, os resultados relacionados ao total geral e à zona rural foram iguais: maior quantidade de ocorrências na posição final, por falantes com idade superior a 50 anos. Na zona urbana, também são falantes com mais de 50 anos que mais usam o vocativo, predominantemente na posição inicial.

Por último, realizamos o cruzamento de todas as variáveis, dependente e independentes, com o objetivo principal de identificar em que grupo de falantes ocorre o emprego do vocativo na posição intercalada não canônica. Comprovamos que 100% das ocorrências foram produzidas por falantes da zona rural, com mais de 50 anos de idade, com educação básica incompleta. Constatamos que essa forma não canônica (apenas 1,3% do total dos dados coletados) convive harmoniosamente com as outras formas variantes; portanto, trata-se de uma variação estável, desprovida de qualquer situação de preconceito linguístico. No entanto, há um indício de apagamento dessa variante, fundamentado no fator idade de seus falantes (mais de 50 anos). Considerando o ciclo natural da vida, a tendência, realmente, é o apagamento dessa variante.

Com relação à terceira pergunta: “a posição do vocativo nas sentenças orais dos falantes das quatro comunidades rurais e do centro urbano de Patrocínio-MG mantém proximidade ou distanciamento da norma padrão?”, vamos refletir juntamente com o terceiro objetivo específico proposto para a pesquisa: “comparar a colocação do vocativo das comunidades investigadas com dados já conhecidos por meio dos estudos do estado

da arte e da norma gramatical". Em princípio, retomamos a realidade da escassez de trabalhos que investigam o vocativo, no português brasileiro. Além disso, enfatizamos que esse termo propicia mais investigações quando observado sob a perspectiva da oralidade. Logo, ao relacionar seu uso às concepções de norma padrão e de norma gramatical, incorpora-se a elas uma variedade vinculada a um modelo preestabelecido, que não aborda a visão de uma língua em uso.

Como em nossa pesquisa investigamos o uso do vocativo também em comunidades rurais, com características socioculturais bem específicas, não propusemos analisar dados em que ocorre o domínio da variedade padrão da língua, como prevê a gramática normativa. Os resultados apresentaram, inclusive, usos do vocativo que não são abordados pela gramática tradicional, como é o caso dos vocativos duplos e dos vocativos isolados. Reiteramos que nossa pesquisa propôs coletar e analisar os dados na perspectiva sociolinguística, de forma semelhante a Nogueira (2019), que descreveu e analisou o vocativo numa comunidade de prática gay de Serra Talhada – PE. Outro estudo que podemos mencionar é o trabalho de Ribeiro (2006), que incluiu em sua pesquisa dados relacionados ao falar específico da comunidade de Dourados, uma das quatro comunidades que investigamos. Em seu trabalho, encontramos informações sobre o espaço e a população da comunidade, referentes, por exemplo, à história, às atividades econômicas, à cultura.

Até aqui, expusemos nossas considerações relacionando-as ao objeto de pesquisa, o vocativo. Entretanto, outras questões, relacionadas ao percurso da investigação, foram ajustando nossa atuação de pesquisador. Quando iniciamos a pesquisa, conforme o projeto, envolvendo os objetivos, as perguntas, a hipótese, parecíamos ter a convicção de que ela se desenvolveria seguindo os critérios e limites estabelecidos por nós mesmos. No entanto, "na medida em que avançamos, vai se redefinindo e reorientando o curso da caminhada" (Serrano, 2011, p. 14). As possibilidades traçadas no início para a investigação não se apresentam ao final sem alterações; elas vão se ajustando aos procedimentos que facilitam e garantem a produção de conhecimento. Nesse sentido, ampliamos a análise dos dados que coletamos, enunciados com vocativos, a partir da constatação de que os vocativos apresentam muito mais informações nos eventos de interação social do que simplesmente a função do chamamento, analisado conforme a posição em relação aos constituintes da oração. Procedemos a uma análise qualitativa que nos permitiu chegar a conclusões evidentes que ultrapassaram as questões iniciais.

Realizamos análises de uso dos vocativos em situações comunicativas nas quais a sua representação por meio das formas de tratamento nominais e pronominais refletem aspectos relacionados à cortesia verbal, interligados a situações que influenciam a elaboração da face. Percebemos a atitude de proximidade ou de afastamento entre os interlocutores, dependendo do tratamento que existe entre eles. Refletimos, também, sobre peculiares ocorrências do vocativo em contextos sociolinguísticos, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

Outro ponto a ser destacado em nossa pesquisa se insere na parte da metodologia. Enfatizamos como foi produtivo o ato de valorizar a cultura do espaço dos informantes, especificamente no que se refere às estratégias para minimizar os efeitos negativos do paradoxo do observador. A iniciativa de organização do livrinho de receitas de quitandas caseiras, que não estava prevista na elaboração do projeto, foi uma estratégia incontestável que nos facilitou adentrar as comunidades rurais e contribuiu sobremaneira para mediar os contatos, favorecer aproximação e conseguir adesão dos informantes para a coleta de dados. Por outro lado, alguns cuidados foram necessários para que se garantisse o respeito à rotina das famílias. Fazemos referências aqui ao tempo para o qual as visitas eram combinadas de acordo com a disponibilidade dos informantes, principalmente. A atitude de estar presente nas comunidades em situações diferentes das visitas para coleta de dados, como participar das celebrações das festas religiosas para as quais éramos convidados, também fortaleceu os vínculos entre nós. Percebemos que a convivência com essas famílias para além do procedimento de coleta de dados foi-nos tornando próximos, gerando confiança e amizade, a ponto de ouvir relatos de vivências pessoais, familiares e comunitárias.

Enquanto essas interações aconteciam, seguíamos os passos de nossa pesquisa. Por isso, inserir-se na rotina dos informantes e produzir, organizar *com* e *para* eles algo que os valorize foi um aprendizado de pesquisador e de cidadão. Foi gratificante dedicar tempo para conhecer e conviver com as pessoas e, a partir daí, produzir o conhecimento. Para organizar o livrinho, não apenas coletamos receitas, mas também colecionamos encontros afetuosos que transformaram o contato do pesquisador em um vínculo de amizade, fruto da atenção que se manifesta em todo e qualquer contato com o ser humano.

Por fim, refletimos como os pressupostos de uma pesquisa sociolinguística contribuem para que a união entre os procedimentos metodológicos e as interações humanas resultem em um estudo, ao mesmo tempo, sobre a língua e a sociedade e sua cultura. Estudar o vocativo nos mostrou que esse termo não é definido apenas por uma

questão linguística. Seu uso abrange um contexto sociolinguístico que, observando as interações entre os falantes, as relações sociais entre eles também se evidenciam. O que tradicionalmente se define como um termo que tem a função de chamar se expande para o estabelecimento de contato e interação num contexto em que a identidade dos interlocutores diz muito sobre a razão do chamamento e da proximidade entre os falantes. Pesquisar o vocativo requer, indispensavelmente, um olhar cauteloso e acolhedor com esse outro que é representado no enunciado por um termo que o insere nos mais diversos espaços sociais.

Como as pesquisas estudam um objeto com enfoque preestabelecido, ao final, no momento de apresentação de resultados, surgem também outras possibilidades de investigação. Isso acontece porque a própria pesquisa, no seu percurso, viabiliza abordagens diversas dos objetivos propostos. Dessa forma, a partir da realização (e vivência) desse estudo sobre o vocativo, apontamos caminhos futuros de pesquisa. Sugerimos, por exemplo, que a fala dos moradores das quatro comunidades rurais é um objeto de pesquisa relevante no campo da prosódia. Mencionamos, na p. 111, nossa observação a respeito da proeminência na pronúncia das palavras paroxítonas. Além disso, incluímos em nossos anexos, p. 223, mensagens postadas, em redes sociais, por moradores das comunidades rurais, via *WhatsApp*. As postagens, por meio da análise de diversos fatores, constituem instigante fonte de estudo dos contínuos propostos por Bortoni-Ricardo (2004; 2021) para a compreensão do português brasileiro, por meio de uma análise que integre os contínuos da urbanização, da monitoração estilística e da internet, a partir de um contexto sociolinguístico específico. Outra possibilidade de estudo do vocativo é pensá-lo como um elemento que interfere na elaboração da face (Goffman, 1980), por meio de uma proposta de pesquisa, com objetivos especificamente delineados.

Para concluir, **amigos leitores**, temos a feliz convicção de que o vocativo, sem perder a função de requerer a atenção do interlocutor, é também uma forma de lhe dizer, pelas escolhas linguísticas, que sua identidade contribui para o estabelecimento de contatos que aproximam e oportunizam criação de vínculos afetivos e de convivência social.

Referências

- ABDALA, M. C. **Receita de mineiridade:** a cozinha e a construção da imagem do mineiro. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- ABREU, A. S. **Gramática integral da língua portuguesa:** uma visão prática e funcional. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.
- ALÉONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (org) **Norma linguística.** 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 141-170.
- AMARAL, E. T. R. **O português falado em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Viva Voz, 2013.
- AMARAL, E. T. R; SANTOS, M. As pesquisas sobre o português falado em Minas Gerais em 125 anos de história (1889-2014). **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 1172–1201, 2016. DOI: 10.14393/DL23-v10n3a2016-20. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32827>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- BAGNO, M. Preconceito linguístico? Tô fora!”. In: PINSK, J. (org.) **12 faces do preconceito.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 59-66.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso:** por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, M. **Norma linguística, hibridismo, tradução.** Traduzires 1, maio 2012, p. 19-32. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/20891>. Acesso em 14. jul. 2024.
- BAGNO, M. Uma gramática propositiva. In: NEVES, M.H. M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.) **Gramáticas contemporâneas do português:** com a palavra os autores. São Paulo: Parábola, 2014, p. 91-111.
- BALSALOBRE, S. R. G. **Brasil, Moçambique e Angola:** desvendando relações sociolinguísticas pelo prisma das formas de tratamento. 2015a. 345 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/db7c3fa5-42f6-43b7-a478-142cf0fdbda9/content>. Acesso em 03. jul. 2025.
- BALSALOBRE, S. R. G. Relação **língua e sociedade em foco:** observando o vocativo “moço(a)” no português brasileiro, moçambicano e angolano. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 2015b), 44(1), 217–233. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/884> Acesso em 02. out. 2025.
- BARBOSA, J. S. **Grammatica da língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Applicados à nossa linguagem.** 5. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.

- BARBOSA, P. A. **Prosódia**. São Paulo: Parábola, 2019.
- BATTISTI, E.; OTHERO, G.; FLORES, V. N. **Conceitos básicos de linguística: sistemas conceituais**. São Paulo: Contexto, 2021.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERLINCK, R. A.; AUGUSTO, M. R.A.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 207-244.
- BERLINCK, R. A.; BIAZOLLI, C. C. **Ferramentas metodológicas para análises (sócio)linguísticas**. Estudos Linguísticos, São Paulo, 47 (1): p. 260-273, 2018. <https://doi.org/10.21165/el.v47i1.2047> Disponível em <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2047>>. Acesso em 05. set. 2021.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Português brasileiro, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2021.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 18. set. 2023.
- BRASIL – Secretaria de Educação Fundamental – Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em <https://conselho.saude.gov.br/normativas-conep?view=default>. Acesso em 18. set. 2023.
- BRASIL, SEB/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 19. nov. 2015.
- CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CARDOSO, A. A. M. O atlas linguístico no Brasil: um projeto nacional. In: AGUILERA, V. A. (org). **A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 165-176.
- CASTILHO, A. T. **A hora e a vez do português brasileiro**. 2017. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/A-hora-e-a-vez-do-portugues-brasileiro.pdf>. Acesso em 03. jul. 2025.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto. 2020.

CÉZAR, M. C. M. **Breve história da língua portuguesa no Brasil.** Revista de Villegagnon, nº 3, 2008, p. 114-117. Disponível em: https://avil.uranux.com.br/wp-content/uploads/2022/06/REVISTA_VILLEGAGNON_No.3_2008.pdf Acesso em 03. jul. 2025.

CYRANKA, L. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLLICA, M. C.; JUNIOR, C. F. **Sociolinguística, sociolinguísticas:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016.

COELHO, I. L. *et al.* **Para conhecer sociolinguística.** São Paulo: Contexto, 2015.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história:** o problema da mudança linguística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença, 1979.

COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral:** cinco estudos. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do português contemporâneo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, V. H. S. **Variação semântico-lexical de atividades agropastoris em área fronteiriça entre São Paulo e Minas Gerais.** 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021. Disponível em https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/5671.pdf. Acesso em 13. out. 2023.

Disponível em <https://portal.patrocinio.mg.gov.br/pm/index.php/municipio/informacoes-sobre-o-municipio> Acesso em 04. jun. 2024.

Disponível em: http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.3.b.php Acesso em 20. jun. 2024.

Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf> Acesso em 13. nov. 2024.
Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/MG/patrocínio/3148103_MM.pdf Acesso em 02. mai. 2025

Disponível em: <https://www.pmp.patrocinio.mg.gov.br/historia-do-municipio> Acesso em 12. mai. 2025.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/patrocínio/historico>. Acesso em 12. mai. 2025.

Disponível em: <https://fotosantigaspatrociniomg.blogspot.com/2017/11/>. Acesso em 13. mai. 2025.

Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/video/onze-pessoas-morreram-soterradas-em-minas-gerais-no-fim-de-semana-13255854.ghtml> Acesso em 29. mai. 2025.

Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-municipio-de-Patrocinio-MG_fig1_266899230 Acesso em 06. jun. 2025.

Disponível em: <http://www.historiasdocerrado.com.br/> Acesso em 06. jun. 2025.

Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-de-Patrocinio-MG_fig1_292577382 Acesso em 06. jun. 2025.

Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/patrocino-serra-do-cruzeiro/> Acesso em 12. jun. 2025.

ECKERT, P. **As três ondas do estudo da variação:** a emergência do significado no estudo da variação sociolinguística. Tradução de Samuel Gomes de Oliveira, Lívia Majolo Rockenbach, Athany Gutierrez. Organon, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 268–291, 2022. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.122962> Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/122962>. Acesso em: 3 jul. 2025.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística.** São Paulo: Contexto, 2017.

FÉLIX, C. **Patrocínio, a saga de uma longa travessia.** Revista Sagarana, 2024. Disponível em: <https://revistasagarana.com.br/a-saga-de-uma-longa-travessia/> Acesso em 03. jul. 2025.

FRANCHI, C. **Criatividade e gramática.** Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, São Paulo, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639037> Acesso em 22. jul. 2025.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FREITAG, R. M. idade: uma variável sociolinguística complexa. **Línguas & Letras, /S. l./**, v. 6, n. 11, p. 105–121, 2005. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/875> Acesso em: 3. jul. 2025.

FREITAG, R. M. et al. **Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda:** potencialidades e limitações. Alfa, São Paulo, 56 (3), p. 917-944, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300009> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/J6ZcH9z3RPYz5ZGxnQkZJkr/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01.set.2025.

FREITAG, R. M. **A quarta onda:** ativismo sociolinguístico no Brasil. Fórum linguístico, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 9401-9419, jul/set. 2023. <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2023.e92913> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/92913/54464>. Acesso em 03. jul. 2025.

GIAUFRET, A. De Mário a Otário. As formas de tratamento nominais: modelos de função alocutiva ou predicativa? Tradução de Janaina França e Márcia Atália Pietroluongo. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. S. (orgs) **As formas de tratamento em português e em espanhol:** variação, mudança e funções conversacionais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 45-58.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Tradução de Jane Russo. In: FIGUEIRA, S. A. (org). **Psicanálise e ciências sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.

GUIMARÃES, B. **O garimpeiro.** 9 ed. São Paulo: Ática, 1991.

GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. Línguas do Brasil. São Paulo: Ciência e Cultura n. 2, vol. 57, p. 24-28, abril junho 2005. Disponível em:
<https://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a15v57n2.pdf> Acesso em 14. abr. 2025.

IBGE. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2102019>
Acesso em 16. ago. 2024.

JUBRAN, C. C. A. S. A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.) **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 27-36.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Modelos de variações intraculturais: as formas de tratamento nominais em francês. Tradução de Ferando Afonso de Almeida e Letícia Rebollo Couto. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. S. (orgs) **As formas de tratamento em português e em espanhol:** variação, mudança e funções conversacionais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 19-44.

LABOV. W. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Livraria Saraiva, 2012.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade bipartida:** a polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDES, S. T. P. **Caderno de receita de Minas Gerais oitocentista.** Entrepalavras, Ceará, v.12, n. 2 (12), p. 22-37, maio-ago. 2022. <https://doi.org/10.22168/2237-6321-22403> Disponível em:
<http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2403/907>.
Acesso em 03. jul. 2025.

MILROY, L.; LLAMAS, C. Social networks. In: CHAMBERS, J.K.; SCHILLING, Natalie (eds.). *The handbook of language variation and change.* 2.ed. Malden/Oxford: WileyBlackwell, 2013. p. 409-427. <https://doi.org/10.1002/978111835598.ch19>

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org) **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2020, p. 9-14.

MORAES, J. A.; SILVA, H. T. A entoação de vocativos e apostos do português no Brasil. In: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. S. (orgs) **As formas de tratamento em português e em espanhol:** variação, mudança e funções conversacionais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 103-124.

MOREIRA, J. C. **O vocativo no português brasileiro nos séculos XIX e XX:** um estudo de mudança linguística. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ALDR-7LTG8Z>. Acesso em 18. set. 2023.

MOREIRA, J. C.; ALKMIM, M. G. R. Preenchedores de vocativo em peças teatrais. In: RAMOS, J. M.; COELHO, S. M. (org.) **Português brasileiro dialetal:** temas gramaticais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p.73-89.

MUNDIM, S. S. M. **Formas de tratamento e vocativos no Rio de Janeiro.** 95 fls. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.

NEVES, M. H. M. **Gramática funcional:** interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018a.

NEVES, M. H. M. **A Gramática do português revelada em textos.** São Paulo: Editora Unesp, 2018b.

NOGUEIRA, J. M. S. **O vocativo numa comunidade de prática gay de Serra Talhada-PE:** descrição e uso. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35988> Acesso em 02. Jun. 2025.

PAIVA, M. da C. de. Transcrição de dados linguísticos. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.) **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2020, p.135-146.

PENHAVEL, E. Vocativos e marcadores discursivos na gramática textual-interativa. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 51–65, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p51-65> Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47714>. Acesso em: 1 out. 2025.

PERES, G. A.; ARAUJO, L. S. Alguns aspectos do uso do vocativo em telejornal de Minas Gerais. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 38, p. e3821 | 1–13, 2022. <https://doi.org/10.14393/LL63-v38-2022-21> Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/68029>. Acesso em: 16 out. 2023.

PERINI, M.A. **A gramática gerativa:** introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Vigília, 1985.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro.** Petrópolis-RJ, Vozes, 2016.

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. (org) **Introdução à linguística.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2020, p. 11-24.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

RABELLO, D. L. J. S. **Compendio de Grammatica da Língua Portugueza.** 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Esperança de Gaspar Joao Jose Vellozo, 1872.

RAMOS, J. M. O surgimento de um nome geral: a lexia “trem” no dialeto mineiro. In: RAMOS, J. M.; COELHO, S. M. (org.) **Português brasileiro dialetal:** temas gramaticais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p.137-147..

RIBEIRO, O. M. **Construções de sentido de um grupo de falantes da região de Patrocínio-MG:** um estudo sobre o cômico e o ambíguo. 2006. 207 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103592>. Acesso em 18. set. 2023

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.) **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 403-425.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 29 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

SCHERRE, M. M. P. Respeito linguístico. In: ARNT, R.; SCHERRE, P. (org.) **Dicionário (livro eletrônico):** rumo à civilização da religação e ao bem viver. Fortaleza: Editora da UECE, 2021, p. 117-120.

SERRANO, F. P. **Pesquisar no labirinto:** a tese de doutorado, um desafio possível. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SILVA, L. A. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, D. (org). **Cortesia verbal.** São Paulo: Humanitas, 2008, p. 157-192.

SOUZA, L. M.; PAGANI, L. A. **Para conhecer pragmática.** São Paulo: Contexto, 2022.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.**3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

VIEGAS, M. C. **Minas é plural.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2011.

VILLAÇA, I. G.; BENTES, A. C. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, D. (org). **Cortesia verbal.** São Paulo: Humanitas, 2008, p. 19-48.

VITRAL, L. O que faz um dialeto ser “errado”? In: RAMOS, J. M.; COELHO, S. M. (org.) **Português brasileiro dialetal:** temas gramaticais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 121-136.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org) **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2020, p. 51-57.

ZÁGARI, M. R. L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. A. (org). **A geolinguística no Brasil:** caminhos e perspectivas. Londrina: Ed. UEL, 1998, p. 31-54.

ANEXOS

Anexo A – Cartazes de divulgação das festas religiosas nas comunidades



PARÓQUIA SÃO DAMIÃO DE MOLOKAI - PATROCÍNIO/MG

**GRANDIOSA FESTA EM LOUVOR A
São Geraldo e Nossa Sra. da Cabeça**

Comunidade Caxambu - de 07 a 10 de Novembro 2024

- PROGRAMAÇÃO -

Dia 07/11 - Quinta - Feira

05h00 - Alvorada
19h30 - Santa Missa - Participação das Comunidades Martins e Puladouro. Fogueira e levantamento do mastro.

Festeiros

Dia 08/11 - Sexta - Feira

19h30 - Santa Missa - Participação das Comunidades Samambaia e Dourados.

Dia 09/11 - Sábado

19h30 - Santa Missa - Participação das Comunidades São Roque (Taquara), Santa Margarida Maria (Esmeril), Entre Serras, EAC (N. Sra. de Fátima).

Dia 10/11 - Domingo

16h00 - Santa Missa, procissão e coroação da imagem de Nossa Senhora da Cabeça.

Movimento de barraquinha, leilões e bingo todas as noites.



Paróquia São Damião de Molokai - Patrocínio - MG

**FESTA EM LOUVOR A
São Sebastião e N. Sra. das Graças**

Comunidade de Dourados 01 a 04 de maio de 2025



ENCARGOS

PROGRAMAÇÃO

FESTEIROS

MOVIMENTO DE BARRAQUINHA, LEILÕES E BINGO TODAS AS NOITES.

Anexo B – Fotos de confraternização em residência da comunidade, após momento de reza do terço em louvor ao Santo Padroeiro (cada família de morador leva quitandas para um lanche coletivo).



Anexo C – Postagem em rede social, feita por moradora de uma comunidade rural, exaltando a cultura dos produtos alimentícios, ainda feitos na zona rural, para a fabricação das quitandas caseiras.

(Postagem no *WhatsApp* – Atualizações, em 23. set. 2025)



Biscoito de polvilho doce, pão de queijo,
Broa de doce, Broa temperada. Aqui tenho, o
melhor queijo, ovos caipira, produzo polvilho
de excelente qualidade, ah sem esquecer os
dotes culinários, os produtos são maravilhosos,
mas a quitandeira faz a diferença também, sem
modéstias, na cozinha também tenho o meu
valor

Anexo D - Postagens em rede social feita por moradora de uma comunidade rural, pedindo doação de quitandas para um evento religioso de outra comunidade.

Primeira postagem (Postagem no WhatsApp – Atualizações, em 01. out. 2025)

Ola pesoal bom dia a comunidade de Samanbaia
esta pedindo quitanda para ajudar no CAFÉ
da manhã na caminhada de nossa senhora
Aparecida domingo quem puder ajudar traser
no sabado aqui em casa eles vem buscar a
tarde se

Um abraço a todos

Segunda postagem (Postagem no WhatsApp – Atualizações, em 02. out. 2025)

Ola pessoal saude epaz quem for doar as
quitanda pro CAFÉ da caminhada de nossa
senhora Aparecida pode pode traser aqui pra
casa eles vai pegar sabado as 5 horas da tarde
um abraço a todos

Terceira postagem (Postagem no WhatsApp – Atualizações, em 04. out. 2025)



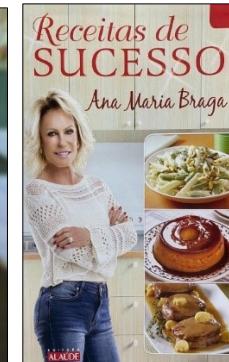
Obrigado atodos QUE DOU
AS QUITADAS PRO CAFE DA
AMANHÃ PRO PESSOAL
DA CAMINHADA DE NOSSA
SENHORA APARECIDA QUE
DEUS ABENÇOA A TODOS

Anexo E – Links para a localização do município mineiro de Patrocínio

- (https://www.google.com/maps/place/Patroc%C3%A3o,+MG,+38740-000/@-18.9858981,-46.9744402,8z/data=!4m6!3m5!1s0x94afba83e5e96d81:0x649f047e8c0faf5!8m2!3d-18.9380278!4d-46.9942511!16s%2Fg%2F11bxfwdmf3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDcyMC4wIKXMDSoA_SAFQAw%3D%3D)

- https://earth.google.com/web/search/Patroc%C3%A3o,+MG/@-18.98531843,-47.0704166,1006.23195896a,231548.74187149d,35y,-0h,0t,0r/data=Cn4aUBJKCiUweDk0YWZiYTg4ZTVjTZINTM6MHg2MTMxNTUzMjIzYzg4NTY3GcZkFkYf8DLAiMqYExEf0fAKg9QYXRyb2PDrW5pbywgTUCYAiABIiYKJAK158hQ8KczQBEz58hQ8KczwBmz-QixM4tIQCFGXI_4x-FJwEICCAE6AwoBMEICCABKDQj_8BEAA

Anexo F – Fotos utilizadas na metodologia, durante a terceira visita às famílias nas comunidades. Todas são de domínio público; informamos a fonte em que estão disponibilizadas.

Foto 1⁸²Foto 2⁸³Foto 3⁸⁴Foto 4⁸⁵Foto 5⁸⁶Foto 6⁸⁷Foto 7⁸⁸Foto 8⁸⁹

⁸²Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/2024/candidatos/minas-gerais/patrocínio/vereador/adriana-de-paula-44000>

⁸³ Disponível em: <https://diocesedepatosdeminas.org.br/clero/>

⁸⁴ Disponível em: <https://diocesedepatosdeminas.org.br/clero/>

⁸⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/candidatos/2022/mg/deputado-estadual/gustavo-brasileiro-130001598572.shtml>

⁸⁶ Disponível em:

https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=67ED734E7DA048C4AB9E43DD01106829.buscatextual_0

⁸⁷ Disponível em: <https://www.em.com.br/degusta/2024/07/6891600-quitandeita-com-orgulho-a-chef-que-preserva-tradições-da-cozinha-mineira.html>

⁸⁸ Disponível em: <https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0046771-fartura-na-mesa-e-boa-prosa>

⁸⁹ Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Receitas-Sucesso-Ana-Maria-Braga/dp/B09RKF2YG9>

Anexo G – Parecer consubstanciado do CEP/UFU

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O uso do vocativo na cidade mineira de Patrocínio

Pesquisador: LEANDRO SILVEIRA DE ARAUJO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74857623.4.0000.5152

Instituição Proponente: Instituto de Letras e Linguística

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.511.893

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 18 de Novembro de 2023

Assinado por:
ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO
(Coordenador(a))

Título atual da pesquisa:

O vocativo no *continuum* rural-urbano: usos do município mineiro de Patrocínio

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “O uso do vocativo na cidade mineira de Patrocínio” sob a responsabilidade dos pesquisadores Prof. Dr. Leandro Silveira de Araujo (orientador) e Prof. Gilberto Antonio Peres (discente do PPGEL/ILEEL/UFU).

Nesta pesquisa nós estamos buscando identificar e descrever os usos do vocativo na modalidade oral da comunidade rural de Dourados e do centro urbano da cidade mineira de Patrocínio. Queremos perceber como os falantes destas duas comunidades usam as palavras quando chamam as pessoas com quem estão conversando.

O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pelo pesquisador Gilberto Antonio Peres. Será obtido no momento em que esclarecer para o entrevistado como serão usados os dados da gravação de sua fala, uma vez que haverá a pesquisa encoberta, ou seja, no momento da gravação o participante ainda não sabia que os dados seriam utilizados em uma pesquisa. O esclarecimento ocorrerá no local mesmo em que a gravação/intervista for realizada, ou seja, na própria comunidade.

Você tem o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016). Os dados serão coletados no primeiro semestre de 2024, entre os meses de fevereiro e junho.

Na sua participação, você vai conversar com o pesquisador, numa situação espontânea, por meio de uma entrevista, sobre questões do cotidiano como alimentação, uso da tecnologia, saúde, experiências de vida.

Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Não haverá necessidade de deslocamento do participante, uma vez que o pesquisador responsável pela coleta dos dados é quem fará visitas às comunidades dos entrevistados/participantes.

Nós, pesquisadores, atenderemos as orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Desse modo, as gravações que realizarmos, serão mantidas sob a responsabilidade dos pesquisadores, mesmo depois que forem transcritas.

É compromisso do pesquisador responsável a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os riscos consistem em o participante ser reconhecido. Para que isso não ocorra, o participante não será fotografado nem identificado pelo nome. Cada participante será assim nomeado: emprego da letra **P + D** (Dourados) ou **P** (Patrocínio) + numeral cardinal de 01 a 12.

Os benefícios serão a oportunidade de o participante da comunidade investigada poder contribuir para a realização de uma pesquisa sociolinguística em que seu modo específico de usar a língua será analisado. Depois os resultados serão divulgados para o conhecimento do público interessado. Espera-se gerar informações relevantes para o uso

do dialeto rural de Minas Gerais e acrescentar ao português brasileiro o conhecimento de um cenário linguístico específico.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assinada e rubricada pelos pesquisadores.

Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Professor Dr. Leandro Silveira de Araujo, na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, *campus* Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100; telefone: (34) 3239-4411 e Professor Gilberto Antonio Peres, na Av. Aimorés, 51, Bairro Centro, Guimarânia – MG, 38730-000; telefone: (34) 98835-1721.

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link:
https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Prof. Dr. Leandro Silveira de Araujo

Prof. Gilberto Antonio Peres

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante de pesquisa

Apêndice B – Livro de receitas de quitandas caseiras, organizado durante a coleta de dados.



ÍNDICE	
Apresentação.....	.03
Agradecimentos.....	.06
Paróquia São Damião de Molokai.....	.07
Comunidade Cristo Rei (Samambaia).....	.09
Receitas coletadas em Samambaia.....	.11
Rosca.....	.11
Biscoito de polvilho doce.....	.12
Broa doce.....	.13
Pudim gelado.....	.14
Pudim de queijo.....	.15
Bolacha de nata.....	.16
Bolo de farinha de trigo.....	.17
Comunidade São Geraldo (Caxambu).....	.18
Receitas coletadas em Caxambu.....	.20
Biscoito de polvilho doce.....	.20
Pão de queijo.....	.21
Rosca.....	.22
Broa de sal (e broa de sal temperada).....	.23
Comunidade São Vicente de Paulo (Puladouro).....	.24
Receitas coletadas em Puladouro.....	.26
Pão de queijo.....	.27
Rosca.....	.28
Bolo de farinha de trigo.....	.29
Bolo de cenoura.....	.30
Bolo de milho.....	.31
Bolo de limão.....	.32
Bolo de fubá.....	.33
Biscoito de polvilho doce (1)34
Biscoito de polvilho doce (2)35
Broa doce.....	.36
Broa de sal.....	.37
Bolacha de farinha de trigo com coco.....	.38
Torta de frango.....	.39
Pamonha doce.....	.40
Pamonha de sal temperada.....	.41

01

Comunidade São Sebastião (Dourados).....	.42
Receitas coletadas em Dourados.....	.44
Rosca (1)44
Pão de queijo (1)45
Bolo (biscoito) de fubá frito.....	.46
Bolo (biscoito) de polvilho doce frito.....	.47
Rosca (2)48
Pão de queijo (2)49
Biscoito de polvilho doce.....	.50
Bolo de farinha de trigo.....	.51
Pudim.....	.52
Broa doce.....	.53
Broa de sal.....	.54

02

APRESENTAÇÃO	
Dizem que o mineiro é muito acolhedor e que uma boa prosa vem acompanhada de um saboroso cafézinho e muitas e deliciosas quitandas.	
O famoso protagonista de todas essas quitandas, para grande parte das pessoas, tem sido o pão de queijo; no entanto, há pesquisadores que nos advertem para o fato de que não só esse saboroso pãozinho é o sucesso das quitandas mineiras. De acordo com a pesquisadora Abdala (2007, p. 154): "vale lembrar que em Minas o consumo de quitandas não se restringe ao famoso pãozinho. Acompanham-no sequilhos, roscas, biscoitos de polvilho, broas de fubá..." Por isso, vale a pena, em toda família, alguém saber fazer as quitandas. Nesse sentido, convém ter sempre às mãos um livrinho das receitas, apesar de que em muitos casos elas estão apenas "na cabeça", principalmente das mulheres das primeiras gerações de cada família. Surge, assim, uma preocupação: não se podem perder as receitas dessas quitandas!	
A iniciativa de organização deste livro de receitas surgiu por ocasião de uma visita a uma família, numa comunidade rural, no município mineiro de Patrocínio, no Alto Paranaíba. Estava acompanhado por dois membros de minha família e fomos recebidos com uma quitanda típica da região: a rosca caseira.	
Durante o momento em que degustávamos a rosca com um cafézinho feito na hora e um queijo fresco colocado em um prato ao lado, na mesa, resolvi pedir a receita daquela quitanda. A resposta me surpreendeu, pois constatei que a senhora que a fez me disse que a receita "estava apenas na cabeça". Então me despertei para o fato de que as receitas de muitas dessas quitandas não estavam registradas em um caderno, por exemplo.	
Foi assim que me encorajei e me dispus a organizar um livrinho de receitas de quitandas (ou biscoitos) caseiras, coletadas na região. Expus a ideia a uma pessoa da família que visitamos, recebi o apoio dela e com entusiasmo começamos a visitar juntos outras famílias em	
03	

mais três comunidades rurais circunvizinhas com o objetivo de coletar as receitas que foram gentilmente cedidas.

Visitamos e conhecemos moradores de quatro comunidades rurais que se unem, inclusive, pela participação nas festas religiosas realizadas nas capelas de cada comunidade. As quatro comunidades pertencem à Paróquia São Damião de Molokai, de Patrocínio-MG. Por essa questão religiosa, ao mostrarmos as receitas coletadas, vamos falar sobre o santo padroeiro de cada comunidade: comunidade de Caxambu (São Geraldo Magela); Comunidade de Dourados (São Sebastião); Comunidade de Puladouro (São Vicente de Paulo); comunidade de Samambaia (Cristo Rei).

Ressaltamos que este livrinho apresenta receitas de uma forma restrita, de acordo com as informações das famílias que visitamos em cada comunidade. Por isso, estamos dispostos à organização de uma próxima edição, de forma a ampliar esta primeira e englobar outras receitas, cedidas por outros colaboradores. Também esclarecemos que as receitas aqui expostas possam ser as mesmas também conhecidas por outras pessoas que não colaboraram nesta organização, mas que, por questões socioculturais, fazem as quitandas a partir delas, até mesmo por uma questão de tradição entre gerações e socialização entre famílias vizinhas.

Intitulamos o livrinho, carinhosamente, de **ENROSCADOS NAS QUITANDAS: UM PROPÓSITO DE RESGATE DE RECEITAS CASEIRAS**. A palavra **enroscados** foi empregada com o objetivo de enfatizar o fato de que todas as famílias forneceram uma receita de rosca. Para além disso, não queremos perder de vista as receitas que "estão na cabeça" das pessoas que nos concederam o privilégio de registrá-las aqui.

Por fim, manifesto a gratidão por este trabalho e a disponibilidade de todos os colaboradores, que foram muito acolhedores e proporcionaram momentos de uma convivência agradável, prazerosa. Esperamos que aqueles que se apossarem deste livrinho também mantenham viva a tradição de fazer as quitandas; pois, nas palavras de

04

uma colaboradora: "É facinho de fazer as quitandas, só que cada um tem o seu jeito..." Sem contar que é uma experiência sem igual poder saboreá-las.

Um grande e fraterno abraço.

Gilberto Antonio Peres (organizador)

05

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer a oportunidade do encontro com pessoas muito acolhedoras que se dispuseram a nos receber em suas comunidades e em suas residências, não só para uma boa prosa (sobre a vida...) acompanhada de um saboroso cafézinho e das famosas quitandas, mas também para fornecer as receitas para a organização deste primeiro livrinho.

Agradecemos, em especial, a XXXXXXXXXXXXXXXXXX e sua avó XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Samambaia); ao casal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Caxambu); a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e sua filha XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Puladouro); ao casal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX sua nora XXXXXXXXXXXXXXXXX e sua neto XXXXXXXXXXXXXXXXX (Dourados). Agradecemos também a colaboração de XXXXXXXXXXXXXXXXX que é moradora da área urbana de Patrocínio e tem ligação com a comunidade rural de Dourados, por intermédio do sogro. O agradecimento é extensivo a todas as famílias, pois colaboraram com muito entusiasmo e disponibilidade.

Agradecemos também o Padre Geraldo Abílio Ribeiro, da Paróquia São Damião de Molokai, que fez a leitura da escrita referente à parte religiosa das comunidades, com o intuito de que não ocorresse uma publicação com possíveis (e indesejados) equívocos.

Manifestamos nosso agradecimento a Douglas Henrique dos Reis Ribeiro pela disponibilidade em fazer a diagramação, com bastante empenho e zelo.

Nossa gratidão a cada um por partilhar com o outro um pouco da tradição das quitandas mineiras. E também por nos indicar e confiar um encontro muito especial com outras pessoas amigas que conheciam.

06

PARÓQUIA SÃO DAMIÃO DE MOLOKAI

Considerando que conhecemos as comunidades também por meio da interação que há entre elas devido às celebrações e festividades religiosas, apresentaremos, de forma breve, a Paróquia São Damião de Molokai, à qual pertencem as quatro comunidades rurais onde fomos acolhidos e coletamos as receitas para a organização deste livrinho de receitas.



Foto por Sônia Aparecida Trevisanuto Peres

A Paróquia São Damião de Molokai foi criada em 15 de agosto de 1994 e instalada a 8 de setembro de 1994 pelo Bispo Dom João Bosco Oliver de Faria. Devido ao crescimento populacional da cidade de Patrocínio, esta paróquia foi desmembrada da Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio.

No dia de sua instalação, houve uma grande celebração presidida por Dom João Bosco, com a presença significativa da população e autoridades da cidade e Pe. Marcus Vinicius Maciel ss.cc., assumiu como pároco da nova paróquia.

Até esta data, desde 1927, toda a cidade de Patrocínio estava

07

sendo evangelizada pelos padres dos Sagrados Corações, que aqui chegaram como missionários, vindos da Holanda.

A Paróquia tem como patrono São Damião de Molokai, que foi um grande missionário da Congregação Sagrados Corações, que em 1873, aos 33 anos de idade, se ofereceu para viver com os leprosos na Ilha de Molokai (Hawai) e morreu leproso com os leprosos aos 49 anos de idade.

Como sugestão de Dom João Bosco, a Paróquia que ficaria com os padres dos Sagrados Corações, pudesse ter como patrono São Damião de Molokai. Por isso a Paróquia leva o nome de São Damião de Molokai.

A matriz da paróquia está situada à Rua Edmundo Coutinho Aguiar, 108, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Patrocínio/MG. A paróquia tem seis comunidades urbanas (Sagrada Família, Imaculada Conceição, São Judas Tadeu, Nossa Senhora de Fátima, Santa Rita de Cássia, Beato Padre Eustáquio) e oito comunidades rurais (São João Batista, em Boa Vista; São João Batista, em Água Limpa; São Geraldo, em Caxambu; São Vicente de Paulo, em Puladouro; São Sebastião, em Martins; São Sebastião, em Dourados; Nossa Senhora Aparecida, em Martins; Cristo Rei, em Samambaia).

Fonte: <https://diocesedepatosdeminas.org.br/paroquia/paroquia-padre-damiao-de-molokai/>
Acesso em 26. dez. 2024

08

COMUNIDADE CRISTO REI (SAMAMBAIA)



Fotos: Gilberto Antonio Peres



A solenidade de **Cristo Rei** marca o encerramento do ano litúrgico na Igreja Católica. É um momento especial em que celebramos Jesus como o Rei do Universo, aquele que venceu o mal e governa com amor e justiça.

O reinado de Cristo é único. Ele começa aqui na terra, mas se

09

estende à eternidade. Seu reino é marcado por justiça, misericórdia e salvação. No entanto, cabe a cada pessoa decidir se deseja fazer parte desse reino.

Dante do julgamento final, todos reconhecerão como Cristo Rei, mas para muitos, isso pode ser tarde demais. A salvação exige uma escolha consciente no presente. Deus nos oferece sua graça, mas não interfere em nossa liberdade. A decisão de segui-lo é pessoal e intransferível.

A Festa de Cristo Rei nos lembra que Jesus é o soberano do universo e o Senhor de nossas vidas. Seu reino não é marcado por poder terreno, mas por amor e justiça eternos. Escolher segui-lo é uma decisão que transforma nosso presente e nos prepara para a vida eterna.

Fonte: <https://catequizar.com.br/cristo-rei-o-senhor-do-tempo-e-vencedor-do-mal/>
Acesso em 16. jan. 2025

10

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

ROSCA

Ingredientes

2 copos de leite
Meio copo de óleo
2 ovos
1 pitada de sal
1 colher de fermento
1 copo de açúcar
1 kg de farinha de trigo

Modo de fazer

Bata o leite, o óleo, os ovos, o açúcar, o sal com o fermento e depois acrescente a farinha de trigo e amasse bem até desgrudar da vasilha. Deixe a massa crescer e enrole as roscas e deixe crescer novamente. Asse e depois jogue leite condensado com coco ralado ou melado de açúcar.



11

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

BISCOITO DE POLVILHO DOCE

Ingredientes

1 copo de manteiga
1 copo de água
2,5 copos de polvilho doce
Sal
Ovos

Modo de fazer

Esquenta separadamente a manteiga e a água. Escalda o polvilho com óleo quente e depois escalda com a água. Acrescenta o sal, mexe bem e deixa esfriar. Amolece com ovos até dar o ponto. Assar na folha de bananeira.



12

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

BROA DOCE

Ingredientes

1 copo de água
1 copo de leite
1 copo de óleo
1 copo de polvilho
1 copo de farinha de trigo
1 copo de fubá
Sal
Ovos

Modo de fazer

Ferver juntos a água, o leite e o óleo e o sal. Depois acrescenta a farinha de trigo e o fubá para fazer o angu. Em uma vasilha jogue o angu e acrescente 1 copo de polvilho e misture bem. Amolece com ovos.



13

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

PUDIM GELADO

Ingredientes

1 lata de leite condensado
1 lata de creme de leite
1 medida de leite, equivalente a um a lata de leite condensado
1 gelatina incolor
Açúcar para calda

Modo de fazer

Ferver o leite e dissolver a gelatina no leite. Bate no liquidificador o leite condensado, o creme de leite, o leite com a gelatina. Faz a calda com a água e o açúcar, passa na forma, despeja do liquidificador na forma e leva à geladeira.

Dicas: no lugar da lata de leite condensado, pode ser a caixinha também; se estiver com muita pressa, pode colocar no freezer.



14

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

PUDIM DE QUEIJO

Ingredientes

1 copo de leite
1 copo de farinha de trigo
2 ovos
Queijo
Açúcar

Modo de fazer

Bate tudo no liquidificador e assa em banho-maria.



15

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

BOLACHA DE NATA

Ingredientes

1 copo de farinha de trigo
1 copo de polvilho
Nata de leite
Açúcar

Modo de fazer

Junte um tanto de nata de leite (um tanto bom) e mistura com o polvilho e a farinha de trigo. Mexa até dar o ponto (ponto de desgrudar da mão). Enrole igual a uma rosquinha e, antes de assar, passe a parte de cima no açúcar. Tire mais branquinha do forno para não ficar muito seca.

16

RECEITAS COLETADAS EM SAMAMBAIA

BOLO DE FARINHA DE TRIGO

Ingredientes

1 copo de açúcar
3 copos de farinha de trigo com fermento
1 ovo
1 colher de margarina
Leite (até dar o ponto)

Modo de fazer

Coloca para bater (ou amassa) o açúcar, o ovo, a margarina. Depois acrescenta a farinha de trigo e mexe bem com o leite. Assa em uma caçarola, estilo banho-maria.

17

COMUNIDADE SÃO GERALDO (CAXAMBU)



Fotos: Gilberto Antonio Peres

18



São Geraldo Magela nasceu na cidade de Muro Lucano, sul da Itália, em 23 de abril de 1726. Era filho de Benedetta. Seu pai, que era alfaiate, faleceu quando Geraldo estava com apenas 14 anos. Por causa disso, sua família começou a passar por dificuldades extremas, caindo na pobreza. Para ajudar a família, ele começou a trabalhar numa alfaiataria. Porém, não era bem tratado pelo seu patrônio. Depois de quatro anos trabalhando nessa situação, foi trabalhar para o bispo de Lacedônia e lá ficou durante três anos, até a morte do bispo.

São Geraldo podia ler a mente e a consciência das pessoas. Enviado a Nápoles, começou a receber muitas visitas de pessoas que desejavam vê-lo e ouvir seus conselhos. Segundo relatos, várias pessoas se converteram graças aos seus conselhos. Ele também curava doenças apena com a sua bênção e oração. Geraldo também contava às pessoas seus pecados secretos, os quais elas tinham vergonha de confessar, levando-as à penitência e ao perdão.

São Geraldo Magela vivia em uma pequena cela do convento, com muita humildade. Seu último desejo foi que escrevessem uma frase na porta de sua cela, que dizia: "Aqui o desejo de Deus é feito como Deus quer, quando e enquanto quiser". Ele morreu em Caposele, na Itália, no dia 16 de outubro de 1755, vítima de uma tuberculose. Rapidamente seu túmulo se tornou local de peregrinação e vários milagres são creditados à sua intercessão. Em 29 de janeiro de 1893, ele foi beatificado pelo Papa Leão XIII. Foi canonizado no dia 11 de dezembro do ano 1904, através do Papa Pio X. Sua festa é comemorada no dia 16 de outubro.

São Geraldo Magela é o **padroeiro dos alfaiates**, das pessoas acusadas falsamente, das grávidas, das crianças, das maternidades, das mães, das boas confissões, dos irmãos leigos, da cidade italiana Muro Lucano, dos porteiros, do parto, dos nascituros e do movimento Pró-vida.

Fonte: <https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-sao-geraldo/142/102/> acesso em 27. dez. 2024

19

RECEITAS COLETADAS EM CAXAMBU

BISCOITO DE POLVILHO DOCE

Ingredientes

03 copos de polvilho
1 copo e meio de manteiga de porco
01 copo de água
Sal (conforme o gosto)
Ovos

Modo de fazer

Esquentar 01 copo de manteiga de porco (até sair fumaça) e sapecar o polvilho.
Escaldar o polvilho (já sapecado) com meio copo de manteiga, um copo de água e sal.
Amassar com ovos até ver o ponto de espremer no saquinho.



20

RECEITAS COLETADAS EM CAXAMBU

PÃO DE QUEIJO

Ingredientes

4 medidas de polvilho
2 medidas de leite
1 medida de manteiga (faltando um dedo para encher)
Sal (conforme o gosto)
Queijo ralado (escolher: não muito fresco ou mais curado)
Ovos

Modo de fazer

Escaldar o polvilho com leite, manteiga e sal.
Amassar com leite e ovo.
Arrumar o queijo à vontade.



21

RECEITAS COLETADAS EM CAXAMBU

ROSCA

Ingredientes

02 quilos de farinha de trigo (talvez pode gastar um pouco mais...)
02 copos de água
02 copos de leite
02 copos de açúcar
02 colheres de fermento (de padaria)
05 ovos

Modo de fazer

Mornar a água e o leite, bater no liquidificador com mais dois copos americanos de açúcar, 2 colheres de fermento e cinco ovos.
Despejar numa bacia, acrescentar a farinha de trigo aos poucos e ir amassando até o ponto de a massa desgrudar da mão. Depois bater a massa para ficar macia. Antes de enrolar, deixa a massa crescer bem, por um tempo.

Depois enrola a rosca e deixa crescer novamente antes de assar. Depois de assada, passar melado feito com dois copos de água e um copo de açúcar. Se preferir pode passar leite condensado e jogar coco ralado por cima.



22

RECEITAS COLETADAS EM CAXAMBU

BROA DE SAL

Ingredientes

1 medida de polvilho
1 medida de fubá cremoso, marca Santo Antônio
1 medida de água
1 medida de leite
1 medida de óleo
1 medida de farinha de trigo
Ovos
Sal (a gosto)

Modo de fazer

Pegar o óleo, o leite, a água e o sal e arrumar fervor para fazer o angu. Depois arruma farinha de trigo e fubá, feito o angu, despeja em uma vasilha com o polvilho e mistura. Deixa esfriar e amassa com ovos até o ponto de enrolar.
Pode fazer broa temperada. Então pode arrumar salame ou presunto ralados, cebolinha. Nesse caso, no angu pode acrescentar caldo de galinha e cebola ralada.



23

COMUNIDADE SÃO VICENTE DE PAULO (PULADOURO)

Na comunidade de Puladouro, o padroeiro é São Vicente de Paulo devido ao fato de ter havido anos atrás nesta comunidade o trabalho dos confrades da Conferência de São Vicente de Paulo.



Fotos: Gilberto Antonio Peres

São Vicente de Paulo nasceu em 24 de abril do ano 1581, em Pouy, no sul da França e foi batizado no mesmo dia. Faleceu no dia 27 de setembro de 1660, em Paris. Foi sepultado na capela da Igreja de São Lázaro. Sua canonização aconteceu em junho de 1737. Em maio de 1885 o Papa Leão XIII o declara patrono das obras de caridade da Igreja Católica Apostólica Romana.

24

Inspirado por seu amor a Deus e aos pobres, Vicente de Paulo organizou muitas obras de caridade, doando-se inteiramente aos irmãos mais necessitados. Ele é considerado o pai dos pobres e também causou muitas mudanças no clero. As Conferências Vicentinas que conhecemos na atualidade tiveram início com Antônio Frederico Ozanam e seus companheiros, no ano de 1833. Essas conferências foram inspiradas por São Vicente de Paulo, e hoje estão espalhadas pelo mundo inteiro. São Vicente estipulou regras e condutas para as visitas aos pobres e doentes, visando à discrição, ao respeito para com os necessitados sem humilhá-los em hipótese alguma, mas, sim, ao contrário, fazendo-se igual a eles.

Fonte: <https://cruzterrassanta.com.br/historia-de-sao-vicente-de-paulo/164/102/>
Acesso em 27. dez. 2024

25

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

A nossa colaboradora da comunidade de Puladouro tem organizado em sua cozinha um conjunto de copos que ela usa como medidas suas. Apresentamos uma foto deles e os apresentamos separadamente nas receitas. Enfatizamos que não há a intenção de induzir os leitores a consumir produtos das marcas mostradas: respeitamos a atitude da nossa colaboradora em aproveitar as embalagens dos produtos que ela consumiu.



26

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

PÃO DE QUEIJO

Ingredientes

- 1 kg de polvilho (04 copos de 340g)
- 1 copo de óleo
- 2 copos de leite
- 1 colher de sal
- 6 ovos
- 1 prato de queijo ralado



Nesta receita foi utilizado o copo de 340g

Modo de fazer

Ferver o óleo, o leite e sal para escaldar o polvilho. Depois amassa com os ovos (e pode acrescentar um pouco de leite) até dar o ponto da massa para enrolar. Se amassar só com ovos caipira, a massa fica bem amarela.

Dica: o queijo pode ser a gosto (fresco, meia cura ou curado); só que com queijo fresco o pão murcha depois de assado. É melhor queijo mais firme.



27

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

ROSCA

Ingredientes

5 copos de leite (130g)
80 g de fermento
3 ovos
1 copo de óleo
2 copos de açúcar
2 colheres de sopa de margarina
1,5 kg de farinha de trigo



Nesta receita foi utilizado o copo de 130g

Modo de fazer

Primeiro morna o leite, pega um pouco dele e derrete o fermento. Coloca junto com os outros ingredientes (menos a farinha) no liquidificador e bate. Depois, na gamela, vai arrumando a farinha de trigo até dar o ponto. Enrola e depois deixa crescer um pouco (entre vinte e vinte e cinco minutos) no sol.

Dica: depois de assadas prepare um melado com 02 copos de açúcar e 1 copo de água; não deixar o melado muito mole.



28

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BOLO DE FARINHA DE TRIGO

Ingredientes

4 ovos
1,5 copo americano de açúcar
1 copo de óleo (pela riscada)
1 colher de margarina
1,5 copo de leite
3 copos de farinha de trigo
1 prato raso de queijo ralado
1 colher de fermento em pó
1 pitada de sal



Nesta receita foi utilizado o copo americano

Modo de fazer

Bate no liquidificador os ovos, açúcar, óleo, margarina, leite. Se a massa ficar dura, acrescenta mais um pouco de leite. Depois acrescenta a farinha de trigo e o queijo. Por último coloca o fermento em pó mede na tampa da caixinha, deixando rente.

Dica: sempre que for assar bolo, pode-se untar a assadeira com margarina para não deixar agarrar, grudar.

29

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BOLO DE CENOURA

Ingredientes

3 cenouras grandes
4 ovos
1,5 copo americano de açúcar
3 copos de farinha de trigo
1 copo de óleo
1 colher de margarina
1 colher de fermento em pó (medido na tampa da caixinha)
1 pitada de sal



Nesta receita foi utilizado o copo americano

Modo de fazer

Primeiro bate ovos, cenoura, açúcar e depois mistura a farinha de trigo numa vasilha (peneirar para não dar aquelas bolinhas). Depois acrescenta o fermento em pó e assa.

Cobertura: 2 colheres de margarina, meio copo americano de açúcar, 2 colheres de chocolate em pó (todd), 1 copo de leite; sobre a cobertura pode acrescentar o chocolate granulado.



30

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BOLO DE MILHO

Ingredientes

1 copo de milho verde (veja foto da medida ao lado)
1 copo de açúcar
4 ovos
1 copo de leite
1 copo de óleo
1 colher de margarina
3 copos de milharina
1 colher de fermento em pó (pode medir na tampinha)
1 prato de queijo ralado (curado)
1 pitada de sal



Nesta receita foi utilizado o copo de milho verde

Modo de fazer

Bate no liquidificador o milho verde (com a água mesmo), o açúcar, o leite, os ovos, o óleo e a margarina. Depois acrescenta a milharina e bate novamente. Tira do liquidificador e arruma uma colher de fermento em pó, 1 prato de queijo ralado (curado) e uma pitada de sal.



31

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BOLO DE LIMÃO

Ingredientes

Meio copo americano de caldo de limão
2 copos de açúcar
4 ovos
1 gelatina de limão
1,5 copo e meio de leite
1 copo de óleo
3 copos de farinha de trigo
1 colher de fermento em pó
1 pitada de sal

Modo de fazer

Bate no liquidificador o limão, açúcar, ovos, gelatina, leite, óleo. Depois, acrescenta a farinha de trigo e bate novamente. Por fim, coloca o fermento em pó (também medindo na tampa da caixinha).

Dica de cobertura: misture meia caixa de leite condensado (ou menos um pouco) e uma colher de calda de limão; raspa o limão e coloca por cima (cuidado para não raspar a parte branca).



Nesta receita foi utilizado o copo americano

32

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BOLO DE FUBÁ

Ingredientes

4 ovos
1,5 copo americano de açúcar
1,5 copo de leite
1 copo de farinha de trigo
2 copos de fubá
1 colher de fermento em pó
1 prato raso de queijo ralado
1 pitada de sal

Modo de fazer

Bata no liquidificador ovos, açúcar e leite. Depois acrescenta a farinha de trigo e o fubá. Bata novamente. Por fim, acrescente o fermento em pó. Se a massa ficar dura, pode acrescentar leite até o ponto.

Dicas: o prato para medir o queijo, que é melhor queijo curado, pode ser aquele esmaltado, arruma o queijo até o "pescocinho" dele.



O que se chama de pescocinho do prato.

33

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BISCOITO DE POLVILHO DOCE (1)

Ingredientes

3 copos de polvilho (340g)
1 copo de óleo
1 copo de água
Ovos até dar o ponto
1 colher de sal

Modo de fazer

Ferve o óleo, a água e o sal para fazer o escaldado, tipo pão de queijo. Põe o polvilho na gamela e escalda. Amassa com ovos até dar o ponto.



Nesta receita foi utilizado o copo de 340g

34

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BISCOITO DE POLVILHO DOCE (2)

Ingredientes

1 prato raso de óleo
1 prato cheio de polvilho
Sal
Ovos

Modo de fazer

Esquente bem o óleo até começar a sair fumaça e queime o polvilho. Depois amassa com ovos até dar o ponto.



35

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BROA DOCE

Ingredientes

1 copo (340g) de óleo
2 copos de leite
1 copo de açúcar
1 pitada de sal
1 copo de polvilho
4 copos de fubá (creme de canjica Santo Antônio)
Ovos (aproximadamente 15)
1 prato raso de queijo ralado (curado)
Meia colher de fermento em pó



Nesta receita foi utilizado o copo de 340g

Modo de fazer

Esquentar, sem deixar ferver, o óleo, leite, açúcar, sal. Acrescenta o fubá e faz o angu. Coloca o polvilho numa gamela ou lavadeira, despeja o angu e mistura. Amassa com ovos até dar o ponto e acrescenta o queijo.

Dica: se quiser, pode colocar meia colher de fermento em pó.

36

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BROA DE SAL

Ingredientes

1 copo (340g) de óleo
1 colher de sal
2 copos de leite
1 copo de polvilho
3 copos de fubá (creme de canjica Santo Antônio)
Ovos (aproximadamente, 20)



Nesta receita foi utilizado o copo de 340g

Modo de fazer

Ferver o óleo, o sal e o leite. Acrescenta o fubá e faz o angu. Coloque o polvilho numa gamela ou lavadeira, jogue o angu e misture. Amassa com ovos até dar o ponto.

Dicas: para fazer a broa temperada é essa mesma medida; basta acrescentar tempero no angu (caldo Knorr ou Sazón de massa 1). Depois de amassada, arruma os recheios: presunto, muçarela, linguiça calabresa bem picadinho, cebolinha em folha.
Para fazer o angu, se quiser, ao invés de colocar 3 medidas de fubá, pode colocar 2 medidas de fubá e 1 medida de farinha de trigo.

37

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

BOLACHA DE FARINHA DE TRIGO COM COCO

Ingredientes

3 ovos
1 colher de margarina
Meio copo de leite
2 copos de queijo curado ralado
2 copos de açúcar
1 kg de farinha de trigo com fermento



Nesta receita foi utilizado o copo acima

Modo de fazer

Bate primeiro no liquidificador a margarina e o açúcar e acrescenta o ovo. Depois na gamela mistura com queijo e leite e vai arrumando farinha de trigo até o ponto.
Depois de assar, passa na calda de açúcar: 2 copos de açúcar em meia panela de água. Arruma coco ralado noutra vasilha e pega uma colher de furo e joga a bolacha na calda bem rápido e passa no coco ralado com açúcar refinado.

38

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

TORTA DE FRANGO

Ingredientes

1 litro de leite
16 colheres de sopa de farinha de trigo
3 ovos
1 colher de sal (não cheia)
1 copo americano de óleo
Caldo Knorr
Carne de frango
Extrato de tomate



Nesta receita foi utilizado o copo americano

Modo de fazer

Bate no liquidificador leite, farinha de trigo, ovos, sal, óleo, caldo Knorr.

Recheio: cozinha o frango, desfia, acrescenta o extrato de tomate. Pode arrumar milho verde, cebolinha de folha, queijo bem picadinho.

Dica: na tampa para assar, coloque a primeira camada de massa, coloque o recheio e cubra com outra camada de massa.

39

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

PAMONHA DOCE

A medida para fazer a pamponha é baseada na quantidade de saca de espigas de milho verde.

Ingredientes

2,5 sacas de milho verde (espigas)
2 litros de banha de porco
2 litros de açúcar
queijo
Sal

Modo de fazer

Quando a massa estiver preparada, acrescenta a banha de porco (quente). Retira um pouco da massa para fazer pamponha de sal. Depois acrescenta o açúcar. Coloca 2 colheres de sal na massa da pamponha doce. Quando enrolar a massa na palha, coloca o queijo.



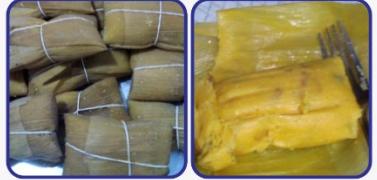
40

RECEITAS COLETADAS EM PULADOURO

PAMONHA DE SAL TEMPERADA

Modo de fazer

Já foi separado um pouco de massa antes de temperar para fazer a pamponha doce. Então acrescenta um pouco de sal e o tempero a gosto que pode ser carne moída, carne de porco, linguiça de carne de porco.



41

COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO (DOURADOS)



Fotos: Gilberto Antonio Peres

São Sebastião: soldado romano e cristão



São Sebastião nasceu na cidade de Narbona, na França, em 256 d.C. Seu nome de origem grega, *Sebastós*, significa divino, venerável. Ainda pequeno, sua família mudou-se para Milão, na Itália, onde ele cresceu e estudou. Sebastião optou por seguir a carreira militar de seu pai.

Como soldado romano, foi

42

martirizado por professar e não renegar a fé em Cristo Jesus. O imperador Maximiano não sabia que, apesar de ser muito dedicado à carreira militar, Sebastião era cristão. Não sabia também que Sebastião, sem deixar de cumprir seus deveres militares, não participava dos martírios nem das manifestações de idolatria dos romanos.

Por isso, São Sebastião é conhecido por ter servido a dois exércitos: o de Roma e o de Cristo. Sempre que conseguia uma oportunidade, visitava os cristãos presos, levava uma ajuda aos que estavam doentes e aos que precisavam.

Seu martírio é assim relatado: como São Sebastião se tornou defensor da Igreja como soldado, o imperador (que adorava os deuses e tinha o coração fechado para os valores cristãos), mandou prendê-lo num trono e muitas flechadas sobre ele foram lançadas até o ponto de pensarem que estava morto. Mas uma mulher, de nome Irene, o conhecia. Juntamente com um grupo de amigos, aproximou-se dele e percebeu que ele estava ainda vivo por graça. Ela cuidou das feridas dele. Ao recobrar sua saúde depois de um tempo, apresentou-se novamente para o imperador, pois queria o seu bem e o bem de todo o Império. Evangelizou, testemunhou, mas, dessa vez, no ano de 288 foi duramente martirizado.

<https://cruzterrassas.com.br/historia-de-sao-sebastiao/162/102/>
Acesso em 27. dez. 2024.

<https://diocesedepatrocínios.org.br/paroquia/paroquia-sao-sebastiao-serra-do-salitre/>
Acesso em: 27. dez. 2024.

43

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

ROSCA (1)

Ingredientes

1 medida de farinha de trigo sem fermento (mais um kg para amassar)
1 medida de água
1 medida de açúcar (bem cheia)
1 colher de sopa de fermento (bem cheia)
1 ovo
1 pitada de sal
Meia medida de óleo

Modo de fazer

Em uma vasilha coloque uma medida (latinha de margarina de 500g) de farinha de trigo sem fermento. Dissolve uma colher (de sopa), bem cheia de fermento em 500 ml de água morna e coloca na farinha, mexendo bem. Deixe crescer até fazer bolhas. Enquanto cresce, prepare o melado. Coloque uma medida bem cheia de açúcar e um pouco de água, fazendo uma calda não muito grossa. Assim que o fermento crescer, coloque 1 ovo, uma pitada de sal, 1/2 medida de óleo (vai colocando aos poucos, alternando o melado, o óleo e a farinha de trigo e vai amassando bem até terminar o melado e o óleo). A massa deve ficar macia, não coloque muita farinha. Deixe crescer até dobrar de volume. Enrole como desejar e coloque crescer novamente. Asse em forno pré-aquecido.

Dica: depois de assadas, pode pincelar leite condensado ou calda de açúcar, como preferir.



44

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

PÃO DE QUEIJO (1)

Ingredientes

1 copo de leite
1 copo de óleo (não muito cheio)
1 copo de água
3 copos de polvilho doce
Ovos
Queijo ralado
Sal (mais ou menos uma colher de sopa)

Modo de fazer

Ferver o leite, a água, o óleo (coloca o sal também) para escaldar. Deixa esfriar um pouco e amassa com ovos até o ponto. Acrescenta o queijo, o tanto que quiser.

Dicas: no lugar do óleo pode-se usar a banha de porco, que é mais forte que o óleo. Se quiser, pode ralar o queijo na parte mais grossa do ralo.



45

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

BOLO (BISCOITO) DE FUBÁ FRITO

Ingredientes

02 copos de fubá (creme de canjica)
Meio copo de óleo
Meio copo de água
Açúcar ou sal
Ovos

Modo de fazer

Para escaldar o fubá, deixe ferver a água e o óleo. Depois amassa com muitos ovos (a massa fica mais para o lado de mole). Coloque sal ou açúcar, como quiser fazer: salgado ou doce. Enrole em forma de palitos para fritar.

Dica: para fritar, a gordura ou o óleo deve estar para o lado de morno; se estiver muito quente, o bolinho fica sapeado por fora e não frita por dentro.

46

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

BOLO (BISCOITO) DE POLVILHO DOCE FRITO

Ingredientes

2 copos de polvilho
Meio copo de água
Meio copo de óleo
Ovos
1 colher de sopa de sal rasa

Modo de fazer

Para escaldar, deixa o óleo esquentar bem mesmo e sapeca o polvilho. Depois arruma o sal na água, deixa esquentar e joga no polvilho. Coloca ovos até o ponto de enrolar. Para fritar, o óleo não deve estar muito quente, para não esparrar.

47

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

ROSCA (2)

Ingredientes

1 kg de farinha de trigo
1 copo de açúcar
2 ovos
2 copos de leite
1 copo de óleo
1 colher (e pouquinho mais) de fermento de padaria
1 pitada de sal

Modo de fazer

Colocar o leite e o óleo para mornar, separados, e depois bater no liquidificador com o açúcar, os ovos e o fermento. Despejar numa gamela e ir acrescentando a farinha de trigo e amassando. Depois coloca a massa no sol e deixa crescer (vai acompanhando o crescimento). Depois enrola a rosca e arruma crescer antes de assar.

Dicas: usar como medida o copo americano; quando arrumar a massa no sol para crescer, cubra com um plástico; quando a rosca estiver enrolada e crescendo, coloque uma pelotinha de massa na água: quando a massa subir, a rosca está pronta para assar.



48

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

PÃO DE QUEIJO (2)

Ingredientes

4 copos de polvilho doce
1 copo de óleo
2 copos de leite
Queijo (mais curado)
Ovos, até o ponto de enrolar
1 pitada de sal

Modo de fazer

Ferver a água, o leite e o sal para escaldar o polvilho. Depois amassa com ovos até o ponto e acrescenta o queijo.

Dicas: podem-se medir os ingredientes com outra vasilha que não seja o copo americano, basta manter a quantidade. Se quiser, pode colocar também um pouco de leite para amassar. Rale o queijo do lado mais grosso para ele não derreter e desaparecer no pão, depois de assado.

49

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

BISCOITO DE POLVILHO DOCE

Ingredientes

3 copos de polvilho doce
1,5 copo de manteiga
1 copo de água
1 pitada de sal
Ovos

Modo de fazer

Esquenta bem a manteiga para sapecar o polvilho. Ferve a água, com o sal, e joga no polvilho sapecado. Espera esfriar e vai amassando com os ovos até dar o ponto.

Dicas: pode substituir a manteiga pelo óleo, mas com a manteiga o biscoito fica mais macio. É bom colocar o sal na água para facilitar o tempero.



50

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

BOLO DE FARINHA DE TRIGO

Ingredientes

2 colheres de margarina
2 copos de açúcar
2 ovos
Leite, até dar o ponto
4 copos de farinha de trigo com fermento
1 pitada de sal

Modo de fazer

Primeiro amassa bem a margarina, o açúcar e os ovos. Depois coloca a farinha de trigo. Acrescenta o leite até o ponto (nem mole nem duro).

Dica: "Por cima, se quiser, pode colocar leite condensado e depois coco ralado: fica uma delícia!" (mensagem da neta da colaboradora, por WhatsApp)



51

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

PUDIM

Ingredientes

- 2 ovos
- 1 copo de açúcar
- 2 copos de leite
- 1 copo de farinha de trigo
- Queijo ralado

Modo de fazer

Bate no liquidificador os ovos, o açúcar e o leite. Depois acrescenta a farinha de trigo e bate novamente. Rala o queijo e bate um pouco. Faça a calda de açúcar e untá a tampa.

Dica: para assar, coloque a forma de pudim em uma tampa com água e deixa cozinhar.



52

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

BROA DOCE

Ingredientes

- 1 copo de manteiga
- 3 copos de água
- 1 copo de açúcar
- 1 copo de polvilho doce
- 3 copos de fubá (fubá comum ou creme de canjica: a gosto)
- Ovos
- 1 pitada de sal

Modo de fazer

Ferve a manteiga, a água, o açúcar. Joga o fubá e faz o angu. Em uma gamela coloque o polvilho e mistura com o angu. Amassa com ovos até dar o ponto.

53

RECEITAS COLETADAS EM DOURADOS

BROA DE SAL

Ingredientes

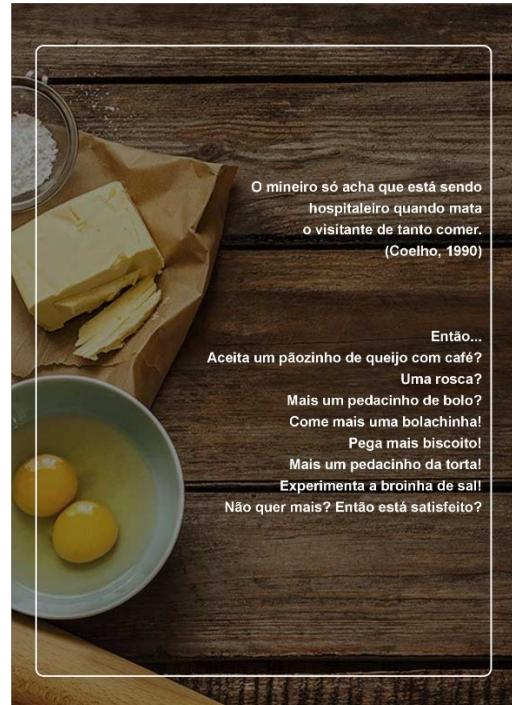
- 1 copo de manteiga
- 3 copos de água
- 3 copos de farinha de trigo
- 1 pitada de sal
- Ovos

Modo de fazer

Ferve a manteiga, depois coloca a água e o sal. Acrescente a farinha de trigo e faz o angu. Depois amassa com ovos até dar o ponto.

Dica: se quiser fazer broa temperada, depois de amassar acrescente o tempero que quiser.

54



Apêndice C – *Feedback* aos diretores do supermercado em que coletamos os dados; foi um documento solicitado pelo próprio estabelecimento.

SUPERMERCADO XXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXX DE PATROCÍNIO (17/05/2025)

Padaria

- a) Freguês ouvindo áudio enquanto é atendido, mesmo assim a atendente é solícita e aguarda para continuar atendimento.
- b) Freguês interage com atendente, conversando sobre participação em festa na noite anterior; atendente corresponde ao relato com discrição.
- c) Atendente bastante paciente no atendimento à criança.
- d) Idoso espera tranquilamente próximo ao balcão para ser atendido quando o fluxo estiver diminuído. A atendente interage bem com ele durante o atendimento. Percebe-se nele a satisfação pela acolhida.
- e) Atendentes sempre cumprimentam os fregueses antes do atendimento e agradecem ao final.
- f) Dentro do balcão os dois atendentes se organizam, verificam se as tarefas estão a contento, um colabora com o outro, procuram se ajudar.
- g) Sobre episódios raros de grosseria de fregueses: atendente disse que procura fazer seu serviço sem responder da mesma forma.

Hortifrúti

- a) O atendente é sempre muito atencioso com os fregueses, cumprimenta, é cumprimentado. Bastante tranquilo e cuidadoso para interagir com as pessoas, procurando atender sem perder tempo. Sempre agradece ao final.
- b) Os fregueses parecem ser conhecidos, tratados inclusive pelo nome. Muito simpático com todos, principalmente com os mais idosos. Conhece a rotina de alguns fregueses.
- c) Fregueses demonstram confiança no atendimento, que vai além de pesar e etiquetar a compra. Ele é rápido no atendimento; decorou códigos das mercadorias.
- d) Passou a imagem de um funcionário muito reservado e discreto. Fala pouco sobre sua rotina de trabalho. Pareceu-me incomodado por estar gravando; falava baixo e longe do celular.

Açougue

- a) Equipe de trabalho entrosada, sempre atendendo a tempo, evitando demoras e fila muito longa. O espaço é bem organizado para atendimento.
- b) Atendentes bastante comunicativos, destaque para boa dicção. São discretos com os fregueses no que se refere aos seus pedidos.
- c) Atendentes dialogam e interagem com os fregueses para atendê-los bem, por exemplo, quanto à forma de preparar a carne. Sempre agradecem ao final.
- d) Atendentes procuram auxiliar os fregueses no que precisarem, inclusive chegam a sair do balcão de atendimento para auxiliar fregueses quanto à mercadoria exposta no freezer.
- e) Clientes correspondem à simpatia dos atendentes, pedem “por favor”, agradecem ao final.

Caixa

- a) Com funcionária com mais tempo de serviço, há muito tempo na firma, os fregueses se sentem à vontade para conversar durante o atendimento, falam sobre questões de saúde, relatam experiências de vida, falam de suas rotinas.
- b) A atendente interage com muita familiaridade com os fregueses, sempre acolhedora, paciente e prestativa. Atende com muita tranquilidade e eficiência.
- c) Fregueses mais idosos estão acostumados com seu atendimento, inclusive relatam que sentiram sua ausência ao trabalho por um tempo. Isso confirma bom relacionamento com os fregueses.
- d) Com funcionária com menos tempo, percebe-se que os fregueses não falam sobre suas rotinas, detêm-se aos procedimentos do atendimento. Não são mal-educados, agradecem o atendimento.
- e) Quando a funcionária cumprimenta o freguês para iniciar o atendimento, ele corresponde e torna o atendimento tranquilo.
- f) Alguns fregueses são meio confusos para efetuar o pagamento, usando cartão e dinheiro, mas a funcionária acolhe com paciência e é solícita para orientar. Nas palavras dela: “Trabalhar com público não é fácil, a gente tem que controlar...”.

De uma maneira geral, o público consumidor da firma apresenta atitudes de proximidade e familiaridade com o quadro de funcionários, são pessoas educadas para solicitarem atendimento e são correspondidas por quem as atende. Percebe-se uma preocupação dos responsáveis pelos setores em servir de uma forma eficiente e humana, valorizando cada um que opta por ser consumidor do Supermercado...

Apêndice D - Rodadas no Goldvarb X

Changes in 3.0b3 (16-oct-05)

- 46 All GoldVarb Help now opens page on Sali's website.
 156 All No Recode needs to insert a carriage-return before the comment
 157 All Generate Factor Specifications doesn't update the number of groups on the factor dialog.
 159 All I notice there are two apersands in the cross-tabulation window.

Espaço rural e urbano e posição do vocativo

Number of cells: 6					
Application value(s): RU					
Total no. of factors: 6					
Group	R	U	Total	%	
1 (4)	R	U			
I N	92	86	178	30.1	
%	51.7	48.3			
F N	185	59	244	41.3	
%	75.8	24.2			
C N	86	45	131	22.2	
%	65.6	34.4			
N N	7	0	7	1.2	
%	100.0	0.0		* KnockOut *	
S N	11	15	26	4.4	
%	42.3	57.7			
D N	4	1	5	0.8	
%	80.0	20.0			
Total N	385	206	591		
%	65.1	34.9			
TOTAL N	385	206	591		
%	65.1	34.9			

Espaço rural e urbano e formas de tratamento

Number of cells: 7					
Application value(s): RU					
Total no. of factors: 7					
Group	R	U	Total	%	
1 (5)	R	U			
U N	108	48	156	26.4	
%	69.2	30.8			
G N	136	108	244	41.3	
%	55.7	44.3			
O N	49	12	61	10.3	
%	80.3	19.7			
R N	63	25	88	14.9	
%	71.6	28.4			
P N	10	2	12	2.0	
%	83.3	16.7			
N N	4	1	5	0.8	
%	80.0	20.0			
A N	15	10	25	4.2	
%	60.0	40.0			
Total N	385	206	591		
%	65.1	34.9			
TOTAL N	385	206	591		
%	65.1	34.9			

Espaço rural e urbano e discurso reportado

Number of cells: 2					
Application value(s): RU					
Total no. of factors: 2					
Group	R	U	Total	%	
1 (6)	R	U			
N N	352	145	497	84.1	
%	70.8	29.2			
S N	33	61	94	15.9	
%	35.1	64.9			
Total N	385	206	591		
%	65.1	34.9			
TOTAL N	385	206	591		
%	65.1	34.9			

Espaço rural e urbano e faixa etária

Number of cells: 2					
Application value(s): RU					
Total no. of factors: 2					
Group	R	U	Total	%	
1 (2)	R	U			
2 N	130	80	210	35.5	
%	61.9	38.1			
5 N	255	126	381	64.5	
%	66.9	33.1			
Total N	385	206	591		
%	65.1	34.9			
TOTAL N	385	206	591		
%	65.1	34.9			

Espaço rural e urbano e nível de escolaridade

Number of cells: 2					
Application value(s): RU					
Total no. of factors: 2					
Group	R	U	Total	%	
1 (3)	R	U			
C N	48	138	186	31.5	
%	25.8	74.2			
I N	337	68	405	68.5	
%	83.2	16.8			
Total N	385	206	591		
%	65.1	34.9			
TOTAL N	385	206	591		
%	65.1	34.9			

Espaço rural e urbano, nível de escolaridade e posição do vocativo

• CROSS TABULATION • 30/08/2025 11:17:10
• Cell file: .cel
• 30/08/2025 11:09:33
• Token file: Untitled.tkn
• Conditions: Untitled.cnd
Group #1 -- horizontally.
Group #2 -- vertically.
C % I % Σ %
+ - - - + - - - + - - -
I R: 15 26: 71 72 86 55
U: 43 74: 28 28 71 45
Σ: 58 : 99 157
+ - - - + - - - + - - -
F R: 22 37: 149 91 171 77
U: 37 63: 15 9 52 23
Σ: 59 : 164 223
+ - - - + - - - + - - -
C R: 9 35: 70 75 79 66
U: 17 65: 23 25 40 34
Σ: 26 : 93 119
+ - - - + - - - + - - -
N R: 0 --: 7 100 7 100
U: 0 --: 0 0 0 0
Σ: 0 : 7 7
+ - - - + - - - + - - -
S R: 2 12: 9 90 11 42
U: 14 88: 1 10 15 58
Σ: 16 : 10 26
+ - - - + - - - + - - -
D R: 0 --: 4 80 4 80
U: 0 --: 1 20 1 20
Σ: 0 : 5 5
+-----+-----+
Σ R: 48 30: 310 82 358 67
U: 111 70: 68 18 179 33
Σ: 159 : 378 537

Espaço rural e urbano, faixa etária e posição do vocativo

• CROSS TABULATION • 30/08/2025 11:27:56
• Cell file: .cel
• 30/08/2025 11:27:50
• Token file: Untitled.tkn
• Conditions: Untitled.cnd
Group #1 -- horizontally.
Group #2 -- vertically.
2 % 5 % Σ %
+ - - - + - - - + - - -
I R: 35 67: 51 49 86 55
U: 17 33: 54 51 71 45
Σ: 52 : 105 157
+ - - - + - - - + - - -
F R: 63 72: 108 80 171 77
U: 25 28: 27 20 52 23
Σ: 88 : 135 223
+ - - - + - - - + - - -
C R: 20 62: 59 68 79 66
U: 12 38: 28 32 40 34
Σ: 32 : 87 119
+ - - - + - - - + - - -
N R: 0 --: 7 100 7 100
U: 0 --: 0 0 0 0
Σ: 0 : 7 7
+ - - - + - - - + - - -
S R: 9 60: 2 18 11 42
U: 6 40: 9 82 15 58
Σ: 15 : 11 26
+ - - - + - - - + - - -
D R: 3 100: 1 50 4 80
U: 0 0: 1 50 1 20
Σ: 3 : 2 5
+-----+-----+
Σ R: 130 68: 228 66 358 67
U: 60 32: 119 34 179 33
Σ: 190 : 347 537

Espaço rural e urbano, posição do vocativo, nível de escolaridade e faixa etária

Number of cells: 19 Application value(s): RU Total no. of factors: 19					
Group		R	U	Total	%
1 (2)		R	U		
A	N	15	17	32	6.0
	%	46.9	53.1		
B	N	22	25	47	8.8
	%	46.8	53.2		
C	N	59	23	82	15.3
	%	72.0	28.0		
D	N	108	15	123	22.9
	%	87.8	12.2		
E	N	7	0	7	1.3
	%	100.0	0.0		* KnockOut *
F	N	51	28	79	14.7
	%	64.6	35.4		
G	N	7	0	7	1.3
	%	100.0	0.0		* KnockOut *
H	N	20	0	20	3.7
	%	100.0	0.0		* KnockOut *
I	N	41	0	41	7.6
	%	100.0	0.0		* KnockOut *
K	N	2	6	8	1.5
	%	25.0	75.0		
L	N	0	8	8	1.5
	%	0.0	100.0		* KnockOut *
M	N	0	26	26	4.8
	%	0.0	100.0		* KnockOut *
N	N	0	12	12	2.2
	%	0.0	100.0		* KnockOut *
O	N	11	0	11	2.0
	%	100.0	0.0		* KnockOut *
P	N	3	0	3	0.6
	%	100.0	0.0		* KnockOut *
Q	N	9	12	21	3.9
	%	42.9	57.1		
R	N	2	1	3	0.6
	%	66.7	33.3		
J	N	0	5	5	0.9
	%	0.0	100.0		* KnockOut *
S	N	1	1	2	0.4
	%	50.0	50.0		
Total	N	358	179	537	
	%	66.7	33.3		

Rodadas para calcular o peso relativo

Posição do vocativo na oração

Posição inicial

```
Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.301
Log likelihood = -361.612

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.295
Group # 1 -- R: 0.429, U: 0.631
Log likelihood = -351.673 Significance = 0.000

Add Group # 1 with factors RU

Best stepping up run: #2
-----
Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.295
Group # 1 -- R: 0.429, U: 0.631
Log likelihood = -351.673

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.301
Log likelihood = -361.612 Significance = 0.000

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: None
Best stepping up run: #2
Best stepping down run: #3
```

Posição final

```
Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.413
Log likelihood = -400.629

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.409
Group # 1 -- R: 0.572, U: 0.368
Log likelihood = -389.944 Significance = 0.000

Add Group # 1 with factors RU

Best stepping up run: #2
-----
Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.409
Group # 1 -- R: 0.572, U: 0.368
Log likelihood = -389.944

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.413
Log likelihood = -400.629 Significance = 0.000

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: None
Best stepping up run: #2
Best stepping down run: #3
```

Posição intercalada canônica

```
Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.222
Log likelihood = -312.638

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.222
Group # 1 -- R: 0.502, U: 0.496
Log likelihood = -312.629 Significance = 0.894

No remaining groups significant

Groups selected while stepping up: None
Best stepping up run: #1
-----
Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.222
Group # 1 -- R: 0.502, U: 0.496
Log likelihood = -312.629

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.222
Log likelihood = -312.638 Significance = 0.894

Cut Group # 1 with factors RU
Groups eliminated while stepping down: 1

Best stepping up run: #1
Best stepping down run: #4
```

Vocativo isolado

```
Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.044
Log likelihood = -106.636

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.040
Group # 1 -- R: 0.416, U: 0.654
Log likelihood = -103.688 Significance = 0.016

Add Group # 1 with factors RU

Best stepping up run: #2
-----
Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.040
Group # 1 -- R: 0.416, U: 0.654
Log likelihood = -103.688

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.044
Log likelihood = -106.636 Significance = 0.016

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: None
Best stepping up run: #2
Best stepping down run: #3
```

Vocativo duplo

```
Averaging by weighting factors.  
Threshold, step-up/down: 0.050001  
  
Stepping up...  
----- Level # 0 -----  
  
Run # 1, 1 cells:  
Convergence at Iteration 2  
Input 0.008  
Log likelihood = -28.841  
  
----- Level # 1 -----  
  
Run # 2, 2 cells:  
Convergence at Iteration 4  
Input 0.008  
Group # 1 -- R: 0.566, U: 0.378  
Log likelihood = -28.572 Significance = 0.474  
|  
No remaining groups significant  
  
Groups selected while stepping up: None  
Best stepping up run: #1  
-----  
  
Stepping down...  
----- Level # 1 -----  
  
Run # 3, 2 cells:  
Convergence at Iteration 4  
Input 0.008  
Group # 1 -- R: 0.566, U: 0.378  
Log likelihood = -28.572  
  
----- Level # 0 -----  
  
Run # 4, 1 cells:  
Convergence at Iteration 2  
Input 0.008  
Log likelihood = -28.841 Significance = 0.474  
  
Cut Group # 1 with factors RU  
Groups eliminated while stepping down: 1  
  
Best stepping up run: #1  
Best stepping down run: #4
```

Faixa etária

20 a 50 anos

```

Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.355
Log likelihood = -384.554

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.355
Group # 1 -- R: 0.481, U: 0.535
Log likelihood = -383.806 Significance = 0.226

No remaining groups significant
|
Groups selected while stepping up: None
Best stepping up run: #1
-----

Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.355
Group # 1 -- R: 0.481, U: 0.535
Log likelihood = -383.806

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.355
Log likelihood = -384.554 Significance = 0.226

Cut Group # 1 with factors RU
Groups eliminated while stepping down: 1

Best stepping up run: #1
Best stepping down run: #4

```

Mais de 50 anos

```

Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.645
Log likelihood = -384.554

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.645
Group # 1 -- R: 0.519, U: 0.465
Log likelihood = -383.806 Significance = 0.226

No remaining groups significant
|
Groups selected while stepping up: None
Best stepping up run: #1
-----

Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 4
Input 0.645
Group # 1 -- R: 0.519, U: 0.465
Log likelihood = -383.806

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.645
Log likelihood = -384.554 Significance = 0.226

Cut Group # 1 with factors RU
Groups eliminated while stepping down: 1

Best stepping up run: #1
Best stepping down run: #4

```

Nível de escolaridade

Educação básica completa

```
Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.315
Log likelihood = -368.090

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 5
Input 0.265
Group # 1 -- R: 0.284, U: 0.849
Log likelihood = -275.468 Significance = 0.000

Add Group # 1 with factors RU

Best stepping up run: #2
-----
Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 5
Input 0.265
Group # 1 -- R: 0.284, U: 0.849
Log likelihood = -275.468

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.315
Log likelihood = -368.090 Significance = 0.000

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: None
Best stepping up run: #2
Best stepping down run: #3
```

Educação básica incompleta

```
Averaging by weighting factors.
Threshold, step-up/down: 0.050001

Stepping up...

----- Level # 0 -------

Run # 1, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.685
Log likelihood = -368.090

----- Level # 1 -------

Run # 2, 2 cells:
Convergence at Iteration 5
Input 0.735
Group # 1 -- R: 0.716, U: 0.151
Log likelihood = -275.468 Significance = 0.000

Add Group # 1 with factors RU

Best stepping up run: #2
-----
Stepping down...

----- Level # 1 -------

Run # 3, 2 cells:
Convergence at Iteration 5
Input 0.735
Group # 1 -- R: 0.716, U: 0.151
Log likelihood = -275.468

----- Level # 0 -------

Run # 4, 1 cells:
Convergence at Iteration 2
Input 0.685
Log likelihood = -368.090 Significance = 0.000

All remaining groups significant

Groups eliminated while stepping down: None
Best stepping up run: #2
Best stepping down run: #3
```